UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

TALITA VASCONCELOS BRANDÃO

“E EU NÃO SOU HUMANO?”: Necroinfância e a disputas de sentido sobre a constituição de humanidade no caso Thiago Menezes

Belo Horizonte

2025

TALITA VASCONCELOS BRANDÃO

“E EU NÃO SOU HUMANO?”: Necroinfância e a disputas de sentido sobre a constituição de humanidade no caso Thiago Menezes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Linha de pesquisa: Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades.

Orientadora: Camila Maciel Campolina Alves Mantovani

Belo Horizonte

2025

301.16
B817e
2025

Brandão, Talita Vasconcelos.

"E eu não sou humano?" [recurso eletrônico] : necroinfância e disputas de sentido sobre a constituição de humanidade no caso Thiago Menezes / Talita Vasconcelos Brandão. - 2025.

1 recurso online (180 f. : il.): pdf.

Orientadora Camila Maciel Campolina Alves Mantovani.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1.Comunicação – Teses. 2. Crianças negras – Condições sociais – Teses. 3. Racismo – Teses. I. Mantovani, Camila Maciel Campolina Alves. II.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

"“E eu não sou humano?”: Necroinfância e disputas de sentido sobre a constituição de humanidade no caso Thiago Menezes"

TALITA VASCONCELOS BRANDÃO

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia cinco de maio de dois mil e vinte e cinco, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelas seguintes professoras:

Profª Camila Maciel Campolina A. Mantovani - Orientadora
DCS/FAFICH/UFMG

Profª Ângela Cristina Salgueiro Marques
DCS/FAFICH/UFMG

Profª Maria Aparecida Moura
DCI/UFMG

Profª Pâmela Guimarães da Silva
DCS/FAFICH/UFMG

Belo Horizonte, 05 de maio de 2025.

Documento assinado eletronicamente por **Camila Maciel Campolina Alves Mantovani**, **Professora do Magistério Superior**, em 05/05/2025, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Pâmela Guimarães da Silva**, **Usuário Externo**, em 05/05/2025, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Maria Aparecida Moura**, **Professora do Magistério Superior**, em 05/05/2025, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Angela Cristina Salgueiro Marques**, **Professora do Magistério Superior**, em 05/05/2025, às 20:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4141091** e o código CRC **E9427783**.

In memoriam de Thiago Menezes Flausino

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai. Você é a referência íntegra e humana que tenho de perto sobre o que é ser professor e pesquisador. Obrigada por continuar me mostrando que a vida acadêmica “não é um bicho de sete cabeças”. Espero levar adiante essa referência com o mesmo mérito. Agradeço à minha mãe por atender todas as minhas ligações desesperadas antes do envio de um simples e-mail. Como você mesma disse: “se não é você ficar no meu pé, esse mestrado não sairia”. Agradeço ao meu irmão pela ajuda na categorização das materialidades. Você acompanhou de perto o último ano do meu mestrado, e eu acompanhei seu primeiro ano de graduação nesse mesmo lugar. Não sei por qual dos dois sou mais sortuda.

Agradeço à Aryel Amaral. Você me apresentou autores que eu não conhecia e que se tornaram conceitos-chave para minha dissertação, esteve presente na formulação deste projeto e me ajudou a organizar melhor as ideias que estavam bagunçadas na minha cabeça. Com você, entendi bell hooks e enfrentei Foucault. Mais que isso, seu amor e apoio incondicional movimentam este texto e transformam todos os dias minha vida.

Agradeço à Iasmim Borges pela cumplicidade. Quando passei no mestrado, o medo da nova rotina era maior do que a felicidade da aprovação. Você transformou o estranho em familiar e afastou todo o medo que eu tinha. Agradeço à Amanda Sobral por transformar essa jornada com sua parceria e amizade. Obrigada por cada leitura, cada indicação e cada colaboração. Também agradeço aos amigos que conheci ao longo do mestrado: Ranny, Marcelle, Mafê e Abraão. Nossos vínculos também marcam a escrita deste texto. Agradeço em especial a Marcus Moraes pelo apoio na mineração de dados.

Aos professores que influenciaram minha vida acadêmica e esta pesquisa em particular, deixo meu reconhecimento: Agradeço à Janaina Visibeli, que me inseriu na iniciação científica, me orientou nos meus primeiros artigos, apresentações e no TCC. Agradeço ao Marco Túlio pelo apoio no ingresso ao mestrado e pela empolgação com minha pesquisa. Agradeço à Camila Mantovani por toda a orientação ao longo do mestrado, pela confiança no meu trabalho e pela parceria tão respeitosa. Agradeço às professoras Ângela Marques e Maria Aparecida Moura pela leitura atenta e considerações na qualificação. Agradeço também à Pamela Guimarães, suas aulas foram muito além do conteúdo da disciplina, nelas encontrei conselhos e reflexões que me ajudaram a atravessar esse caminho com mais confiança.

Agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais e ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM-UFMG) e à linha Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades, pela oportunidade de desenvolver minha pesquisa e ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), pela concessão da bolsa de mestrado que financiou esta pesquisa.

Antes de sair, vou ao seu quarto. Observo da porta: há roupas espalhadas, outras jogadas dentro do armário. Sobre a mesa, há canetas sem tintas, meias sem par misturadas a notas de supermercado. Há cadernos e papéis. Há pastas com provas e redações dos seus alunos. Teu caos me comove. Olho para tudo isso e percebo que serão esses objetos que vão me ajudar a narrar o que você era antes de partir. Os mesmos utensílios que te derrotaram e que agora me contam sobre você. Os objetos serão o teu fantasma a me visitar. (TENÓRIO, 2020)

RESUMO

A dissertação pretende analisar os sentidos presentes nos diálogos midiatizados sobre o assassinato de Thiago Menezes, a fim de compreender como eles expressam a constituição da alteridade (Butler, 2011) e da humanidade (Carneiro, 2023). Nesse sentido, a pesquisa se propõe a identificar as imagens de controle (Collins, 2019) e os enquadramentos presentes nas narrativas midiatizadas a fim de refletir sobre como os elementos constitutivos do discurso dão a ver a violência de Estado e o racismo. Tal perspectiva tem por base a noção do dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023) como um objeto comunicacional (Braga, 2020 & Da Silva, 2021). Para tanto, trabalharemos com a análise de comentários na publicação do G1 sobre o caso e com os depoimentos dos familiares de Thiago Menezes para a rede globo. A partir da bricolagem, como uso criativo e adaptativo de ferramentas teóricas e metodológicas, identificamos as materialidades dos discursos dos familiares e seus desdobramentos em significações sobre a *infância, formação integral, religiosidade e coletividade.* Nos comentários, analisamos de que forma esses elementos são mobilizados e quais enquadramentos e/ou imagens são atribuídos a Thiago. Para interpretar as dinâmicas presentes nos comentários e sua articulação com o dispositivo da racialidade, recorremos às especificidades do racismo online descritas por Silva (2022). Já para compreender a mobilização das inferências feitas pelas familiares, tomamos a comoção como forma de reconhecimento da perda, conforme propõe Butler (2015). Os resultados mostraram que a naturalização da violência e a criminalização de Thiago operaram como estratégias necropolíticas de deslegitimação de sua vida, recorrendo ao escárnio, à disseminação de informações falsas sobre a criança, à deslegitimação de sua família e da cobertura midiática, além de sua adultização ou enquadramento como "menor" ou "moleque". Já nos discursos de comoção e luto, destacou-se a significação de Thiago como criança, ancorada na valorização da infância como um estado a ser protegido e o reconhecimento da perda pelo luto da família, na valorização dos vínculos familiares. E, sobretudo, no compartilhamento de experiências e dores, reforçando o lugar da coletividade enquanto quilombismo (Nascimento, 1980).

Palavras-chave: Imagens de Controle; enquadramento; racismo; alteridade; necroinfância.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the meanings present in mediatized dialogues about the murder of Thiago Menezes, in order to understand how they express the constitution of otherness (Butler, 2011) and the recognition of humanity (Carneiro, 2023). The research seeks to identify the controlling images and framings within these narratives and reflect on how the constitutive elements of discourse reveal state violence and racism. This perspective is grounded in the notion of the raciality apparatus (Carneiro, 2023), understood here as a communicational object (Braga, 2020; Da Silva, 2021). To this end, we analyze comments on G1's publication about the case, as well as testimonies from Thiago Menezes' family members given to Rede Globo. Through bricolage, as a creative and adaptive use of theoretical and methodological tools, we identify the materialities present in the family's discourse and their unfolding into meanings related to childhood, holistic development, religiosity, and collectivity. In this process, we observe how these elements reframe Thiago as a lost life. Regarding the online comments, we examine how they are mobilized and what framings and/or images are attributed to Thiago. To interpret the dynamics of the comments and their alignment with the raciality apparatus, we draw on the specificities of online racism described by Silva (2022). To understand the inferences mobilized by family members, we consider mourning as the recognition of loss (Butler, 2015). The results indicate that the naturalization of violence and the criminalization of Thiago operated as necropolitical strategies to delegitimize his life. These strategies included scorn, the dissemination of false information about the child, the delegitimization of his family and media coverage, and his adultification or framing as a "minor" or *moleque*. In contrast, within the discourses of mourning and grief, Thiago was primarily signified as a child, anchored in the recognition of childhood as a protected condition, the acknowledgment of loss by his grieving family, and the affirmation of familial bonds. Above all, mourning was expressed through the sharing of experiences and pain, reinforcing the role of collectivity as quilombismo (Nascimento, 1980).

Keywords: Controlling Images; framing; racism; otherness; necroinfância.

Lista de Figuras

Figura 1- Propaganda Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana 54
Figura 2- Publicação Estadão.....55
Figura 3 - Postagem G1: Violência no Rio.....65
Figura 4 - Foto Instalação (Ou Absência) Priscila Rezende (2022) 72
Figura 5 - Notas do dia a dia de Thiago Menezes.....73
Figura 6 - Imagens veiculadas no Reels publicado pelo G1.....86
Figura 7 - Mobilização da infância 91
Figura 8 - Velório Thiago Menezes.....102
Figura 9 - Velório Thiago Menezes.....102
Figura 10 – Escola, esporte e religião no programa Encontro.....110
Figura 11 - Priscila Menezes no programa Encontro.....111
Figura 12 - Imagem veiculada no programa Encontro do batismo de Thiago.....120
Figura 13 - Criminalização nos comentários das materialidades.....128
Figura 14 - Naturalização nos comentários das materialidades.....128
Figura 15 - Nuvem de palavras mais frequentes nos comentários.....129
Figura 16 - Fotografia Jair Bolsonaro abril 2021- CPF Cancelado 133
Figura 17 - Comoção nos comentários das materialidades.....136

Lista de Abreviaturas

CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA	Estados Unidos da América
GAP	Grupo de Assessoria e Participação do Governo do Estado de São Paulo
GEMMA	Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
ONU	Organização das Nações Unidas
PPGCOM	Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social
PT	Partido dos Trabalhadores
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 14
2. Direito de vida e direito de morte 21
2.1 Foucault e o Racismo de Estado 21
2.2 Dispositivo de Racialidade 27
2.3 Necropolítica 34
3. RACISMO E COMUNICAÇÃO 40
3.1 Dispositivo Interacional de Raça 40
3.2 Imagens de Controle 45
3.3 O reconhecimento 57
4. DIÁLOGOS MIDIATIZADOS 62
4.1 A autoconstrução da família 67
4.2 Os comentários 74
5. AS MATERIALIDADES 79
5.1 A dimensão da infância 85
5.2 Coletividade 100
5.3 A formação integral 109
5.4 A religião 119
6. ENTRE FIOS E FRAGMENTOS: UMA COSTURA ANALÍTICA DA REPERCUSSÃO ONLINE 124
6.1 Marcadores discursivos do racismo online: disputas em torno do caso Thiago 124
6.2 A construção discursiva da segurança pública 130
6.3 Marcadores discursivos da alteridade: disputas em torno do caso Thiago 136
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 139
8. REFERÊNCIAS 146
APÊNDICE A – Transcrição Entrevista Priscila Menezes ao Encontro 153
APÊNDICE B - Planilha mobilizações das materialidades 156

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação origina-se das reflexões do Trabalho de Conclusão de Curso, orientado pela professora Janaina Visibeli Barros, na Universidade do Estado de Minas Gerais: “Repercussão Virtual Da Morte De Edson Ribeiro Em Divinópolis-MG”. Nele foram analisados os comentários presentes nas postagens do Instagram do Jornal Agora de Divinópolis-MG sobre a morte de Edson Ribeiro. No dia 25 de setembro de 2021, Edson Ribeiro, segurança negro de 42 anos, foi morto durante seu trabalho no Parque de Exposições de Divinópolis, após ser agredido por Pedro Lacerda, um homem branco de 32 anos presente no evento. A análise dos comentários revelou a negação das implicações raciais do assassinato de Edson Ribeiro. Entretanto, notou-se no estudo do caso que a invalidação das realidades raciais não afastou a sensibilização dos usuários-comentadores diante da morte, ao contrário, ainda que não reconhecessem o racismo como atravessamento do ato de violência extrema, revoltaram-se com a morte por conta de outra questão sensível: a luta de classe. A caracterização de Edson como trabalhador foi expressa como motivo da injustiça perpetrada contra sua vida. Além da valorização do trabalho, a exaltação da família, principalmente da esposa de Edson, Ana Paula Silva, foi observada, ao se analisar como o direito de vida e de morte eram acionados nos comentários.

Preocupada em entender a negação do racismo na repercussão midiática, ao debruçar na análise, o *corpus* me levou a perceber os sentidos que permeiam a legitimação da vida de Edson Ribeiro fora da racialidade. Assim, na continuação dessas reflexões, pretendemos entender e refletir, nesta pesquisa, acerca da legitimação da vida e da morte por meio, não somente da sua repercussão midiática, mas também, das representações e valores manifestados nas narrativas das vítimas do genocídio negro.

Na coleta de dados iniciais entrei em conflito com um primeiro desafio ao tratar sobre os imaginários presentes nas mortes de pessoas pretas: estes casos são noticiados? Existe diálogo sobre a violência de Estado fora dos movimentos antirracistas?

A princípio, o que pude perceber é que não, pois o corpo negro morto é ordinário, banal “um corpo preto morto é tipo os hit (sic) das parada: Todo mundo vê, mas essa porra não diz nada” (Emicida, 2019). Para chegar a ter visibilidade, outras significações precisaram convergir, para Edson Ribeiro essa significação foi ser trabalhador, em Evaldo dos Santos[1] ser pai de família, em Thiago Menezes ser um estudante com sonhos. O que chamamos aqui de

[1] Em abril de 2019, Evaldo do Santo foi morto a caminho de um chá de bebê com a família, 257 tiros foram disparados contra o carro da família.

significações trata-se dos enquadramentos que permitem a alteridade abordada por Judith Butler (2011, 2015). Em um contexto em que o direito de matar opera pela "exceção", o direito à vida e à dignidade aparecem nestes imaginários que pretendemos compreender. Portanto, desse processo de reflexão, surgiu a problematização da pesquisa. E a ele somamos ainda a questão de por que pesquisar a partir da mídia?

Em meio a uma onda de corpos invisibilizados nos noticiários, que se tornam números nas próximas edições do Atlas da Violência[2], é preciso pensar sobre quando esta dor ganha espaço de discussão e, diante disso, é preciso mergulhar nesses pequenos e breves espaços, que emergem como fraturas da realidade, e olhar para as imagens que perpassam as discussões em circulação na sociedade. Nesse sentido, ao fazer essa imersão reflexiva, quem sabe, possamos perceber tais representações para, então, reescrevê-las de forma verdadeiramente digna.

> Sem uma forma de nomear nossa dor, nós também não temos palavras para articular nosso prazer. De fato, uma tarefa fundamental dos pesquisadores negros críticos tem sido a luta para romper com os modelos hegemônicos de ver, pensar e ser que bloqueiam nossa capacidade de nos vermos em outra perspectiva, nos imaginarmos, nos descrevermos e nos inventarmos de modos que sejam libertadores (hooks, 2019, p. 32-33).

Com as imagens de controle (Collins, 2019) que naturalizam a violência e criminalizam os corpos negros, a dignidade de pessoas negras é condicionada à reprodução de imagens positivas para a branquitude. Porém, a validação da vida fora da própria humanidade, já é uma condição de indignidade.

> A dignidade é a única condição capaz de fazer com que uma coisa tenha um fim em si mesmo, portanto, um fim intrínseco e não relativo. A dignidade entendida como "valor interior absoluto". Gerador de respeito ao si mesmo, é o farol da ética. Esse farol, o valor é imanente ao agir humano: uma imanência dinâmica, comum a toda habilitação humana num espaço determinado; isto é, ao que corresponde a exigências radicais da própria vida. (Sodré, 2023, p.53)

Assim, por entender que, coletivamente, o que bell hooks fala em "Olhares negros: raça e representação" (2019) ainda é verdade: é difícil articular a dor e o prazer da vida negra fora de representações hegemônicas. Para além do valor do trabalho, reconhecido como um

[2] Portal criado em 2016 e gerido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). O Atlas reúne informações sobre a violência no Brasil, oferecendo análises baseadas em evidências empíricas para subsidiar ações preventivas. O portal disponibiliza dados de maneira interseccional considerando variáveis, como sexo, raça e faixa etária. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes.

elemento ordenador de sociabilidades no mundo da vida, na dissertação em questão temos como foco problematizar a constituição da alteridade (Butler, 2011) e a humanização e desumanização (Carneiro, 2023), partindo da relação entre pais e filhos: a família e a infância. Vê-se, portanto, a necessidade de olhar para como as imagens presentes nos discursos sobre o assassinato de Thiago Menezes expressam a dignidade e a humanidade de corpos pretos.

A madrugada de 7 de agosto foi a noite que destruiu parte da família Menezes-Flausino e acabou com a infância de Thiago Menezes Flausino. Naquele dia, sua mãe, Priscila Menezes, o aguardava na casa da avó, quando uma foto no celular de sua irmã trouxe a notícia que seu filho havia sido atingido por policiais. O desespero de Priscila encontrou eco nas ruas da Cidade de Deus, onde moradores também buscavam proteger a criança. Foi a comunidade[3] que gravou o momento em que Thiago foi baleado e impediu a polícia de forjar a cena do crime ou remover o corpo do local.

Naquela noite, Thiago tornou-se a décima criança morta em operações policiais no Rio de Janeiro em 2023, mas sua história vai além de um número na estatística da violência estatal. Thiago era estudante do sétimo ano da Escola Municipal Dorcelina Gomes da Costa. Aos 13 anos, já sabia e buscava seu sonho: ser jogador de futebol. Jogava no projeto Canelinhas[4] desde os nove anos como meia-direita, fazia parte da Goleadores Sport Management, e seu pai e tio o acompanhavam em peneiras. Antes do dia 7, a expectativa da família estava voltada para as avaliações no time Bangu. Mais que metas, os gols de Thiago faziam parte dos finais de semana da família e amigos. Além do futebol, Thiago era conhecido pela alegria e pelo humor[5]. No velório[6], a comunidade que o viu crescer transformou sua dor em homenagem. Enquanto o Rap da Felicidade ecoava, seus colegas cantaram em coro: “Eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na favela onde eu nasci...” (Ferreira; Oliveira, 1995). A letra era mais do que um lamento; era uma reivindicação por dignidade, um grito por um espaço que o Estado insiste em negar aos corpos negros.

---

[3] Voz das Comunidades. “Nossa estrela”, diz tia de adolescente assassinado por policiais na Cidade de Deus. Disponível em: https://vozdascomunidades.com.br/destaques/nossa-estrela-diz-tia-de-adolescente-assassinado-por-policiais-na-cidade-de-deus/#google_vignette. Acesso em: 28 nov. 2024.

[4] O GLOBO. “Precisamos de vocês, autoridades”, desabafa responsável por projeto onde treinava adolescente morto na Cidade de Deus. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/08/07/precisamos-de-voces-autoridades-desabafa-responsavel-por-projeto-onde-treinava-adolescente-morto-na-cidade-de-deus.ghtml. Acesso em: 28 nov. 2024.

[5] Link para Youtube. 1 ano da morte de Thiago Menezes na Cidade de Deus. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=C_iz1VaFYJc. Acesso em: 28 nov. 2024.

[6] Voz das Comunidades. Órgãos e autoridades se manifestam sobre a morte de Thiago Menezes. Disponível em: https://vozdascomunidades.com.br/destaques/orgaos-e-autoridades-se-manifestam-sobre-a-morte-de-thiago-menezes/#google_vignette. Acesso em: 28 nov. 2024.

Thiago Menezes Faustino, morreu baleado no dia 7 de agosto de 2023 na Cidade de Deus-RJ. Segundo os familiares, PMs fardados atiraram em Thiago, que estava na garupa de uma moto. Na semana do crime a Polícia Militar apresentou diferentes versões, sendo a primeira que um criminoso ficou ferido ao entrar em confronto, a segunda de que houve troca de tiros e a terceira de que houve disparo da moto. No dia 9 de agosto, a Polícia Militar do Rio de Janeiro apagou a publicação na qual criminaliza a criança. Os policiais presentes na operação foram indiciados por fraude processual, o inquérito do assassinato apontou que houve omissão de socorro e abuso de autoridade.

Após a morte de Thiago, o portal de notícias G1 veiculou na ferramenta *reels* do Instagram um vídeo noticiando o crime com depoimento da tia de Thiago, Nathaly Bezerra Flausino. Oito dias após o crime, a mãe de Thiago, Priscila Menezes, foi entrevistada no programa Encontro, veiculado às 9h30, pela Rede Globo de Televisão, e apresentado pela jornalista Patrícia Poeta, em uma reportagem especial sobre crianças vítimas da violência de Estado.

Na entrevista ao Encontro, para falar da morte do filho, Priscila Menezes levou alguns objetos para testemunhar a vida de Thiago. A mãe carregava consigo uma das camisas da escola de futebol que Thiago treinava, um troféu feito em homenagem ao filho, o caderno de escola com os trabalhos feitos, a bíblia do menino e o boletim escolar com as notas e frequências de Thiago. No mesmo programa, parte do vídeo da tia de Thiago - publicado previamente no *reels* do portal G1 - também foi apresentado. Nele, Nathaly Flausino pontuava que o sobrinho era estudioso, jogador de futebol, camisa 10 e que, visivelmente, tinha corpo de criança. As falas dos familiares vão de encontro aos primeiros depoimentos da polícia, que criminalizaram a criança, mesmo com as provas da fraude processual e calúnia, a luta dos familiares ainda atravessa a necessidade de justificar a humanidade e integridade de Thiago.

De acordo com Mbembe (2020) o poder de deixar e fazer morrer opera pela criação de um inimigo ficcional. Os signos e os valores presentes na construção do direito de morte e vida aparecem constantemente nos diálogos frente ao genocídio negro, seja na intenção de se opor à ideia do ‘Outro’ como inimigo ou para reforçá-la. Como pontua Achille Mbembe (2016, p.128) sobre o conceito foucaultiano de biopoder: “Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado.”. Na análise dos comentários e das falas da família de Thiago, pretende-se observar os elementos constitutivos do discurso que expressam o valor da vida. Dessa forma, a pesquisa pretende responder à pergunta “De que maneira os discursos das familiares e os comentários

publicados em reações à cobertura jornalística do assassinato de Thiago Menezes constroem, reforçam ou contestam a constituição humanidade e a imagem da infância negra?".

Para Sueli Carneiro (2005), falar sobre o valor de uma vida, o valor de vidas negras, é contar a história de um epistemicídio e da desumanização que diversos sujeitos passaram e ainda passam. Buscar responder à pergunta sobre "De que maneira os discursos das familiares e os comentários publicados em reações à cobertura jornalística do assassinato de Thiago Menezes constroem, reforçam ou contestam a constituição humanidade e a imagem da infância negra?" é postular, antes de tudo, o *corpus* invisível que não pode ser encaixado nos critérios de uma pesquisa acadêmica. Antes dos comentários na publicação do G1 e dos depoimentos dos familiares de Thiago, existiram Vinícius César Batista dos Santos, Pedro Henrique, Thiago Vinícius Silveira vítimas deste mesmo genocídio que não tiveram (ou tiveram muito pouco) seus nomes e rostos em notícias. O grito de suas mortes foi reverberado por suas mães e por coletivos como a Rede Mães de Luta que, aqui, busco dar destaque pelo papel na luta contra violência de Estado em Minas Gerais, como apresentado no trabalho acadêmico realizado por Rafaela Lima (2023)[7] em tese defendida no programa do pós-graduação em Comunicação Social da UFMG (PPGCOM-UFMG).

Como pesquisadora, meu questionamento na construção da pesquisa foi acerca do valor de refletir a política de morte, mais que isso, do massacre contra a população negra. Tenho cuidado ao escrever este texto, para que, ao tratar sobre este assunto, não permita que as cicatrizes falem antes do corpo. Inicialmente, perguntava-me por que o *corpus* que me chama, que me afeta, diz sobre a morte e não sobre a vida. E, a cada mergulho no *corpus*, eu me percebia mais próxima de uma visão de mundo pré-definida, sem perspectiva de transformação. Foi nesse cenário que os diálogos com outros autores e a compreensão mais clara da pesquisa me trouxeram o entendimento do que este *corpus* representava. A fala de James Baldwin[8], chamando-me para sobreviver ao que devemos sobreviver e repreendendo o pessimismo que me cercava, junto ao chamado de bell hooks (2019) para nomear a dor, foram os primeiros passos para escutar verdadeiramente minha pergunta. Trago o sistema racista e a necropolítica que nos cerca, como denúncia e questionamento à supremacia branca, mas é

[7] Neste contexto, Rafaela Lima (2023) abordou as narrativas dos coletivos de mães. Vale a leitura da tese para conhecer a perspectiva dessas mulheres.Quando o luto é luta, mobilização é ato criativo: experiências coletivas de jovens e mães em luta contra o genocídio da juventude negra. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/68113

[8] Eu não posso ser pessimista porque estou vivo. Ser pessimista significa que você concordou que a vida humana é um assunto acadêmico. Então eu sou forçado a ser otimista. Sou forçado a acreditar que nós podemos sobreviver ao que devemos sobreviver. (EU não sou seu negro. Direção: Peck Raoul, Baldwin J., Independent Lens, EUA, 2017).

preciso pontuar aqui a essencialidade da resistência neste contexto. Peço licença neste momento para duas indicações importantes ao pensar na resistência ao racismo: as teses "Quando o luto é luta, mobilização é ato criativo: experiências coletivas de jovens e mães em luta contra o genocídio da juventude negra de Rafaela Lima (2023) e "De Lélia Gonzalez a Marielle Franco: mulheres negras e seus processos comunicacionais interseccionais de resistência" de Pamela da Silva (2021). Antes de toda reflexão que trago no texto é importante frisar novamente **nós vamos sobreviver ao que devemos sobreviver**. Em essência, minha pergunta se resume ao mesmo questionamento feito por Sojourner Truth[9] em 1851: "e nós não somos humanos?". Diante disso, posso dizer que esta pesquisa é feita em luto muito mais do que sobre o luto.

Para isso traremos inicialmente uma reflexão sobre o que seria esta humanidade. Nesse sentido, no capítulo *Direito de vida e direito de morte* da dissertação, apontaremos para as considerações de Michel Foucault para entendermos as dinâmicas de poder presentes no corpo social. Passaremos por estas reflexões para tratar sobre como o valor da vida e da morte é intrínseco ao racismo na sociedade. A partir das obras de Foucault, dialogamos com seu conceito para o domínio da racialização, permitindo assim que os dispositivos sejam contextualizados à luz das contribuições teóricas de Sueli Carneiro (2005) sobre a realidade brasileira e a biopolítica expandida na necropolítica (Mbembe, 2020). Queremos entender, neste momento, o que são estes dispositivos e onde é possível enxergá-los no contexto do Brasil para, assim, compreender como os processos comunicacionais operam o dispositivo.

Para abrir as discussões sobre o racismo no Brasil, nesta dissertação, é imprescindível destacar as contribuições da pesquisadora e professora Pamela Guimarães da Silva que, a partir da disciplina "Comunicação, Cultura e Relações Étnico Raciais" e "Raça e Tecnologias Digitais e Ancestrais", oferecidas em 2024, no Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFMG, trouxe a discussão sobre raça e comunicação. Para além dos estudos da pesquisadora, destaco que a compreensão de muitas das obras citadas aqui se deve às aulas ministradas por ela nas referidas disciplinas.

No capítulo *Racismo e Comunicação* tecemos os retalhos entre as imagens de controle, o enquadramento e o racismo através da noção do dispositivo interacional de raça

[9] No discurso feito por Sojourner Truth, a abolicionista disse a famosa frase "e eu não sou uma mulher?". A adaptação proposta no projeto com a frase "e nós não somos humanos?" deriva da articulação entre gênero, sexualidade e racismo na qual "mulher" diz sobre mulheres brancas heterossexuais e "homem" à machos burgueses brancos heterossexuais. Assim, pessoas de cor fora deste padrão não são vistas essencialmente como homens ou mulheres. No caso do homem negro, por exemplo, isso é representado na associação com a violência e selvageria, isto é, não é vista a humanidade. (Lugones, 2019)

(Da Silva, 2021). Assim, discutimos a matriz comunicacional do dispositivo de racialidade, matriz que impõe o epistemicídio, que opera as Políticas de Inimizade (Mbembe, 2020). As Imagens de Controle (Collins, 2019) estruturadas para dominação e o Quadro de Guerra (Butler, 2015) que enquadra as pessoas negras no signo da morte.

No capítulo *Diálogos midiatizados*, analisaremos os contextos discursivos presentes nos diálogos dos comentários publicados no Instagram do G1 e nas narrativas dos depoimentos da família. Assim, trabalhamos nesta etapa o racismo midiático (Sodré, 2000), a autoconstrução da família enquanto rearranjo do dispositivo (Da Silva, 2021), e o racismo presente no ambiente digital (Trindade, 2018; Silva, 2022)

Essa dissertação busca expor o limiar em que se encontra a humanidade do corpo negro, o fio que a segura e a nega quando lhe convém. Após pensar no luto a partir de Butler (2015), a humanidade a partir Carneiro (2005) e a comunicação com Pamela Guimarães da Silva (2021), a cada leitura e parágrafo escrito, o corpus indicou que este fio se preservava na legitimação das técnicas disciplinares e se rompia no exercício da soberania com a necropolítica. Digo fio, pois a metáfora do fio representa a dicotomia entre aquilo que ainda é sustentado e sua iminente ruptura. O fio expressa, nesse contexto, um sistema frágil e que antecede sua ruptura completa. Passamos, então, para a observação desta dicotomia através da identificação e reflexão das imagens e significações presentes nas falas dos familiares de Thiago Menezes e nos comentários do Instagram em que a notícia foi divulgada.

Para isso, a dissertação é vinculada a dimensão dos afetos, tal esforço proporciona no trabalho de pesquisa uma "operação relacional posta em marcha pela pesquisa em comunicação" que acolhe a alteridade, "permitindo-nos um tempo para encontrar um lugar em meio à modelagem representativa e à experimentação afetiva" (Martino e Marques, 2018, p.231). Nesse sentido, o corpus tem atuação central na construção da análise.

> Entendemos que, em pesquisas com corpus sensível, envolvendo pessoas em situação de vulnerabilidade, a experiência empírica inspirada pelos próprios sujeitos pesquisados, que são coautores na pesquisa (pelo menos em algumas etapas), é permeada por uma série de emoções de pesquisadores e pesquisados que precisam ser consideradas no momento da pesquisa e também em momentos posteriores, tais como escrita e na conclusão de produtos comunicacionais, por exemplo, uma série de narrativas em áudio e em vídeo como a que foi realizada. Uma outra questão é que o corpus sensível possui vida própria, em movimento permanente, provocando adaptações frequentes na metodologia. (Pessoa; Mantovani; Sousa, 2019, p. 60)

Em contato com a fala de Priscila Menezes e Nathaly Flausino, o corpus nos indicou as materialidades que se apresentam como pistas da vida de Thiago durante os depoimentos, sendo elas, as camisas da escola de futebol que Thiago treinava, as medalhas que o filho

ganhou, o caderno de escola com os trabalhos feitos, o boletim escolar com as notas e frequências de Thiago, a descrição do corpo de Thiago, a bíblia e seu troféu.

Dessa forma, a análise das mobilizações geradas a partir dos diálogos sobre essas materialidades se organiza em quatro categorias: **infância**, **formação integral** - formação que envolve a educação na escola e as atividades extracurriculares de Thiago Menezes - , **religião** e **coletividade**. Esta categorização será apresentada no capítulo *As materialidades*. E serão analisadas por meio dos comentários que apresentam os seguintes termos: *escola, estudioso, estudante, esporte e jogador* (formação integral); *adolescente, criança, infância, menor, moleque, menino, jovem* (infância); e *igreja, cristão, evangélico, anjo e santo* (religião); *amigos, família, nós* (coletividade). No capítulo *Entre fios e fragmentos: uma costura analítica da repercussão online*, traçamos um panorama das pistas encontradas na análise, observando como o racismo online se manifesta na suposição de criminalidade, na negação das realidades raciais, no epistemicídio - entendido como a suposição de inferioridade intelectual e a patologização de valores culturais -, na negação de cidadania e na exclusão (Silva, 2022). A partir dos achados das materialidades, olhamos também como o reconhecimento da perda (Butler, 2015) se manifesta no discurso. Com essas primeiras conclusões, ampliamos o olhar e passamos a enxergar o desenho mais amplo dessas pistas e suas implicações nos comentários gerais.

Fechamos a dissertação nas *Considerações finais* apresentando as operações estratégicas da necropolítica encontradas na análise e os sentidos produzidos em inferência ao dispositivo de racialidade. Com base nesses achados, buscamos compreender os enquadramentos e imagens de controle presentes e suas implicações na constituição da humanidade.

2. DIREITO DE VIDA E DIREITO DE MORTE

2.1 Foucault e o Racismo de Estado

Para Foucault (2005) o poder existe dentro das relações, ele é um conjunto de mecanismos e tecnologias aplicadas. Como dispositivo presente em toda malha social, o poder não é estático, ele continuamente se adapta, redefinindo-se e incorporando novos elementos, ampliando suas facetas e oportunidades. Em suas palavras, “O nível em que eu gostaria de seguir a transformação não é o nível da teoria política, mas, antes, o nível dos mecanismos, das técnicas, das tecnologias de poder.” (Foucault, 2005, p. 288).

> O poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado. Portanto, o problema não é de constituir uma teoria do poder que teria por função refazer o que um Boulainvilliers ou um Rousseau quiseram fazer. Todos os dois partem de um estado originário em que todos os homens são iguais, e depois, o que acontece? Invasão histórica para um, acontecimento mítico−jurídico para outro, mas sempre aparece a idéia de que, a partir de um momento, as pessoas não tiveram mais direitos e surgiu o poder. Se o objetivo for construir uma teoria do poder, haverá sempre a necessidade de considerá−lo como algo que surgiu em um determinado ponto, em um determinado momento, de que se deverá fazer a gênese e depois a dedução. Mas se o poder na realidade é um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações, então o único problema é munir−se de princípios de análise que permitam uma analítica das relações do poder. (Foucault, 2022, p.369)

Por meio da sua genealogia do poder, o autor se debruçou na análise dessas relações ao longo do tempo. Foucault (1988) explica como essas tecnologias de poder, que são caracterizadas pelo autor em três formas, evoluíram durante os séculos.

O primeiro, o poder soberano, seria o privilégio de "dispor" da vida dos demais, ele opera pelo poder de matar, no qual um soberano tem o direito sobre a vida e a liberdade de seus súditos, o autor define este poder como um direito da espada. Foucault (1988) explica que na relação entre o soberano e seus súditos, o exercício do poder não ocorre de forma absoluta e irrestrita, mas apenas em situações em que a própria existência do soberano esteja em perigo iminente, como uma espécie de legítima defesa. Se o soberano enfrentar ameaças externas que buscam sua derrubada ou contestam seus direitos, ele tem a prerrogativa legítima de entrar em guerra e convocar seus súditos para defender o Estado, ele pode expor seus súditos ao perigo em nome da defesa coletiva. Nesse contexto, o soberano exerce um controle "indireto" sobre a vida e a morte de seus súditos.

No entanto, se um súdito desobedecer às leis do soberano e se rebelar, o soberano tem o poder de punir diretamente, inclusive com a morte. Assim, o direito de vida e morte não é mais um privilégio absoluto, mas condicionado à defesa do soberano e à sua própria sobrevivência. Este direito, portanto, não é justo: o soberano só exerce seu poder sobre a vida quando necessário para garantir sua própria segurança, demonstrando seu controle sobre a vida através da morte que pode exigir. Em resumo, o direito de vida e morte se manifesta como o direito de causar a morte.

> o direito de vida e morte, sob esta forma moderna, relativa e limitada, como também sob sua forma antiga e absoluta, é um direito assimétrico. O soberano só exerce, no caso, seu direito sobre a vida, exercendo seu direito de matar ou contendo o; só marca seu poder sobre a vida pela morte que tem condições de exigir. O direito que é formulado como "de vida e morte" é, de fato, o direito de causar a morte ou de deixar viver. Afinal de contas, era simbolizado pelo gládio. E talvez se devesse

> relacionar essa figura jurídica a um tipo histórico de sociedade em que o poder se exercia essencialmente como instância de confisco, mecanismo de subtração, direito de se apropriar de uma parte das riquezas: extorsão de produtos, de bens, de serviços, de trabalho e de sangue imposta aos súditos. O poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la. (Foucault, 1988, p.128)

Com a chegada da modernidade, Foucault (2005) explica a introdução do poder disciplinar, que deixa de ser a morte e passa a ser de controle dos corpos. Nesse momento, as tecnologias e os mecanismos operam sobre o controle e a vigilância dos corpos. Nessa perspectiva, o corpo é uma máquina para o crescimento econômico, portanto, as técnicas disciplinares são usadas para a gestão dos corpos por meio de um padrão de comportamento.

> [...] nos séculos XVII e XVIII, viram-se aparecer técnicas de poder que eram essencialmente centradas no corpo, no corpo individual. Eram todos aqueles procedimentos pelos quais se assegurava a distribuição espacial dos corpos individuais (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e em vigilância) e a organização, em tomo desses corpos individuais, de todo um campo de visibilidade. Eram também as técnicas pelas quais se incumbiam desses corpos, tentavam aumentar-Ihes a força útil através do exercício, do treinamento, etc. Eram igualmente técnicas de racionalização e de economia estrita de um poder que devia se exercer, da maneira menos onerosa possível, mediante todo um sistema de vigilância, de hierarquias, de inspeções, de escriturações, de relatórios: toda essa tecnologia, que podemos chamar de tecnologia disciplinar do trabalho.(Foucault, 2005, p.288a)

O poder disciplinar, segundo Foucault, em Vigiar e Punir (1999), representa uma anatomia do poder, uma espécie de tecnologia que pode ser gerida por instituições especializadas, por estruturas preexistentes que a utilizam para reforçar ou reorganizar seus próprios mecanismos de poder internos, por aparatos que têm na disciplina seu princípio operacional, ou ainda por entidades estatais cuja função principal é fazer com que a disciplina reine em toda a sociedade. Para o autor, esse processo culmina na formação de uma sociedade disciplinar. O êxito dessas técnicas é visto na absorção da vigilância pela própria sociedade. Ao contrário do poder soberano, que partia de uma autoridade, a gestão e controle do corpo social é realizado na própria malha de relações.

Ele garante uma distribuição minuciosa das relações de poder. De maneira geral, as disciplinas podem ser consideradas como técnicas para organizar as multiplicidades humanas. O que é característico das disciplinas é a tentativa de definir uma tática de poder em relação às multiplicidades que atenda a três critérios: tornar o exercício do poder o mais econômico possível; maximizar a intensidade e extensão dos efeitos desse poder social, sem falhas ou lacunas; e, por fim, aumentar, simultaneamente, a docilidade e a utilidade de todos os elementos do sistema.

Assim, o corpo é tomado como objeto de poder técnico, político, anatômico e existencial. Atuando sobre os espaços, o tempo, os gestos do sujeito e as relações entre corpo e objeto, as técnicas disciplinares operam em uma escala micro com uma coerção ininterrupta, isso seria o controle minucioso do corpo. Pensando no poder dado pelas relações que Foucault (1999) examina, vemos a configuração da microfísica do poder, na qual as técnicas não possuem uma só origem e se dão nas minúcias do convívio social.

Por fim, para entender o funcionamento das técnicas disciplinares, é fundamental compreender que elas partem de uma urgência, o que significa que elas estão no interior de um dispositivo: "O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam." (Foucault, 1999, p.196)

Os dispositivos (Foucault, 2022) são um conjunto heterogêneo de instituições e discursos, uma rede de conhecimento e poder que serve como reguladora da sociedade. Assim, são uma diversidade de elementos investidos para a dominação. Como dizem sobre uma urgência, os dispositivos são temporais, de acordo com o momento e a necessidade em que eles estão inscritos, definem o ser e o não ser, servindo aos objetivos estratégicos do tempo em que se consolidaram, no caso do poder disciplinar, por exemplo, com o dispositivo da punição.

Além de uma urgência e um objetivo, o dispositivo se estabelece à medida que incorpora dois processos simultâneos: primeiramente, cada resultado, seja ele positivo ou negativo, interage em oposição ou em concordância com os demais, demandando uma reorganização dos elementos diversos que surgem de forma dispersa. Em segundo lugar, há um processo contínuo de adaptação estratégica para preencher lacunas e alcançar objetivos específicos de forma constante. Ao fim, o dispositivo sempre pretende regular e dominar. Ele definirá, a partir de sua heterogenia e emergência, quem é o considerado humano e aquele que não é considerado humano a partir das normas estabelecidas. Ou seja:

> O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles. (Foucault, 2022, p.367)

Finalmente, no final do século XVIII, vemos a consolidação de dispositivos voltados para a gestão máxima da vida. Chegamos na emergência da biopolítica, o controle da vida. Ao contrário do poder soberano, onde se deixa viver e faz morrer, a biopolítica faz viver e deixa

morrer. Na mesma medida, ao contrário do poder disciplinar, que é um controle do corpo, do indivíduo, o biopoder é o controle da massa, da população. A biopolítica emerge para assegurar a regulamentação sobre a vida para obter um estado de normalização e equilíbrio da população, através da natalidade, mortalidade, doenças e produção.

Os dispositivos da biopolítica incidirão, principalmente, na mensuração e gestão da população geral. O objetivo principal é estabelecer mecanismos reguladores que mantenham um equilíbrio médio. Em outras palavras, o foco não está nos indivíduos, mas nas características gerais de uma população. A biopolítica, então, tem caráter essencialmente normativo, ela é voltada para a manutenção da vitalidade do corpo social, entendido aqui como um organismo biológico que precisa ser preservado e gerido.

> Ao que essa nova técnica de poder não disciplinar se aplica é - diferentemente da disciplina, que se dirige ao corpo - a vida dos homens, ou ainda, se vocês preferirem, ela se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; no limite, se vocês quiserem, ao homem-espécie. Mais precisamente, eu diria isto: a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige a multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, urna massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. Logo, depois de urna primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie. Depois da anatomo-política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anatomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de urna "biopolítica" da espécie humana. (Foucault, 2005, p. 289).

Foucault (2005) não ignora as outras técnicas de poder ao explicar a biopolítica, em vez disso, ele problematiza como o poder soberano e disciplinar - da morte e do corpo - é exercido em um sistema centrado na biopolítica. Como resposta, o autor explica que a manutenção desses poderes é operada pelo racismo. Assim, se o poder de normalização deseja exercer o antigo direito soberano de causar morte, ele precisa necessariamente envolver-se com o racismo. E, se a regulação da população deseja exercer a disciplina sobre o corpo, ela é defendida pelo racismo. Segundo Foucault (2005), isso não significa que o racismo foi inventado neste momento, e sim que se inseriu como instrumento fundamental do biopoder.

O racismo é uma tecnologia de poder que exerce o domínio soberano de eliminação e purificação do corpo social. Ele fragmenta o corpo social e permite uma relação positiva em relação à morte da raça tida como inimiga, ou seja, torna-se aceitável tirar a vida. Assim, não seria o ódio de uma raça contra outra, ou uma ideologia, mas sim o funcionamento do próprio

poder. Nesse sentido, entende-se que existe uma distribuição da morte para que o corpo social continue saudável e, por conseguinte, os corpos que fogem da norma são aqueles que devem morrer, são os corpos descartáveis.

> Em outras palavras, tirar a vida, o imperativo da morte, só é admissível, no sistema de biopoder, se tende não à vitória sobre os adversários políticos, mas à eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou da raça. A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. Quando vocês têm uma sociedade de normalização, quando vocês têm um poder que é, ao menos em toda a sua superfície e em primeira instância, em primeira linha, um biopoder, pois bem, o racismo e indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo. (Foucault, 2005, p.306.)

Nessa perspectiva, é possível afirmar que não há funcionamento moderno de Estado que não passe pelo racismo. O racismo permite uma conexão entre a vida e a morte que não se baseia simplesmente na guerra, mas que evoca uma relação biológica. Nela, a morte do outro não significa somente a segurança da norma, mas também o fortalecimento da vida assegurada pelo sistema.

> Não será: "Temos de nos defender contra a sociedade", mas, "Temos de defender a sociedade contra todos os perigos biológicos dessa outra raça, dessa sub-raça, dessa contra-raça que estamos, sem querer, constituindo." Nesse momento, a temática racista não vai mais parecer ser o instrumento de luta de um grupo social contra um outro, mas vai servir à estratégia global dos conservadorismos sociais. Aparece nesse momento – o que é um paradoxo em comparação aos próprios fins e à forma primeira desse discurso de que eu Ihes falava - um racismo de Estado: um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre os seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social. (Foucault, 2005, p.73)

O racismo, portanto, é o dispositivo que preserva o direito de matar e torna certas perdas não passíveis de luto. Para introduzir as reflexões e análises propostas pela dissertação, pensar no racismo de Estado, elucidado por Foucault, traz uma base para, assim, tratarmos sobre as consequências deste racismo no contexto brasileiro. Quando um corpo preto é morto, mas não diz nada (Emicida, 2019), vemos a operação deste dispositivo que age de maneira única e complexa no Brasil. Carneiro (2005, p.70) faz uma importante elucidação acerca da discussão dos termos da biopolítica foucaultiana.

> Foucault, em sua análise do racismo estava focado principalmente na análise da experiência alemã, do holocausto judeu. Não considerou, no entanto, o racismo enquanto dispositivo de poder de sociedades multirraciais nas quais ele opera como um disciplinador, ordenador e estruturador das relações raciais e sociais. Enquanto dispositivo disciplinar das relações sociais, institui relações raciais como complexificação das relações sociais, amalgamando às contradições de classes, as

> contradições de raças. Isso institui a pobreza como condição crônica da existência negra, na medida em que a mobilidade de classe torna-se controlada pela racialidade. Essa dinâmica tem efeito paralisante sobre o grupo dominado, produzindo seu confinamento aos patamares inferiores da sociedade e produzindo resistências que se constituem mais como mecanismos de inscrição da racialidade, subjugada na dinâmica do dispositivo, e menos como estratégia de emancipação.

Foucault (2005) aponta brevemente para o colonialismo como a essência do desenvolvimento do racismo, especialmente por meio do genocídio colonizador. Tendo por base as premissas apresentadas por Foucault (2005), partiremos para um exercício de compreensão da realidade da população negra no Brasil. Para tanto, transpondo seu conceito para um recorte racializado, o dispositivo foucaultiano é atualizado, em Sueli Carneiro, como o dispositivo da racialidade, enquanto a biopolítica se converte na necropolítica (Mbembe, 2020).

2.2 Dispositivo de Racialidade

Como vimos acima, Foucault (2005), em seus trabalhos, aponta para as dinâmicas de poder presentes na sociedade. Nessas dinâmicas, o racismo é pontuado como a base para o exercício do direito de matar na biopolítica, como uma tecnologia de poder. Entender o racismo para além da noção de discriminação, percebendo-o como uma ideologia voltada para a hegemonia, é essencial para assim perceber todo dispositivo que o cerca. Charles Mills (2023) resume o que é o racismo logo nas primeiras linhas de seu livro Contrato Racial: “Supremacia branca é o sistema político não nomeado que fez do mundo moderno o que ele é hoje.” (Mills, 2023, p.28). O racismo, nesse sentido, é um sistema político, uma estrutura de poder formal e informal que visa o privilégio da branquitude através da exploração dos corpos, terras, recursos e negação de oportunidade de pessoas não-brancas.

Mills (2023) explica este sistema com o conceito de Contrato Racial. Ele nos aponta como a filosofia clássica falhou ao idealizar uma sociedade baseada em igualdade e liberdade conforme proposto pelo contrato social. O filósofo argumenta que o contrato verdadeiramente realizado remonta ao século XV e não tinha como objetivo a inclusão universal, mas sim a manutenção de privilégios. Nesse contexto, o contratualismo se estrutura em torno de um sujeito específico: o homem branco, cisgênero e heterossexual.

> Todos compreendemos a ideia de um “contrato”, um acordo entre duas ou mais pessoas para fazer algo. O “contrato social” apenas amplia essa ideia. Se pensarmos nos seres humanos como começando em um “estado de natureza”, isso sugere que eles então decidem estabelecer uma sociedade civil e um governo. O que nós temos, então, é uma teoria que fundamenta o governo no consentimento popular de indivíduos considerados iguais. Mas o contrato peculiar a que estou me referindo,

> embora baseado na tradição de contrato social que tem sido central para a teoria política ocidental, não é um contrato entre todos (“nós, o povo”), mas apenas entre as pessoas que contam, as pessoas que realmente são pessoas (“nós, os brancos”). Portanto, é um contrato racial. (Mills, 2023, p.30)

Como sistema não nomeado, este contrato também desenvolve um controle epistemológico nas relações. Argumentos científicos, religiosos e políticos são formados na tentativa de justificar a exploração e o subjugo dos não-brancos. A raça é inventada e o que é visto como humanos é codificado.

> Os quinhentos anos de Colombo há alguns anos, com seus debates, polêmicas, controvérsias, contraprotestos e uma enxurrada de literatura revisionista, confrontaram muitos brancos com o fato desconfortável, pouco discutido na teoria moral e política dominante, de que vivemos em um mundo que tem sido fundamentalmente moldado nos últimos quinhentos anos pelas realidades da dominação europeia e pela consolidação gradual da supremacia branca global. Assim, não só o contrato racial é “real”, mas — enquanto caracteristicamente se considera que o contrato social estabeleceu a legitimidade do Estado-nação e codificou a moralidade e o direito dentro de seus limites — é global, envolvendo uma mudança tectônica da base ético-jurídica do planeta como um todo, a divisão do mundo, como Jean-Paul Sartre disse há muito tempo, entre “homens” e “nativos”. (Mills, 2023, p.48-49)

Estes argumentos científicos, religiosos e jurídicos nada mais são do que as técnicas que moldam o dispositivo da racialidade (Carneiro, 2005). Assim como no mundo pós-colonial o dispositivo da racialidade supre a urgência da dominação racial pós-escravidão. São as técnicas disciplinares que, durante o processo de colonização, moldaram a construção dos não-brancos como selvagens, pecadores e não-humanos, e, portanto, vazios de direitos. Sobre isso, Carneiro (2005, p. 50) conclui:

> Nesse sentido, o dispositivo de racialidade beneficia-se das representações construídas sobre o negro durante o período colonial no que tange aos discursos e práticas que justificaram a constituição de senhores e escravos, articulando-os e resignificando-os à luz do racialismo vigente no século XIX.

O dispositivo da racialidade é a rede de elementos reguladores estabelecidos para a dominação racista. Segundo Carneiro (2005, p. 93), este dispositivo visa a “promoção do vitalismo dos brancos e multicídios de negros na esfera do biopoder”. Este dispositivo se desenvolve na sociedade pós-colonial e se embrenha nas bases das relações sociais, garantido o controle dos corpos, a produção econômica e o domínio baseado na raça.

O dispositivo de racialidade assume uma dinâmica dual semelhante a outros dispositivos de poder exemplificados por Foucault. Nele, a cor da pele funciona como um marcador de normalidade, com a branquitude como sua expressão. Isso resulta em uma ontologia do ser e uma ontologia da diferença, onde o sujeito é moldado pelas práticas

discursivas, gerando novas tecnologias de poder que conformam as relações sociais. Essas tecnologias, informadas por concepções específicas de racialidade, fundamentam a emergência de novas formas de controle social.

Por meio desse dispositivo, são construídos conhecimentos sobre as raças que não apenas exercem poder, mas também moldam subjetividades por meio de processos disciplinares e de normalização. Desse modo, como explica Da Silva (2021, p. 41),

> [...] podemos inferir que reconstruir a história de um dispositivo ou apreender um dispositivo é, sobretudo, um trabalho que visa identificar sua função estratégica, o que foi instituído como verdade, por quem, com qual objetivo e também o que se tornou seu contraponto — por exemplo, se o dispositivo da sexualidade instituiu a heteronormatividade como um dos aspectos de uma sexualidade saudável, todas as outras formas de vivência da sexualidade, automaticamente, passaram a ser incorretas, posto que estavam fora da norma. Ao instituir uma forma, um padrão, os dispositivos de poder posicionam os sujeitos como unidades que não se reconfiguram quando interpelados pela diferença, apenas se adequam ao padrão, à regularidade dominante.

Em consonância com as ideias de Foucault (1988), Carneiro (2005) argumenta que esse dispositivo de racialidade confere superioridade ao EU ao produzir a inferioridade do *Outro*, influenciando conceitos de razão, normalidade e vitalidade. Ao regular a vida das populações, o dispositivo de racialidade influencia diretamente a morbidade e mortalidade, contribuindo para a distribuição desigual de vitalidade e morte, com consequências particularmente adversas para grupos raciais marginalizados. Trata-se da constituição do sujeito *ser* – reconhecido como humano por estar no padrão de normalização do corpo-social– pela negação do sujeito *não-ser*, que, por estar à margem desses padrões, não é plenamente considerado humano.

Assim, como o exemplo de Colombo, apontado por Charles Mills (2023), no qual a dominação europeia foi normalizada e consolidada globalmente. Carneiro (2005) destaca como o surgimento do dispositivo da racialidade é anterior à ascensão do capitalismo.

Na dinâmica mercantil do século XV, a constituição do Brasil foi fundamentada neste dispositivo. A dinâmica de exploração e dominação branca europeia via o espaço e os corpos como inabitados, nesse cenário, toda materialidade foi definida como recurso, tanto na geografia como nas vidas presentes no território. Foi essa exploração eurocêntrica que culminou no genocídio de povos indígenas. A mesma, 49 anos após a chegada dos portugueses, instituiu, oficialmente, o tráfico de africanos. No primeiro século de colonização, o Brasil foi o destino de 41,8% dos africanos trazidos à América. De 1549 a 1850, datas

oficiais da legalização do tráfico de escravos, 3,3 milhões de africanos foram trazidos para serem escravizados (Flauzina, 2006).

A colonização mercantilista é a expressão original do contrato racial. É a partir desse sistema, que o branco coloca apenas a sociedade europeia como corpo social organizado e se enxerga no direito moral e político de explorar e dividir territórios não-brancos. A partir deste sistema, indígenas foram considerados amorais e africanos foram considerados amaldiçoados pela tradição cristã.

> [...] espaço não europeu é, então, demonizado de uma forma que implica a necessidade de europeização para que a redenção moral seja possível. A ligação entre o cognitivo e o moral, claro, conecta a falha em perceber a lei natural com a falha moral: a escuridão do Continente Negro não é apenas a ausência de uma presença europeia, mas uma cegueira para a luz cristã, o que necessariamente resulta em negritude moral, superstição, adoração do diabo. (Mills, 2023, p.77)

O Brasil é gerido e gerado pela supremacia branca. Dessa forma, há uma epistemologia racial na qual o não-branco é codificado como não-humano pela biologia, sociologia e religião. Há, portanto, um regime político racial materializado na casa-grande e na senzala e há um sistema jurídico racial presente nos códigos legais do Estado. Assim, como aponta Flauzina (2006, p. 46):

> o sistema penal colonial-mercantilista que, de acordo com Nilo Batista, caracteriza a arquitetura punitiva do Brasil no período de 1500 a 1822, articula a espinha dorsal da lógica de atuação do aparelho repressivo no país. No interior da estrutura mercantil, que utilizou o degredo como forma de liberação das cidades europeias dos supérfluos humanos, materializados pela delinquência produzida na desestruturação do feudalismo, e enxergou na Colônia os africanos escravizados como o foco de intervenção privilegiado, aparece um sistema de base fundamentalmente corporal.

No caminhar da história do Brasil, o Império dá continuidade a esse sistema. A Constituição de 1824 reafirma o negro como mercadoria e o alija da noção de cidadão em uma divisão clara. Essa divisão aparece na ocupação do espaço e no ir e vir, por exemplo, no art. 1° do Decreto de 20 de março de 1829, escravizados, que estivessem na rua sem cédula assinada pelo senhor, poderiam ser presos e castigados. Essa divisão se faz presente também no direito à vida, como a Lei n°4 1935, que colocava a pena de morte ao escravo que fizesse qualquer ofensa ao senhor. Portanto, é uma divisão que distingue o humano-cidadão e o escravo-mercadoria: “a exemplo da abolição das penas cruéis, tais como açoites, torturas e marcas de ferro, que foram extintas pelo inc. XIX do art. 179 da Constituição de 1824 e

eram aplicáveis aos escravizados, conforme art. 60 do Código Criminal". (Flauzina, 2006. p. 56).

É marcante na história do Brasil os esforços jurídicos[10] para contenção da população negra no Império e na República, uma preocupação da elite branca devido a eminente abolição da escravidão. Muito se fala sobre como a lei Áurea, de 1888, apenas declarou o fim da escravidão, não promovendo uma integração do africano na sociedade brasileira. Mas a verdade é que a abolição veio assistida de uma série de leis que posicionaram o negro, no corpo social, à margem, no cárcere, na reprodução do trabalho forçado e sob o signo da morte.

Vemos isso desde 1830, com a reforma no Código de Processo Penal, o qual instituiu no Brasil o sistema de vigilância e disciplina. Presente no Código Criminal pelo art. 295, a lei da vadiagem é significativa nesse cenário. Pela lei, aqueles que estivessem na rua ociosos e não comprovassem seu trabalho seriam presos e reinscritos no trabalho forçado. Essa legislação teve sua pena intensificada ao longo do tempo. Na sua primeira versão, conforme o art. 4° da lei de 26 de outubro de 1831, a pena de prisão variava de oito a 24 dias, sendo que, em casos de reincidência, a pena foi elevada para um período de um a seis meses. Após o fim da escravidão, no Código Penal da República, em 1890, a lei da vadiagem dispôs de formas ainda mais severas de punição. A pena inicial era de 15 a 30 dias, após o encarceramento, o sujeito teria 15 dias para apresentar um trabalho, em caso de reincidência, a prisão com trabalho forçado seria de 3 anos. Na lei ainda constava que jovens acima dos 14 anos seriam detidos até os 21. Segundo Sodré (2023), durante a época da colonização, o Estado era resumido na imagem da senzala e da casa-grande. Na República, por sua vez, o Estado seria comparado à casa-grande com a senzala escondida. O autor aponta que o regime republicano foi estabelecido visando preservar o patrimonialismo em meio ao surgimento do capitalismo industrial. Nesse contexto, a repressão disposta na lei da vadiagem do Código Penal da República era um exemplo tangível dessa tentativa de esconder a senzala, que ainda se fazia presente, mesmo após a abolição.

Além da lei da vadiagem e do encarceramento da população, é visível, na história brasileira, diversas leis, que precederam a lei Áurea, e que visaram a dominação dos negros no contexto de fim da escravidão, a partir da privação de oportunidades de ascensão social.

[10] Legislação brasileira: controle e embranquecimento do mercado de trabalho livre. Disponível em: <https://museudaimigracao.org.br/en/blog/migracoes-em-debate/legislacao-brasileira-controle-e-embranquecimento-do-mercado-de-trabalho-livre>.

Em 1850, houve a lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico negreiro e iniciou o processo legal da abolição. No entanto, logo após este avanço, em 1853, a Lei das Terras abolia as sesmarias, o que dificultava o acesso de não-brancos à terra e facilitava a aquisição de terras para estrangeiros brancos. Em 1871, a Lei do Ventre Livre determinou que filhos de mulheres escravizadas nasceriam livres, em contrapartida, em 1879, a Lei de Locação de Serviço garantia o controle da mão de obra na agricultura e priorizava o trabalhador branco. Como apontou Flauzina (2006) em seu livro, as leis municipais da época também ocuparam papel importante na manutenção do poder da elite branca, como exemplo, a Câmara Municipal de São João do Monte Negro (RS) (Lei n°1.030 de 1876) vedava a venda ou administração de casas públicas de negócio e propriedade de imóveis a escravizados.

> Em termos muito sumários, pode-se dizer que, até a Abolição, a sociedade brasileira era composta pelos protagonistas do "descobrimento" (portugueses, africanos e indígenas, principalmente, além de outras eventuais nacionalidades), enquanto, após o fim da escravatura, se poderia chamá-la de sociedade do "encobrimento", no sentido de uma formação social orientada para o apagamento do que houve antes. Na sociedade escravista, o racismo era uma tecnologia de poder declarada ou visível, cujo arcabouço consistia em um tríptico de estigmatização/discriminação/segregação, estruturalmente ou sistemicamente inscrito em leis e fatos normativos. Ou seja, não era um fenômeno ideologicamente dependente apenas de doutrinas e discursos, uma vez que estava "naturalizado" pelo arcabouço colonial. A sociedade pós-abolicionista empreende a transição para a modernidade requerida pelo capitalismo industrial (um período que vai da Proclamação da República até a meia década posterior à Segunda Grande Guerra), mas sem abolir cultural ou simbolicamente esse arcabouço, que foi, sim, uma estrutura colonial. (Sodré, 2023 p.29)

O resumo feito por Sodré (2023) mostra, de forma clara, a manutenção da dominação branca e a inviabilização da existência negra presente na história do Brasil. Novamente, estamos diante da supremacia branca não nomeada (Mills, 2023). Junto com os esforços para conter a população negra livre, a República também regulariza a introdução dos imigrantes brancos como mão de obra prioritária do capitalismo industrial. Segundo Azevedo (1987), na República é possível identificar duas representações claramente contrastantes: de um lado o imigrante europeu, que simbolizava a prosperidade, o trabalho livre e a humanidade; de outro lado, o liberto, com a imagem de pobreza, vadiagem e trabalho forçado.

> A racialização pós-abolicionista era uma estratégia endocolonial'! de construção de fronteiras sociais internas, ideologicamente respaldada por saberes pseudocientíficos sobre a inferioridade antropológica do negro, assim como por interesses econômicos, no sentido de atribuir menor valor salarial à sua força de trabalho como homem livre. Pode-se vislumbrar correspondências entre esses propósitos e os do fascismo emergente na Europa. O racismo passa a funcionar como estratégia de hierarquização social dentro de uma cadeia de continuidade que se pauta por novas regras. (Sodré, 2023 p.29)

É nesse cenário de criminalização do corpo negro e institucionalização do branqueamento que, no exercício de encobrimento do passado colonial, o discurso de democracia racial é exaltado. A pesquisadora Lélia Gonzalez (2020), em suas análises, desconstrói o mito da democracia racial, expondo como essa ideia contribuiu para mascarar e perpetuar a opressão contra pessoas negras. Ela argumenta como os chamados "casamentos inter-raciais" no Brasil colonial não foram consensuais, mas resultaram, da violência sexual contra mulheres negras por parte de homens brancos. Essa dinâmica violenta deu origem, na década de 1930, à consolidação do mito da democracia racial, promovido por Gilberto Freyre. Esse mito alimentou a falsa noção de que o racismo não existe no Brasil, creditando à miscigenação a suposta harmonia racial. Gonzalez (2020) destaca que essa narrativa reforçou a imagem do brasileiro como um ser cordial e conciliador, enquanto difundiam imaginários racistas sobre pessoas negras, associando-as à passividade, infantilidade e incapacidade intelectual, além de descredibilizar a resistência negra, que sempre esteve presente. Lélia Gonzalez (2020, p.115) classifica o mito como racismo por denegação.

> Para um bom entendimento das artimanhas do racismo acima caracterizado, vale a pena recordar a categoria freudiana de denegação (Verneinung): “Processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença”. 3 Enquanto denegação de nossa ladino-amefricanidade, o racismo “à brasileira” se volta justamente contra aqueles que são o testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo que diz não o fazer (“democracia racial” brasileira).

Cria-se, portanto, um pensamento nacional de que brancos e não-brancos vivem em uma relação harmônica e cordial, pautada pela igualdade. Esse discurso preza pela negação do racismo e da supremacia branca, enquanto, na prática, o sistema racista continua atuando em corpos não brancos, a partir da vigilância, disciplina e morte.

> Em princípio, não ousa confessar o seu nome. Abrigado em um sensório global, uma espécie de síntese emocional que informa os esquemas existenciais, ordenadores da experiência comum, o nacional-racismo é o estado latente da violência física, ao modo de uma “necropolítica” à espera de ocasião. Esse é o mesmo esquema em que o indivíduo confunde o vizinho negro com um assaltante e o mata a tiros; ou então um casal ataca a pontapés um jovem negro-pardo que tentava abrir a porta de seu próprio carro na frente da residência; ou ainda, os seguranças de um supermercado de grande porte, variações do guarda da esquina ou de policiais militares nas favelas espancam e sufocam até a morte um homem negro-pardo, desarmado que apenas fazia compras ao lado da esposa, mas tinha tido uma pequena discussão com a funcionária do caixa. Prendem-se os autores do homicídio, mas a delegacia de polícia responsável pela investigação conclui pela inexistência de qualquer motivação racial no crime.(Sodré, 2023 p.134-35)

Nesses contextos, vemos o dispositivo agindo sobre seu signo da morte. O dispositivo nomeia o poder, define a humanidade do ser. Como vimos em Foucault (2005), o poder soberano de dispor sobre a vida, centrado no biopoder, é operado pelo racismo, que determina o inimigo do corpo social e gerência a purificação deste corpo por meio da morte daquele nomeado como não-ser.

Para Foucault (2005), o Estado nazista representa a epítome do exercício do direito de matar. Ele associa a gestão da vida com o direito soberano de matar, utilizando uma lógica biológica para justificar a eliminação dos adversários políticos e até mesmo de seus próprios cidadãos, como evidenciado pelo projeto da Solução Final. Achille Mbembe (2016) expande essa análise ao destacar a escravidão como uma das primeiras manifestações da biopolítica, mostrando como a estrutura colonial perpetuou o estado de exceção. A pesquisadora Fátima Lima (2018, p. 26), discute o conceito de Necropolítica trazido por Mbembe.

> Saindo de análises centradas em contextos europeus, "Necropolítica" fornece ferramentas para pensarmos a forma de constituição de diagramas de poder não apenas nos contextos pós-coloniais de Áfricas, mas também nos processos de colonização, neocolonização, descolonização e nos traços de colonialidade que ainda imperam com força nos contextos latino-americanos, caribenhos e brasileiros. Dessa forma, promove uma mudança tanto analítica quanto na forma de olhar e tomar alguns processos históricos que têm nos contextos europeus o foco territorial e a primazia analítica dos eventos. A partir desse deslocamento, o holocausto deixa de ser o modelo paradigmático de genocídio de povos e populações. O processo de colonização e neocolonização e, consequentemente o extermínio das populações indígenas, dos povos autóctones e o sequestro e escravização dos povos de Áfricas passam a ser o centro do debate bio-necropolítico.

Nessa perspectiva, a colonização representa a expressão máxima da soberania, onde a paz é mantida via uma guerra sem fim, caracterizada pela ocupação territorial, classificação racial e exploração econômica. Essa ocupação territorial não apenas delimita fronteiras, hierarquias e zonas de controle, mas também fundamenta o exercício do poder de matar. Daí vemos as realidades descritas por Sodré (2023) nas quais pessoas negras são alvos de tiros, mortos a pontapés e sufocados. Foucault (2005), em seus trabalhos acerca da biopolítica, teve por foco a gestão da vida, na função ativa do poder sobre o fazer viver. Aqui, nós iremos nos centrar na atuação ativa do poder de matar, isso é, na operação da necropolítica.

2.3 Necropolítica

> Tudo nos leva a crer que estamos cercadas, que onde há nação há brutalidade, e onde há brutalidade nós somos alvos. (Mombaça, 2021, p.15)

Voltamos à frase de Charles Mills (2023, p.28) "Supremacia branca é o sistema político não nomeado que fez do mundo moderno o que ele é hoje.". Esse sistema, que teve

sua maior expressão e consolidação na colonização, tem na colônia o elemento fundamental da necropolítica brasileira. Os elementos descritos anteriormente, como a separação legal entre cidadãos e corpos-objetos, as políticas de encarceramento e a distribuição espacial, tratam-se de técnicas que distinguem entre o ser e o não-ser, entre os que merecem viver e aqueles que devem morrer. Este sistema é pontuado por Mbembe (2020) como uma guerra contínua. Nas tecnologias orquestradas na colonização, o pensador analisa o terror e a violência manifestados na necropolítica.

Segundo Mbembe (2020), a guerra colonial não apenas serviu como matriz da supremacia branca, mas também como um meio de sua institucionalização. Além das guerras de conquista e ocupação, as guerras coloniais envolveram aspectos de extermínio, sitiamento, intrusão e etnocídios, podendo também se assemelhar a guerras civis e de defesa. Mbembe (2020) argumenta que, durante o período colonial, os regimes que se autodenominavam de direito conduziram a maioria das guerras coloniais, não com foco na autodefesa ou para restaurar a justiça, mas como uma forma desenfreada de violência, que não reconhecia limites na devastação infligida aos colonizados. A colonização não representava uma aplicação do direito, mas sim uma forma de violência desregrada, fora da lei, perpetrada pelo colonizador branco contra nativos e africanos em diáspora. Nesse sistema, pessoas fora da norma eram colocadas como inimigos intrínsecos e passíveis de criminalização.

As colônias eram zonas onde a violência constituía a forma original do direito, e a exceção estruturava a soberania, da qual a ocupação colonial visava estabelecer controle físico e geográfico, produzindo fronteiras, hierarquias e imaginários. A soberania era exercida através da ocupação, colocando os colonizados num limiar entre sujeito e objeto. A colonização implicava em uma constante eliminação, com a segregação sendo fundamental para o empreendimento. Ela operava com base na exclusão daqueles considerados supérfluos pelas nações colonizadoras, esses seriam os corpos dissidentes, corpos que deveriam ser descartados. Esse processo incluía a regulação dos movimentos migratórios e resultava em inúmeras atrocidades, massacres, limpezas étnicas, expulsões e genocídios. Com essas exclusões, o empreendimento colonial promovia a vitalidade da norma. Assim, a segregação foi central na colonização, envolvendo a separação entre corpos vivos e corpos-coisas. Nela, a população subjugada permanecia vulnerável a massacres, principalmente nas colônias de povoamento, onde qualquer presença não-branca era renegada para legitimar a ocupação europeia. Além dos grandes genocídios, uma violência molecular persistente saturava o tecido social, com a lei sendo aplicada de maneira discrepante entre os indígenas e negros, e os colonos.

Vale destacar como o período da colonização também marcou a ascensão do estado de direito. Nesse contexto, Charles Mills (2023) demonstra como o contratualismo, embora fundamentado nos ideais de liberdade e igualdade, sempre esteve restrito aos corpos brancos. De maneira semelhante, Mbembe (2020, p.37) aponta que, "Desde sua origem, as democracias modernas sempre deram mostras de tolerância em relação à certa violência política, inclusive ilegal.", havendo garantias de direitos apenas a determinados cidadãos pertencentes ao corpo social.

O comércio negreiro e a colonização contribuíram para a formação do pensamento mercantilista no Ocidente. Nesse contexto, a democracia moderna, a escravidão e o império colonial compartilham uma matriz histórica comum. Assim, dentro da democracia, para legitimar a violência, o estado de exceção se torna o preceito do qual, após a ocupação colonial, o corpo social permanecia vulnerável a massacres. Dessa forma, a suspensão dos direitos e garantias individuais é justificada como uma condição para a sobrevivência desses mesmos direitos. Proteger o estado de direito contra os corpos dissidentes requer, paradoxalmente, uma violação desse próprio direito, implicando em um uso absoluto da soberania. Mbembe (2020), para explicar o estado de exceção vivenciado desde a colônia, usa o conceito de *exceção constante* descrito por Giorgio Agamben (2004, p. 78).

> O estado de exceção não é uma ditadura (constitucional ou inconstitucional, comissária ou soberana), mas um espaço vazio de direito, uma zona de anomia em que todas as determinações jurídicas - e, antes de tudo, a própria distinção entre público e privado - estão desativadas... falaciosas são as doutrinas que, como a de Schmitt, tentam inscrever indiretamente o estado de exceção num contexto jurídico, baseando-o na divisão entre normas de direito e normas de realização de direito, entre poder constituinte e poder constituído, entre norma e decisão.

Nessas circunstâncias, o poder, seja estatal ou não, recorre continuamente à exceção e à criação de um inimigo ficcional, justificando assim uma relação ativa de dissociação que culmina na guerra constante. Essa relação de inimizade justificada permite a instituição e normalização da ideia de que o poder é exercido às custas da vida dos outros. "É por isso que o poder necropolítico pode multiplicá-lo ao infinito, seja em pequenas doses ou em irrupções espasmódicas - a estratégia dos "pequenos massacres" intermitentes". (Mbembe, 2020, p.69). Assim, diversos argumentos são criados para desumanizar aqueles dissidentes da norma e transformá-los em inimigos. Na necropolítica, a questão não é apenas reprimir e disciplinar, mas sim matar, seja em grande escala ou de forma mais sutil.

> As técnicas de policiamento e disciplina, além da escolha entre obediência e simulação que caracterizou o potentado colonial e pós-colonial, estão gradualmente sendo substituídas por uma alternativa mais trágica, dado o seu extremismo. Tecnologias de destruição tornaram-se mais táteis, mais anatômicas e sensoriais, dentro de um contexto no qual a escolha se dá entre a vida e a morte. Se o poder ainda depende de um controle estreito sobre os corpos (ou de sua concentração em campos), as novas tecnologias de destruição estão menos preocupadas com inscrição de corpos em aparatos disciplinares do que em inscrevê-los, no momento oportuno, na ordem da economia máxima, agora representada pelo "massacre". Por sua vez, a generalização da insegurança aprofundou a distinção social entre aqueles que têm armas e os que não têm ("lei de distribuição de armas"). Cada vez mais, a guerra não ocorre entre exércitos de dois Estados soberanos. Ela é travada por grupos armados que agem por trás da máscara do Estado contra os grupos armados que não têm Estado, mas que controlam territórios bastante distintos; ambos os lados têm como seus principais alvos as populações civis desarmadas ou organizadas como milícias. (Mbembe, 2016, p.141)

É essa tecnologia de massacre que coloca o corpo de Thiago Menezes como alvo, e difama a criança após sua morte. Ela permite comentários como *"se estava no crime que Deus o receba"* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023), tornando a morte justificável aos olhos da norma racista. É essa tecnologia, que atua na lógica de zonas de morte, que fez com que Kathlen Romeu[11], mulher de 24 anos, decidisse mudar da comunidade onde morava, na zona norte do Rio de Janeiro, para fugir da violência, mas ser morta, um mês depois, em uma operação policial, enquanto visitava familiares. Ela também atua na negligência ao atendimento hospitalar de Queli Santos Adorno[12], que teve seu filho na recepção do hospital. Atua ainda na morte de Karine Sevalho Lima[13], assassinada por Vitor De Souza Rocha, após engravidá-la, pois o assassino não queria um filho negro. É a tecnologia que invisibiliza os nomes de Vinícius César Batista dos Santos, Pedro Henrique, Thiago Vinícius Silveira[14]. Essa é a tecnologia que não nomeia os corpos mortos em operações e os chamam de suspeitos, menores, favelados.

[11] GUIMARÃES, Juca. Grávida do primeiro filho, modelo negra é mais uma vítima fatal da polícia brasileira. Alma Preta, 8 jun. 2021. Disponível em: https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/gravida-do-primeiro-filho-modelo-negra-e-mais-uma-vitima-fatal-da-policia-brasileira/. Acesso em: 31 mar. 2025

[12] BARBI, Henrique. Grávida que deu à luz no chão de maternidade em Caxias faz desabafo: 'Fui tratada como um bicho'. O Globo, 3 abr. 2024. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/04/03/gravida-que-deu-a-luz-no-chao-de-maternidade-em-caxias-faz-desabafo-fui-tratada-como-um-bicho.ghtml. Acesso em: 31 mar. 2025.

[13] AGUIAR, Victor. Homem é preso após matar ex-namorada grávida por não querer um filho negro. CNN Brasil, 22 nov. 2023. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/homem-e-preso-apos-matar-ex-namorada-gravida-por-nao-querer-um-filho-negro/. Acesso em: 31 mar. 2025.

[14] Filhos de Ana Paula Batista dos Santos e Kaka Silveira da Redes Mães de luta.

Essa tecnologia está nos dados, que me atenho nesses parágrafos. O Atlas[15] da Violência 2024 revela que o risco relativo de uma pessoa negra ser vítima letal aumentou entre 2019 e 2022, passando de 2,6 para 2,8, passando por 2,9 em 2021. Isso significa que, mesmo com a diminuição da taxa de homicídios de negros no país, a desigualdade racial em relação à violência letal piorou.

Segundo o relatório[16] Pele Alvo (2024) da Rede de Observatórios da Segurança, os dados sobre letalidade policial no Brasil evidenciam um padrão racial alarmante: entre as vítimas com informações registradas sobre raça e cor, 87,8% eram pessoas negras, o que equivale a 2.782 das 3.169 mortes notificadas. Isso significa que, aproximadamente a cada quatro horas, uma pessoa negra foi morta pela polícia. Além disso, a redução do número de registros com idade "não informada" reforça a centralidade do racismo na violência contra a juventude negra. A análise comparativa entre estados revela que a maioria das vítimas já se concentrava na faixa etária de 18 a 29 anos, mas esse quadro se tornou ainda mais evidente à medida que mais casos passaram a ter essa informação detalhada. No Rio de Janeiro, por exemplo, em 2022, 50,4% das vítimas não tinham a idade registrada, enquanto 36,2% estavam nessa faixa etária. Já em 2023, com a queda dos registros "não informados" para 39,8%, a proporção de jovens entre 18 e 29 anos subiu para 40,4%, evidenciando a vulnerabilidade desse grupo diante da violência estatal.

O relatório[17] Violência Armada e Racismo (2024), do Instituto Sou da Paz, aponta que, 8 em cada 10 homens mortos por arma de fogo são negros. No relatório de 2022[18], a pesquisa ainda mostra que entre crianças e adolescentes de 10 a 19 anos, 85% das vítimas são crianças negras. O mapa[19] da violência armada contra a infância, organizado pelo projeto Futuro Exterminado, do Instituto Fogo Cruzado, revela que, na região metropolitana do Rio de Janeiro, 708 crianças e adolescentes foram baleados desde julho de 2016, sendo 311 mortos e 397 feridos. Um em cada três jovens atingidos foi vítima de bala perdida, e quase metade do total de vítimas foram atingidas durante operações policiais.

---

[15] INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Atlas da Violência 2024. Disponível em:https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf.

[16] RAMOS, S. ; et al. Pele alvo: mortes que revelam um padrão. Rio de Janeiro : CESeC, 2024. Disponível em: https://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2024/11/RELATORIO_REDE-DE-OBS_PELE-ALVO-4_web-2.pdf

[17] Instituto Sou da Paz. Violência armada e racismo: o papel da arma de fogo na desigualdade racial. Edição 4, 2024. Disponível em: https://lp.soudapaz.org/violencia-armada-e-racismo

[18] Instituto Sou da Paz. Violência armada e racismo: o papel da arma de fogo na desigualdade racial. Disponível em: <https://soudapaz.org/wp-content/uploads/2022/11/Violencia_armada_e_racismo_edicao_2022.pdf>

[19] Instituto Fogo Cruzado. Futuro exterminado. Disponível em: https://futuroexterminado.com.br/

O poder necropolítico opera na fabricação de pessoas que vivem no limiar da vida, onde a morte se torna uma presença constante. Essa vida supérflua é desvalorizada a ponto de não possuir o sentido de humano, estando sujeita a uma morte que não exige reação ou responsabilidade. Conforme observado por Mbembe (2020), é esse vínculo de inimizade que possibilita instituir e normalizar a ideia de que o poder só pode ser obtido e exercido à custa da vida dos outros. No governo pelo terror, a questão não é reprimir e disciplinar, mas matar, seja em larga escala ou em pequenas doses.

> Nessas formas mais ou menos movediças e segmentadas de administração do terror, a soberania consiste no poder de fabricar toda uma série de pessoas que, por definição, vivem no limite da vida, ou no limite externo da vida - pessoas para quem viver é um constante acerto de contas com a morte, em condições em que a própria morte tende cada vez mais a se tornar algo espectral, tanto em termos de como é sofrida quanto pela forma como é infligida. Vida supérflua, portanto, essa cujo preço é tão baixo que não possui equivalência própria, nem em termos mercantis e muito menos em termos humanos; essa espécie de vida cujo valor está fora da economia e cujo único equivalente é o tipo de morte que lhe pode ser cominada. De regra, trate-se de uma morte à qual ninguém se sente obrigado a reagir. Em vista desse tipo de vida ou desse tipo de morte, ninguém sente nenhum senso de responsabilidade ou justiça. O poder necropolítico opera por uma espécie de reversão entre a vida e a morte. Ele busca sempre abolir a distinção entre meios e fins. Uma morte assim não tem nada de trágico. É por isso que o poder necropolítico pode multiplicá-lo ao infinito, seja em pequenas doses (o modo celular e molecular) ou em irrupções espasmódicas - a estratégia dos "pequenos massacres" intermitentes, seguindo uma implacável logica de separação, estrangulamento e vivissecção, como se vê em todos os palcos contemporâneos do terror e do antiterror. (Mbembe, 2020, p. 69)

Estamos diante do estado de insegurança, abordado por Mbembe (2020), o autor discute como os movimentos de ódio e as formações engajadas na economia da hostilidade e das lutas multifacetadas contra o inimigo contribuíram para o aumento das formas de violência. Esses movimentos intensificaram a instrumentalização nas relações sociais e favoreceram o surgimento e a consolidação de um Estado de segurança e vigilância. O Estado de segurança se alimenta de um estado de insegurança que ele mesmo cria e para o qual pretende ser a solução. Enquanto o estado de segurança é uma estrutura, o estado de insegurança é uma condição. Assim:

> Vivendo entre nós, mas sem serem dos nossos de verdade, deveriam ser repelidos, devolvidos ao lugar de onde vieram ou simplesmente expulsos de nossas fronteiras, no contexto do novo Estado de segurança que agora marca nossas vidas. A pacificação interna, a "guerra civil silenciosa" ou molecular, o encarceramento em massa, a dissociação entre nacionalidade e cidadania, as execuções extrajudiciais no quadro da política penal e criminal, tudo isso contribui para borrar a velha distinção entre segurança interna e externa, em um cenário de exacerbação dos sentimentos racistas. (Mbembe, 2020, p.97)

Nesse contexto, não ser visto como “nossos de verdade” abre espaço para a necropolítica enquanto massacre. Esse processo se manifesta na codificação do inimigo dentro da política de inimizade, na fabricação da vida supérflua que é desprovida de seu valor e na instrumentalização das relações sociais que cria diferença para criação de sentido. Assim, a constituição do massacre, enraizada nessas dinâmicas, insere essa discussão no campo da comunicação.

3. RACISMO E COMUNICAÇÃO

3.1 Dispositivo Interacional de Raça

Na ação do dispositivo da racialidade, o negro está sob o signo de morte em seu corpo e em sua significação. Isso significa que além da morte física, a morte também se impõe pela destruição dos saberes de pessoas não brancas, pela normalização do conhecimento branco como única referência válida e pela construção de imaginários racistas que perpetuam a exclusão e distribuem a morte. Em primeira instância, este é o epistemicídio explicado por Carneiro (2005, p. 97).

> O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo.

O epistemicídio tratado por Carneiro (2005) está nos imaginários que posicionam o negro como não-humano, pecador e ameaça. Ele está nas ciências:

> Na filosofia, pode-se traçar esse o comum através das especulações de Locke sobre as incapacidades das mentes primitivas, a negação de David Hume de que qualquer outra raça, exceto os brancos, havia criado civilizações válidas, as ideias de Kant sobre os diferenciais de racionalidade entre negros e brancos, a conclusão poligenética de Voltaire de que os negros eram uma espécie distinta e menos capaz, o julgamento de John Stuart Mill de que essas raças, “em sua não idade”, estavam aptas apenas para o “despotismo”. A suposição da inferioridade intelectual não branca era generalizada, mesmo que nem sempre elaborada no interior do aparato pseudocientíco que o darwinismo mais tarde tornaria possível.(Mills, 2023, p.92)

O epistemicídio está na bula papal, que declarava que negros não têm alma. Está na desqualificação dos saberes e no controle ao acesso à educação (Carneiro, 2023). Ele também se manifesta na comunicação, uma vez que a racionalidade científica foi construída e

disseminada por meio de discursos racistas e pelo epistemicídio. Esses mesmos discursos serviram de base para o jornalismo e, sobretudo, para os métodos adotados na área, moldando a forma como a realidade é percebida e narrada. Segundo Moraes (2022) foram as teorias e epistemologias hegemônicas da ciência clássica que basearam a objetividade do jornalismo ensinado nas academias.

> Assim, os jornais, seguindo preceitos de linhas como o darwinismo e o positivismo, traziam diariamente notícias sobre pessoas negras com tendências à loucura, ao suicídio e à violência e ainda uma "dependência natural" do ex-escravo em relação ao branco. Outros povos, como os indígenas, também eram percebidos como atrasados. "Os indígenas já foram substituídos pelos europeus, estes são os representantes da civilização", noticiou o jornal A Província de São Paulo em junho de 1884 (Schwarcz, 2017, p. 127). Ao mesmo tempo, essa imprensa tentava talhar um novo país, branco e civilizado, enquanto omitia as imagens de pessoas até recentemente escravizadas. É importante neste sentido o estudo de Santos (2003) sobre a visibilidade conferida aos italianos enquanto "formadores" de uma identidade paulista. (Moraes, 2022, p.64)

De acordo com Moraes (2022), a Guerra de Canudos (1896-1897) é um exemplo de destaque no racismo presente na história do jornalismo no Brasil. A cobertura da guerra no sertão baiano é considerada fundamental para entender a evolução do gênero jornalístico reportagem. Segundo Petrarca (2007), a guerra representou o surgimento da ideia do jornalista como um testemunho da realidade, guiado pela verdade e pela ciência. Isso marcou o início da concepção do jornalista como um profissional que, objetivamente, relata os fatos. Porém, essa cobertura jornalística, que também abordava as secas e seus efeitos, é marcada pela imagem do Nordeste como um lugar resistente ao moderno e à razão. Em um editorial publicado no Jornal do Commercio, em janeiro de 1878, a população local foi colocada como um obstáculo para o progresso nacional.

Os princípios de objetividade, verdade e ciência propostos pelo jornalismo e fortalecidos na cobertura da Guerra de Canudos são perpetuados. O jornalismo é colocado como o testemunho da realidade, porém, a descrição dos fatos segue uma série de preceitos e preconceitos na escolha das pautas, das fontes, dos jornalistas e nos sentidos produzidos, vemos aí a atuação do epistemicídio.

> A universalidade sempre foi o projeto seguido, o discurso fundante, e foi ela que nos trouxe até aqui, a este espaço extremamente desigual no qual, como comento mais à frente neste livro, a imprensa brasileira só se mobilizou mais efetivamente sobre questões raciais após o levante ocorrido mundialmente com o assassinato de George Floyd, em 2020. Os milhares de negros mortos cotidianamente no país não causaram o mesmo movimento. Era "normal". Essa universalidade, já vimos nas críticas sobre a colonialidade, não deu conta de diversas e expressivas populações e suas formas de conhecer e pensar - e é por isso, retorno aqui, que o esclarecimento iluminista como ideal de um melhor jornalismo não permite um avanço real no sentido da promoção de humanidades e revisões de si. Foi a partir do entendimento do

> “universal” que, por exemplo, construiu-se uma ideia de civilização e civilidade mundializadas, que serviu como anteparo para uma série de intervenções para além das explorações colonizadoras, mas com o mesmo intuito/herança. (Moraes, 2022, p.58)

Tal realidade também aparece de forma muito contundente na cobertura midiática de periferias e favelas. Como vemos no livro “Operação Rio: o mito das classes perigosas”, de Cecilia Coimbra (2001), a mídia desempenha um papel crucial na produção e disseminação de discursos de autoridade, esquecimento e noções de realidade, além de contribuir para a criação de vilões sociais. Ao longo dos anos, ela tem organizado diversos acontecimentos e, através de suas formas espetaculares, dramáticas e sensacionalistas, produz identidades e molda simpatias e antipatias públicas.

> As formas como a mídia produz real, verdades, fantasias, falas autorizadas, história e memória também atravessam os temas sobre a violência quando estão sendo marcados e identificados, por esses mesmos meios de comunicação, os "suspeitos", os "enfermos", os "discrimináveis", os "perigosos", os "infames". "Aqueles que são considerados suspeitos, quando não estão tomando conta dos nossos filhos ou limpando nossas casas, entrando pelo elevador de serviço” (Resende, 1995, p.13). Produz-se um raciocínio linear, de causa e efeito, de que onde se encontra a pobreza está a marginalidade, a criminalidade. (Coimbra, 2001, p,58)

Nesse cenário, as crianças e os adolescentes pobres, marginalizados ou em risco de marginalização são frequentemente retratados como futuros criminosos a serem eliminados para manter as cidades "limpas e livres de miséria”. Segundo Coimbra (2001), a associação entre pobreza e "classes perigosas" levou a intervenções urbanas, onde territórios pobres foram invadidos e suas populações deslocadas. Nos anos 90, a pobreza foi caracterizada como lixo, reforçando a ideia de que os pobres são indolentes e perigosos. Durante períodos de crise, como a Operação Rio, em 1994, a presença das Forças Armadas nas favelas foi justificada pela mídia como uma medida necessária contra a violência e o narcotráfico. Essa construção midiática reforçava a visão de que os pobres são os principais responsáveis pela violência urbana, justificando ações repressivas e seletivas.

> A mídia, através de dados oficiais e não oficiais, vai construindo competentemente o grande fantasma do narcotráfico. Ao lado disso, essas mesmas pesquisas apontam o "perfil" daquele que mais é vitimado por essa "guerra": homem pobre, preto ou pardo, entre 18 e 24 anos, morador de periferia, que não chegou a terminar o primário e é morto em logradouro público"'. É, sem dúvida, o "perfil cio perigoso", daqueles que compõem os segmentos miseráveis que, desde o início do nosso século, vêm sendo estigmatizado e marcado para morrer. (Coimbra, 2001, p.163)

Essa realidade continua circular:

> O enquadramento midiático da questão da segurança pública é claramente alinhado à ideia de Estado de exceção. É o que demonstra a criação, em agosto de 2017, de uma editoria de Guerra pelo jornal Extra, do Grupo Globo, sob a alegação de que a situação da violência no Rio de Janeiro seria de uma magnitude tal que não deveria mais ser tratada como assunto de polícia, mas como situação de guerra. O jornal foi parabenizado pela iniciativa pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, em seu Twitter. No entanto, moradores de diversas favelas cariocas se indignaram. A análise de tais moradores foi que, como diz o senso comum, na guerra, vale tudo: ações truculentas, extermínio de pessoas, abusos. (Lima, 2023, p.68)

Carneiro (2005, p.97) afirma que "o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado". São nesses discursos e na negação de conhecimentos que a não-humanidade dos não-brancos é forjada. Nisso é anulada a possibilidade de alteridade: "O Não-ser assim construído afirma o Ser. Ou seja, o Ser constrói o Não-ser, subtraindo-lhe aquele conjunto de características definidoras do Ser pleno." (Carneiro, 2005, p. 99)

Nesse sentido, se "o dispositivo de racialidade, como o entendo, beneficia-se das representações construídas sobre o negro durante o período colonial no que tange aos discursos e às práticas que justificaram a constituição de senhores e escravos" (Carneiro, 2023, p.34), é visível que em sua matriz e entre seus elementos encontra-se a comunicação:

> Um primeiro passo é observar que, dentre todos os dispositivos em que a sociedade se arranja, alguns se concentram perceptivelmente em urgências comunicacionais. Reconhecendo as diferenças entre seres humanos, e constatando que somos desprovidos de um "instinto equalizador" entre espécimes (de que dispõem os animais sociais) que viabilize diretamente nossas ações integradas, estaríamos condenados ao desencontro de idiossincrasias, levando-nos a uma incompetência adaptativa na seleção natural. A competência comunicacional parece ser a contraprestação dessa lacuna, viabilizando a articulação de diferenças em modos experimentais. (Braga, 2018, p.89)

Da Silva (2021) expõe a presença desta matriz no dispositivo de racialidade ao compreender que ele se constitui em um contexto sociocultural e adquire significado por meio das interações entre os sujeitos. Segundo a autora:

> Nesse sentido, é possível afirmar que no Brasil a raça é uma categoria matricial ou geradora de efeitos nas relações sociais. De certa forma, geradora de algumas relações sociais, como o sistema escravocrata e os grupos de resistência ao racismo de forma geral. Diante do exposto, entendemos ainda a raça como um objeto comunicacional, na medida em que ela (1) só existe em interações; (2) tem uma herança simbólica que é ressignificada constantemente; (3) é um sentido mutável - frequentemente agenciado à serviço do poder; e (4) funciona como agenciadora e modeladora da visão e das interações sociais. É por meio dessa natureza com alto potencial para rearranjar os elementos sociais que a raça aciona e gera códigos, que inferências são feitas, e que diferentes "elementos se articulam e se tensionam em torno de tais processos básicos" (BRAGA, 2020, p. 23). (Da Silva, 2021, p.56)

Para observar a matriz interacional da raça, Da Silva (2021) utiliza o dispositivo interacional conceituado por Braga (2020). Segundo Braga (2020, p.19), o dispositivo foucaultiano é um sistema de relações que se desenvolve na interação:

> Onde haja interação, encontramos dispositivos em ação, em experimentação, em ajustes diversificados. A palavra não me serve, então, como categoria de objetos que, por se inscreverem nesta, possam ser classificados e explicados. Serve antes, em visada comunicacional, pela possibilidade de examinar quaisquer arranjos por essa analítica.

Em entrevista para revista Dispositiva, Braga (2012) aponta que as regras que orientam as interações sociais são resultados de processos históricos, tornando-se dominantes a ponto de moldarem nossas interações cotidianas. No entanto, essas regras não são fixas; elas se transformam à medida que são aplicadas nas interações e podem até ser geradas durante o próprio processo de interação. Influenciado por Foucault, Braga utiliza essa abordagem para tratar dos sistemas de relações que surgem em contextos sociais específicos. Ao abordar o aspecto interacional, ele não apenas considera as regras que estabelecem e definem dispositivos, mas também destaca a importância das estratégias e inferências que transformam os dispositivos operacionais em episódios comunicacionais concretos.

Ao trabalhar com este conceito, Da Silva (2021) explica que o dispositivo interacional pode ser entendido como um conjunto de práticas sociais e estratégias que moldam a comunicação entre os indivíduos, indo além das tecnologias e instituições formais. Ele abrange as interações cotidianas, guiadas por matrizes culturais, constantemente reelaboradas. Esses dispositivos não são definidos apenas por meios de comunicação, mas por processos sociais mais amplos, como o racismo, que pode ser acionado em diferentes contextos, sejam eles midiáticos ou não. Assim:

> o racismo pode ser um dispositivo interacional que será acionado em encenações em programas televisivos como recurso para promover debates, em interações (criminosas) face a face, em colunas de jornais e revistas que tratem de expor algum caso específico ou discutam a história do país e em muitos outros espaços/episódios comunicacionais que podem ou não serem midiatizados. Diante dessa pluralidade de possibilidades, a gramática das interações que ocorrem no âmbito desse dispositivo não será plenamente ditada por materialidades e/ou meios de comunicação, mas pela matriz comunicacional do racismo.(Da Silva, 2021, p.55)

Com base na exposição teórica sobre o dispositivo de racialidade e o dispositivo interacional, Da Silva (2021) afirma que a raça pode ser compreendida como uma matriz comunicacional, que serve de base para “o aniquilamento social, cultural subjetivo e efetivo

dos sujeitos negros, como Sueli Carneiro mostra em sua tese." (Da Silva, 2021, p.57). Ela também é um elemento compartilhado que consegue transitar por contextos não compartilhados, criando outras formas de interação em resposta a desafios e urgências, enquanto arranjos/articulações do dispositivo, visto que este é flexível. Dessa forma:

> entendemos que existe não apenas um dispositivo de racialidade, mas um dispositivo interacional de raça. Posto que se trata não apenas de um elemento compartilhado que permanece com o mesmo sentido ao longo tempo, mas de algo que funda constantemente, estrategicamente e periodicamente diversos sistemas de relações. (Da Silva, 2021, p.69)

3.2 Imagens de Controle

Nesse contexto, o dispositivo interacional de raça, ao definir o Ser, gera uma série de imagens que atuam na manutenção da subalternização de pessoas negras. Tal subalternização é postulada através da classificação da diferença entre sujeito ser e sujeito não-ser, diferença dada por uma série de imagens imposta a pessoas negras. Patricia Hill Collins (2019) desenvolve e teoriza o papel dessas imagens a partir do conceito de Imagens de Controle. Inicialmente, esse conceito foi criado por Collins, a partir do feminismo negro, para identificar imaginários acerca de mulheres cisgênero negras "como parte de uma ideologia generalizada de dominação" (Collins, 2019 p.150). Segundo a autora, "Essas imagens de controle são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana." (Collins, 2019 p.151).

Entender como imagens de controle são impostas e tensionadas pelo dispositivo de racialidade, é fundamental, pois, a partir desse conceito é possível olhar para a forma com que a matriz de dominação molda as imagens e representações historicamente, tal qual observado na forma como o jornalismo atua na manutenção do racismo pela criminalização do corpo negro.

Baseada em Hall (2016), Collins (2019) explica que as imagens de controle são estruturadas a partir do pensamento binário, que impõe a dominação por meio da construção do *Outro* em posição contrastante. Ao abordar o pensamento binário, Collins constrói as imagens de controle a partir do entendimento de que a marcação da imagem se dá pela diferença. Segundo Hall (2016), a diferença atribui significado na linguagem, atribui cultura ao fortalecer símbolos e estigmas e atribui noção de si como sujeito.

Além da estrutura binária, segundo Collins (2019), o pensamento ocidental exige a objetificação, transformando grupos subordinados em objetos a serem controlados. Essa lógica, no entanto, não se sustenta de maneira estável, pois, como aponta a autora, "os binarismos raramente representam relações diferentes, mas paritárias, eles são inerentemente instáveis" (Collins, 2019, p. 153), uma vez que “os alicerces das opressões interseccionais se apoiam em conceitos interdependentes do pensamento binário, em diferenças formadas por oposição, na objetificação e na hierarquia social” (Collins, 2019, p. 153).

Como afirma Bueno (2019, p.81):

> Vale dizer que os processos de dominação estão relacionados necessariamente com a possibilidade de objetificação do grupo subordinado, podendo a mesma atingir contornos que levam ao ocultamento da existência daquele que é objetificado. A dominação, portanto, ao se articular pelo processo de diferenciação informado por categorias em oposição cria hierarquizações que irão informar a matriz de dominação específica onde se articulam as imagens de controle.

Ao observar o processo de dominação de forma relacional, uma parte essencial do trabalho de Collins (2019) também está na percepção de como essas imagens são apresentadas de maneira interseccional. Isso significa que as imagens de controle não operam de forma isolada, mas se articulam às dinâmicas de opressão para sustentar hierarquias racializadas:

> Eu examinei essa noção de imagens de controle em vários lugares em minha produção (ver, por exemplo, Collins, 2018), inclusive tratei da sua aplicação à masculinidade negra. A ideia de imagens de controle se aplica aos homens negros. Em *Black sexual politics*, por exemplo, há dois capítulos sobre gênero e sexualidade, um sobre masculinidade negra e outro sobre feminidade negra (Collins, 2004). Em ambos, a estruturação parte das imagens de controle, argumentando que tais imagens são específicas a cada grupo e dão sustentação a uma ideologia de gênero negra que subordina de maneira diferente negros e negras. Dizendo-o de outra maneira, a manipulação do gênero e da sexualidade foi e continua sendo fundamental à forma pela qual o racismo é organizado e opera. A imagem de controle da mulher negra forte tem como contrapartida a imagem de controle do homem negro fraco. Essas imagens de controle gêmeas permeiam tanto a literatura, quanto as políticas públicas (Collins, 2021, p.304)”

Para tratar sobre a forma como o dispositivo de racialidade coloca a negritude como o signo da morte, é indispensável/imprescindível pensar em como gênero, classe, geolocalização, dentre outras interseccionalidades, relacionam-se com a raça. Nesse contexto, o entrecruzamento de opressões é um tema central do feminismo negro, como aponta Collins (2021, p. 288), “É importante reconhecer que o quadro de referência teórico da interseccionalidade foi inicialmente concebido por mulheres negras, latinas, pobres, e por membros de grupos igualmente subordinados.”. Essa formulação surge da compreensão

de que as mulheres negras ocupam um espaço vazio entre o racismo e o sexismo (Kilomba, 2019) por não serem brancas nem homens, vivenciam uma forma específica de opressão.

O espaço vazio causado pelo entrecruzamento de opressões é reconhecido por mulheres negras há séculos. Sojourner Truth, mulher negra ex-escravizada denunciou, em um discurso histórico, na Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio (EUA), em 1851, a invisibilidade das mulheres negras nas discussões sobre direitos das mulheres. Ao questionar a mulher universal, Truth evidenciou as opressões específicas enfrentadas por mulheres negras, apontando como suas experiências eram ignoradas (Akotirene, 2018). Truth antecipava uma crítica interseccional às desigualdades, questionando as hierarquias dentro das próprias lutas por justiça. Seu discurso expressava uma reivindicação clara:

> Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso - e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (Truth, 1851 *apud* Geledes, 2014[20]).

No Brasil esta concepção é pautada desde a década de 1980 por mulheres negras:

> Neste momento histórico, não apenas as mulheres negras se organizaram politicamente, como também realizaram a politização das desigualdades as quais eram submetidas. Isto é, elas dissecaram o contexto em que estavam inseridas e, assim, perceberam que era preciso complexificar as propostas de tratativas das opressões, para que fossem mais assertivas nas soluções apresentadas. Esse deslocamento, resultou em uma visão mais apurada da realidade social, na qual observaram que, não raramente, as opressões se entrecruzavam, portanto, as propostas para mudanças precisavam contemplar esse entrecruzamento. (Guimarães-Silva; Pilar, 2020, p.54)

Neste contexto, a relação entre gênero e raça na produção das desigualdades foi amplamente debatida por Lélia Gonzalez (2020, p. 68), que discutiu o duplo fenômeno do racismo e sexismo, no qual: “Para nós o racismo se constitui como a sintomática que

[20] Em 29 de maio de 1851, na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio, a abolicionista e ativista Sojourner Truth proferiu o que se tornaria seu discurso mais famoso. Contudo, determinar o conteúdo exato de suas palavras constitui um desafio historiográfico. A versão do discurso utilizada aqui parte da tradução de Osmundo Pinho publicada pelo Geledés e utilizada por Akotirene (2018) na discussão sobre as origens da interseccionalidade. Fonte: SOJOUNER, Truth. E não sou uma mulher? - Sojourner Truth. Tradução de Osmundo Pinho, Geledés, 8 jan. 2014. Disponível em: https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/.

caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular.”.

Para além da articulação entre opressões, o conceito teórico chamado de interseccionalidade foi sistematizado por Kimberlé Crenshaw (1989). Em sua pesquisa, a “professora revisou dezenas de casos jurídicos e verificou que, em sua maioria, as intersecções dessas categorias são negadas ou desconsideradas.” (Guimarães-Silva; Pilar, 2020, p.61).

Em consonância com Crenshaw, Collins (2021), aborda o conceito de interseccionalidade e defende o seu uso enquanto práxis, no qual “[...] o pensar e o fazer, ou a teoria e a ação, estão intimamente ligados e moldam um ao outro” (Bilge, Collins, 2021, p.68). Nessa compreensão, a interseccionalidade deve ser compreendida pelo que ela faz, isto é, pela sua aplicação na análise e no combate às desigualdades. Nesse sentido, Collins e Bilge (2021) argumentam que a interseccionalidade não apenas identifica problemas sociais, mas também orienta respostas que fortalecem o ativismo e aprofundam o entendimento das interconexões entre as relações de poder. Para estruturar essa abordagem, Collins (2021) define seis ideias centrais da interseccionalidade: a desigualdade social, as relações de poder interseccionais, o contexto social, a relacionalidade, a justiça social e a complexidade. Elas são interligadas e articulam a crítica as dinâmicas de opressão.

A abordagem interseccional permite visualizar as especificidades da opressão e como ela é modulada pelos cruzamentos com outras estruturas de poder, revelando as nuances das desigualdades sociais. O olhar interseccional trabalha o aspecto relacional das opressões: “Não há uma análise puramente racial ou puramente de gênero. Ao contrário, estamos todos situados numa teia de relações que simultaneamente nos privilegia ou penaliza, a depender da posição social de cada pessoa.” (Collins, 2021, p.288). Ao entender a interseccionalidade enquanto interligação entre relacionalidade, poder, contexto social e desigualdade e resistência, Collins compreende como as imagens de controle operam na construção e na sustentação da dominação de forma complexa.

> Pode ser desafiador ver como as imagens de controle podem ser aplicadas a toda uma gama interseccional de identidades sociais; entretanto, a violência abre uma janela para uma compreensão mais ampla de como as imagens de controle são fundamentais para as relações de poder. Por exemplo, as imagens de controle que caracterizam a masculinidade branca heterossexual, particularmente entre os homens brancos de classe média, são uniformemente positivas. No entanto, esse grupo é desproporcionalmente responsável por formas de violência sistêmica que afetam muitos outros grupos. Qual é o papel das imagens de controle na incorporação de meninos brancos a seus lugares predefinidos enquanto homens brancos? Esse é importante domínio de análise. Que tipo de análise produzimos ao

> observar situações em que homens negros tentam resolver problemas nas comunidades negras tornando-se mais parecidos com os homens brancos? As mulheres negras de há muito têm observado como as imagens de controle da feminidade negra, que refletem intersecções de gênero, raça e sexualidade, causam um poderoso efeito negativo sobre as suas vidas. Mas muitas das discussões sobre a violência de gênero contra as mulheres negras têm como alvo as práticas sociais mais amplas, por exemplo, uma cultura do estupro na qual homens brancos atacavam sexualmente mulheres negras na maior impunidade; outras vezes, minimizavam a violência cometida pelos seus parceiros íntimos, filhos, pastores e membros da comunidade. A imagem de controle da mulher negra forte aconselha as mulheres negras a negligenciar a violência cometida pelos homens negros, em nome de protegê-los do racismo. Mas será que isso é suficiente? Ou será um modo de eludir a difícil questão de que lidar com a violência requer examinar o modo pelo qual todas as partes envolvidas reproduzem e são afetadas pelas imagens de controle? (Collins, 2021, p.304-305)

As imagens de controle, como análise interseccional, não apenas expõem a opressão de grupos historicamente marginalizados, mas também evidenciam os mecanismos de socialização dentro dos sistemas de dominação. Nesse ponto, Collins afirma:

> Se os sistemas de poder são interconectados e se constroem mutuamente na concepção de violência e de fenômenos semelhantes, o que isso significa? A relacionalidade é um construto central da interseccionalidade e a interseccionalidade alude à natureza relacional do poder.(Collins, 2022, p.395)

Assim, ao examinar essas imagens sob a perspectiva dos dispositivos interacionais de raça, torna-se possível visualizar como elas operam na constituição das subjetividades e na normatização das relações sociais. Ao nomear a norma, o dispositivo de racialidade não apenas organiza relações de poder, mas também mobiliza imaginários que sustentam historicamente a subordinação negra. Collins (2004; 2019) analisa como essas imagens de controle, direcionadas a mulheres e homens negros nos Estados Unidos, constroem narrativas de submissão, sexualização e violência. Essas representações, ao longo do tempo, foram reiteradas por diferentes instâncias sociais - da mídia à academia, do direito ao senso comum - e se ajustam ao dispositivo.

No caso das mulheres norte-americanas, Collins (2004; 2019) identifica e caracteriza imagens de controle que moldaram suas representações, sendo pautadas em trabalho, pobreza e prostituição: a *mammy*, a *matriarca*, a *mãe dependente do Estado* e a *jezebel*. Segundo Collins (2004) ao relacionar gênero, classe e raça, as imagens de controle das mulheres negras da classe trabalhadora são reforçadas por duas imagens principais: a *Jezebel*, atualizada na cultura norte-americana como a *Bitch/hoochie* e a da *mãe dependente do Estado*, atualizada como *rainha da assistência social*. A primeira representa a objetificação e redução do corpo negro feminino a símbolos sexuais descartáveis. Sua função é colocar a sexualidade de mulheres negras como desviante e agressiva: “a Jezebel ou hoochie é construída como uma

mulher cujo apetite sexual é, na melhor das hipóteses, inadequado e, na pior, insaciável, basta um pequeno passo para que ela seja imaginada como uma ‘aberração’.” (Collins, 2019, p.173).

Como consequência da sexualidade “desenfreada” advinda da imagem de controle da *Jezebel*, a segunda imagem retrata as mulheres negras pobres como mães irresponsáveis, negligentes e dependentes do Estado. Essas figuras surgiram na década de 1960, quando mulheres negras começaram a reivindicar direitos sociais, e foram amplificadas nos anos 1980 para justificar cortes em programas de assistência social. Assim, a "mãe dependente do estado" foi associada à "rainha da assistência social", vista como uma mulher que vive do auxílio governamental. A esta imagem de controle também se associa a “uma versão atualizada da imagem da mulher procriadora inventada durante a escravidão” (Collins, 2019, p. 150). Nesse contexto, “A imagem da mãe dependente do Estado fornece, assim, uma justificativa ideológica para o interesse do grupo dominante em limitar a fecundidade das mães negras.” (Collins, 2019,p.168)

Collins (2019) conceitua a imagem da *mammy* como a figura criada na escravidão e perpetuada como uma mulher negra dedicada ao trabalho doméstico, fiel e submissa à família branca, ocupando um lugar de subordinação e assexualidade. Em contraste, a autora também apresenta a figura da matriarca, que representa a mãe negra em seu próprio contexto familiar. Essa imagem é vista como um desvio da feminilidade ideal e associada ao fracasso não apenas de sua própria vida, mas também de sua família. Ao abordar a intersecção entre raça, gênero e classe, Collins (2004) ainda discute a atualização das figuras da *mammy* no contexto da classe média norte-americana. Segundo a autora, a figura da *mammy* foi modernizada como *Black lady*, criando um modelo de subordinação estratégica, no qual a ambição só é aceitável quando direcionada ao benefício de terceiros. São profissionais qualificadas, com formação acadêmica e inserção no mercado de trabalho, cuja representação midiática e cultural frequentemente as referencia como figuras solitárias - sem maridos, filhos e/ou outros vínculos familiares -, posicionadas invariavelmente em papéis de suporte e nunca como protagonistas. Os usos dessas imagens justificam discriminações no ambiente de trabalho, enquanto suas vidas familiares e afetivas raramente encontram validação na mídia. Segundo Collins:

> Consideradas em conjunto, essas imagens predominantes da condição de mulher negra representam o interesse da elite masculina branca em definir a sexualidade e a fecundidade das mulheres negras. Além disso, ao formar sutilmente uma trama com opressões interseccionais de raça, classe, gênero e sexualidade, elas ajudam a justificar as práticas sociais que caracterizam a matriz de dominação nos Estados Unidos.” (Collins, 2019, p.175)

Da mesma forma, Collins (2004) identifica quatro imagens de controle que posicionam o homem negro no lugar de subalternização e de manutenção da supremacia branca. Segundo Collins (2004), o corpo do homem negro aparece de forma negociável na mídia. A imagem do *atleta*, principalmente associada ao basquete, contrasta com a imagem do *gangsta*: ambas vinculam a negritude a uma origem pobre e reforçam imaginários de agressividade, força física e sexualidade. Esses elementos são negociados nessas duas representações, sendo o *atleta* um espaço de visualidade controlada pelo olhar branco e o *gangsta*, a construção da negritude como ameaça. Nesse contexto, ao mesmo tempo em que a criminalidade do *gangsta* posiciona o homem negro como um perigo e justifica a violência contra pessoas negras, o atleta e os esportes representam, para homens negros da classe trabalhadora, um roteiro social específico de gênero que oferece uma saída honesta da pobreza que envolve a submissão à autoridade masculina branca (o treinador) para aprender a se tornar um homem. Assim:

> Os corpos de alguns homens negros podem ser admirados, como é o caso dos atletas, mas outros corpos masculinos negros simbolizam o medo. Representações históricas dos homens negros como feras deram origem a um segundo conjunto de imagens centradas nos corpos masculinos negros, ou seja, homens negros como inerentemente violentos, hiper-heterossexuais e necessitados de disciplina. A imagem de controle dos homens negros como criminosos ou seres desviantes encapsula essa percepção dos homens negros como inerentemente violentos e/ou hiper-heterossexuais e vincula essa representação a homens afro-americanos pobres e/ou da classe trabalhadora. Mais uma vez, essa representação é mais frequentemente aplicada a homens pobres e da classe trabalhadora do que a seus pares mais abastados, mas todos os homens negros estão sob suspeita de atividade criminosa ou de violação de alguma regra." (Collins, 2004, p. 158, tradução nossa).

Já as imagens de controle de homens negros de classe média reforçam a subordinação e a assimilação à ordem racial hegemônica. A figura do *black buddy* (amigo negro) exemplifica esse processo, a construção dessa masculinidade negra não apenas reafirma a ideia de que a aceitação do homem negro depende de sua conformidade às normas brancas, mas também se ancora em arquétipos históricos, como o *Tio Tom* e o Tio *Ben*, que retratavam homens negros domesticados e úteis ao sistema.

Nesse sentido, a presença do companheiro negro nos espaços midiáticos atende ao desejo de um multiculturalismo superficial, no qual a negritude pode ser visível, mas não deve ser culturalmente expressiva. A aceitação desses homens nos círculos de poder e de prestígio está condicionada à sua conformidade com um ideal de masculinidade não ameaçadora, no qual sua sexualidade e agressividade são submetidas a uma autoridade branca. A imagem do

sissy -a bicha preta - na mídia funciona como um contraponto à masculinidade negra considerada autêntica, que se expressa no *atleta*, no *gangsta* e até no *amigo negro* heterossexual. Essa imagem é frequentemente retratada como caricaturas afeminadas e cômicas. Essa representação coloca o homem negro gay em um lugar de marginalidade, servindo como piada ou pano de fundo para os protagonistas heterossexuais. Diferente da figura hipersexualizada do negro perigoso, o *sissy* é retratado como inofensivo, cômico e exageradamente feminino, mas sua sexualidade ainda é marcada como desviada e degradante. Essa construção preserva a lógica da bestialização ao sugerir que a única masculinidade negra aceitável é a que se manifesta na força bruta ou na heterossexualidade compulsória, enquanto qualquer desvio dessa norma é tratado como aberração e ridicularizado. De forma geral, para Collins (2004, p. 177-78):

> [...] essas representações de classe da masculinidade e da feminilidade negras servem a vários propósitos. Primeiro, elas evidenciam a importância que as ideologias de classe e cultura agora têm para justificar a persistência da desigualdade racial. Dentro do universo dessas representações, os negros autênticos e respeitáveis são construídos como opostos de classe, e suas diferentes culturas ajudam a explicar por que os negros pobres e da classe trabalhadora estão na base da hierarquia econômica, enquanto os negros de classe média não estão. Os negros autênticos devem ser contidos - sua cultura autêntica pode entrar em espaços controlados pelos brancos, mas eles próprios não. As representações de atletas e criminosos, vadias e mães más referem-se aos homens e mulheres afro-americanos pobres e/ou da classe trabalhadora que supostamente carecem dos valores de trabalho árduo, casamento, desempenho escolar, religiosidade e vida regrada atribuídos aos brancos de classe média. Essencialmente, essas representações da masculinidade e da feminilidade negras atacam os negros não assimilados, destacando as maneiras pelas quais esses negros pobres são "selvagens" e precisam de disciplina rígida. Em contraste, as representações de companheiro negro, sissies e mammys descrevem o espaço da respeitabilidade para os negros recém-aceitos. Esses negros são diferentes dos brancos de classe média, mas essas representações dos negros de classe média não representam uma ameaça às relações de poder.

Nesse sentido, ao associarmos o conceito de imagem de controle ao dispositivo interacional de racialidade (Carneiro, 2023; Da Silva, 2021), essas imagens representam os arranjos do dispositivo voltados para a manutenção das hierarquias sociais. Considerando o caráter dinâmico do dispositivo, as formas como as imagens de controle de pessoas negras da *Jezebel* e da *Mammy*, por exemplo, são atualizadas - para *hoochie* e *Black Lady* -, refletem os rearranjos realizados conforme as novas demandas do dispositivo. Quando analisamos a operacionalização do dispositivo de racialidade em sua intersecção com a violência de Estado, constatamos sua função necropolítica (Mbembe, 2016). A cobertura midiática da Operação Rio (Coimbra, 2001) exemplifica essa dinâmica: ao retratar as periferias como territórios de guerra é naturalizada a criminalização dos corpos negros. Nesse processo, as imagens de

controle atuam como justificativa simbólica para a dominação material, atualizando o paradigma colonial que associa negritude à periculosidade.

No caso específico do Brasil, ao observarmos as imagens associadas à masculinidade negra e pobre, uma possível apropriação do conceito de imagem de controle ocorre, por exemplo, na figura do menor/pivete, representando o menino que, ainda na infância, é uma ameaça, tal qual o homem adulto enquanto malandro e ladrão, como criticou Lélia Gonzales (2020, p.69):

> Que negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice etc. e tal. Daí é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha é malandro, e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha, pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados.

Em seu livro Claros e Escuros, Muniz Sodré (2000) exemplifica o poder das imagens presentes nos discursos racistas e eugenistas no Brasil. Segundo o autor, em 1982, o Grupo de Assessoria e Participação do Governo do Estado de São Paulo (GAP) propunha a esterilização de mulheres "pretas e pardas", com o argumento de que a população escura estava crescendo e poderia ocupar o poder político. Seguindo tais bases epistemológicas racistas, em 1986, o Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana divulgou cartazes publicitários com o título “defeito de fabricação”.

Figura 1- Propaganda Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana

Fonte: LÔBO, Jade Alcântara. "Defeito de Fabricação": Maternidades Negras em Ilhéus/BA. 2020. 133 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020

Nessa imagem, além do controle do corpo da mulher negra e de sua sexualidade, o que está posto é o imaginário de criminalização determinista de homens negros no discurso que afirma: "Tem filho que *vai ser* embaixador. Infelizmente tem filho que *já nasce* marginal". A mesma imagem de controle está em jogo quando o Estadão usa uma mão negra segurando uma arma para ilustrar um crime, mesmo que seu operante seja um homem branco; assim como nas notícias falsas, amplamente divulgadas, nas quais, Thiago Menezes é marcado como criminoso.

Figura 2- Publicação Estadão

Fonte: Captura de tela publicação do Estadão no X (twitter)

Como aponta Sueli Carneiro (2023), na criminalização da negritude, a própria racialidade negra se torna a matéria punível. Os atos criminosos atribuídos aos negros são vistos como consequências naturais de sua negritude, reforçando imaginários racistas (como imagens de controle e estereótipos). Essa criminalização remonta à construção histórica dos imaginários sobre a África, em que os europeus retrataram o continente como uma terra de pecado e imoralidade, habitada por homens violentos e descontrolados. Essa imagem distorcida resultou na identificação do corpo negro como portador do mal, em contraste com o corpo branco, visto como dotado de virtudes e atributos elevados. Tal polarização foi essencial para consolidar a figura do "monstro sexual", um estereótipo que associa o homem negro ao estupro e à violência, justificando a morte e a opressão de pessoas negras. Esse imaginário foi popularizado, por exemplo, no filme O Nascimento de uma Nação (1915), que glorificou a Ku Klux Klan como salvadora da civilização branca contra o "perigo" representado pelos negros, retratados como criminosos e estupradores.

Sob o signo da selvageria e criminalização, as imagens sobre o perigo das favelas continuam a ser naturalizadas, inclusive em discursos de autoridades. Um exemplo disso ocorreu nas eleições de 2022[21], quando o candidato Lula da Silva (PT) visitou o Complexo do Alemão. Após a visita, Jair Bolsonaro (PL) afirmou em suas redes sociais que a ida de Lula indicava um suposto contato com o tráfico de drogas, reforçando o estigma de que áreas como o Complexo do Alemão são dominadas pelo crime. Esse discurso foi amplamente divulgado por seus apoiadores e repetido nos debates presidenciais na televisão aberta, perpetuando a associação entre favelas e criminalidade.

Essa lógica de criminalização também valida a circulação de notícias incriminando vítimas negras, como Thiago Menezes, que, mesmo sem histórico criminal, foi acusado pela polícia de envolvimento em um tiroteio. Inicialmente, a polícia alegou que dois homens em uma moto atiraram contra a equipe, e que "um criminoso ficou ferido no confronto". Posteriormente, outra versão afirmou que a moto estava em alta velocidade e houve troca de tiros. Da mesma forma, a morte de Marcus Vinícius, jovem morto a caminho da escola na favela da Maré, foi justificada com base na suposição de que ele estava "envolvido" com o tráfico, um enquadramento que persistiu, mesmo após a comprovação da sua inocência. Segundo Silva et al. (2022, p.9)

> A condição de moradia à qual estava submetido Marcos Vinicius, que o colocava no enquadramento de um território estigmatizado, em que as pessoas são consideradas suspeitas e ‘envolvidas’, e o simples fato de estar ao lado de um amigo que estava sem uniforme escolar, quando Marcos foi atingido, fizeram com que, dois dias depois, surgissem e começassem a circular fake news nas redes sociais, em especial no Facebook, após a postagem de uma foto editada em que o rosto do adolescente foi acoplado ao corpo de outro jovem negro que supostamente portava uma arma de fogo, com o evidente objetivo de caracterizar Marcos Vinícius como criminoso e ‘justificar’ sua morte. Tal como ocorrem em postagens desse tipo de foto, passaram a ser publicados diversos comentários que tentavam deslegitimar a comoção social causada pelo assassinato, por meio de afirmações infundadas contra a imagem dele.

No que se refere às consequências das imagens de controle associadas a homens negros de criminalização - pivete/menor na infância e malandro/ladrão como adulto - o corpo negro morto é visto como natural. No artigo "O equívoco como morte negra, ou como naturalizar balas racializadas", Marques (2020) exemplifica como essa criminalização racializada naturaliza o genocídio negro e o "assassinato por equívoco". O autor menciona diversos casos de “erros” cometidos pela polícia, como o de Hélio Ribeiro, morto em 2010 no morro do Andaraí, enquanto usava uma furadeira, confundida com uma arma. Outro exemplo

[21] BOLSONARO, Jair. [Corte publicado pelo Estado de Minas]. Bolsonaro cita PCC e Lula rebate sobre crime organizado. 16 out. 2022. Disponível em: https://www.dailymotion.com/video/x8elzev

é o de Gleberson Nascimento Alves e Alan de Souza Pereira, mortos em 2014 após policiais confundirem uma balança de motocicleta com uma arma. Jorge Lucas Paes e Thiago Guimarães, mortos em 2015, tiveram o mesmo destino ao carregarem um macaco hidráulico. Em 2016, Jhonata Dalber Matos Alves foi baleado no morro do Borel, quando a polícia confundiu um saco de pipocas com drogas. Em 2018, Luis Guilherme foi morto em Nova Iguaçu após "atitude brusca" durante uma revista policial ser interpretada como uma ameaça. Esses casos revelam como a suspeita racializada e a presença em certos territórios tornam-se justificativas para legitimar a violência policial contra corpos negros, perpetuando um ciclo contínuo de criminalização e morte.

Seja ao tratar as mortes como equívoco ou ao percebê-las como uma consequência necessária, o que está em jogo nessas imagens e enquadramentos é a criminalização do corpo negro e sua constante posição de inimigo. Nosso objetivo aqui não é apenas nos apropriarmos das imagens específicas criadas por Collins (2019) para contextualizá-las no cenário brasileiro, mas sim nos concentrarmos em seu conceito, que explica como a criação de imagens serve à manutenção da dominação. Nos exemplos citados, assim como nos diálogos midiatizados sobre o assassinato de Thiago, observamos como determinadas imagens que circulam nas midiatizações da violência de Estado operam essa dominação.

Esse processo reforça a desumanização das vítimas, uma vez que as mortes não são reconhecidas como perdas de vidas legítimas, mas sim como resultado do dispositivo interacional de racialidade. Nesse contexto, o corpo negro é constantemente subalternizado e invisibilizado, e as vidas negras são descartadas em nome da manutenção de uma ordem social.

3.3 O reconhecimento

Ao escutar Ismália, trilha sonora dessa dissertação, um verso dispara: "um corpo preto morto é tipo os hit (sic) das parada: Todo mundo vê, mas essa porra não diz nada"(Emicida, 2019). O corpo é morto, mas não é reconhecido, por que esta morte não é enlutada? O que a justifica? O que não gera comoção?

O corpo negro é morto, mas não é enlutado pela sociedade que o cerca, que o vê. Todo corpo existe dentro de um contexto social e depende desse contexto para sua sobrevivência, nessa cena são os imaginários e as imagens transmitidas sobre esta vida que moldam a morte como justificável em contraposição àquelas que serão enlutadas. A posição que um sujeito

assume em certo quadro está totalmente relacionada ao modo como seu corpo é reconhecido enquanto vida naquele espaço. Tomamos para essa discussão as reflexões de Butler (2015, p. 17), que afirma “Há sujeitos que não são necessariamente reconhecidos como sujeitos e há vidas que dificilmente, - ou melhor dizendo, nunca - são reconhecidas como vidas”. Apreender uma vida seria senti-la, percebê-la, ter conhecimento dessa vida. Para Butler (2015, p. 16):

> A capacidade epistemológica de apreender uma vida é parcialmente dependente de que essa vida seja produzida de acordo com normas que a caracterizam como uma vida ou, melhor dizendo, como parte da vida. Desse modo, a produção normativa da ontologia cria o problema epistemológico de apreender uma vida, o que, por sua vez, dá origem ao problema ético de definir o que é reconhecer ou, na realidade, proteger contra a violação e a violência. Estamos falando, é claro, de diferentes modalidades de “violência” em cada nível desta análise, mas isso não significa que todas sejam equivalentes ou que não seja necessário estabelecer alguma distinção entre elas. Os “enquadramentos” que atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos não só organizam a experiência visual como também geram ontologias específicas do sujeito

A autora nos ajuda a refletir sobre a humanização e a desumanização do corpo negro ao tratar sobre a apreensão da vida. Para melhor compreender as contribuições de Butler, é preciso passar por certos conceitos elucidados pela filósofa, sendo eles o corpo, a vida, a precariedade, o enquadramento e o rosto. Ser um corpo, para Butler (2015), é estar articulado dentro de uma forma social. O corpo se encontra para além de sua própria existência, ele é imerso nas relações que lhe são apresentadas e é ele mesmo parte dessas relações. Ao entendermos que o corpo é e está dentro de seu contexto percebemos sua precariedade.

Butler explica que a interdependência de um corpo mostra sua condição de precário. A filósofa afirma que “toda vida é precária, o que equivale a dizer que a vida sempre surge e é sustentada dentro de determinadas condições de vida.” (2015, p.43). Como toda vida depende de seu ambiente, as vidas são vistas dentro de uma perspectiva que as divide entre aquelas que devem ser asseguradas e aquelas que não são vidas vividas. Enquanto algumas vidas em suas precariedades precisam do Estado para sua manutenção, a partir das garantias de direitos, outras vidas - as que não são apreendidas como vidas - sofrem com a violência desse Estado, elas são tidas como menos vividas, como “outras”, como inimigos.

O reconhecimento de uma vida vem do enquadramento em que esse corpo é percebido, “a condição compartilhada de precariedade conduz não ao reconhecimento recíproco, mas sim a uma exploração específica de populações-alvo, de vidas que não são exatamente vidas, que são consideradas “destrutíveis” e “não passíveis de luto”.” (Butler,

2015, p.53). O enquadramento, seria assim o quadro em que o corpo é emoldurado em seu contexto social.

> Quando um quadro é emoldurado, diversas maneiras de intervir ou ampliar a imagem podem estar em jogo. Mas a moldura tende a funcionar, mesmo de uma forma minimalista, como um embelezamento editorial da imagem, se não como um autocomentário sobre a história da própria moldura. Esse sentido de que a moldura direciona implicitamente a interpretação tem alguma ressonância na ideia de incriminação/armação como uma falsa acusação. Se alguém é incriminado, enquadrado, em torno de sua ação é construído um "enquadramento", de modo que o seu estatuto de culpado torna-se a conclusão inevitável do espectador. (Butler. J, 2015 p.23)

O corpo, enquanto entidade, é permeado por uma série de sentidos cujas definições têm raízes históricas e exerce uma influência constante na situação em que se encontra. Dessa maneira, o corpo representa a concretização material por excelência de um indivíduo. Assim, o sujeito é submetido a uma série de interpretações sobre sua identidade, todas derivadas das marcas históricas presentes em seu corpo. A posição que o sujeito ocupa está intrinsecamente ligada à forma como seu corpo é percebido e reconhecido.

Este reconhecimento vem da identificação dos demais com esse corpo, de vê-lo como humano. O reconhecimento é explicado por Butler (2011) a partir da ideia do filósofo Emmanuel Lévinas sobre o rosto.

> Quando consideramos as formas comuns de que nos valemos para pensar sobre humanização e desumanização, deparamo-nos com a suposição de que aqueles que ganham representação, especialmente autorepresentação, detêm melhor chance de serem humanizados. Já aqueles que não têm oportunidade de representar a si mesmos correm grande risco de ser tratados como menos que humanos, de serem vistos como menos humanos ou, de fato, nem serem mesmo vistos. Temos um paradoxo diante de nós, pois Levinas deixou claro que o rosto não é exclusivamente um rosto humano e, mesmo assim, é uma condição para a humanização. Por outro lado, há o uso do rosto, no interior da mídia, no sentido de efetivar a desumanização. Poderia parecer que a personificação nem sempre humaniza. Para Levinas, ela pode muito bem evacuar o rosto que não humaniza; e eu espero mostrar que a personificação às vezes opera sua própria desumanização. (Butler, 2011 p.24)

A condição de humano é, antes de tudo, a apreensão da norma, do corpo que é visto como vida e do seu reconhecimento como semelhante. A comoção com a morte é uma forma clara de analisar isso, visto que nela nos deparamos com a precariedade da vida e com a perda, como afirma Butler (2017, p. 32): "Apenas nas condições nas quais a perda tem importância o valor da vida aparece efetivamente.". A perda, no entanto, depende da ideia anterior de pertencimento, aquilo que não pertence comigo não é perdido, não é enlutado, não diz nada. Aí estaria a alteridade. Assim, para Butler (2015, p.69), "Quando uma população

parece constituir uma ameaça direta à minha vida, seus integrantes não aparecem como ‘vidas’, mas como uma ameaça à vida.”.

A disparidade de um corpo social entre os sujeitos vistos como vida e aqueles que enfrentam a desumanização revela o racismo presente numa determinada sociedade. Segundo Butler (2015, p.45), “Formas de racismo instituídas e ativas no nível da percepção tendem a produzir versões icônicas de populações que são eminentemente lamentáveis e de outras cuja perda não é perda, e que não é passível de luto.”. Essa dicotomia é explicada por Foucault (2005), ao tratar sobre o racismo de Estado presente no contexto biopolítico em que vivemos. Segundo o autor:

> A partir de uma raça considerada como sendo a verdadeira e a única, aquela que detém o poder e aquela que é titular da norma, contra aqueles que estão fora dessa norma, contra aqueles que constituem outros tantos perigos para o patrimônio biológico. E vamos ver, nesse momento, todos os discursos biológico-racistas sobre a degenerescência, mas também todas as instituições que, no interior do corpo social, vão fazer o discurso da luta das raças funcionar como princípio de eliminação, de segregação e, finalmente, de normalização da sociedade. (Foucault, 2005, p.72)

A comoção com a perda de um corpo depende se este corpo é reconhecido como vida na relação social em que ele está inserido. Nesse sentido, o sistema não é nomeado, mas age pelos dispositivos nas instituições legais, organizações e também na comunicação por meio de enquadramentos racistas. Para Butler (2015, p.16)

> Os “enquadramentos” que atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos (ou que produzem vidas através de um continuum de vida) não só organizam a experiência visual como também geram ontologias específicas do sujeito. Os sujeitos são constituídos mediante normas que, quando repetidas, produzem se deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos.

No conceito de enquadramento de Erving Goffman (2012), observamos os princípios de organização que governam os acontecimentos e o envolvimento dos sujeitos nele. Segundo Goffman (2012, p. 34):

> Pressuponho que as definições de uma situação são elaboradas de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos- pelo menos os sociais- e nosso envolvimento subjetivo neles; quadro é a palavra que uso para referir a esses elementos básicos que sou capaz de identificar.

Butler (2015) expande esse conceito ao explicar que, quando algo é enquadrado, diversas possibilidades de intervenção ou ampliação da imagem entram em jogo. A ideia de que o enquadramento influencia implicitamente a interpretação ecoa na noção de

incriminação/armação como uma acusação falsa. Quando alguém é incriminado, enquadrado, um "enquadramento" é construído em torno de suas ações, levando o espectador a uma conclusão inevitável de culpa. Como explica a pesquisadora Carla Rodrigues (2023, p. 80)

> Aquilo que participa da formação do quadro depende dos elementos que ficarão fora do quadro, de tal modo que, ao enquadrar uma vida como inteligível, deste enquadramento se originará, também, a figura da vida ininteligível. Assim, quando Butler recorre a Goffman para pensar os "quadros de guerra", faz pelo menos dois movimentos que nos interessam aqui. O primeiro, se alinhar ao conceito de Goffman, para quem a realidade nunca pode ser totalmente contida num quadro ou numa moldura. O segundo movimento da filósofa é ampliar as possibilidades do enquadramento, retomando o caráter polissêmico da expressão "to be framed". Ser enquadrado pode querer dizer ser emoldurado, posto dentro de um quadro ou moldura - e portanto estabelecer bordas e fronteira entre o dentro e fora –, assim como pode ser incriminar alguém por um ato ilícito ou "cair numa armação", armação aqui como outro significante que nos remete à noção de quadro e moldura.

A possibilidade de "enquadrar o enquadramento" ou o "enquadrador" implica em revelar o artifício que gera o efeito de culpabilização individual. As condições técnicas de reprodução e reprodutibilidade provocam uma mudança crítica, ou até mesmo uma deterioração do contexto, em relação aos enquadramentos utilizados pelas principais fontes de mídia em tempos de guerra. Isso indica que, mesmo que se pudesse estabelecer um "contexto" único para a criação de uma imagem de guerra, sua disseminação inevitavelmente o afastaria. As imagens não apenas chegam a novos contextos, mas também criam contextos ao serem recebidas, tornando-se parte do processo de definição e formação de novos contextos. O enquadramento em circulação precisa romper com o contexto de origem para alcançar outros lugares.

O enquadramento não consegue conter integralmente o que transmite e se desfaz sempre que tenta impor uma organização definitiva ao seu conteúdo. Esse constante rompimento com o contexto se torna parte essencial de sua própria natureza. Isso nos leva a uma compreensão diferente da eficácia e da vulnerabilidade do enquadramento. Ser "enquadrado" implica ser alvo de uma armação, onde o poder manipula as aparências para fazer uma acusação falsa parecer verdadeira. O enquadramento/armação limita a capacidade de escapar, sujeitando o indivíduo a um julgamento antecipado e sem meios claros de correção. No entanto, o enquadramento também pode ser visto como uma forma de escapar ou se libertar, sugerindo uma nova trajetória de comoção e libertação do controle.

Pensar nas imagens de controle que cercam a apreensão da vida de Thiago significa costurar vários conceitos que conversam entre si. Quando vemos as imagens disputando espaços nas discussões sobre o assassinato de Thiago, no qual um comentário afirma que ele não era inocente e a morte foi justa pois "*para estar na rua de madrugada na favela coisa boa*

não fazia" (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023) enquanto outras imagens são apontadas no discurso de sua mãe narram a vida de Thiago e lutam contra as imagens de controle, *"Quem conhece eu, a família, sabe que ele era um garoto de bem, que ele estudava. Ele não era nada disso que estão tentando inventar sobre ele."* (Priscila Menezes em entrevista ao programa de TV Encontro. 15/08/2023), percebemos os enquadramentos que Butler (2015) explica e sua influência na disputa de narrativas.

Como vimos em Foucault (2022), a partir da construção do ser e do não-ser, os dispositivos têm sempre a função de nomear o poder. Nesta pesquisa, entendemos que, dentre as técnicas presentes no dispositivo, as imagens de controle e enquadramentos, como mecanismos de construção de sentido, são parte intrínseca da operação dos dispositivos nos processos comunicacionais. Se o racismo, como sistema, desenvolve um controle epistemológico nas relações, podemos apreendê-lo no discurso. Se o dispositivo da racialidade se beneficia das representações construídas sobre o negro (Carneiro, 2023), nessas representações encontramos nessas técnicas a matriz da nomeação do ser e do não-ser.

4. DIÁLOGOS MIDIATIZADOS

Compreendemos que as imagens de controle e enquadramentos racistas operam como uma técnica central no dispositivo da racialidade, moldando não apenas as representações midiáticas, mas também influenciando a estrutura das próprias instituições. A perpetuação desses imaginários é reforçada pelo controle epistemológico exercido sobre quem narra e interpreta a realidade social. Nesse sentido, o racismo não apenas constrói as representações sobre o corpo negro, mas também se manifesta na exclusão dos sujeitos negros nas interações midiatizadas, nos conglomerados midiáticos e nas posições de poder dentro desses espaços. Segundo Sodré (2000), o racismo midiático é um fenômeno complexo que envolve a estigmatização e a indiferença profissional, a negação e o recalcamento.

Como vimos, a partir da criminalização do corpo negro, e seu imaginário enquanto perigo, a estigmatização é um fator crítico, pois a negritude tende a tornar-se um estigma, e a mídia, bem como a indústria cultural, constroem identidades visuais a partir da criminalização, sexualização e abjeção de pessoas negras. Calixto (2022) aponta, em sua pesquisa sobre a cobertura penal no *Jornal Nacional*, que a maioria dos presos retratados nas matérias eram homens negros e pobres, apresentados de forma desumanizada e sem direito de expressão, reforçando estereótipos de periculosidade e marginalidade. Além disso, a pesquisa de Calixto demonstrou que 82,7% das matérias sobre o sistema prisional omitiam a voz dos

próprios presos, limitando-se a reproduzir a visão das autoridades, o que perpetua a imagem estigmatizada de corpos negros como sinônimos de violência e periculosidade.

Para além das imagens firmadas nas coberturas midiáticas, vale ressaltar que o epistemicídio também se faz presente no baixo número de jornalistas negros nas redações. Segundo pesquisa[22] "Raça, Gênero e Imprensa: quem escreve nos principais jornais do Brasil?", do Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa (GEMMA, 2023), a desigualdade racial é brutal no jornalismo brasileiro, com a maioria branca identificada (84,4%), seguida dos pardos (6,1%), pretos (3,4%), amarelos (1,8%) e indígenas (0,1%). Apenas 20,10% dos jornalistas de redação se autodeclaram pretos ou pardos, enquanto a grande maioria, 77,60% se autodeclaram "branca". A pesquisa também indica que o número de publicações dos profissionais brancos é maior que dos profissionais não-brancos.

Por meio desta indiferença profissional, a mídia organiza-se empresarialmente, com motivações de lucro e poder semelhantes às de outras iniciativas industriais. Isso pode contribuir para a falta de sensibilidade com problemas como a discriminação do negro ou de grupos marginalizados, e a reduzida presença de pessoas negras nas fileiras profissionais da mídia brasileira. Um exemplo notável dessa situação ocorreu em 2020, após o assassinato de George Floyd, nos Estados Unidos. Nesse contexto, a GloboNews foi criticada por não incluir jornalistas negros em um programa que discutia o racismo. Em resposta às críticas do público, o apresentador Marcelo Gomes reconheceu o erro e cedeu seu lugar para Heraldo Pereira, um dos poucos jornalistas negros da emissora, que assumiu a mediação do debate[23]. O episódio histórico foi uma tentativa de reconhecer e corrigir a falta de representatividade racial nas discussões sobre racismo, especialmente em um momento em que a indignação global exigia ações concretas de instituições midiáticas. A mudança ocorreu devido à crescente pressão pública e ao clima de protestos que se seguiram à morte de Floyd, que impulsionou uma reflexão urgente sobre o racismo em diversas esferas, inclusive na mídia. Embora a iniciativa da Globo tenha sido um passo importante, ela evidenciou que a diversidade racial ainda é tratada de maneira reativa, e não como uma preocupação estrutural e constante nas produções midiáticas brasileiras

[22] GEMMA. Raça, Gênero e Imprensa: Quem Escreve nos Principais Jornais do Brasil? Disponível em: https://gemaa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2023/05/TD-Raca-e-Midia.pdf.

[23] GLOBONEWS vai ao ar com todos os jornalistas negros pela 1ª vez. Catraca Livre, 19 mar. 2024. Disponível em: https://catracalivre.com.br/entretenimento/globonews-vai-ao-ar-com-todos-os-jornalistas-negros-pela-1a-vez/. Acesso em: 31 mar. 2025.

Na mesma esfera, a mídia tende a negar a existência do racismo, a não ser quando este aparece como objeto noticioso, devido à violação flagrante ou episódios de conflitos raciais, que só ganham destaque quando ocorrem grandes protestos, como o caso de George Floyd citado acima. Somada à negação do racismo, na imprensa brasileira, a questão racial foi tratada como um tema ou assunto, algo que ocorre fora das redações, sem uma reflexão profunda sobre a própria participação dos veículos de comunicação no racismo. Essa abordagem pragmática, que envolvia trazer especialistas e personagens, sugeria uma "consciência racial" dos veículos, mas não os levava a questionar sua própria contribuição para o racismo (Moraes, 2022). Isso também influenciou a presença de jornalistas negros na redação, sendo visível na produção jornalística por meio da participação de fontes e jornalistas negros prioritariamente nos temas que abordam raça. Segundo a pesquisa desenvolvida pelo grupo GEMMA (2023):

> A distribuição de assuntos por raça e gênero também evidencia os efeitos interativos dessas categorias na geração de desvantagens: nenhuma autora negra assinou publicações nos assuntos relacionados à educação. A proporção do grupo também segue diminuta para assuntos relacionados à ciência e tecnologia (2%), esportes (3%), política (4%) e saúde/pandemia (4%). Enquanto os homens brancos são responsáveis por 83%, 80%, 87% e 85% das autorias, nos respectivos temas. Se levarmos em conta o fato de as mulheres negras serem um grupo mais numeroso que os homens brancos em nossa sociedade, essa desproporção assume tons alarmantes. A maior proporção de autorias de mulheres pretas e pardas está em assuntos relacionados a causas/movimentos sociais (8%). (GEMMA, 2023, p.14-15)

O recalcamento é outro fator, pois a mídia costuma revelar aspectos identitários positivos das manifestações simbólicas de origem negra, mas não acentua suficientemente a sua proveniência nem o papel tático que tem desempenhado nas relações inter-raciais. Isso pode contribuir para a perpetuação do racismo ao não fornecer informações precisas sobre a história e a contribuição dos grupos marginalizados.

Em suma, trata-se da operação do dispositivo de racialidade nos processos comunicacionais. Esse fenômeno é sustentado por dinâmicas de negação, recalcamento, estigmatização e indiferença profissional, conforme aponta Muniz Sodré (2000). E é nesse contexto que se inserem os diálogos midiatizados sobre a morte de Thiago, uma criança de 13 anos, baleada durante uma operação policial na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, em 7 de agosto de 2023. A Polícia Militar inicialmente apresentou diferentes versões do ocorrido, buscando incriminar Thiago e justificar sua morte.

A primeira veiculação do crime no portal G1, por meio de um vídeo no Instagram *reels*, enfatizava a violência nas favelas, com o título "Violência no Rio", refletindo o

tratamento comum dado à cobertura de operações policiais em comunidades. O foco estava na disputa de narrativas entre a polícia e os moradores da comunidade. Para além da publicação e resumo em legenda feito pelo portal G1, essa disputa fica ainda mais evidente nos comentários que contrapõem a fala de Nathaly Faustino presente no vídeo curto (*reels*).

Figura 3 - Postagem G1: Violência no Rio

Fonte: Captura de tela publicação G1.

Oito dias após o assassinato, a mãe de Thiago, Priscila Menezes, foi entrevistada no programa *Encontro*, da Rede Globo, em uma reportagem especial sobre crianças vítimas da violência policial. Nesse momento, a vida de Thiago passou a ser destacada em meio a um contexto mais amplo de violência de Estado, com foco na série de assassinatos semelhantes ocorridos no Rio de Janeiro no primeiro semestre de 2023, que resultaram nas mortes das crianças Juan, Rafaelly, Eduarda, Esther, Lohan, Yan, Djalma, Jhenyfer, Thiago e Eloah. É nesse contexto extraordinário, como explica Sodré (2000), que o racismo é temporariamente discutido.

Na entrevista ao *Encontro*, as declarações de Priscila Menezes contrastaram diretamente com os primeiros depoimentos da polícia, que tentavam criminalizar Thiago.

Mesmo com as provas de fraude processual e calúnia, a luta dos familiares ainda passava pela necessidade de reafirmar a integridade de Thiago, especialmente após a repercussão midiática dos falsos testemunhos policiais. Isso ficou evidente já na primeira cobertura da Globo sobre o assassinato, onde os comentários no vídeo curto, publicado no Instagram, culpabilizam Thiago e sua família, reproduzindo os imaginários de criminalidade associados às favelas e seus moradores.

A reprodução dessas imagens nos comentários, após a morte de uma criança negra, evidencia como o racismo presente na mídia inscreve a recepção da morte de pessoas negras no registro da espetacularização, sem convocar uma crítica ao sistema de supremacia racial. Whindersson, (2021) explica como a morte negra é repetida visualmente na mídia, pois é um espetáculo que gerencia a "saúde mental do mundo". Whindersson (2021) aponta que imagens violentas não operam como dispositivos de sensibilização. Ao contrário, reafirmam o Ser por meio da desumanização contínua dos sujeitos subalternizados. Nesse sentido, "a violência que satura as vidas negras não é ameaçada de extinção apenas por serem expostas." (Whindersson, 2021, p.256)

No contexto desses diferentes diálogos - a matéria veiculada pela Globo, o depoimento da família inserido nela e os comentários no Instagram -, vale destacar que o dispositivo interacional de racialidade, enquanto agenciador das relações, demonstra sua capacidade de "criar/fazer/mover" conforme as circunstâncias da interação (Da Silva, 2021).

> Nesse sentido, entendemos que a raça é um dispositivo de interação com grande variação interna de táticas, para urgências e objetivos diversificados. A tal potencial de agenciamentos e relações que os dispositivos, como o de raça, têm, Braga (2018, 2020) vai propor adotar a expressão *arranjos disposicionais*. O termo não é uma escolha aleatória, fundamenta se no foco comunicacional dados aos dispositivos: os arranjos que os elementos do dispositivo podem criar/fazer/mover. (Da Silva, 2021, p.55)

Essa variação é explicada por Braga (2020, p.23-24) através da dinâmica dos códigos e suas inferências:

> Aspecto importante é que "dispositivos", sendo dinâmicos, não só exercem "códigos", mas produzem solapamento e assoreamento nestes, geram códigos e os substituem, pelo processo inferencial. Em síntese, códigos e inferências interacionais são dois "momentos" de uma mesma lógica: inferências são requeridas para exercer códigos; e códigos são criados a partir de inferências. Os elementos que compõem os dispositivos se integram nesses processos, mas não se trata de classificá-los nas duas categorias, e sim de observar suas dinâmicas. Apreender analiticamente as lógicas internas de dispositivos interacionais implica perceber a especificidade com que a situação pesquisada aciona e gera códigos – o que é trazido à cena; que inferências são feitas; e como os diferentes elementos se articulam e se tensionam em torno de tais processos básicos.

Assim, se, por um lado, a Globo reproduz o racismo midiático tanto em sua estrutura quanto na espetacularização do assassinato de Thiago Menezes - reforçado pelos comentários que criminalizam a criança e perpetuam os *códigos* do dispositivo racista - por outro, as falas de Nathaly Bezerra Flausino (tia) e Priscila Menezes (mãe) rememoram Thiago e buscam reenquadrá-lo para além desses imaginários. Ao reconstruir sua memória, elas desafiam a narrativa dominante e constroem *inferências*.

4.1 A autoconstrução da família

Na madrugada de 7 de agosto de 2023, Thiago Menezes foi morto pela polícia militar em uma operação na Cidade de Deus (RJ). Thiago Menezes não apresentava ficha criminal, porém, após sua morte, circularam notícias que o incriminavam. A própria polícia, em um primeiro momento, acusou a criança, afirmando que dois homens em uma moto atiraram contra a equipe e "um criminoso ficou ferido no confronto". Já em uma segunda versão, a PM do Rio de Janeiro afirmava que a moto estava em alta velocidade e que houve troca de tiros. Após investigação, as versões foram desmentidas e foi apurado que, na cena do crime, os PMs Roni Cordeiro de Lima, Diego Pereira Leal, Aslan Wagner Ribeiro de Faria e Silvio Gomes dos Santos plantaram uma pistola Glock e munição ao lado de Thiago para simular um confronto armado. Além da deturpação da cena do crime, foi revelado que os assassinos de Thiago estavam em uma operação ilegal. No dia 7 de agosto de 2023, o G1 publicou em seu Instagram um vídeo de 29 segundos, a partir da ferramenta *reels*, com o depoimento de Nathaly Bezerra Flausino, após a morte na madrugado do dia 6 para dia 7 de agosto.

A família de Thiago Menezes desempenhou um papel crucial ao preservar a dignidade e o valor da vida de Thiago em meio a um contexto de diferentes versões policiais e discriminação contra a criança. Como a própria mãe de Thiago, Priscila Menezes, diz na entrevista para o *Encontro*: "Estou tentando ficar bem por que tenho que lutar por justiça, pelo meu filho". Além de lutar pela justiça contra os assassinos, a família reuniu testemunhas e coletou 13 vídeos de câmeras de segurança. Todo o material foi entregue à polícia e à Defensoria Pública, resultando na prisão de Roni Cordeiro de Lima, Diego Pereira Leal, Aslan Wagner Ribeiro de Faria e Silvio Gomes dos Santos.

O movimento de familiares pela justiça de vítimas de violência de Estado é uma resistência poderosa, que confronta a necropolítica vigente e restaura a dignidade das vítimas, frequentemente estigmatizadas e discriminadas. Essas mães, ao lutarem incansavelmente, desafiam as imagens de controle impostas sobre seus filhos, promovendo o reconhecimento e

a dignidade que lhes foram negados. Nesse contexto, a mãe de Thiago assume um papel central na resistência negra. Segundo Collins (2022), na sociedade civil negra, muitas mulheres exercem lideranças voltadas à sobrevivência, ao fortalecimento da comunidade e à rejeição das práticas racistas. Assim, o cuidado com os filhos - biológicos ou não - torna-se uma forma de ativismo, por meio da qual as mulheres negras politizam suas experiências e sustentam coletivamente suas comunidades.

> Em um mundo que desvaloriza as vidas negras, defender a vida dos jovens negros e buscar dar-lhes esperança é um ato de resistência radical. Nesse sentido, expressões contemporâneas de trabalho materno que invocam essas profundas raízes culturais conferem aos projetos políticos uma noção mais politizada do cuidado. (Collins, 2022, p.275)

Um caso marcante nessa luta foi a repercussão midiática da morte de Marcus Vinicius, que também enfrentou o processo de desinformação, discurso de ódio virtual e reivindicação dos familiares por justiça e respeito ao jovem, que foi assassinado.

> A exibição da camisa e o fato de Marcos Vinícius estar a caminho da escola reconduziram-no para outro enquadramento, "[...] dentro de certas normas que governam o reconhecimento" (Butler, 2015, p. 47). O rompimento do primeiro enquadramento que lhe fora atribuído, inclusive, resultou em uma ação movida por advogados de um partido político que, no dia 29 de junho de 2018, exigiram que a Justiça retirasse a fake news do Facebook e identificasse os disseminadores desta (Lang, 2018). Entretanto, os desdobramentos do caso indicam que isso não garantiu a superação de sua condição enquanto sujeito matável e a migração para outro enquadramento. Alguns dos fatores que permitiram seu reconhecimento enquanto 'envolvido', como por ser pobre, morador de um território vulnerável e estar correndo durante o tiroteio, ainda permanecem e dificultam a captura e punição dos responsáveis por sua morte, conforme demonstra a reportagem de 11 de março de 2019, sobre a batalha da mãe do jovem em prol de justiça (Franco, 2019). Um rompimento radical de um enquadramento somente é possível quando uma realidade aceita sem discussão é colocada em xeque e é possível, então, expor os dispositivos que a legitimavam e produziam sua autoridade. "Isso sugere que não se trata apenas de encontrar um novo conteúdo, mas também de trabalhar com interpretações recebidas da realidade para mostrar como elas podem romper —e efetivamente o fazem —consigo mesmas [...]", conforme assinalou Butler (2015, p. 28), mas não nos parece que tenha sido o caso, no máximo, foram reatualizadas as condições de reconhecimento perverso (Lima, 2010) a que estão submetidos tantos outros jovens desse país. (Silva et.at, 2022, p.11)

Essas condições de reconhecimento perverso também seguem o assassinato de Thiago Menezes e atravessam o valor de sua vida. Assim como Marcus Vinicius, as imagens da formação integral e da infância de Thiago também foram elementos discursivos importantes na disputa pelo reconhecimento de sua vida.

Nesse sentido, se o enquadramento perverso da mídia se configura na operação do dispositivo interacional de racialidade, as reivindicações dos familiares aparecem como resistência ao dispositivo. Segundo Da Silva (2021, p.55), no contexto de nomeação do ser e

não-ser, uma das estratégias para o tensionamento dos imaginários racistas está "no ato de se mostrar como um sujeito de fala, assumindo um espaço na cena pública e no estabelecimento de vínculos". Tal ato abre espaço para o reconhecimento da "existência subjetiva, simbólica e representacional do sujeito" (Da Silva, 2021, p.56). Dessa forma, segundo Da Silva (2021, p.115):

> Se o dispositivo de racialidade (re)arranja seus elementos de forma que produzam continuamente o apagamento dessas formas outras de viver, podemos dizer que ao (auto) valorizar suas culturas, as mulheres negras rearranjam os lugares sociais, os saberes e as verdades impostas pelo dispositivo de racialidade.

Pamela Guimarães da Silva (2021) denomina este rearranjo feito por mulheres negras como *arranjos disposicionais interseccionais de resistência ao dispositivo racial*, este rearranjo acontece na luta por ressignificar os sentidos sobre a raça e os imaginários racistas que o cercam, por meio da autodefinição e autoavaliação dessas mulheres (Collins, 2019).

No contexto de reconhecimento perverso exposto, o discurso de Priscila Menezes, mãe de Thiago, é um exercício de denúncia como resistência da família não só contra o genocídio da juventude negra, mas também contra epistemicídio que desumaniza e desqualifica esses jovens.

Se, na subjetividade de suas vivências, mulheres negras rearranjam o dispositivo interacional de raça (Da Silva, 2021), podemos dizer que este protagonismo transforma o contexto coletivo das comunidades de mulheres negras. Segundo Collins (2019, p.224):

> O "eu" não é autodefinido como uma maior autonomia que ganhamos ao nos separar dos outros. Ao contrário, o "eu" se encontra no contexto da família e da comunidade – como diz Paule Marshall, é "a capacidade que alguém tem de reconhecer sua própria continuidade com a comunidade mais ampla". Ao prestar contas aos outros, as afro-americanas desenvolvem "eus" mais plenamente humanos, menos objetificados. Sonia Sanchez chama atenção para essa versão do "eu" quando afirma isto: "Devemos ir além do foco no 'eu pessoal', porque existe um 'eu' maior. Existe um 'eu' dos negros". Em vez de definir o "eu" em oposição aos outros, a conexão entre os indivíduos proporciona às mulheres negras autodefinições mais profundas e mais significativas.

Nesse cenário, "Quando a mãe de um jovem assassinado decide denunciar e lutar, ela se torna protagonista da própria luta: toma as rédeas da própria vida e constrói um caminho de luta que é só dela" (Raposo; Lima, 2023, p.334)[24]. Como explica Santos (2018), vemos a

[24] Conforme indicado por Rafaela Lima (2023), em seu processo de escrevivência e reflexão crítica, as vozes das mulheres da Rede Mães de Luta foram tratadas como parte fundamental da construção teórica. Na dissertação, optamos por referenciar as discussões propostas por essas mulheres como uma coautoria na tese de

denúncia como um gesto, um ato histórico-social e de linguagem que textualiza conflitos e reorganiza certas inscrições em lugares possíveis de identificação, constituição, formulação e circulação dos sentidos. Esses discursos são testemunhos, provas contundentes de vidas interrompidas. No protagonismo e na autoconstrução pontuado por Nivia Raposo, "A mãe tem entranhado nela o conhecimento profundo sobre aquela pessoa assassinada, e ela busca nesse conhecimento o que há de mais precioso para levar para a luta." (Nivia Raposo em testemunho para Lima, 2023, p.334). Nesse processo, o testemunho das mães faz com que o outro escute uma vida e coletividade marcada pela dor e pela perda.

> Trata-se, ao contrário, de uma forma singular de linguagem, um processo discursivo que toca variados funcionamentos, tanto no seio do testemunho particular quanto no seio do testemunho coletivo, os quais buscam instaurar um lugar de fala, uma voz que é o resultado da identificação mútua de outras vozes (Santos, 2018, p.138)

Santos (2018) enfatiza que a denúncia não é apenas acompanhada por gestos, mas é materializada por eles. Gestos simbólicos, como o grito materno ao dizer "você matou meu filho", são formas de denúncia que não podem ser separadas da linguagem verbal. Assim, a denúncia deve ser vista como um gesto que envolve a corporalidade do sentido. Nesses gestos também estão as ritualidades do luto. Como mostra Lima (2023), no ritual de luto público, a humanidade do jovem vitimado e de sua mãe são afirmadas e reivindicadas por essas mesmas mães que, em luto, clamam e contam suas histórias de luta.

> Um aspecto central desse protagonismo é o seguinte: eu é que sei falar sobre o meu filho que foi assassinado. Eu é que sei qual era o time dele, a cor de que ele gostava, além de mil outras características que eram só dele. A experiência inteira da minha vida se integra quando eu falo sobre quem é o meu filho Rodrigo. Eu jamais quis e daria tudo no mundo para não ter esse lugar de fala, mas a vida me lançou nele e eu sei que preciso ocupá-lo, para contar a história do meu filho como ela merece ser contada. (Raposo; Lima, 2023, p.334)

No contexto de reivindicação da família de Thiago, o rearranjo do dispositivo acontece em meio a disputas e concessões. Segundo Lima (2023), baseada em Vaz et al. (2015), o debate sobre segurança pública é dominado pelas políticas do medo, resultando na invisibilidade dos jovens negros, ao mesmo tempo em que eles se tornam hipervisíveis na mídia como potenciais criminosos. Como vimos anteriormente, Priscila Menezes ganha espaço de fala enquanto representação das mães vitimadas pela violência policial em um momento extraordinário no qual o racismo é discutido na televisão. É nesse contexto que

---

Rafaela Lima. Essa escolha é essencial para valorizar o conhecimento e o saber gerado por elas, alinhado com o contexto apresentado na dissertação, onde se destaca a autoconstrução e o protagonismo dessas mulheres.

Priscila Menezes traz os objetos de Thiago para o debate público, suas medalhas, camisas de futebol, boletim, bíblia e caderno. Como aponta Lima (2023), tais objetos são parte do movimento de mães e familiares das vítimas da violência do Estado, que trazem os elementos dramáticos dos rituais de luto para o espaço público.

> Os movimentos de mães e familiares das vítimas letais da violência do Estado levam os elementos dramáticos dos rituais do luto para os espaços públicos: a expressão emocional corporificada - os gritos, os cantos, preces e súplicas –; os objetos fúnebres - fotos dos filhos assassinados (presentes em camisas, faixas, bandeiras, cartilhas), livretos e livros com fotos e histórias, velas, objetos que lembram as vidas ceifadas (peças de vestuário; brinquedos, nos casos em que o assassinato é de uma criança; correntes que levavam ao pescoço). E as mulheres em luta, ao recriarem os rituais do luto para exigir o reconhecimento do valor das vidas interrompidas de seus filhos, não realizam uma mera repetição de tais rituais. Elas realizam o ritual como uma performance no espaço público. (Lima, 2023, p. 72-73)

São, portanto, discursos marcados por objetivo, subjetividade e estratégia.

> Temos que criar estratégias para enfrentar essa desumanização do sujeito preto. Não adianta falar só de números. É preciso tirar, da pilha de números, os rostos, as histórias, a vida que pulsava ali; que ali, havia pessoas que amavam, sorriam, choravam, tinham sonhos, amavam e eram amadas. Humanizar é o único caminho. A mãe que conta a história do filho e da dor de perdê-lo faz um apelo a essa humanidade. (Raposo; Lima, 2023, p.334)

Nos rostos, nas histórias, nas pessoas que amavam, nos sonhos, na cor favorita, no time de futebol. Este apelo pela humanidade é retratado em notas de uma existência. Essas marcas do cotidiano tornam-se símbolos da vida apagada pela violência sistêmica. Estamos de frente a um gesto de luta que se dá na insistência da existência enquanto estratégia. Lima (2023, p.374) caracteriza a luta das mães no espaço público como artesanias na medida em que a compreende como "a arte do fazer - é o processo produtivo que prima pela experimentação. É uma prática singular, alicerçada numa coletividade, em que são inventados e experimentados, todo o tempo, modos de criar, de tecer relações".

Na autodefinição dessas mulheres e na ressignificação dos imaginários impostos aos seus filhos, o processo de experimentação encontra no cotidiano as marcas da vida de seus filhos:

> Luto para manter viva a memória do Rodrigo. Isso me fortalece. Uma vez, plantei junto com ele, na frente da nossa casa, um jardim de girassóis, que ficou lindo, e ele adorou. Por isso, cuido do nosso jardim de girassóis e coloco a imagem do girassol em tudo. Escolhi essa flor tão viva como símbolo do meu filho porque ele era vida e alegria. (Raposa; Lima, 2023, p. 313)

A partir deste mesmo rastro do cotidiano, Priscila Rezende (2022) aborda o genocídio negro em sua obra, *Ou Absência*, onde 80 peças de roupa, suspensas por fios de náilon, representam vidas interrompidas. Cada peça, marcada por um buraco no peito, rememora as vidas de crianças negras perdidas pela violência do Estado. Entre elas, vemos o uniforme escolar de Marcus Vinicius e a fantasia de Mulher-Maravilha de Agatha, símbolos de vidas comuns, cotidianas, que foram brutalmente interrompidas. Esses itens do cotidiano são vestígios materiais da existência dessas crianças, tornando-se memoráveis justamente por sua ordinariedade.

Figura 4 - Foto Instalação (Ou Absência) Priscila Rezende (2022)

Fonte: Instagram Projeto Afro

E qual é o poder desse ordinário enquanto estratégia de resistência e memória?

Em *No Vestígio*, Christina Sharpe (2023a) aborda o impacto persistente da escravidão na existência negra pós-abolição. Utilizando o conceito de "vestígio" (*wake*), a autora explora como a vida negra está envolvida nos trabalhos de cuidar, defender e rememorar. Sharpe percorre o presente através de múltiplos significados da palavra "vestígio", associando-a a ideia de rastro, vigília, velório e vereda.

Para Sharpe (2023a), o vestígio representa tanto uma metáfora quanto uma materialidade dos rastros deixados pela escravidão. Esses rastros remetem à morte da negritude no passado — como o assassinato das 140 pessoas africanas no navio *Zong* em

1783 — e aos seus resquícios, no oceano e na memória, em obras como o poema homônimo *Zong!* (Philip, 2008). No presente, o vestígio persiste na constante morte física e social de pessoas negras e, também, no esforço contínuo para que essas mortes não sejam esquecidas. Nesse cenário, Sharpe (2023a, np) explica que "ao passo que o vestígio produz morte e trauma Negros - 'a violência [...] precede e excede os Negros' - nós, povo preto, em todo e qualquer lugar em que estejamos, ainda produzimos no, para o e através do vestígio uma insistência na existência." Com esses vestígios em mente, Sharpe, em seu livro Algumas *Notas do Dia a Dia* (2023b), aponta como em resistência no vestígio e ao vestígio "ecoamos a vida negra" no cotidiano.

> As notas, de modo geral, discorrem acerca dos múltiplos significados das palavras "ordinária" e "nota", bem como sobre o que elas podem significar, fazer (as)segurar e visionar numa vida Negra neste momento em qualquer lugar do mundo. Estas são notas sobre a vivência Negra. Estas são as coisas que pensamos ao nos depararmos com o cotidiano, o literário, o visual, a violência, o arbitrário, o ordinário e o belo. (Sharpe, 2023b,p. 9-10)

Tomar nota do cotidiano é apontar a existência negra no *vestígio* e apesar do *vestígio*. Nos rostos, nas histórias, nas pessoas que amavam (Raposo, 2023), nestes gestos vemos a *insistência na existência*.

Figura 5 - Notas do dia a dia de Thiago Menezes

Fonte: Imagens veiculados no programa Encontro

Priscila Menezes rearranja o dispositivo e reenquadra seu filho através desses vestígios (rastros) de sua existência. São os pedaços do cotidiano de Thiago que indicam sua vida. Com seu caderno, ele ia para aula na segunda, da escola, vestia sua camisa e ia ao futebol, sua mãe recebia seu boletim, ele recebia medalhas e, assim, esses objetos representavam seus sonhos. Em casa, ele guardava sua bíblia e proferia sua fé aos domingos. Na madrugada de domingo, esse dia a dia foi interrompido pela violência policial. Thiago é morto na madrugada do dia 6 para o dia 7 de agosto e, após sua morte, sua vida é continuamente apagada pelo racismo. Na defesa de sua vida, no lutar pela sua existência, são as pessoas o amavam e que ficaram que vão a público. E são as notas (vestígios) de seu dia a dia que o rememoram:

> Quem conhece (o Thiago), eu, a família, sabe que ele era um garoto de bem, que ele estudava. Ele não era nada disso que tão tentando inventar sobre ele. O que me deixa mais tranquila é saber que quem conhece eu, a minha família e quem conhece ele sabe como ele era. É só elogios pro Thiago, as pessoas na rua na comunidade me parando falando que ele era um menino bom, educado, carinho com todo mundo onde ele chegava, ele abraçava, ele beijava , cumprimentando, entendeu? Porque ele sempre foi educado.(Priscila Menezes em entrevista ao programa de TV Encontro. 15/08/2023)

4.2 Os comentários

Nesse cenário, enquanto operação do dispositivo interacional de raça nos diálogos midiatizados do assassinato de Thiago Menezes, a sobreposição dos comentários ao discurso dos familiares, encontra-se em um contexto de reprodução do racismo que ocorre na internet. Assim, o discurso dos familiares, narrativa primeira apresentada pelo vídeo publicado pelo G1, é sobreposto pelos comentários. No mapeamento sobre racismo virtual, Trindade (2018) identificou que os principais eventos que levam os usuários a postar discursos de ódio racista partem de comentários de uma postagem original. O pesquisador analisou 224 artigos de notícias disponíveis, que cobrem 42 casos de racismo no Facebook. Para cada caso, Trindade investigou o contexto e as circunstâncias anteriores à publicação racista. Segundo o autor, os discursos supremacistas partiram, prioritariamente, de dois tipos de interações: ativa e reativa. O usuário "ativo" publica falas racistas sem motivo claro, enquanto o comentário "reativo" surge como contraponto a uma publicação de algo que a vítima disse ou fez. Após analisar os 42 casos, foi possível identificar que 64,3% dos posts racistas são reativos, ou seja, comentários à uma narrativa primeira.

Segundo Paveau (2021), o comentário on-line se configura como um tecnodiscurso onipresente na web, constituindo-se uma das formas primordiais dos discursos digitais

nativos. Ele atua no processo de construção e recepção do sentido do texto original, ele emerge do fenômeno de escrileitura característico dos discursos conectados. Os comentários on-line desempenham a função de ampliação enunciativa e discursiva, estendendo o texto original e afetando sua interpretação e sentido. A interação entre os comentários e o texto original resulta em um todo discursivo único e ampliado. A visibilidade e publicidade dos comentários também diferenciam sua elaboração e recepção, especialmente em redes sociais, onde as regras e configuração da plataforma podem influenciar a condição técnico e jurídico do comentário, impactando os gêneros discursivos e estilísticos envolvidos.

Ao tratar-se do racismo presente na mídia, os comentários, enquanto ferramentas de elaboração e recontextualização de discussões, apresentam-se como terreno fértil para a disseminação de discurso de ódio na web. Segundo a análise de Hughey e Daniels (2013), quando jornais online norte-americanos começaram a permitir que os leitores comentassem em suas notícias, notou-se o aumento de comentários racistas através do anonimato, mesmo em notícias sem relação com questões raciais.

Da mesma forma, ao analisar o discurso de ódio no Facebook no Brasil, Trindade (2018) concluiu que, nos casos analisados, o anonimato online além de distanciar suas relações com as vítimas, já que em 76,2% dos casos não tinham qualquer relação prévia com os alvos, eximiu os crimes de responsabilidade, visto que, ao serem expostos, os usuários-racistas geralmente: apagavam o comentário, deletavam a conta e/ou mudavam a configuração do perfil de público para privado. A respeito do perfil dos criminosos e das vítimas, no estudo de Trindade (2018), 65,6% dos usuários racistas foram homens, 81% das vítimas eram mulheres negras.

Neste cenário, cabe ainda discutir os níveis perversos do racismo no ambiente digital. Silva (2022) aponta que o racismo explícito, presente em textos e imagens criados por indivíduos, é apenas uma faceta das dinâmicas de anti-negritude em um contexto de supremacia branca. Nos ambientes digitais, o racismo também se manifesta de maneira mais sutil e invisível, levantando a questão de como identificar e tratar essas práticas que, embora menos explícitas, são igualmente nocivas. Dessa forma:

> Pensar e discutir tecnologias digitais como plataformas, mídias sociais e algoritmos exige irmos além da linguagem textual. Se as manifestações coordenadas ou espontâneas de racismo explícito na internet são uma constante há décadas e permanecem se intensificando de forma virulenta, nos últimos anos a abundância de sistemas algorítmicos que reproduzem e normalizam as agressões apresentam uma nova faceta pervasiva da ordenação de dados e representações racializadas online. (Silva, 2022, np)

Segundo Tynes el al (2019) o racismo online ocorre de 3 formas: microagressões raciais online, discriminação racial online e crimes de ódio. Os crimes de ódio seriam os atos racistas que encaram punições legais - no caso da pesquisa de Tynes, consideram-se os atos ilegais segundo a legislação americana. Sobre discriminação racial online, Tynes et al (2019) reitera sua pesquisa de 2010 e 2015 na qual definia a discriminação como um ataque direcionado a pessoas negras de forma explícita ou através de piadas. Segundo a pesquisadora:

> entendemos discriminação racial online como agressões verbais ou visuais intencionais direcionadas a um indivíduo com base em raça, exclusão de sistemas ou conversas comunicadas via texto, vídeo, imagens e símbolos. De forma semelhante, discriminação racial online vicária refere-se a agressões verbais ou visuais intencionais, incluindo piadas sobre o grupo étnico de uma pessoa que são testemunhadas por meio de texto, vídeos, imagens e símbolos. A discriminação racial online também foi chamada de microagressões na literatura sobre microassaltos. (Tynes et al, 2019, p.198)

Tynes (2019) explica que as microagressões são ataques racistas que não são facilmente identificáveis, ou são ignorados, por não apresentarem uma materialidade óbvia, como ocorre em crimes explícitos de ódio. As microagressões aparecem na forma de microinvalidação, microinsulto, deseducação e desinformação.

Sobre a microinvalidação, Silva (2022) faz uma relação importante ao compará-la ao mito da democracia racial difundido no Brasil, de maneira geral, ela seria a invalidação das realidades raciais e negação do racismo. Segundo Silva (2019), dentre o racismo vivenciado pelas plataformas digitais, a negação de realidades raciais e a defesa da “democracia racial” encontra-se como uma das principais formas do racismo online. Essa ideologia é usada para viabilizar a negação de atitudes racistas e para deslegitimar a produção de conhecimento por pensadores, pesquisadores e ativistas negros. Ao se tratar da reprodução da necropolítica, na pesquisa sobre a repercussão pelo Instagram do assassinato de Edson Ribeiro (Brandão, 2023), os resultados mostraram que a maioria dos comentários invalidava as realidades raciais e naturalizava o racismo. A perpetuação do racismo, neste caso, não se dava por insultos e discursos supremacistas contra Edson Ribeiro, mas sim pela negação da existência do racismo no Brasil.

De acordo com Tynes (2019), o insulto tem, em sua capilaridade, a preservação de imaginários racistas.

> Por sua natureza, as microagressões têm o poder de perpetuar estereótipos raciais por meio de microinsultos, levando estudiosos a examinar como os estereótipos raciais são reforçados ou desafiados online. Guo e Harlow (2014) utilizaram uma análise de conteúdo para examinar como vídeos populares do YouTube sobre africanos americanos, latinos ou asiáticos incluíam ou reforçavam estereótipos

> culturais sobre esses grupos. Eles também analisaram o número de curtidas/descurtidas e comentários para medir as diferenças entre vídeos que perpetuavam estereótipos e aqueles que os desafiavam. Os pesquisadores descobriram que três quintos dos vídeos incluíam estereótipos raciais. Os estereótipos mais comuns sobre negros eram "infratores da lei" e, em segundo lugar, representações estereotipadas de aparência física e linguagem. Para latinos, mulheres sexualizadas eram o estereótipo mais comum e "infratores da lei" o segundo estereótipo mais comum. Para asiáticos, os estereótipos mais comuns ridicularizavam a aparência física e a pronúncia da linguagem, e o segundo estereótipo mais comum eram as mulheres asiáticas sexualizadas. Relacionando-se a essas descobertas, Harrison, Tayman, Janson e Connolly (2010) examinaram artigos online e comentários sobre atletas negros na homepage da ESPN.com para avaliar se os artigos e comentários desafiaram ou reforçaram estereótipos. A maioria dos artigos que abordavam atletas negros incluía microinsultos, muitas vezes retratando-os como violentos, irresponsáveis e culpados de crimes. Embora os artigos nunca mencionassem a raça, os comentários dos leitores frequentemente o faziam e debatiam seu papel na cobertura midiática de atletas negros.(Tynes, 2019, 197 tradução nossa)

Ainda segundo Tynes (2019), a deseducação se configura como um processo sistêmico de produção de conteúdos educativos que operam duplamente: tanto pelo rebaixamento epistemológico quanto pela invisibilização estratégica de sujeitos e contribuições negras. Um mecanismo sustentaria estruturas de poder ao naturalizar ausências e distorções nos currículos e materiais didáticos. Do ponto de vista da desinformação, compreendida como a disseminação intencional de notícias falsas e narrativas distorcidas - podemos dizer que ela emerge como uma forma contemporânea de microagressão em escala ampliada. Seu perigo reside na capacidade de mimetizar-se sob a aparência de informação legítima, perpetuando o racismo tanto na esfera da discriminação cotidiana quanto na incitação a crimes de ódio. Segundo Silva (2022) "Os ataques racistas organizados como desinformação online se apoiam na cultura e oferta de imagens das mídias hegemônicas.". O autor exemplifica o poder da desinformação, ao olhar para Marielle Franco.

> Com histórico combativo na legislatura e em comissões de defesa de direitos humanos, Marielle Franco tecia críticas tanto às milícias e tráfico quanto aos impactos nefastos da implementação das desastrosas UPPs (Unidade de Polícia Pacificadora), tema de sua dissertação postumamente publicada[undefined]. No dia de seu assassinato, junto a Anderson Gomes, motorista, em 14 de março de 2018, em poucas horas o fato chegou a meio milhão de tweets, gerando visibilidade internacional ao caso. Também rapidamente passaram a circular notícias falsas e montagens tentando relacionar a vereadora ao tráfico de drogas, gerando "disputa narrativa que se estabeleceu entre os grupos de repúdio ao crime e de grupos que buscam desqualificar a vereadora" (Silva, 2022p. 32)

O caso paradigmático de Marielle Franco ilustra as microagressões apresentadas acima: após seu assassinato, a vereadora foi simultaneamente vítima de uma campanha de desinformação que a criminalizam numa tentativa de justificar seu assassinato, e de um

processo de deseducação que deslegitimava sua história e produção, na tentativa de apagar seu simbolismo político. Vê-se, assim, como ambos os mecanismos (deseducação e desinformação) convergem para a manutenção da ordem racial.

Olhando para as pesquisas existentes sobre microagressões, Silva (2022) destaca que elas se estruturam em especificidades: a suposição de criminalidade, a negação das realidades raciais, o contínuo epistemicídio (na suposição de inferioridade intelectual e patologização de valores culturais), a negação de cidadania, a exclusão de pessoas negras e a exotização, a última sendo mais comum contra mulheres negras.

Enquanto operações do dispositivo interacional de raça, as microagressões propostas por Tynes (2019) e Silva (2022) tornam-se particularmente perversas quando analisadas sob a perspectiva da necropolítica e da perpetuação da política de inimizade (Mbembe, 2020). Em Tynes (2019), observa-se que microinvalidação, microinsulto, deseducação e desinformação configuram formas sistemáticas de operação da violência. Já Silva (2022), a partir de estudos como o de Tynes, identifica padrões discursivos que estruturam essa violência.

Dessa forma, ainda que a microagressão não tenha relação com o grau de violência e sim com sua penetração no cotidiano e impunidade, nesta dissertação, essas categorias expostas por Tynes (2019) e Silva (2022) são vistas como operações estratégicas da necropolítica no ambiente digital, evidenciando o papel da tecnologia na conformação da violência racial e na morte social de pessoas negras, enquanto formas de separação entre o ser e não-ser essas estratégias reforçam a percepção exposta por Mbembe (2016, p.128-129):

> A percepção da existência do outro como um atentado contra minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria o potencial para minhas vida e segurança, eu sugiro, é um dos muitos imaginários de soberania, característico tanto da primeira quanto da última modernidade.

Assim, a percepção do outro como ameaça se manifesta por meio da negação do racismo (na microinvalidação), dos imaginários racistas (nos microinsultos), da deseducação e da desinformação, que operam como estratégias da necropolítica e apresentam padrões discursivos necropolítcos.

No processo de significação do corpo negro e da disputa de sentidos em torno dele, os contextos discursivos dos comentários no Instagram do G1 e das narrativas dos depoimentos da família se configuram como códigos e inferências interacionais do dispositivo de racialidade. Diante disso, passamos à análise dessa dicotomia, observando e refletindo sobre os sentidos construídos tanto nas falas dos familiares de Thiago Menezes quanto nos comentários publicados.

5. AS MATERIALIDADES

Como vimos em Sueli Carneiro (2023), práticas de exclusão e epistemicídio são inerentes ao dispositivo de racialidade e sustentam o apagamento das vozes negras. Em resistência a este epistemicídio, este trabalho, propõe um método que amplifica a voz de Priscila, mãe de Thiago.

Em agosto de 2024, um ano após a morte de Thiago Menezes o jornal Voz da Comunidade publicou um vídeo *in memoriam* com depoimentos de sua família e amigos. No vídeo, Priscila reitera o primeiro ano de luto e luta:

> *Desde o dia 7 de agosto eu e a família não vivemos da forma que a gente vivia, a nossa vida é por luta mesmo, por justiça por Thiago, porque ele não ta mais aqui. Eu como mãe me sindo no dever de tá falando, defendendo ele, de ir nos lugares, pedir justiça.* ***Porque eu agora sou a voz do Thiago***.(Priscila Menezes em entrevista ao Voz da Comunidade 07/08/2024, grifo da autora)

O posicionamento de Priscila como protagonista da história de Thiago atravessa este texto não apenas como posição teórica-filosófica enquanto auto-definição mas como operação metodológica que movimenta a dissertação. Enquanto *a voz,* as inquietações e sentidos que Priscila movimenta, são pensados aqui como dimensão de uma metodologia ativa. (Pessoa; Mantovani; Sousa, 2019)

Guiar-me pelo *corpus* é uma decisão metodológica que dá protagonismo a Priscila, permitindo que sua experiência seja o eixo que orienta a investigação. Essa abordagem é potencializada pela virada afetiva, que abre novas possibilidades epistemológicas e metodológicas, proporcionando um modo de investigação em que as afetações e as situações vivenciadas impulsionam a reflexão. Trata-se de "se colocar em relação com aquilo que se pretende compreender" (Pessoa; Mantovani; Sousa, 2019, p. 54), priorizando o envolvimento estético e sensível que atravessa a investigação e se manifesta também na escrita científica.

> Ao reconhecer a importância da ênfase no corpo e nos afetos, a virada afetiva valoriza a promoção das questões que abarcam as sensibilidades e o sensível como possibilidade para a produção do conhecimento. A virada afetiva observa a realidade, como o próprio sintagma indica, como vivência afetiva, segundo afirma Clough (2007). E a pessoa pesquisadora se permite, em observação à realidade, perceber os seus afetos e não se distanciar deles. Ao contrário, tenta negociar com esta experiência estética e sensível; faz curva ao distanciamento e se permite aproximação que ultrapassa o espaço-tempo da investigação e chega ao espaço-tempo da escrita científica, levando-se em conta o espaço-tempo anterior a todo o processo de pesquisa. (Pessoa, 2024, p.56)

A virada afetiva nesta metodologia tem centralidade do *corpus sensível*, que envolve "a experiência empírica inspirada pelos próprios sujeitos pesquisados" (Pessoa; Mantovani; Sousa, 2019, p.60). Influenciando diretamente no gesto epistemológico, o *corpus sensível* atua na construção da pesquisa. Trabalhar metodologicamente com esse conceito pede do pesquisador "posicionamento e escolhas que tragam a centralidade da investigação para os sujeitos, tanto os pesquisados quanto os pesquisadores". (Pessoa, Mantovani, Sousa, 2019, p.58). Nesta dissertação, isso significa escutar o que Priscila clamava após a morte de seu filho:

> *Eu espero que o governador, o prefeito, reavalie o jeito que eles estão treinando esses policiais. Para eles pararem de achar que todo morador de comunidade de favela é bandido. Chegar atirando nas pessoas, achando que as pessoas são bandidos. Porque lá tinha meu filho, acabou com o sonho do meu filho.* (Priscila Menezes em entrevista ao programa de TV Encontro. 15/08/2023)

Trazendo à tona o imaginário racista de criminalidade, que atravessa a vida de pessoas negras e sustenta a manutenção da necropolítica (Mbembe, 2020), Priscila, em sua fala, nega ativamente os enquadramentos que reduzem Thiago à condição de suspeito em construção como não-ser. Essa negação, por si só, já orienta o olhar desta dissertação para os enquadramentos que, de forma sistemática, desumanizam corpos negros e colocam Thiago em uma posição liminar entre o ser e o não ser.

A luta que se recusa a aceitar os imaginários supremacistas, desdobra-se ao acompanhar Priscila nas materialidades que ela traz para afirmar positivamente a existência de Thiago. Através de sua narrativa, de seus gestos e de sua resistência, ela constrói o rearranjo do dispositivo que restitui ao filho a subjetividade que o racismo tenta apagar:

> *É uma das blusas de onde ele treinava, porque ele treinava em várias escolinhas. É uma das blusas, medalha, tudo isso aqui. Isso aqui um troféu que fizeram homenagem para ele. Ele tinha muita medalha também. O caderno de escola dele está aqui. A bíblia dele. Os trabalhos dele, o que ele fazia na escola. O boletim dele, boa frequência. Pegava sete e meia da manhã na escola. A bíblia dele, que fez três meses no dia da morte dele, que ele tinha aceitado Jesus.*(Priscila Menezes em entrevista ao programa de TV Encontro. 15/08/2023)

Do contato com as materialidades colocadas por Priscila, a pesquisa busca se conduzir por meio das costuras dos fios apresentados pelo *corpus*. Nesse sentido, olhamos para as materialidades encontradas nos discursos dos familiares e suas aparições nos comentários. Como vimos anteriormente, estas materialidades são rastros da existência de Thiago no vestígio, locais da existência no pós-escravidão (Sharpe, 2023a).

Nós nos valemos dessas materialidades pelo seu lugar de significação da vida. Essa perspectiva alinha-se à compreensão Butler (2019, p.124), para quem "linguagem e materialidade não se opõem pois, a linguagem é e se refere ao que é material, assim como o que é material nunca escapa por completo ao processo pelo qual é significado". Tal imbricação entre o simbólico e o material encontra ressonância metodológica na abordagem da bricolagem que adotamos nesta pesquisa. Como já apontava Pessoa (2018):

> Por vezes os fios que tecem essa investigação sobre corpus sensível se entrelaçaram a outros, apresentando-nos um emaranhado de possibilidades e obrigando-nos a reconhecer alguns limites. Por outro lado, permitiram-nos avançar em direção a outros conceitos. Como o bricoleur intelectual de Lévi-Strauss (1989, p.32), mas sem fazer comparações com o cientista como o fez o pensador, foi preciso estabelecer um diálogo com cada objeto que se apresentava em nosso percurso, quase como a interrogá-lo e em outros momentos a observá-lo e a ouvi-lo de forma a permitir que revelasse a sua singularidade ou até mesmo a sua excentricidade. (Pessoa, 2018, p.29)

Compreendemos a bricolagem não como mera justaposição, mas como prática criativa de recomposição epistemológica, portanto, nós a adotamos pela sua possibilidade de "variar as formas dos enunciados existentes e reinventar suas coordenadas de enunciação" (Ramírez Hernández et. al., 2018 p. 253) no questionar, observar e ouvir do corpus. Pelo uso criativo e adaptativo de ferramentas teóricas e metodológicas diversas, enquanto método, a bricolagem me permite utilizar ferramentas conceituais disponíveis para analisar o corpus, explorando conexões e lacunas vividas na pesquisa na qual "a totalidade dos meios disponíveis deve estar também implicitamente inventariada ou concebida, para que se possa definir um resultado que sempre será um compromisso entre a estrutura do conjunto e a do projeto." (Levi-Strauss 1989, p.36). Como afirma Pessoa (2018, p.30):

> Compartilhamos com Levi-Strauss (1989, p.35) a ideia de que a bricolagem não esgota o saber de todos os elementos de um corpus. Permite, no entanto, que o corpus fale por si e também dê pistas a esse artesão intelectual, o que não garante resultados previsíveis. A nosso ver, a auto-permissão da bricolagem abre, pelo contrário, caminhos inesperados, nos quais podem surgir imprevistos que atingem resultados surpreendentes.

Como método de construção de conhecimento baseado na experimentação, observação e uso de materiais disponíveis, a bricolagem se coloca na pesquisa também pela crítica empregada por Lévi-Strauss à supremacia atribuída ao pensamento científico ocidental. Partindo da compreensão de que a inferiorização da experimentação constitui uma operação fundamental do epistemicídio (Carneiro, 2023), torna-se crucial destacar como sujeitos não-

brancos produzem sistemas de conhecimento que ressignificam a própria noção de experimentação, articulando-a com o conceito de bricolagem como prática epistêmica contra-hegemônica. Ademais, isso significa manter um contato mais direto e singular com o *corpus*, evitando reduzi-lo prematuramente a categorias e modelos pré-estabelecidos:

> Experimentar um contato mais bruto com a pesquisa de campo, mostrar os elementos dispersos, tais como nós os encontramos, antes de colocá-los em ordem, mostrar nossas reações primeiras antes do distanciamento objetivo, são estratégias para reencontrar um contato mais imediato, frequentemente mais impactante, mas desfamiliarizante e desviante, mais singular, com o que estudamos para evitar de substituir muito cedo as experiências em um lugar muito tranquilo de nossos modelos e categorias. (Moriceau, 2017, p.216)

Enquanto método que demanda análise crítica e rigor (Pessoa, 2018), é essencial traçar os fios costurados no processo de bricolagem. A presente pesquisa consistiu em investigar os discursos dos familiares e os comentários midiatizados sobre o assassinato de Thiago Menezes. A análise parte das materialidades evocadas no discurso de Priscila Menezes e Nathaly Flausino - o corpo de uma criança, o caderno, o boletim, a camisa de futebol, a Bíblia e mais tarde o troféu - e examina como essas materialidades se desdobram em significações sobre a *infância, formação integral, religiosidade e coletividade*. Enquanto no discurso de Priscila e Nathaly observamos como essas significações reenquadram Thiago como *vida perdida*, nos comentários analisamos como elas são mobilizadas e quais enquadramentos e/ou imagens são atribuídos a Thiago.

No discurso dos familiares, essas materialidades atuam como elementos de resistência, para reivindicar a subjetividade de Thiago e contestar os enquadramentos desumanizadores. Por outro lado, nos comentários, as mesmas significações são mobilizadas de formas diversas. Para interpretar as dinâmicas dos comentários, apropriamo-nos das especificidades do racismo online descritas por Silva (2022) e a noção de Butler (2015) sobre comoção, analisando como os comentários relacionados à infância, à formação integral, à religião e à coletividade acionam a naturalização do racismo, os imaginários de criminalização ou o reconhecimento da perda de Thiago.

Vale destacar que ao categorizar os comentários em criminalização, naturalização, foram priorizadas as especificidades do racismo online que consideramos na pesquisa como abrangentes e estruturantes: a **suposição de criminalidade** e a **negação de realidades raciais**. Essa decisão metodológica parte do entendimento de que ambas constituem eixos centrais nas operações discursivas do racismo online, funcionando como vetores que interligam outras especificidades, como a negação de cidadania, a exclusão e o epistemicídio.

Por exemplo, na suposição de criminalidade, a ideia de que "na favela só tem criminoso" carrega em si **a negação da cidadania**, pois deslegitima os moradores como sujeitos de direito, e **a exclusão**, ao sustentar uma lógica de exclusão física e social desses corpos do espaço público. Da mesma forma, na naturalização do racismo, a percepção de que "se estivesse na escola nada aconteceria" reflete tanto **o epistemicídio**, que desconsidera educação de vidas negras, quanto **a negação das realidades raciais**, ao invisibilizar os contextos estruturais que perpetuam essa violência. Optar por essas categorias macro possibilita articular múltiplas dimensões do racismo online de forma integrada. Embora as especificidades possam ser analisadas isoladamente, observar como elas se desdobram e se sobrepõem em discursos de criminalização e naturalização permite identificar padrões discursivos amplos.

Da mesma forma, o conceito de comoção (Butler, 2015) também contribui para essa análise, permitindo-nos identificar de forma mais ampla os momentos em que há mobilizações de reconhecimento da vida de Thiago. A partir disso como eixo central, observamos os enquadramentos específicos dessas manifestações, se se inscrevem em discursos de resistência, se encaixam na lógica do reconhecimento da vida passível do luto por meio do rosto (Butler, 2011), ou se apresentam expressões emocionais de luto.

Essa abordagem possibilita ainda uma leitura mais sistêmica e relacional das dinâmicas de constituição de humanidade e de desumanização, em consonância com a proposta de racismo online de Silva (2022) e do reconhecimento em Butler (2015).

Assim, a metodologia possibilitou um duplo movimento analítico. Por um lado, permitiu identificar como os arranjos disposicionais interseccionais (Da Silva, 2021) configuram formas de resistência ao dispositivo racial, especialmente pelos significados atribuídos às materialidades nos discursos de Priscila e Nathaly. Por outro lado, nos comentários, tornou possível observar tanto as operações do racismo online que sustentam a necropolítica, quanto a presença de inferências (Braga, 2020; Da Silva, 2021) que, ao produzir comoção diante da morte de Thiago, recusam sua naturalização e reafirmam sua humanidade. Esse olhar integrado revela como as narrativas em disputa – sejam as hegemônicas, as contestatórias ou as transformadoras - reelaboram constantemente as imagens de controle racistas que estruturam a sociedade brasileira. Nesse processo, a bricolagem desempenhou um papel essencial, pois permitiu: 1) visualizar as conexões entre disputas discursivas aparentemente fragmentadas; (2) desnaturalizar as operações cotidianas do dispositivo de racialidade; e (3) articular diferentes escalas de análise, desde microinterações digitais até macroestruturas sociais. Dessa forma, acreditamos ter sido possível mapear tanto as

estratégias de manutenção da ordem racial quanto as táticas criativas que a desafiam e ressignificam.

Para isso, organizamos os comentários a partir das significações das materialidades. Inicialmente, a análise se baseou em: (1) **a infância**, identificada por comentários que contêm palavras-chave como *menino, infância, menor, moleque, criança, adolescente e jovem*; (2) **a educação e o esporte**, com termos como *escola, estudioso, estudante e jogador*; e (3) **a religiosidade**, reconhecida em menções a *igreja, santo, anjo e evangélico*. No decorrer da análise, uma quarta significação emergiu e foi incorporada: **a coletividade**. Essa inclusão se deu a partir da ênfase no discurso de Priscila Menezes e de sua materialização simbólica no troféu de Thiago. Para investigar essa dimensão, observamos comentários que acionavam as palavras *família,* e *nós/nosso/nossa.*

Na coleta, excluímos respostas a outros comentários, interações compostas exclusivamente por emojis, comentários que apresentassem apenas o termo categorizado sem uma formulação de frase ou relação à Thiago e ao discurso das familiares. Assim de 3.742 comentários extraídos foram mantidos 1.463. A análise dos termos-chave foi conduzida por meio de uma abordagem metodológica mista, que combinou a análise discursiva manual e a mineração de dados. A etapa manual permitiu a classificação dos enunciados nas três categorias principais: a) discurso de criminalização; b) negação das realidades raciais; e c) comoção. Já a mineração de dados, realizada com o auxílio do programador Marcus Vinicius Moraes Oliveira, utilizou a linguagem Python para o cruzamento de planilhas. Essa etapa teve como objetivo mapear o volume e os padrões de engajamento nos comentários, evidenciando a intensidade das mobilizações discursivas. A análise específica das materialidades implicou na observação de 374 comentários que continham os termos-chave relacionados à infância, à formação integral, à religiosidade e à coletividade.

Essa análise evidencia o embate narrativo fundamental entre as subjetividades negras afirmadas e processos de desumanização do dispositivo na constituição do ser e do não-ser. Mas que fique claro:

> Eu quis queimar a língua que me havia sido ensinada
> Essa língua na qual toda palavra está mancomunada com a reprodução de nossa ininteligibilidade.
> Somos simultaneamente tornadas incógnitas e levadas a lutar pela linguagem.
> (Mombaça, 2019)

Thiago foi uma vida perdida, quando olhamos para a legitimação dessa perda já partimos de um processo de opressão e apagamento. Priscila Menezes e Nathaly Flausino lutam pela dignidade de Thiago, em um momento que deveria ser somente de luto e cuidado

com quem ficou. Este é o sistema não nomeado que está em contrato[25], diante de uma dívida histórica, continuamos no lugar de devedores. E, para reivindicar pela dignidade que já é nossa, nosso esforço é para nos provarmos não-ameaça.

> Ela chamou a polícia e eu disse:
> Sr. policial, eu sou maior do que você.
> Eu sou maior do que todas as senhorinhas lusitanas que aprenderam a ler meu corpo como ameaça.
> Eu sou maior do que as flutuações econômicas
> E do que o trabalho colapsado.
> A sensação de que devo algo é tão recorrente,
> Ainda que isso já não me impeça de dizer a eles –
> De novo eles, sempre eles – que não devo.
> Que a dívida é a herança deles.
> Eu escrevi a sangue na calçada dos invasores:
> Vocês nos devem.
> Minha profecia diz que, assim como nós, os nossos fantasmas virão cobrar. Que já estão a caminho.
> Escrever a frase na pele do país não garante que cesse a luta contra a sensação de que sou eu que devo.
> Isso não passa de uma forma de cortar o mundo.
> E o mundo é meu trauma.
> Eu sou maior que o meu trauma. (?)
> Porque se o mundo, que é meu trauma, não para nunca de fazer seu trabalho, então ser maior que o mundo é meu contratrabalho.
> Eu achei que vindo aqui eu ia poder pegar o que é meu, mas eu não me vejo em absolutamente nada. Só encontro espelhos brancos e penduricalhos. Nada do que há aqui acerta a conta dessa dívida porque essa dívida é impagável.
> (Mombaça, 2019)

5.1 A dimensão da infância

a) "meu sobrinho tem corpo de criança, ele é pequenininho, magrinho[...]"

Como primeiro lugar de significação vemos o corpo de Thiago. Na madrugada em que Thiago foi assassinado, antes de qualquer depoimento por parte da família ou dos policiais, o primeiro indício de disputa narrativa em torno de sua vida veio da gravação feita por moradores da comunidade, nela, a infância de Thiago, enquanto fio condutor dessa disputa, é demarcada por seu corpo. Na filmagem, um residente descreve a cena do crime: "*Olha lá tudo forjado, mataram criança ali, (...). Olha o que a polícia tá fazendo com o corpo da criança lá. Estão atirando em cima de nós. Estão catando a cápsula deles, ali. Estão tirando o flagrante deles.*"[26]

Na mesma madrugada, sua família clamou por justiça pela primeira vez. Nathaly Flausino, em vídeo divulgado pelo G1, reforça a humanidade e a inocência de Thiago, descrevendo-o: "*Deram muitos tiros em uma criança de 13 anos, meu sobrinho tem corpo de*

[25] O contrato racial (Mills, 2023)
[26] Vídeo apresentado na entrevista com Priscila Menezes no programa Encontro da Rede Globo 15/08/2023

criança, ele é pequenininho, magrinho e está com o corpo estirado no chão." (Nathaly Flausino em vídeo Instagram G1, 07/08/2023)

Figura 6 - Imagens veiculadas no Reels publicado pelo G1

Fonte: Captura de tele Instagram G1

Como vemos em Butler (2015, p.85) ser um corpo é estar inserido em um contexto social e ser apreendido por ele. Segundo a autora:

> O corpo está fora de si mesmo, no mundo dos outros, em um tempo e um espaço que não controla, e ele não apenas existe no vetor dessas relações, mas também é esse próprio vetor. Nesse sentido, o corpo não pertence a si mesmo. O corpo, na minha opinião, é onde encontramos uma variedade de perspectivas que podem ou não ser as nossas. O modo como sou apreendido, e como sou mantido, depende fundamentalmente das redes sociais e políticas em que esse corpo vive, de como sou considerado e tratado, de como essa consideração e esse tratamento possibilitam essa vida ou não tornam essa vida vivível. (Butler, 2015, p.85)

No reconhecimento de Thiago Menezes, a humanização de seu corpo como vida está intrinsecamente ligada ao valor atribuído à infância. Ser descrito como "pequeninho" e "magrinho", com o "corpo de uma criança", insere Thiago em uma condição compartilhada de vulnerabilidade, na qual a sociedade deveria vê-lo como uma responsabilidade coletiva. Esse senso de responsabilidade está ancorado no valor que a infância adquiriu na sociedade desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabelece crianças e adolescentes como prioridade absoluta para a família, a sociedade e o Estado. A proteção integral da infância também é garantida pela Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada pela

Organização das Nações Unidas (ONU) em 1989, e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990. Esses documentos reconhecem que, pelo seu estado de desenvolvimento físico, emocional e cognitivo, esses sujeitos necessitam de proteção especial para garantir seu bem-estar e o pleno desenvolvimento de suas capacidades. Segundo a Constituição Federal (1988):

> Art. 227.
> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

No entanto, enquanto a família reivindica pela infância de Thiago, vemos as articulações do dispositivo interacional de raça em disputa. A infância não é entendida como um momento a ser protegido para todos. Vemos isso, pois "as formulações de criança e infância não são isentas de poder, pelo contrário, são efeitos dos jogos de poder e de vontade de saber. Um poder que seduz e que acumplicia." (Hammes Schutz, Cervi, Corrêa, 2016, p.237).

Baseados em (Foucault, 2005) compreendemos que o poder opera nas relações e nos comportamentos do sujeito, ele não só reprime, mas também constitui. A biopolítica que mata, através do racismo de Estado, é a mesma biopolítica que busca a vitalidade da população. Assim, o "biopoder se apoia em saberes: médicos, higiênicos, eugênicos, educativos, estatísticos, demográficos, etc., por meio dos quais se poderá sanar o corpo da população depurando-o de suas infecções internas" (Duarte, 2008, p. 50). Essa vitalidade é marcada pela otimização do corpo e por sua docilidade, constituindo o que Foucault chama de sociedade da normalização. "A norma não é simplesmente um princípio, não é nem mesmo um princípio de inteligibilidade; é um elemento a partir do qual certo exercício do poder se acha fundado e legitimado." (Foucault, 2001,p. 61-62). Nesse contexto, o que está na norma, é o que recebe o direito à vida.

> De uma forma mais geral ainda, pode-se dizer que o elemento que vai circular entre o disciplinar e o regulamentador, que vai se aplicar, da mesma forma, ao corpo e à população, que permite a um só tempo controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula entre um e outro é a "norma". A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanta a uma população que se quer regulamentar. A sociedade de normalização não é, pois, nessas condições, uma espécie de sociedade disciplinar generalizada cujas instituições disciplinares teriam se adestrado e finalmente recoberto todo o espaço – essa não é, acho eu, senão uma primeira

> interpretação, e insuficiente, da ideia de sociedade de normalização. A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Dizer que o poder, no seculo XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no seculo XIX, incumbiu-se da vida, e dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo a população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra. (Foucault, 2005, p.302)

Nessa sociedade, a infância ganha uma urgência para o corpo social. Trata-se da organização da infância enquanto fase específica da vida. Isso ocorre porque a criança é vista como a etapa de formação do homem racional e produtivo, mas principalmente como o potencial perigo do qual é preciso opor-se. Foucault (2022) aponta para a relação da sociedade com a infância através do dispositivo da sexualidade, segundo o autor, o poder sobre a infância, especialmente, a partir do século XVIII, passa a se manifestar fortemente através da regulação da sexualidade infantil.

Assim, mais do que proibir, o objetivo dessa vigilância era estruturar uma rede de saber-poder sobre a infância, utilizando a sexualidade como um ponto de controle. A criança, vista como futuro, tornou-se foco de atenção e vigilância de pais, educadores e agentes de saúde pública. Assim, a infância foi tratada como algo potencialmente perigoso, necessitando de constante supervisão. Essa intervenção criou um modelo específico de "sexualidade infantil", que refletia o poder de disciplinar e moldar comportamentos, consolidando a infância como um alvo de controle moral e social. Nesse sentido, segundo o autor:

> Ao problema “das crianças” (quer dizer de seu número no nascimento e da relação natalidade − mortalidade) se acrescenta o da “infância” (isto é, da sobrevivência até a idade adulta, das condições físicas e econômicas desta sobrevivência, dos investimentos necessários e suficientes para que o período de desenvolvimento se torne útil, em suma, da organização desta “fase” que é entendida como específica e finalizada). Não se trata, apenas, de produzir um melhor número de crianças, mas de gerir convenientemente esta época da vida. (Foucault, 2022, p.304)

Na gestão da infância, um dos exemplos citados por Foucault são os tribunais de menores:

> [...] os tribunais para menores, nos quais a informação que é fornecida ao juiz, que é ao mesmo tempo juiz da instrução e do julgamento, é uma informação essencialmente psicológica, social, médica. Por conseguinte, ela diz muito mais respeito ao contexto de existência, de vida, de disciplina do indivíduo, do que ao próprio ato que ele cometeu e pelo qual é levado diante do tribunal para menores. É um tribunal da perversidade e do perigo, não é um tribunal do crime aquele a que o menor comparece. É também a implantação, na administração penitenciária, de serviços médico-psicológicos encarregados de dizer como, durante o desenrolar da pena, se dá a evolução do indivíduo; isto é, o nível de perversidade e o nível de perigo que o indivíduo ainda representa em determinado momento da pena, estando entendido que, se ele atingiu um nível suficientemente baixo de perigo e de

> perversidade, pode ser libertado, pelo menos condicionalmente. Também poderíamos citar toda a série das instituições de vigilância médico-legal que enquadram a infância, a juventude, a juventude em perigo, etc.(Foucault, 2001, p.52)

Nesses tribunais especializados, opera-se um complexo dispositivo de avaliação que articula saberes psicológicos, sociais e médicos para mensurar e classificar o grau de periculosidade atribuído ao acusado. Esse processo avaliativo, longe de se restringir a uma mera análise técnica, constitui-se como tecnologia de controle social. Essa vigilância extrapola os tribunais e se estende a várias instituições voltadas à infância e juventude, reafirmando um sistema de controle. Dessa forma, a obrigatoriedade escolar, a necessidade de emprego, a constituição de família, a necessidade religiosa, a segurança pública, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), as estatísticas e o estatuto social da infância são programas e discursos aplicados nessa normalização entre a infância que desenvolve o adulto produtivo e evita o potencial perigo.

No Brasil, essa normalização é evidenciada pelo Código dos Menores de 1927. Como vivência em vestígio (Sharpe, 2023) de uma sociedade organizada no dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023), essa normalização é marcada pela exclusão da criança negra. Como contextualiza Renato Noguera (2020, np) a infância negra foi marcada pela brutalidade da supremacia branca:

> Dito de outra forma, no Brasil do século 16 até o primeiro quarto do século 20, a infância negra foi um terreno de exercício da perversidade branca. Todos os corpos negros eram coisificados; mas, as crianças eram indefesas numa medida psicológica e física ainda mais profunda. Um caso emblemático: em 1926, 38 anos após a abolição ser proclamada, Bernadino, um menino negro de 12 anos, foi preso e violentado numa cela de homens adultos. Nessa ocasião, o staff jurídico nacional preparou regulamentos para "atender" menores. Em 1927, nasceu o Código de Menores (Decreto Nº 17.943-A de 12 de Outubro de 1927), conhecido como Código Melo Mattos. Na prática transformava as crianças negras em objeto de punição penal. Vale destacar um fator simbólico e curioso: o Código Melo Mattos foi promulgado no dia 12 de outubro, no terceiro ano em que o Brasil comemorava oficialmente o Dia das Crianças. Justamente nesse dia, as crianças negras perderam legalmente o direito à infância: elas foram transformadas em menores.

Nesse contexto, embora a vida de Thiago devesse ser protegida e priorizada pela legislação vigente, mais de 500 anos de história de escravização e subjugação o distanciaram do direito legal à infância e o reconhecem como menor. Nogueira, ao interpretar essa realidade sob a ótica da Necropolítica de Mbembe (2020), conceitua essa condição como "Necroinfância", destacando o impacto da violência sistemática que nega a proteção e o reconhecimento pleno das vidas negras na infância.

> A necroinfância é uma variação, ou ainda, um dispositivo da necropolítica que tem como objeto a infância, especificamente as crianças negras. A necroinfância pode ser definida como o conjunto de práticas, técnicas e dispositivos que não permitem que as crianças negras gozem a infância. Ou seja, não permite que as crianças negras vivenciem o que foi estipulado pela Convenção dos Direitos da Criança (CDC) de 1980, realizada pelo Unicef. (Nogueira, 2020)

Pela ótica da necroinfância, a vida de Thiago só é reconhecida como uma perda legítima quando seu enquadramento o define como criança. Em contraste, quando a imagem do 'menor' lhe é atribuída, isso implica a negação de sua cidadania.

b) “Ele parece ser um menino de família, mas tem q investigar porque aqui perto de onde moro tem uns moleques[...]”

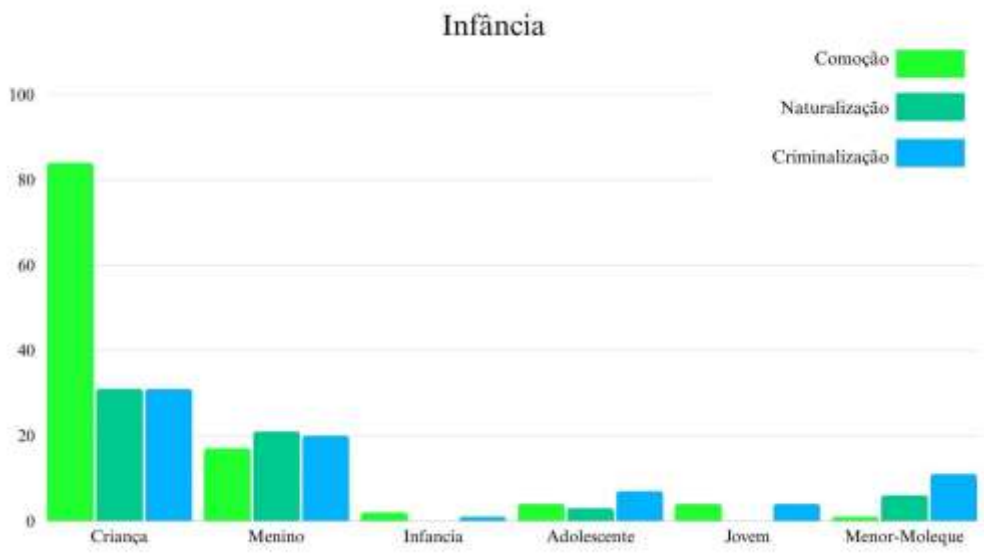
> Advém daí a grande preocupação com a infância pobre, aquela que poderia compor, num futuro próximo, as "classes perigosas: a infância em perigo - a que deveria ter suas virtualidades sob controle permanente: “Confinando o menor abandonado, os pequenos mendigos, os órfãos, que perambulavam às soltas pelas ruas, fumando, jogando, fazendo Deus sabe o quê! Nas instituições assistenciais, a nação estaria salvando-os do perigo nas ruas, espaço onde estavam sujeitos a contraírem todos os vícios e onde acabariam 'aparelhando-se para todos os crimes”. Não é por acaso que, da aliança entre médicos e juristas da época, nascesse o primeiro Código de Menores, em 1927, também conhecido como Código Melo Matos - um dos juristas responsáveis por sua criação, execução e implementação. Data dessa época a utilização do termo "menor", não mais para os menores de idade de quaisquer classes sociais, mas para um determinado segmento: o pobre. Esta marca presente nas subjetividades do brasileiro se impõe até hoje, mesmo quando, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), retira-o de seu texto legal. Infância e juventude, crianças e adolescentes são as designações que deverão ser utilizadas em substituição à categoria "menor”. (Coimbra, 2001, p.91)

A necroinfância se manifesta claramente nos discursos dos usuários-comentadores pela classificação da infância como estado condicionado e pela negação da infância de certas crianças. Nesse contexto, palavras como *menor, moleque, criança* e *adolescente* são usadas para descrever a diferença entre a infância negra vista sob a ótica da suspeita e a criança resguardada pela legislação brasileira. Esses termos têm a capacidade de mobilizar afetos e funcionam como recursos discursivos que reforçam ou questionam imagens e enquadramentos sobre Thiago Menezes.

Com o intuito de aprofundar essa análise, optou-se por uma abordagem que quantifica as ocorrências das palavras *infância*, *criança*, *moleque*/*menor*, *adolescente, jovem, menino.* Além disso, cada termo será categorizado de acordo com sua função nos discursos: aqueles que reconhecem o luto pela sua perda, os que criminalizam Thiago e aqueles que normalizam o assassinato. Essa análise possibilita uma leitura mais precisa dos imaginários mobilizados, buscando compreender como cada termo mobiliza a disputa de narrativas.

A partir dessa categorização foram identificados alguns comportamentos dos usuários-comentadores na mobilização dos termos:

Figura 7 - Mobilização da infância



Fonte: Elaborada pela autora

Criança, *infância* e *jovem* apresentaram a maioria da mobilização da comoção, com respectivamente 58%, 67% e 50% dos comentários em reconhecimento da perda. No termo *adolescente*, 50% dos comentários criminalizam Thiago, 21,5% naturalizaram a ação e 28,5% foram em comoção com o assassinato. Nos comentários que denominaram Thiago como *menor,* 57% dos comentários criminalizam Thiago Menezes, 36% naturalizam a ação e 7% são em comoção, já comentários com *moleque*, 80% deles criminalizaram a criança e 20% naturalizam. No termo *menino*, 35% das mobilizações foram de criminalização, 36% naturalização e 29% em comoção. De forma geral, na materialidade da infância, 30% dos comentários criminalizam Thiago Menezes, 25% negaram a gravidade da morte e 45% reconheceram o luto.

Por meio da observação dos comentários com termo *infância,* é visível que, para alguns escrileitores, Thiago pode não possuir direito pleno à infância, ainda que seja uma criança, como no exemplo: *"Hoje em dia há sim crianças, mas muitas estão perdendo sua inocência e sua infância, crianças de 11, 12, 13, anos de idade usando drogas, se prostituindo, engravidando."* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023). Nesse discurso, a infância é associada à inocência, uma condição que, segundo eles, crianças marginalizadas podem perder.

Em disputa, outros usuários-comentadores reivindicam a infância de Thiago a partir do reconhecimento da necroinfância, ressaltando a importância da luta pela proteção da juventude negra em um contexto de genocídio contínuo, como expresso no comentário: "*Minha gente! Um país que quer exterminar a infância e juventude periférica! Que tristeza*!"(Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023). Nesse contexto, entre os comentários com o termo infância, um destaque é a reivindicação poética de um dos usuários:

> *"Matar pobre e preto*
> *Vale o mercado da carne*
> *A cor da pele do gueto*
> *Esfolada pelo Estado covarde*
> *Pagamos pelo mal deste tempo*
> *O preço é o sangue nosso pelo chão*
> *Sonhos roubados nos causam sofrimento*
> *Para os opressores é motivo de celebração*
> *Até quando vamos ter que morrer?*
> *Desde a infância à tenra idade?*
> *Quando não nos atiram dão porrada a valer*
> *E assim não nos matando à vontade*
> *Cada caminho não sabe se é uma despedida*
> *A saída de casa tornou-se preocupação*
> *Ou seremos encontrados por uma bala perdida*
> *Ou fuzilados deliberadamente por um pelotão*
> *E não se tem notícias de mudança*
> *Nesse país que tanto nos consomem diariamente*
> *E vemos em cada noticiário a matança*
> *Assistida com louvor pela "boa" gente"*
> (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

A partir da veiculação da morte de uma criança negra pelas mãos de policiais, o escrileitor utiliza o espaço dos comentários para expor não só a gravidade do crime, mas também o racismo. O autor, que se identifica como negro ao usar a primeira pessoa do plural - "*Pagamos pelo mal deste tempo / O preço é o sangue nosso pelo chão*" -, aborda a experiência coletiva de violência racial. A poesia descreve a necropolítica ao destacar "*a cor da pele do gueto / Esfolada pelo Estado covarde*", expondo a violência institucionalizada. A própria repercussão de assassinatos como o de Thiago é retratada nos versos "*Para os opressores é motivo de celebração*" e "*em cada noticiário a matança / Assistida com louvor pela 'boa' gente*". A infância, na poesia, é inserida em um contexto de negação da vida, na qual a morte surge "*Desde a infância à tenra idade*". Além disso, a ideia de um futuro negado para essas crianças se reflete no verso *"Sonhos roubados nos causam sofrimento"*, que ressoa com o discurso de Nathaly Flausino na publicação do G1, no qual a tia afirma: *"Thiago era um menino estudioso, Thiago era jogador de futebol, tinha sonhos, ele era camisa 10 do time."* (Nathaly Flausino *reels* do G1, 07/08/2023).

O reconhecimento da perda de Thiago se conecta diretamente à defesa de sua infância. Conforme os dados revelam, o termo *criança* prevalece nos comentários em que a alteridade é mobilizada. Nesses comentários, alguns usuários abordam o genocídio da juventude negra, apontando a violência sistêmica direcionada a essas vidas. Tais comentários destacam a associação entre infância negra e vulnerabilidade à violência, sublinhando o ciclo de impunidade institucional que sustenta a necropolítica (Mbembe, 2020). Por exemplo:

> *"Tráfico mata, polícia mata, SER NEGRO MATA... o que mais vemos é polícia matando pessoas negras, crianças negras, mas vão passar pano, vão afastar e dizer q não tá mais nas funções mas é claro vão colocar ele em outro emprego ou vai ficar em casa recebendo."*(Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

Paralelamente, em muitos comentários, mesmo entre os que lamentam a morte, a infância de Thiago é apresentada como uma condição seletiva. Alguns usuários atribuem a ele uma infância "merecida" e "protegida", o que, paradoxalmente, perpetua o dispositivo de racialidade. Nesses discursos, Thiago é enlutado não pelo direito de todos à humanidade, mas como uma exceção à criminalização que recai sobre jovens negros, marcando a criança como *o negro errado*[27]: "*Despreparo é aterrorizante... a criança não tem perfil nenhum para ter levado tantos tiros como se uma ameaça fosse. Meus sentimentos à família... que tristeza.*" além do comentário: *"Imagino como esta a família. O menino não tem jeito de bandido não."(Comentários extraídos do Instagram G1, 07/08/2023)*. Comentários subsequentes já revelam a fragilidade desse reconhecimento condicional, questionando o uso do termo *perfil* e sua implicação na desumanização racial:*"'De fato o garoto não tem perfil'. Oi? É sério isso? Como assim perfil? Tão triste quanto ver crianças e adolescentes perderem a vida é ler comentários desnecessários pautados em preconceito. Esse é o retrato de uma boa parte da sociedade.*" E ainda: *"Como assim? Pessoas discutindo sobre certo e errado, sendo que se trata de uma vida de uma criança de 13 anos pô que nem escolha teve! Estamos completamente perdidos."* (Comentários extraídos do Instagram G1, 07/08/2023) Assim, observa-se uma crítica à naturalização da violência ainda em comentários que reconhecem a perda de Thiago.

Conforme apontado por Butler (2011), fundamentada no conceito de "rosto" de Levinas, o luto emerge da identificação com o outro. Nesse contexto, a idade de Thiago

---

[27]: Sueli Carneiro (2004) em texto para folha de São Paulo discute a posição do "negro errado" na mídia: "Eles não costumam perdoar. Em editorial sobre esse assunto intitulado "Racismo policial", a Folha de S.Paulo assinala: "Dessa vez eles pegaram o negro errado". É verdade, porque isso ocorre todos os dias, com total impunidade e indiferença da sociedade, nas periferias das cidades brasileiras onde estão os "negros certos"."

Menezes aciona a comoção, diversos comentários expressam essa sensibilização, destacando a perda de Thiago como uma violação inaceitável contra a infância: "*Gente... era uma criança. Uma criança fuzilada covardemente. Mds!* □□□□*"* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

A reivindicação pela infância de Thiago também é mobilizada pela rejeição de termos que o "adultizam", reafirmando o direito de Thiago a uma infância plena. Exemplo disso é o comentário:

> *"UMA CRIANÇA!!!!!! NÃO UM ADOLESCENTE, UM PRÉ-ADOLESCENTE!! ESSES POLICIAIS, TÊM O Q NO LUGAR DE CORAÇÃO? TEM O Q NO LUGAR DE CÉREBRO? APRENDERAM O Q NA ACADEMIA, SÓ MATAR? SERÁ Q UM BANDO DE HOMENS NÃO CONSEGUIRIAM PEGAR O GAROTO, PARA AVERIGUAR ANTES DE MATAR?"* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

Essa mobilização também aparece pela compreensão da necroinfância. Em um dos comentários, o usuário afirma: *"13 anos, se é pobre é adolescente/rapaz, se é rico é criança/estudante."*(Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023). Parte dessa discussão surge ainda em resposta à escolha dos termos utilizados pela mídia: a Globo se refere a Thiago como *rapaz* no *reels*, o que é criticado por escrileitores: "*Família do 'rapaz'? Rapaz? Isso é uma criança, cara!*"(Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023) O debate se estende também aos comentários que empregam o termo *adolescente*: *"A família do* ***adolescente****, não do rapaz! Vamos parar de fazer nossa juventude preta virar adulto aos 13 anos."*(Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

Nesse contexto, observa-se que, quanto mais jovem Thiago é descrito no discurso, maior tende a ser a comoção nos comentários. Assim, quando ele é categorizado como criança, os comentários geralmente apresentam um tom de comoção e indignação com sua morte. Em contraste, ao ser identificado como adolescente, os comentários passam a se concentrar na criminalização de Thiago. Exemplos incluem: *"Depois que morre todos são bons; é preciso apurar antes de julgar, porque é cada 'tipo' de adolescente que vemos por aí, muito difícil para a família que sofre"* e *"Todos sabemos que os adolescentes que vivem nos morros do Rio são aviõezinhos do tráfico e sempre estão armados."*. (Comentários extraídos do Instagram G1, 07/08/2023)

Paralelamente à reivindicação da infância de Thiago como forma de luto, muitos comentários desumanizam o jovem e justificam sua morte ao negarem a infância. Nesse contexto, as palavras *criança* e *menino*, são usadas de forma irônica em comentários que criminalizam Thiago: *"Thiago era um menino tão bom foi brutalmente assassinado só pq*

disparou várias vezes um fuzil contra a PM que pena né" e *"Fake News, o 'corpo de criança' já matou 16 pessoas, imagine 16 velórios, pais e mães e vários familiares chorando, imaginou? Pois é, o choro é livre, mas custou caro."*(Comentários extraídos do Instagram G1, 07/08/2023). Além do uso da ironia, esses comentários disseminam informações falsas sobre Thiago, reforçando o estigma e a criminalização: *"Será que este menino estava brincando com um fuzil na mão ?!"*(Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

A propagação de desinformações revela operações estratégicas da necropolítica no ambiente digital, que atua tanto ao difundir acusações de criminalidade quanto ao promover discursos que deseducam, enquadrando Thiago como uma ameaça. Esse racismo digital, aliado à ironia, reforça imaginários de criminalidade e nega a cidadania de pessoas negras, a infância de Thiago é ironizada, e ele é estigmatizado como uma ameaça, como exemplificado:

> *"Criança de 13 anos??? Fala isso pra um monte de gente que ja foi morta.. assaltada por "essas crianças de 11,12,13 anos vítimas da sociedade. Direitos humanos só defendem bandidos! Todo mundo reclama da Polícia, mas na hora que o bicho pega é para o 190 que todo mundo liga, não é pra Globo lixo, nem para o Direitos Humanos. A Polícia é a ÚNICA LINHA FRENTE contra o crime! Tira a Polícia de circulação pra vc ver o que acontece."* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

Nos comentários que o criminalizam, mais do que a morte física de Thiago, a necropolítica opera nas infâncias negras pela negação do direito a infância. Nesse cenário, para além da ironia, os comentários de criminalização acionam a constituição de Thiago não como criança, mas como menor. Destaca-se que apenas (01) um comentário com o termo *menor* mobiliza o luto e todos os comentários com termo *moleque* naturalizam a ação policial e/ou criminalizam Thiago Menezes.

Enquanto palavras que carregam imagem de controle na intersecção entre masculinidades negras, classe, juventude e periferia, *menor* e *moleque* aparecem dentro da lógica de subalternização pela criminalização de pessoas negras. A pesquisadora Lélia Gonzalez (2020), ao analisar as particularidades históricas e culturais da formação do Brasil e de outros países das Américas, ressalta como as expressões culturais negras atravessam fronteiras e apresentam semelhanças significativas. Observando as influências linguísticas na região caribenha, que abrange a América Insular, a costa atlântica da América Central e o norte da América do Sul, Gonzalez destaca como a presença negra transformou profundamente idiomas como o espanhol, o inglês, o francês e o português. No contexto brasileiro, essa influência resultou no pretuguês. Dentre as palavras do pretuguês, moleque tem origem no quimbundo mu'leke, que significa filho pequeno ou menino, no contexto

racista da sociedade brasileira, moleque é empregado de maneira pejorativa para indicar meninos desobedientes e bagunceiros.

Como aponta Renato Noguera (2020), ver uma criança como menor significa coisificá-la, é defini-la - enquanto criança negra - como objeto de punição penal. Segundo Guimarães da Silva (2024, np):

> Esse termo referia-se ao menor de 18 anos abandonado materialmente, vítima de maus-tratos, em perigo moral, desassistido juridicamente, com desvio de conduta ou autor de infração penal. Nesse contexto, o termo "menor" passou a representar os jovens menores de 18 anos que caiam no sistema, predominantemente crianças e adolescentes negros e pobres. Essa representação estigmatizou a situação social dessas crianças, perpetuando a visão de que elas eram perigosas, descartáveis e que necessitavam da intervenção do Estado. Um processo de desumanização e marginalização simbólico e prático.

A necroinfância se manifesta nos comentários por meio de rótulos que, embora façam alusão à infância, carregam em seus imaginários a criminalização. Expressões como *criança* e *menor,* ou *moleque* e *menino*, são usadas de forma antagônica para destacar a diferença entre aqueles reconhecidos como seres plenos e aqueles tratados como não-ser. Um exemplo é o comentário:

> *"Ele parece ser um menino de família, mas tem q investigar porque aqui perto de onde moro uns moleques de 10 a 11 anos roubaram o celular do moço e saiu correndo, mas o cara conseguiu pegar um dele e recuperar o celular e o moleque ainda levou uns petelecos. "*(Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

Segundo o comentário, ser um menino é diferente de ser um moleque. A expressão "menino de família" evoca a imagem de uma criança que vive uma infância plena e protegida; em contraste, ser um *moleque* associa a criança à violência e à criminalidade. Nessa distinção, os *moleques* de 10 anos podem ser alvo de violência, essa diferenciação influencia diretamente a percepção de infância expressa nos comentários.

Essa distinção fica clara nos comentários em que predominam os termos *menor* e *moleque*: *"Se tivesse em casa, nada teria acontecido; o menor se ilude com o crime e quer ser bandido. Como diz o mano Hari, o fim é triste."* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023). Esses discursos exploram a desinformação e a deseducação para sustentar a criminalização de crianças na favela, como ilustra o comentário: *"O foda é que no Morro também tem uns moleques de 13 anos com fuzil, fazendo um trabalho pesado! Isso é complicado! E alguns, além de carregar o fuzil, também jogam bola. Mas é lamentável a situação. Força para a família."* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023) Em um discurso ainda mais grave, surgem comentários que celebram a morte de Thiago: *"Pronto, ele*

era um santo esse moleque. Me poupe, um a menos."(Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023).

Além disso, em alguns discursos, termos como *menor* e *moleque* evocam a suspeita que, ainda que implícita, mantém Thiago sob uma lente de desconfiança. Em um comentário, lê-se: *"5 tiros... estranho. Às vezes a família não conhece verdadeiramente seus entes. Lamento pelo menor e me solidarizo com a família. Agora... uma execução assim…"* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023). Em outros exemplos, a presença de Thiago em uma moto aos 13 anos é questionada como um indício de comportamento suspeito: *"Parece que o menor estava numa moto. 13 anos numa moto? □" (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023) e "Esse é o menor de 13 anos que estava de role de moto pela comunidade na madrugada?"* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023).

Esse cenário é o que Butler (2015) define como um quadro de guerra, no qual o corpo, visto como ameaça, é desumanizado e perde o reconhecimento como vida digna de proteção. Esse mesmo enquadramento[28], que coloca a morte de Thiago como lamentável, porém inevitável, é o que também sustenta a celebração de seu assassinato.

Nesse contexto, a suspeita e a desconfiança sobre Thiago tornam-se centrais, relegando sua morte a um plano secundário e deslocando o valor da vida de Thiago para a discussão de seu comportamento. Segundo Sueli Carneiro (2023) o encarceramento em massa e as leis pós-abolição, como a Lei da Vadiagem, consolidaram a marginalização das pessoas negras no Brasil. Com a exclusão dos negros do mercado formal de trabalho e a restrição de seu direito de ir e vir, essas políticas moldaram um dispositivo de controle que se materializava na criminalização do negro. Carneiro exemplifica essa prática com o dito popular "negro parado é suspeito, correndo é ladrão" destacando como a restrição do direito de ir e vir resultou na institucionalização do negro nos órgãos de repressão. O imaginário construído a partir da Lei da Vadiagem ecoa nos comentários sobre Thiago, nos quais ele é visto como suspeito simplesmente por estar na garupa de uma moto. Nesse cenário, o luto por Thiago é deslegitimado, refletindo o que Butler (2015, p. 44) descreve: "Não podemos reconhecer facilmente a vida fora dos enquadramentos nos quais ela é apresentada". É essa mesma suspeita que aparece em comentários violentos que comemoram a morte da criança: *"Parabéns pra polícia, o que um menino de 13 anos fazia na madrugada? Quem pilotava a moto?"* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023).

[28] Destacamos aqui a noção de incriminar/armar presente na noção de enquadramento de Butler (2015).

Essa desconfiança e naturalização da violência em relação a Thiago não ocorre apenas nos comentários que o veem como *menor* ou *moleque*; ela também se manifesta de maneira geral quando a responsabilidade é transferida para sua família ou para o território em que vivia: *"Gente mas Kd essa mãe q deixa um adolescente de 13 pilotar uma moto de madrugada e quem emprestou essa moto pra essa criança? Tem mais culpados aí!"*(Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023). Em comum, esses comentários tendem a exonerar a polícia, justificando a operação, como se pode perceber no comentário abaixo:

> *"O engraçado é que tem policial morrendo aí, defendendo a população, deixando filhos e esposas para trás, e a mídia só foca quando é assim, colocando as pessoas para dar ênfase. Agora me diz uma coisa, por que essa tia do menino não tirou ele de lá? Por que ele estava na rua na hora do tiroteio? Como a tia dele sabe que a bala foi da polícia? Se ela estava com o menino, por que não o carregou para casa antes dos tiros?"* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

Concomitantemente, surgem discursos que defendem a ação policial ao argumentarem que a morte de Thiago é um acidente inevitável, causada pelo local onde residia ou pelas ações de traficantes: *"Sabem por que o tiro 'sempre é da polícia'? Porque traficante não tem CNPJ, traficante não paga pensão nem indenização. Traficante, se for acusado pela comunidade de matar uma criança, mata a família toda."* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023) Essas narrativas, embora sem expressões abertamente racistas, normalizam a necropolítica e legitimam a violência, naturalizando um estado de guerra contínuo. Segundo Mbembe (2020), o poder necropolítico desfaz as fronteiras entre vida e morte, eliminando a distinção entre meios e fins. Nesse contexto, a morte deixa de ser percebida como uma tragédia e se torna um evento corriqueiro, perpetuado em manifestações cotidianas e até banalizado nas interações digitais.

> Nessas formas mais ou menos movediças e segmentadas de administração do terror, a soberania consiste no poder de fabricar toda uma série de pessoas que, por definição, vivem no limite da vida, ou no limite externo da vida — pessoas para quem viver é um constante acerto de contas com a morte, em condições em que a própria morte tende cada vez mais a se tornar algo espectral, tanto em termos de como é sofrida quanto pela forma como é infligida. Vida supérflua, portanto, essa cujo preço é tão baixo que não possui equivalência própria, nem em termos mercantis e muito menos em termos humanos; essa espécie de vida cujo valor está fora da economia e cujo único equivalente é o tipo de morte que lhe pode ser cominada. De regra, trate-se de uma morte à qual ninguém se sente obrigado a reagir. Em vista desse tipo de vida ou desse tipo de morte, ninguém sente nenhum senso de responsabilidade ou justiça. O poder necropolítico opera por uma espécie de reversão entre a vida e a morte. Ele busca sempre abolir a distinção entre meios e fins. Uma morte assim não tem nada de trágico. É por isso que o poder necropolítico pode multiplicá-lo ao infinito, seja em pequenas doses (o modo celular e molecular) ou em irrupções espasmódicas — a estratégia dos "pequenos massacres"

> intermitentes, seguindo uma implacável logica de separação, estrangulamento e vivissecção, como se vê em todos os palcos contemporâneos do terror e do antiterror. (Mbembe, 2020, p.69)

Assim como os comentários que colocam Thiago sob suspeita, os que culpam a família e tratam sua morte como um acidente revelam uma ausência de responsabilização coletiva e do reconhecimento do problema sistêmico na morte de crianças negras. Priscila Menezes discute isso e afirma a responsabilidade do Estado na morte de Thiago. A mãe frisa em seu discurso no Encontro que o anormal é uma criança ser morta, e não ela estar na garupa de uma moto.

> *Essa é a defesa deles (policia), né, pra entrar nas favelas matando, entendeu? É assim que eles se defendem, dizendo que o favelado é criminoso, quem mora na favela é criminoso, quem tá andando de moto sem capacete é criminoso. Por que eles não pararam pra perguntar quem era? Pra ver que era uma criança na garupa. Me chamava, chamava o pai, entendeu? Chamava a nossa atenção, mas não fizeram nada disso. Eles simplesmente executaram o meu filho, entendeu? E eles tinham saído pra dar uma volta de moto como nas comunidades é assim, jovens andando de moto. É uma coisa normal. Não é normal um policial chegar na favela atirando, executando crianças. Até quando isso vai continuar? Porque o Thiago não foi o primeiro, nem o último teve outros depois, porque eles só querem atirar pra matar*. (Priscila Menezes em entrevista ao programa de TV Encontro. 15/08/2023*)*

Nesse cenário, o espaço é estratégia dentro da necropolítica, as favelas e periferias compõem o necropoder a partir do zoneamento. Segundo Mbembe (2020, p.10) “Uma maneira de gerir esses excedentes de população é sua exposição a todo tipo de perigos e riscos, frequentemente mortais. Outra técnica consistiria em isolá-los e enclausurá-los em zonas de controle. É a prática do “zoneamento”.”.

> A morte aparece, na favela, como parte do cotidiano dos seus moradores e a violência estatal, em suas múltiplas dimensões, se incorpora também como estratégia seletiva de contenção social. Controlar as geografias racializadas da cidade por meio desta tática parece ser uma maneira "eficiente" para o estado neoliberal restabelecer seu poder sobre aqueles vistos como uma ameaça ao movimento livre dos “cidadãos” e do capital. (Alves, 2011, p.118)

No zoneamento descrito por Mbembe (2020), a própria localidade já estabelece um critério suficiente para suscitar a suspeita. Nessa dinâmica necropolítica, a infância é enquadrada dentro da lógica de “deixar morrer” ou “fazer morrer”. A necroinfância, nesse sentido, não se limita à perda de vidas de crianças negras, mas abrange também a sua “adultização” e o tratamento como menores, negando-lhes o direito pleno à infância com intuito de criminalizá-las. Assim, a disputa narrativa ao redor da morte de Thiago revela como a criminalização racial perpassa o direito básico à infância e à dignidade, tornando a perda de

Thiago uma consequência do longo histórico de exclusão racial que transforma corpos negros em alvo constante da violência estatal. No caso de Thiago, a luta contra essa imagem de controle, diante da morte brutal, reflete o esforço de sua família em inscrevê-lo como vida. Isso fica claro na fala de Priscila Menezes para Encontro:

> *Quem conhece (o Thiago), eu, a família, sabe que ele era um garoto de bem, que ele estudava. Ele não era nada disso que tão tentando inventar sobre ele. O que me deixa mais tranquila é saber que quem conhece eu, a minha família e quem conhece ele sabe como ele era. É só elogios pro Thiago, as pessoas na rua na comunidade me parando falando que ele era um menino bom, educado, carinho com todo mundo onde ele chegava, ele abraçava, ele beijava , cumprimentando, entendeu? Porque ele sempre foi educado.* (Priscila Menezes em entrevista ao programa de TV Encontro. 15/08/2023)

5.2 Coletividade

b) “Um troféu que fizeram homenagem para ele”

Como transmitir a integridade e a completude da pesquisa no momento da escrita? Um processo tecido por tentativas, falhas e descobertas inesperadas no diálogo com o corpus. Dar sentido a todo esse percurso implica materializar reflexões e experiências que não se desenrolam de forma linear.

A materialidade escrita neste momento parte desse processo espaço-temporal que lhe pede um deslocamento da completude da análise. Voltamos ao início: Comecei essa dissertação com a ilusão de que os objetos do cotidiano de Thiago eram os maiores achados deste trabalho. No caderno, nas medalhas esportivas, no corpo e na bíblia pensei ter dado conta das materialidades expostas por Priscila.

No entanto, ao iniciar a análise e encarar os discursos de morte que pairam os comentários. Essas materialidades pareciam não dar conta da completude do discurso de Priscila:

> *Meu filho era uma criança querida por todos, da comunidade. Todo mundo está se sensibilizando. Quem conhece eu, a família, sabe que ele era um garoto de bem, que ele estudava. Ele não era nada disso que estão tentando inventar sobre ele. O que me deixa mais tranquila é saber que eu, a minha família, quem conhece ele, sabe como é que ele era. É só elogios do Thiago, só elogios. As pessoas na rua, lá na comunidade, só me foram dizendo que ele era um menino bom, educado, carinhoso com todo mundo. Onde ele chegava, ele abraçava, ele beijava, cumprimentando, entendeu? Porque ele sempre foi educado. Quando chegava na minha mãe, estava as tias, todo mundo, ele fazia questão de falar com todo mundo, dar beijo no rosto, dar abraço.* (Priscila Menezes em entrevista ao programa de TV Encontro. 15/08/2023)

Volto para os pertences de Thiago para corpo, boletim, medalhas, caderno e bíblia. Re-escuto as materialidades e entendo o elemento antes invisibilizado que pertence a Thiago e também diz de seu cotidiano *"Um troféu que fizeram homenagem para ele."* (Priscila Menezes, 2023). Thiago vive em comunidade e a todo momento é legitimado pelos seus. Entender isso na análise da pesquisa foi voltar para a primeira afetação que me trouxe este corpus.

Thiago foi enterrado na tarde do dia 08 de agosto de 2023, nesta data o conheci. Não pela gravação do crime ou pelo depoimento de Nathaly após os disparos, mas pelas imagens de sua comunidade chorando sua perda. A movimentação e luta pela vida de Thiago é de sua comunidade, desde o conflito na madrugada com os policiais para proteção da integridade da criança: *"Eles simplesmente atiraram no meu filho, covardemente. E foi isso que aconteceu. Quando eu cheguei lá, meu filho já estava lá no chão, já. Então, foi isso que a gente viu muitos moradores ali, testemunharam isso."* (Priscila Menezes em entrevista ao programa de TV Encontro. 15/08/2023), as manifestações contra o genocídio negro: *"A gente vai continuar, a gente não vai parar, porque a justiça tem que ser feita"*. Essa é a mesma mobilização feita no velório de Thiago, no luto, no choro e na música clamada pela comunidade:

> Minha cara autoridade, eu já não sei o que fazer
> Com tanta violência eu sinto medo de viver
> Pois moro na favela e sou muito desrespeitado
> A tristeza e a alegria aqui caminham lado a lado
> Eu faço uma oração para uma santa protetora
> Mas sou interrompido a tiros de metralhadora
> Enquanto os ricos moram numa casa grande e bela
> O pobre é humilhado, esculachado na favela
> Já não aguento mais essa onda de violência
> Só peço à autoridade um pouco mais de competência
> Vamo lá, vamo lá
> Eu só quero é ser feliz
> Andar tranquilamente na favela onde eu nasc (Han!)
> E poder me orgulhar
> E ter a consciência que o pobre tem seu lugar
> (Ferreira; Oliveira, 1995)

Figura 8 - Velório Thiago Menezes

Fonte: fotografa Selma Souza

Figura 9 - Velório Thiago Menezes

Fonte: fotografa Selma Souza

Os elogios a Thiago, o acolhimento de Priscila pela comunidade, a homenagem póstuma que a criança recebe, isso também é seu cotidiano, também é o rastro de sua existência. Valemos, neste momento, da ligação entre comunicação e experiência:

> {...} a experiência é existencialmente inclusiva, contínua, unificada: é essa interação entre sujeito e objeto que constitui sujeito e objeto – como características parciais dessa totalidade ativa, ainda que não analisada. A experiência, portanto, não é uma "interação", mas uma "transação" na qual o todo constitui seus aspectos inter-relacionados (Stuhr, 2000. p.5)

A partir do pragmatismo americano, Collins (2022) argumenta que a experiência, entendida como transações no mundo social, é o que permite às pessoas darem sentido ao mundo social. Para ela, os significados sociais são negociados nessas experiências, e os indivíduos não são receptores passivos da realidade, mas a constroem ativamente por meio de suas relações com outros, com as instituições e com o ambiente. Mulheres negras, segundo Collins (2022), elaboraram sentidos a partir dessas experiências, o que aproxima o feminismo negro da tradição pragmatista. Ambas as abordagens veem a experiência como dinâmica, marcada pela relação recursiva entre ideias e ação, possibilitando o olhar para experiência como uma via para compreender essa interdependência. Segundo Collins (2022, p.298):

> O pensamento feminista negro mostra o significado epistemológico e político de teorizar a partir da experiência individual no contexto de uma comunidade com experiências, identidades e pontos de vista compartilhados. A experiência constitui uma fonte de sabedoria, um modo de conhecimento que é democrático justamente porque não depende de uma educação formal. Basear-se em experiências para teorizar não é uma forma privilegiada de saber, mas é uma maneira de saber que pode ser mais adequada a questões específicas que ao conteúdo das teorias sociais formais. Nesse sentido, a substância da experiência é importante para o diagnóstico dos problemas sociais e a descoberta de formas de enfrentá-los. Basear-se na experiência como modo de conhecimento pode trazer sabedoria para a investigação crítica, mas apenas se essa sabedoria permanecer em construção. O pensamento feminista negro mostra esse uso da sabedoria que anima a ação social na luta contra um importante problema social.

A partir da experiência significada, podemos afirmar que é nas relações construídas por Thiago em vida que se fundamenta a reivindicação de sua humanidade. Dessa interação se constrói o resgate e a luta. É na comunidade que sua existência é lembrada, seja no abraço, na fala, no sorriso e na luta. São essas as relações mobilizadas:

> *Eu vou cobrar justiça por ele e por outras crianças. Isso tem que acabar. Eu quero agradecer as lideranças da favela que estão se reunindo, fazendo manifestação. A gente vai continuar, a gente não vai parar, porque a justiça tem que ser feita*.(Priscila Menezes em entrevista ao programa de TV Encontro, 15/08/2023).

Destaca-se aqui o plural, Priscila Menezes fala de seu filho, mas nessa fala encontramos um nós “a gente vai continuar”, esse “*nós”* está na luta por outras crianças e na mobilização com os movimentos sociais da favela. Na relação comunitária que Priscila destaca em seu discurso vemos elementos que se ressaltam, a *organização coletiva*, a *preservação de memória* e a *resposta contra opressão*. Tal qual no momento do crime, a criança foi protegida e a integridade do assassinato foi registrada pelos moradores, a resistência contra o genocídio negro é preservada pela coletividade. Como aborda Moura (1988, p.110) ao tratar da resistência a partir do quilombo: “A segurança dos moradores era, incontestavelmente, um dos aspectos mais importantes e o sistema organizativo interno estava vinculado, como não podia deixar de ser, à segurança dos mesmos.”

A movimentação e luta pela vida de Thiago é de sua comunidade, desde o conflito na madrugada com os policiais para proteção da integridade da criança às manifestações contra o genocídio negro. Compartilhamos a fala precisa de Abdias Nascimento “Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial.” (Nascimento, 1980 p.263). Assim como o quilombo foi e é lugar de resistência e mobilização de pessoas africanas e africanos em diáspora, no quilombismo é na união de negros, na luta contra opressão e na valorização da memória que a resistência acontece.

> Os quilombos resultaram dessa exigência vital dos africanos escravizados, no esforço de resgatar sua liberdade e dignidade através da fuga ao cativeiro e da organização de uma sociedade livre. A multiplicação dos quilombos fez deles um autêntico movimento amplo e permanente. Aparentemente um acidente esporádico no começo, rapidamente se transformou de uma improvisação de emergência em metódica e constante vivência das massas africanas que se recusavam à submissão, à exploração e à violência do sistema escravista. O quilombismo se estruturava em formas associativas que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso que facilitava sua defesa e sua organização econômico-social própria, como também assumiram modelos de organizações permitidas ou toleradas, frequentemente com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mútuo. Não importam as aparências e os objetivos declarados: fundamentalmente todas elas preencheram uma importante função social para a comunidade negra, desempenhando um papel relevante na sustentação da continuidade africana. Genuínos focos de resistência física e cultural. Objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afochés, escolas de samba, gafieiras foram e são os quilombos legalizados pela sociedade dominante; do outro lado da lei se erguem os quilombos revelados que conhecemos. Porém tanto os permitidos quanto os «ilegais» foram uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de significações, a esta praxis afro-brasileira, eu denomino de quilombismo.(Nascimento, 1980, p.255)

A partir do conceito de quilombismo, Abdias Nascimento (1980) indica pontos-chave para a luta coletiva contra o racismo. Nesse contexto, Abdias já destacava o papel do quilombismo na luta contra o genocídio negro e a violência policial. Segundo Nascimento (1980, p.263) "A segurança de um futuro melhor para as massas negras não se inclui nos dispositivos da chamada lei de segurança nacional", ao contrário, para Abdias, na luta contra o genocídio, é necessário "esforço enérgico de organização e mobilização coletiva" (1980, p.263). Destacamos aqui o quilombismo como comando da própria história:

> Precisamos e devemos codificar nossa experiência por nós mesmos, sistematizá-la, interpretá-la e tirar desse ato todas as lições teóricas e práticas conforme a perspectiva exclusiva dos interesses das massas negras e de sua respectiva visão de futuro. Esta se apresenta como a tarefa da atual geração afro-brasileira: edificar a ciência histórico-humanista do quilombismo. (Nascimento, 1980, p.263)

Na afirmação da memória e da existência de Thiago por sua família e comunidade vemos este esforço coletivo de luta contra a supremacia branca. Mais do isso, na vivência em comunidade narrada por sua mãe, vemos a constituição das relações afetivas num espaço de sociabilidade, o aquilombamento é também um espaço de conexões de afeto "Na luta contra a escravização e violência a corpos pretos e pardos, aos processos de sociabilidade e comunidade, pelo direito de existir e para além, o direito de viver." (Pereira et al, 2023). A luta pela vida de Thiago é feita em coletividade, da mesma forma essa coletividade é a expressão de sua vida no "*ele chegava, ele abraçava, ele beijava, cumprimentando, entendeu? Porque ele sempre foi educado. Quando chegava na minha mãe, estava as tias, todo mundo, ele fazia questão de falar com todo mundo, dar beijo no rosto, dar abraço."* (Priscila Menezes, 2023 em depoimento para programa Encontro).

Nessa existência, enquanto experiência coletiva, a própria noção de infância pode ser ressignificada. Ao olhar para infância, partindo do pressuposto afroperspectivista[29], Nogueira (2018), dialoga com estudos de Zamantuli Scaraffiotti (2011) e Mogobe Ramose (2010) e apresenta uma interpretação filosófica e etimológica sobre o termo ubuntwana[30] (infância),

[29] A Afroperspectividade, é uma abordagem teórica e método de investigação fundamentado em repertórios africanos, afrodiaspóricos, indígenas. Baseia-se na articulação entre a Afrocentricidade (Molefi Asante), o Perspectivismo Ameríndio (Eduardo Viveiros de Castro) e o Quilombismo (Abdias do Nascimento). Nessa perspectiva, Renato Noguera reconhece a infância em múltiplas camadas, ancorada em sentidos de mundo decoloniais, concebendo-a, ontologicamente, como uma condição existencial, uma forma de experiência e um modo de relação.

[30] Quando Renato Noguera fala sobre *ubuntwana*, ele apresenta uma visão filosófica da infância, Noguera concebe a infância como um estado, e não apenas como uma etapa biológica de ser criança. Nessa perspectiva, a infância afrocentrada surge como um exercício utópico de existência para além da adultização imposta pelo capitalismo e supremacia branca. Ao olhar para a infância a partir de Noguera, aplico essa visão filosófica ao

nas tradições bantu, especialmente xhosa e zulu. Diferentemente do conceito ocidental, onde a infância é definida como "ausência de fala" (in-fanti), ubuntwana se fundamenta no conceito de ubuntu + twana.

Segundo Mogobe Ramose (2001), ubuntu é a aglutinação entre ubu e ntu, ubu seria a ideia do ser enquanto integralidade, já ntu seria toda manifestação particular de existência. O conceito de ubuntu, quando analisado como ética, pode ser compreendido como uma filosofia do 'Nós', conforme explica Ramose (2010, np): "Nos termos dessa filosofia, os princípios da partilha, da preocupação e do cuidado mútuos, assim como da solidariedade, constituem coletivamente a ética do ubuntu.". Segundo Renato Noguera (2012, p.148): "Ubuntu pode ser traduzido como 'o que é comum a todas as pessoas'. A máxima zulu e xhosa, umuntu ngumuntu ngabantu (uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas)". Na etimologia da infância, essa máxima ubuntu se associa com twana entendida como relação de afeto.

Essa visão de afeto pela coletividade propõe que a infância é uma experiência singular de interação humana, em que se afirma a interdependência entre as pessoas. Noguera reflete a centralidade da infância como experienciar na coletividade. Segundo o autor:

> Daí ubuntwana significar justamente a relação de estar afetado pela experiência de **realizar-se como humano através de vivenciar relações com outros seres humanos**. Nossa interpretação é simples, o sentido filosófico da infância que está presente na palavra "ubuntwana" é notável. A infância é a condição de possibilidade de experimentação da humanidade individual através da vivência com outros seres humanos, afirmação da nossa condição de seres interdependentes. Portanto, a partir de uma análise semântica da palavra ubuntwana, a infância guarda a proximidade com o próprio sentido de ubuntu. (Noguera, 2018, p.631)

A forma como Priscila narra a existência de Thiago se pauta, muitas vezes, no discurso enquanto um experienciar coletivo: da partilha do sonho com a família, no sonhar a empresa da mãe e no ir às peneiras com o pai; da partilha da risada com as irmãs; do carinho com a comunidade, da companhia narrada pela tia.

Este experienciar em comum também mobiliza o luto nos comentários e traz reivindicações contra a necroinfância. Nesse contexto, entre os comentários com o termo infância, a reivindicação pela vida de crianças negras também aparece pela coletividade, como a reivindicação poética de um dos usuários:

> *"O preço é o sangue nosso pelo chão*
> *Sonhos roubados nos causam sofrimento*
> *Para os opressores é motivo de celebração*
> *Até quando vamos ter que morrer?*

---

processo de "codificar nossa experiência por nós mesmos", conforme proposto pelo quilombismo (Nascimento, 1980, p.263), como uma mudança de sentido que pode ser compreendida enquanto resistência.

> *Desde a infância à tenra idade?*
> (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)"

Essa coletividade se manifesta nos comentários por meio de palavras-chave como *nós,* além de variações da primeira pessoa do plural. Dos comentários que utilizam a primeira pessoa do plural, 81,50% expressam comoção, neles não há criminalização e 18,50% naturalizam a violência.

Dos 18,50% que mobilizam a naturalização, todos fazem uso do pronome "nós" em um sentido de pertencimento institucional ou sócio-compartilhado. Desses, 80% referem-se a instituições concretas, como a polícia ou a legislação, enquanto 20% utilizam um "nós" que se relaciona com a humanidade, o povo brasileiro ou o próprio Estado. Um exemplo dessa construção pode ser visto no comentário: "*G1 estou deixando de seguir que reportagem mais contraditório aos* ***nossos heróis*** *a quem arrisca a vida por* ***nós*** *com um salário irrisório, chama o crime pra proteger a população, jornalismo mais sujo* □". (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

Entre os 81,50% que expressam comoção, observamos também que esse "nós/nosso" pode ser associado à identidade racial e, nesses casos, 100% dos comentários expressam luto. Além disso, nos comentários que, além do uso da primeira pessoa do plural, também fazem referência à infância e juventude, 100% expressam comoção. Dessa forma, a utilização do "nós" revela uma reivindicação coletiva em defesa da vida de crianças negras, exemplificada por frases como: *"Até quando vão continuar matando* ***nossos meninos***□□□□□□□*".* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023); e pela preservação da memória de Thiago, como no apelo: *"A família do adolescente, não do rapaz! Vamos parar de fazer* ***nossa juventude preta*** *virar adulto aos 13 anos".*(Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023).

No contexto de criminalização da infância negra pelas articulações do dispositivo interacional de raça. A reivindicação contra a violência aparece na disputa de narrativas no âmbito da coletividade e da experiência em coletividade. Isso inclusive é aparente na única mobilização de luto da palavra *menor*:

> *"Mano é revoltante ver certos tipos de comentários cr, pessoal q não tem vivência de favela nenhuma cagando pela boca , por ak e normal ver os menor andando de moto seja lá qual for por mais q não seja certo, mas quando boy atropela e mata uma criança de moto pra ele não dá nada , a diferença e q todo cana já chega na favela com intenção de matar de fazer o mal quem sabe sabe."* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

O comentário aborda a vivência na favela, destacando o contexto da infância nesse espaço. Por meio de um exercício de *ubuntwana*, evidencia-se a experiência das relações humanas em uma condição de interdependência. Trata-se de compreender o que andar de moto representa para a comunidade, refletir sobre o lugar da criança nesse contexto e, em um gesto de quilombismo de resistência, expor as relações de opressão presentes. Nesse sentido, o comentário também discute como a necropolítica opera, deixando morrer e fazendo morrer a juventude negra, ao ignorar sua morte, ao mesmo tempo em que posiciona crianças negras como inimigas do corpo social.

Mais do que uma reação de comoção, há comentários que expressam o luto em si, marcados pelo compartilhamento da dor vivida. O luto, enquanto experiência de perda, se manifesta na identificação com a tragédia e na expressão direta do sofrimento: "*Eu me revolto com esse tipo de reportagem pois também perdi um sobrinho trabalhador na mão de polícias □□□□que Deus conforte os familiares. Deveriam mat2r esses bandidos*."(Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023). São comentários que não apenas demonstram indignação, mas evidenciam o peso da perda e a dor partilhada: "*Que tristeza meu Deus... Que sofrimento dessa familia... Cruel demais... **Pra eles somos só números**, mas cada pessoa é filho de alguem, pai de alguem, mae de alguem... Cruel demais...".* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023).

Para além da coletividade real, expressa no compartilhamento do luto e na mobilização comunitária, a própria noção de coletividade - evocada, por exemplo, pelo vínculo familiar - gera comoção e estabelece uma identificação que possibilita a humanização de Thiago. Como nos exemplos, "*Que tristeza, nessas horas penso nos meus filhos , imagino a dor dessa mãe e desse pai e de toda família. Que Deus possa consolar . Muito triste msm □□!"* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023) e:

> *"Não moro na favela. Nunca estive perto de "ações" da polícia para saber como agem. Então não tenho perícia. Mas eu sou mãe de 1 menino de 13 anos e disso que entendo. Todo meu sentimento à esta mãe que hoje chora. À família. De qualquer forma o Estado falhou e falha: ontem, hoje e espero que não mais amanhã. □□"*(Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

Assim, se, a partir da coletividade enquanto quilombismo, vemos nos comentários a expressão afetiva do luto - marcada pela dor e pelo sofrimento daqueles que vivem a perda -, no reconhecimento de Thiago, observamos o entendimento de que essa é uma vida enlutada pela ausência de Thiago nas relações estabelecidas pela criança. Nos comentários que trazem a palavra *família*, a maioria expressa condolências à perda: "*Sinto muito pelos familiares*

enlutados!" (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023). Nesse contexto, 74, 20% dos comentários que mencionam *família* demonstram comoção pela morte de Thiago.

Por outro lado, ao analisarmos as postagens que naturalizam e criminalizam sua morte, percebe-se que, mesmo quando há referência à família, o luto de Thiago é negado. Em vez disso, sua existência é apagada em favor da defesa de uma família fictícia, vista como mais legítima e merecedora de reconhecimento. Isso fica evidente em comentários como: *"Quanta repercussão, né? Ninguém sabe o que esse menino era? Um policial foi morto por traficantes e não teve essa repercussão toda? Lkkkk Então se um policial que trabalha dia e noite, deixa sua família em casa, para correr o risco de perder a vida...?"* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

Percebe-se aqui como o lugar das relações - seja na comunidade, na negritude, na infância ou no núcleo familiar - molda as narrativas e os sentidos atribuídos aos acontecimentos. Esses espaços de interação revelam como a dimensão relacional atua como vetor de significação. Vemos isso em dois movimentos.

O primeiro, pode ser percebido na naturalização e criminalização de Thiago. Nesse movimento, o "nós", que aparece enquanto corpo social a ser protegido, refere-se à família do policial. Nessa leitura, os policiais são "nossos heróis" dentro "do nosso país". Aqui, a violência é enquadrada como um mal necessário, desconsiderando as vidas concretas impactadas. Essas falas sintetizam uma lógica necropolítica (Mbembe, 2020), que recusa a cidadania dos moradores das favelas, tratando o espaço como um estado de exceção constante (Agamben, 2004).

Em contraponto, há o experienciar coletivo, no qual a comunidade reconstrói a narrativa sobre Thiago e outras vítimas do racismo. Nesse segundo movimento, destaca-se o fundamento estratégico proposto pelo quilombismo (Nascimento, 1980), em que a ação coletiva e a codificação das próprias vivências possibilitam a resistência contra imagens e enquadramentos racistas.

5.3 A formação integral

a) "Frequentava todo dia a escola, não faltava. Ele já estava entendendo que o futebol ia trazer coisas para ele. Ele falou que ia me dar uma casa."

Novamente, quem fala é a família de Thiago Menezes. Nathaly Flausino, no vídeo veiculado pelo G1 (07/08/2023), reforça os estudos e a dedicação do sobrinho: *"Thiago era*

um garoto estudioso. Thiago era jogador de futebol, tinha sonhos. Ele era a camisa 10 do time. Ele passou por uma peneira agora de futebol.".

No Encontro, oito dias após o crime, a primeira imagem de Thiago a aparecer no programa é sua foto no dia em que seu caderno for premiado pela escola. Junto a foto, o programa apresenta o vídeo de Nathaly Flausino falando sobre sua dedicação aos estudos.

Figura 10 – Escola, esporte e religião no programa Encontro

Fonte: Capturas de tela do Programa de TV Encontro, apresentado por Patricia Poeta

Ao ser entrevistada, Priscila Menezes recupera a memória de Thiago, contando ao público sobre sua rotina e sonhos. Na gravação do programa, a tela apresenta imagens de Thiago enquanto Priscila fala sobre seu filho: *"Era responsável com o sonho dele de ser jogador de futebol, ele treinava. Ele já tava entendendo que o futebol ia dar coisas boas para ele."*. Na tela, a fala da mãe é permeada pelas imagens de Thiago em competições de futebol. Em um momento da entrevista, Priscila narra uma conversa com o filho:

> *Ele falava que ia me dar uma casa. Uma vez eu tava na cozinha e ele chegou e falou para mim 'mãe você gosta de trabalhar?' e eu 'gosto, né Thiago', 'então, mãe, eu vou te dar uma empresa'. Ele já tinha esse sonho de dar uma vida melhor para mim e para minhas filhas.* (Priscila Menezes em entrevista ao programa de TV Encontro. 15/08/2023)

Figura 11 - Priscila Menezes no programa Encontro

Fonte: Captura de tela Encontro com Patricia Poeta

Nos discursos, o que está em jogo é a formação integral de Thiago. Aqui está o fio que indicamos e sua manutenção, a dedicação e disciplina na escola e no esporte é o rosto (Butler, 2015) que coloca a morte de Thiago como uma perda neste sistema biopolítico. O movimento da família de Thiago Menezes, de lutar pela integridade da criança, vai em resistência ao enquadramento colocado não só em Thiago, mas nas infâncias periféricas. Sueli Carneiro (2023) argumenta que o dispositivo de racialidade, aliado ao biopoder, gera um efeito de dupla consequência: enquanto a vida dos brancos é promovida e protegida, a população negra é alvo de políticas de controle que resultam em violência e exclusão. Nesse sentido, a formação integral de Thiago é posta no relato de Priscila Menezes e Nathaly Flausino em contestação aos imaginários que posicionam meninos periféricos na criminalidade.

> Sob a égide do dispositivo de racialidade afigura-se a inclusão prioritária e majoritária dos racialmente eleitos nas esferas de reprodução da vida — ao mesmo tempo a inclusão subordinada e minoritária dos negros que eventualmente sobreviveram às tecnologias de morte do biopoder. Nesse contexto, a resistência negra muitas vezes se configura como tentativa de adentrar a sociedade disciplinar, no interior da qual já se encontram integrados, na dimensão do poder, descendentes de imigrantes europeus e outros. Outros como asiáticos e orientais, admitidos na privacidade do Ser hegemônico. A maior parte das vezes, a resistência negra se configura num esforço dramático de preservação do primeiro e mais elementar dos direitos humanos que é o direito à vida.(Carneiro, 2023, p.80-81)

Nesse contexto, ao afirmar a humanidade de Thiago, a família o posiciona como parte do corpo social. *"O que ele mais amava fazer é jogar, ele era muito responsável."*. A câmera

acompanha com o zoom os objetos segurados por Priscila Menezes, enquanto ela conclui sua fala apresentando os pertences de seu filho. Ela mostra o boletim sem faltas e o caderno premiado pela escola: *"Boa frequência, chegava 7h30 da manhã na escola", Priscila mostra as medalhas que Thiago ganhou como jogador e a camisa da escola de futebol que treinava: "Uma das blusas que ele treinava por que ele treinava em várias escolinhas"*. (Priscila Menezes em entrevista ao programa de TV Encontro. 15/08/2023)

A boa frequência, a responsabilidade, as conquistas no esporte. Os enquadramentos que permeiam os discursos apontados nesse primeiro momento abordam a produtividade de Thiago. Como vimos em Foucault (2001) existe uma relação de poder imposta na infância. Nessa relação, a educação (por meio de instituições) ganha importância no corpo social. Segundo o autor, a família foi incumbida de cuidar do corpo da criança, assegurando sua sobrevivência. Na segunda metade do século XVIII, surgiu a ideia da educação natural, confiada essencialmente aos pais como educadores naturais, ela exige que os pais sejam os principais responsáveis e que sigam um conjunto de regras que garantem a sobrevivência e o desenvolvimento das crianças. Essa educação se organiza dentro de interesses políticos e econômicos e a expectativa é de que os pais cuidem da vida e da formação das crianças, garantindo que os custos associados à família não sejam desperdiçados pela morte precoce dos filhos. Porém, isso não significou o controle exclusivo dos pais na vigilância da infância, essas regras são determinadas por uma gama de dispositivos e relações, como educadores e médicos, que influenciam a família com saberes-poder, disciplina pedagógica e médica. Assim, a família se torna penetrável por um tipo específico de poder transmitido através das técnicas disciplinares.

> [...] no momento em que se pede que as famílias assumam o próprio corpo dos filhos, no momento em que se pede que garantam a vida e a sobrevivência dos filhos, também se pede que elas abram mão desses mesmos filhos, abram mão da presença real deles, do poder que podem exercer sobre eles. Claro, não é na mesma idade que se pede aos pais para cuidar dos filhos e abrir mão do corpo dos filhos. Mas pede-se um processo de troca: "Mantenham seus filhos bem vivos e bem fortes, corporalmente sadios, dóceis e aptos, para que possamos fazê-los passar por uma máquina que vocês não controlam, que será o sistema de educação, de instrução, de formação, do Estado." Penso que, nessa espécie de duplo pedido: "Cuidem de seus filhos" e "Abram mão mais tarde desses mesmos filhos", o corpo sexual da criança serve, de certo modo, de moeda de troca.(Foucault, 2001, p.325)

Hammes Schütz, Cervi e Corrêa (2016) afirmam que as relações de poder que nos sujeitam e organizam a vida em sociedade são impulsionadas pelos ideais e objetivos dos dispositivos. Nesse cenário, estar na escola é visto como uma garantia de vida e segurança,

tanto para os indivíduos quanto para o Estado. Participar da escola significa inclusão, avaliação e autogestão, começando cada vez mais cedo e durando por mais tempo. Dessa forma, a escola invade a infância, apropriando-se dessa etapa da vida, institucionalizando-a e determinando especificidades, condutas e comportamentos. Assim, a infância se torna alvo do biopoder, sendo governada, controlada e regulada desde muito cedo.

Esta normalização também opera na ação do brincar e jogar na infância. Segundo Lemos (2007), observa-se uma crescente preocupação com as formas de brincar das crianças e os brinquedos que utilizam, chegando a uma apropriação do brincar como fonte de produção de saberes-poderes. Assim, na escola o brincar não é espontâneo. Desde as pré-escolas, o brincar tem sido transformado em um instrumento didático, para promover o desenvolvimento integral das crianças, que são inseridas cada vez mais cedo nos códigos de uma sociedade disciplinar e capitalista. É inconcebível, na sociedade atual, formar um trabalhador sem essa preparação que começa na família e na creche, antes mesmo da entrada na escola primária. Assim, a brincadeira e o esporte, além de símbolos de lazer, atuam na construção da criança como ser produtivo.

Essa situação reflete uma intensificação dos processos de gestão dos cotidianos da escola. O jogar é inserindo no regime de vigilância. Segundo Lemos (2007) o biopoder exige estímulos cognitivos cada vez mais precoces, que integram as crianças na lógica de produtividade e docilidade. Nesse sentido, a disciplina e responsabilidade de Thiago na escola e no esporte é o reenquadramento que o tiraria do lugar do potencial perigo. No exemplo de Thiago, o esporte é visto como uma possibilidade de produção capitalista e oportunidade não apenas para a criança, mas para sua família.

O reenquadramento de Thiago ganha um sentido ainda maior ao olharmos para o futebol e a imagem de jogador. Além da lógica biopolítica de vigilância e controle do gesto no brincar, o sentido do futebol na realidade brasileira atravessa outro imaginário presente na mídia: o negro lúdico. No mito da democracia racial, a valorização dos jogadores negros contribuiu para a formação de uma identidade nacional que dizia celebrar a miscigenação. Nesse discurso, que nega o racismo no Brasil, o futebol foi pontuado como símbolo da ascensão do negro na sociedade. Como pontuou Freyre (2003, p. 25):

> Sublimando tanto do que é mais primitivo, mais jovem, mais elementar, em nossa cultura, era natural que o futebol, no Brasil, ao engrandecer-se em instituição nacional, engrandecesse também o negro, o descendente de negro, o mulato, o cafuzo, o mestiço. E entre os meios mais recentes - isto é, dos últimos vinte ou trinta anos - de ascensão social do negro ou do mulato ou do cafuzo no Brasil, nenhum excede, em importância, ao futebol.

Em um país marcado pelo racismo e fundamentado pelo mito da democracia racial, ser atleta representa não apenas a perspectiva de ascensão financeira, mas também a possibilidade de romper com a imagem de ameaça e ingressar em uma imagem de identidade nacional.

Da mesma forma, que Collins (2019) aponta o atleta de basquete como um exemplo de visibilidade controlada do corpo negro, funcionando, ao mesmo tempo, como uma justificativa para a negação do racismo. No Brasil, o jogador de futebol, associado intrinsecamente ao mito da democracia racial, também pode ser compreendido como uma imagem de controle. Nesse contexto, ser jogador aparece como um reenquadramento da imagem do pivete/menor. Segundo Lélia Gonzalez (2020, p. 154):

> Imagens positivas são aquelas em que os negros desempenham papéis sociais a eles atribuídos pelo sistema: cantor e/ou compositor de música popular, jogador de futebol, mulata. Em todas essas imagens, há um elemento comum: a pessoa negra é vista como um objeto de entretenimento. Essa tipificação cultural dos negros também assinala outro elemento comum condensado em atributos corporais: força/resistência física, ritmo/sexualidade. Não é preciso dizer aqui que o homem ou mulher negros que não se adequam a esses parâmetros são rejeitados pelo estereótipo.

Percebe-se que, nas normas que operam o reconhecimento (Butler, 2015), a formação integral de Thiago reenquadra sua vida. Ao associá-lo a imagens que enfatizam a produtividade do corpo, esse enquadramento possui implicações históricas específicas, tanto pela construção de uma identidade nacional como pela inserção do corpo negro na sociedade disciplinar. Independe dos contextos sociais presentes nessas imagens vale destacar que este enquadramento diz sobre a autoconstrução (Lima, 2024) de Priscila Menezes no que "eu é que sei falar sobre o meu filho que foi assassinado. Eu é que sei qual era o time dele, a cor de que ele gostava, além de mil outras características que eram só dele." (Raposo; Lima, 2024, p.334)

b) "Já virou moda acusar a polícia, pois o estado nesse caso tem que indenizar a família, sabemos que o tráfico manda fechar ruas, atear fogo, etc."

Novamente vamos para quem fala. A formação integral de Thiago, no contexto dos comentários publicados pelo escrileitores apresenta outros sentidos. Em 100% dos comentários que mencionam a palavra *escola* há a criminalização da criança. Quando caracterizam Thiago como *estudante* 80% também o criminaliza. Já nos comentários que utilizam os termos *estudioso* e *jogador*, 67% minimizam a gravidade do crime e naturalizam o

racismo, enquanto 33% criminalizam Thiago. Em apenas um comentário que discute a formação integral de Thiago, há mobilização de comoção por sua morte.

> *Já virou moda acusar a polícia,pois o estado nesse caso tem que indenizar a família,sabemos que o tráfico manda fechar ruas,atear fogo,etc. o que um menor jogador,frequentador da igreja,franzino,está fazendo de madrugada na rua,onde estavam os pais e essa tia que não derem falta dele dentro de casa? Se mexeram no local do crime,onde está pelo menos uma filmagem desse momento,aja vista hj em dia todos filmarem qq coisa,ainda mais uma cena dessa. Já está muito cansativo ouvir sempre do pessoal que mora em comunidade,dizer que a polícia entrou atirando,e qdo o Uber entra sem querer na favela enganado ou qq outro motorista e tenta voltar e os meninos largam tiros em cima,aí não dá para dizer que foi a polícia,pois não havia operação naquele momento. Lugar de menor de bem ou não,qdo tiver operação,é dentro de casa,ainda mais de madrugada. OBS: não estou aqui dizendo que esse menino seja bandido,mas essa coisa de que a polícia entrou atirando já deu não é pessoal?*

No primeiro comentário, observa-se um discurso que aborda a desconfiança contra a família de Thiago– por meio de sua responsabilização– a estigmatização da infância negra periférica e a legitimação da razão do assassinato pelo contexto social e geográfico. Nota-se que estes pontos são comuns entre os comentários que apresentam a formação de Thiago. Por isso, para a análise, partiremos deste comentário em diálogo com os demais.

Nos comentários, não apenas a integridade de Thiago é questionada, mas também de sua família. Para os escrileitores, como moradores da Cidade de Deus, os familiares culpabilizam os policiais para defender traficantes. Nesse quadro de guerra, a perda de Thiago não é reconhecida, assim como o luto da sua família, o que é visto pelos escrileitores é a disputa entre o "eu" (corpo-social protegido pela polícia) e o "eles" (moradores da Cidade de Deus).

Essa desconfiança se manifesta principalmente em frases que aludem à rotina da comunidade e à incredulidade em relação ao depoimento de famílias vitimadas pela violência de Estado. Exemplos disso são observados em comentários como: "*Impressionante como morre inocente nas comunidades né. são todos trabalhadores e estudantes e é sempre a polícia que é a culpada os traficantes são os bons e os policias os maus.",* e *"A tá a polícia ia atirar nele atoa aaaa ia. Engraçado que agora todos ali são Santo estudioso."* (Comentários extraídos do Instagram G1, 07/08/2023). Tais discursos utilizam palavras como *sempre* e a ideia de que *todo mundo sabe* para reforçar a percepção de que esses julgamentos são considerados fatos incontestáveis. No comentário base isso aparece pela expressão "*já virou moda".*

Ainda na desconfiança, o comentário afirma:

> *"Se mexeram no local do crime, onde está pelo menos uma filmagem desse momento, aja vista hj em dia todos filmarem qq coisa, ainda mais uma cena dessa. Já está muito cansativo ouvir sempre do pessoal que mora em comunidade, dizer que a polícia entrou atirando e qdo o Uber entra sem querer na favela enganado ou qq outro motorista e tenta voltar e os meninos largam tiros em cima, aí não dá para dizer que foi a polícia, pois não havia operação naquele momento."* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

Com foco na expressão "pessoal que mora em comunidade", voltamos para a classe perigosa explicada por Coimbra (2001). Trata-se do perigo colocado na mídia sobre a periferia, do qual as teorias racistas e políticas higienistas, que influenciaram os discursos e ações políticas do começo da República no Brasil, ainda apresentam vestígios na cobertura midiática e nas imagens de controle que relaciona raça, espaço e criminalidade.

O único comentário que escapa a essa lógica é justamente aquele que a questiona diretamente: "13 anos, se é pobre é adolescente/rapaz, se é rico é criança/estudante."(Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023). Nesse contexto, o escrileitor evidencia como a criminalização de Thiago está associada às interseccionalidades que o cercam. Ao apontar que, em outro contexto social, Thiago seria reconhecido como uma criança e um estudante o escrileitor vai contra a imagem de controle do menor.

c) "[...] o que um menor jogador, frequentador da igreja, franzino, está fazendo de madrugada na rua, onde estavam os pais e essa tia que não derem falta dele dentro de casa?"

Nos comentários, a família de Thiago é responsabilizada pela sua morte. Nessa responsabilização, vemos o deslocamento da segurança e da vida a partir do espaço. No comentário base, este lugar é a casa *"Lugar de menor de bem ou não, qdo tiver operação, é dentro de casa, ainda mais de madrugada."*(Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023). Mas também vemos esse deslocamento da segurança na escola, *"Traficantes colocam esses moleques na linha de frente. Se estivesse na escola não teria morrido"* e *"13 anos, e na rua de madrugada? Meu filho tem 17 anos e passa as madrugadas estudando. Tanto que no início do ano foi aprovado no concurso da PM de SP!!"*(Comentários extraídos do Instagram G1, 07/08/2023). Na apropriação da casa e escola como ambiente da segurança, nota-se o processo de normalização social, a educação natural dos pais e a institucionalização da criança através da educação formal nas escolas é o que a posiciona fora do imaginário de potencial perigo. No que Foucault exemplifica como:

> "Mantenham seus filhos bem vivos e bem fortes, corporalmente sadios, dóceis e aptos, para que possamos fazê-los passar por uma máquina que vocês não controlam, que será o sistema de educação, de instrução, de formação, do Estado." Penso que, nessa espécie de duplo pedido: "Cuidem de seus filhos" e "Abram mão mais tarde desses mesmos filhos". (Foucault, 2001, p.325)

Ademais, destaca-se o posicionamento da rua como perigo, nesse sentido, Coimbra (2001) aborda o ataque direto aos espaços de sociabilidade das "classes perigosas", como a rua, vista como uma ameaça à ordem e local de criminalidade.

> As estratégias de ordenação dos espaços urbanos têm se caracterizado, portanto, pela segregação, exclusão e isolamento das classes subalternizadas, corroborando a crença de que com elas estão as doenças, os perigos, as ameaças, a violência. Isso motiva o ataque diretamente empreendido sobre o espaço onde a sociabilidade dessas classes consideradas perigosas viceja e se consolida: a rua. Esta -como já afirmamos - passa a ser vista como ameaça à ordem, local da barbárie, do promíscuo, das doenças, do tumulto, do perigo, da criminalidade. (Coimbra, 2001, p. 100)

Tais crenças são acompanhadas do fantasma do narcotráfico, do qual Segundo Coimbra (2001, p.163) "A mídia, através de dados oficiais e não oficiais, vai construindo competentemente o grande fantasma do narcotráfico. Ao lado disso, essas mesmas pesquisas apontam o perfil daquele que mais é vitimado por essa *guerra*". Além do comentário citado acima, esta imagem também aparece no comentário a seguir:

> *"Olha o sinal sinalzinho que fez na foto! Porq tava na rua em meio a tiroteio? Polícia não mata criança indo pra escola! Os próprios bandidos usam as crianças, ensinam usar armas pra gera esse desacerto quando não para escudo! Acorda gente! Meus pêsames aos familiares de ambas as partes mais o crime só leva a dois lugar. Cadeia ou caixão!"*(Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

De maneira geral, nos comentários sobre a formação integral de Thiago, vemos a desconfiança e descrença do depoimento dos familiares e a sua responsabilização, há ainda nos comentários traços principalmente da invalidação e deseducação presentes no racismo online (Silva, 2022).

O fato de Thiago ser uma criança responsável com sua formação não é aceito pelos escrileitores, parte disso se justifica pelo fato de que tanto Thiago como sua família estão na intersecção entre raça e geolocalização, um contexto cercado de imaginários sobre controle do tráfico.

Negar a inocência de Thiago aparece como justificativa para a necessidade de sua morte, nos deparamos aqui com a noção necropolítica do corpo social que nega a vida de alguns para a vitalidade deste corpo-norma. De acordo com Mbembe (2020), a suspensão dos

direitos e a eliminação das garantias que protegem os indivíduos são apresentadas como condição para a preservação desses mesmos direitos.

Assim, a polícia como agente do Estado na proteção do "cidadão de bem" pode e deve violar o direito de vida daqueles entendidos como inimigos. Este é o vínculo de inimizade que desloca Thiago do biopoder, de promoção da vitalidade, para o direito de matar, negando sua identidade como estudante e rotulando-o como menor aliciado pelo tráfico, fazendo com que sua humanidade seja retirada e sua morte justificada. Conforme observado por Mbembe (2020), é esse vínculo de inimizade que possibilita instituir e normalizar a ideia de que o poder só pode ser obtido e exercido à custa da vida dos outros. No governo pelo terror, a questão não é reprimir e disciplinar, mas matar, seja em larga escala ou em pequenas doses.

Estamos diante do estado de insegurança, abordado por Mbembe (2020), o autor discute como os movimentos de ódio e as formações engajadas na economia da hostilidade e das lutas multifacetadas contra o inimigo contribuíram para o aumento das formas de violência. Esses movimentos intensificaram a instrumentalização nas relações sociais e favoreceram o surgimento e a consolidação de um Estado de segurança e vigilância. O Estado de segurança se alimenta de um estado de insegurança que ele mesmo cria e para o qual pretende ser a solução. Enquanto o estado de segurança é uma estrutura, o estado de insegurança é uma condição. Assim:

> Vivendo entre nós, mas sem serem dos nossos de verdade, deveriam ser repelidos, devolvidos ao lugar de onde vieram ou simplesmente expulsos de nossas fronteiras, no contexto do novo Estado de segurança que agora marca nossas vidas. A pacificação interna, a "guerra civil silenciosa" ou molecular, o encarceramento em massa, a dissociação entre nacionalidade e cidadania, as execuções extrajudiciais no quadro da política penal e criminal, tudo isso contribui para borrar a velha distinção entre segurança interna e externa, em um cenário de exacerbação dos sentimentos racistas. (Mbembe, 2020, p.97)

Nessa análise, a formação integral de Thiago, como parte das técnicas disciplinares, foi o fio em que se encontra a humanidade do corpo negro. Porém, um sistema que posiciona uma vida pela legitimação por determinada produtividade, já é um sistema que nega essa vida. Nega na necessidade de fundamentação para sua existência e nega na rejeição desses argumentos. Como aponta Carneiro (2023, p.116):

> São múltiplas as interdições desencadeadas pelo dispositivo de racialidade. O negro é interditado enquanto ser humano, enquanto sujeito, enquanto sujeito de direito, enquanto sujeito moral, político e cognoscente. A interdição é um operador de procedimentos de exclusão, presentes tanto na produção discursiva como nas práticas sociais derivadas da inscrição de indivíduos e grupos no âmbito da

> anormalidade, na esfera do não ser, da natureza e da desrazão. As interdições são aliadas, enfim, da formação de um certo imaginário social que naturaliza a inferioridade dos negros.

Observa-se que a negação da infância de Thiago por meio da Necroinfância encontra sua extensão na negação de seu acesso ao saber, configurando um epistemicídio. Nesse contexto, como pontua Carneiro (2023), "O que está em questão é a possibilidade ou impossibilidade de ruptura com o paradigma de exclusão" (Carneiro, 2023, p.83). O epistemicídio refere-se não apenas à exclusão do acesso ao conhecimento, mas à própria construção de uma imagem que negros são vistos como incapazes de produzir ou compartilhar saberes. Quando Thiago é associado ao estigma da criminalidade, é também negada sua possibilidade de ser reconhecido como sujeito educável, expondo a dimensão estrutural desse epistemicídio, que desumaniza ao reforçar a inferiorização intelectual e moral das populações negras. Enquanto argumento e disciplinaridade, além da educação, a religião também aparece no discurso de Priscila, na legitimação, assim como nos comentários, na negação, da vida de Thiago. Como aponta Sueli Carneiro (2023) sobre a vivência negra no pós-escravidão:

> Sou também uma aplicação pedagógica, porque as representações associadas ao meu corpo têm sido reiteradas pelos séculos por meio dos aparelhos escolares e muitos outros processos educativos, que além de as reforçarem e repercutirem em todos os cantos do mundo, foram explicando o meu martírio religiosamente — como uma forma de expiação de meus pecados, sendo o maior deles a pele escura, herdada, me ensinaram, de Caim, o fratricida, e também pelo meu paganismo, palavra que vim a aprender contigo(ser-hegemônico) — e me valeram a escravização, única maneira encontrada para que eu fosse conduzida ao patamar próximo da civilização e alcançar a salvação de minha alma. (Carneiro, 2023, p.9)

5.4 A religião

a) "[...]fez três meses no dia da morte dele, que ele tinha aceitado Jesus."

Na entrevista de Priscila Menezes ao programa Encontro (15/08/2023), enquanto a mãe resgata a memória do filho, surge o vídeo do batismo de Thiago. Naquele momento, Priscila compartilha: *"Era a alegria da minha casa, das minhas filhas, que eu tenho mais três filhas. Ele era vaidoso, estudante, frequentava todos os dias a escola e não faltava."*. Na conclusão da entrevista, Priscila Menezes reconstrói a vida de Thiago através dos objetos - fragmentos de um cotidiano que permanece vivo. A mãe narra não apenas a existência do filho, mas também sua própria luta diante do luto. E, mais uma vez, é a religiosidade que emerge, como um fio de esperança tecido em meio à dor. *"O boletim dele, boa frequência. Chegava às sete e meia da manhã na escola. A bíblia dele, que fez três meses no dia da morte*

dele, que ele tinha aceitado Jesus.". Ao fim da descrição, Priscila clama pela justiça e contra os imaginários de criminalidade das favelas: *"A gente vai continuar lutando para que isso acabe, para que esses policiais entendam que na favela tem crianças que tem sonhos, não é só bandido que mora na favela"*. Esse discurso repete o dito no depoimento de Nathaly Flausino no dia do assassinato de Thiago: *"Era um menino que ia para igreja, era um menino de família".*

Figura 12 - Imagem veiculada no programa Encontro do batismo de Thiago

Fonte: Captura de tela programa Encontro

A mãe e a tia de Thiago constroem a imagem de Thiago a partir de materialidades sobre a educação e a religião - elementos valorizados pelo imaginário social - numa tentativa de afastá-lo dos imaginários de criminalidade comumente associados às favelas e às pessoas negras. Priscila não apenas exalta a dedicação de Thiago aos estudos e sua fé cristã, mas também reivindica uma posição de pertencimento à sociedade disciplinada e moralmente válida. A igreja, enquanto elemento integrante do dispositivo, desempenha a dupla função de repressão e constituição do ser e do não-ser. Foucault (1988) já apontava como a religião judaico-cristã atua no dispositivo, promovendo a moral, a culpa e a vigilância dos corpos. Nesse contexto, o cristianismo - enquanto instituição que legitima o saber-poder sobre quem merece pertencer à esfera do ser - impõe as normas morais e o controle sobre o fazer viver e o deixar morrer.

Segundo Carneiro (2023), a resistência e a sobrevivência da população negra muitas vezes ocorrem por meio da tentativa de inserção nas estruturas de disciplina. Esses espaços foram originalmente organizados para docilizar e preparar os corpos, especialmente os

brancos, para o trabalho produtivo, moral e simbólico no cumprimento das normas sociais. No entanto, a população negra, ao longo do tempo, precisou adaptar-se e reivindicar acesso a essas esferas para legitimar sua própria existência. Esse esforço para ser incluído em instituições como o mercado de trabalho e a educação revela a luta da população negra não apenas pelo direito de viver, mas pelo direito de pertencer a uma sociedade que, historicamente, os exclui. Em paralelo à tentativa de existência em um sistema de multicídios negros, o mito da democracia racial permite uma integração minoritária que, ao mesmo tempo, mantém o sistema e naturaliza o racismo. Segundo Carneiro (2023, p.55):

> O ideal de branqueamento não está abandonado; é imposto ao imaginário social pela cultura dominante através da exibição permanente de seus símbolos, que expressam os seus sucessos materiais e simbólicos como demonstração de superioridade "natural", cotejados sistematicamente com os símbolos de estigmatização da negritude — seu contraponto necessário. Os meios de comunicação, "para retratar a pobreza, a miséria, a delinquência, o analfabetismo, a ignorância, a indigência humana, são pródigos em exibir pessoas negras". E, para assegurar o mito, promove-se uma integração minoritária e subordinada de negros que não correspondem aos estereótipos consagrados nas imagens veiculadas pelos meios de comunicação de massa, em especial nas imagens publicitárias; o que pela excepcionalidade reitera a regra discricionária.

Nesse cenário, Sueli Carneiro (2023) sugere que o mito da democracia racial no Brasil pode ser interpretado à luz da tradição religiosa, destacando sua importância na formação cultural do país. Esse mito promove uma hierarquia racial que parece eliminar o conflito através de uma falsa conversão à tolerância, mas que, de fato, mantém intacta a estrutura racista da sociedade. Para a autora, o sociólogo Jessé Souza, por também dialogar em seus trabalhos com a perspectiva foucaultiana, oferece uma interpretação semelhante ao comparar essa afinidade seletiva democrática com o princípio hierárquico da Igreja, onde todos são acolhidos, mas distribuídos hierarquicamente conforme seu nível de espiritualidade e virtuosismo na vida cristã. Nesse modelo, a Igreja oferece um espaço que aparenta aceitação universal, enquanto reafirma a supremacia cultural e racial branca, relegando os outros grupos a uma posição subordinada e perpetuando a vigilância e o controle sobre esses indivíduos.

Em contraste com a inscrição na moral religiosa como forma de adentramento nas técnicas disciplinares, a Igreja, como elemento do dispositivo, também atua na necropolítica. Segundo Carneiro, o primeiro lugar onde o epistemicídio foi pautado foi nessa instituição, tendo desempenhado um papel central na colonização e no processo de desumanização dos povos indígenas e africanos. A Companhia de Jesus, marcada por princípios de hierarquia e obediência, foi considerada, pela coroa portuguesa, a mais confiável entre as ordens

religiosas. O rei de Portugal confiou aos jesuítas a responsabilidade pela educação em suas colônias. Nesse contexto, a igreja operou a exclusão do negro não só da educação, mas da noção de humanidade:

> Uma bula papal encerra a possível questão se a criança negra deveria ir à escola ao afirmar que os negros não têm alma. Tendo em vista os votos indissolúveis estabelecidos entre a Companhia de Jesus e o Papa, sobretudo no que tange a um voto extraordinário de obediência, a educação de crianças negras foi item que ficou fora de questão. A ausência de alma, no lugar do que posteriormente seria o lugar da razão, no contexto da laicização do Estado moderno, será o primeiro argumento para afirmar a não educabilidade dos negros. Será, então, pelo estabelecimento das ideias e discursos fundadores acerca da educabilidade dos afrodescendentes que se articulará o epistemicídio ao dispositivo de racialidade. Assim, a história do epistemicídio em relação aos afrodescendentes é a história do epistemicídio do Brasil, dado o obscurantismo em que o país foi lançado desde a sua origem. O projeto de dominação que se explicita de maneira extrema sobre os afrodescendentes é filho natural do projeto de dominação do Brasil, um sistema complexo de estruturação de diferentes níveis de poder e privilégios. Coube aos africanos e seus descendentes escravizados o ônus permanente da exclusão e da punição.(Carneiro, 2023, p.92)

Esse processo histórico de exclusão reverbera atualmente no modo como corpos negros ainda são disciplinados, julgados e, muitas vezes, culpabilizados pela própria violência que sofrem. No caso de Thiago, a luta de Priscila de inscrevê-lo na moralidade cristã e na disciplina escolar que se apresenta como reivindicação de seu pertencimento à humanidade; por outro, é condicionado e recusado nos comentários.

b) “Pronto, ele era um santo esse moleque, me poupe, um a menos.”

No vídeo publicado pelo G1, Nathaly Flausino destaca a relação entre Thiago e a instituição religiosa. Ao analisar os comentários que mencionam essa declaração ou fazem referência à Igreja, observa-se que 87,5% rejeitam a possibilidade de Thiago ser identificado cristão. Comentários como *“Ia até na igreja olha, tava voltando da vigília às 3 da manhã? Kkkkkkkkkkk ATAAA”* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023) e *“Agora é estudioso, ia pra igreja, era bom aluno e blá blá blá... mas estava saindo de um baile funk na madrugada, com moto pinada e dando pinote na polícia... santo 'menino'”* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023) ilustram como a ironia e a desconfiança são empregadas para deslegitimar tanto a religiosidade quanto a moralidade de Thiago, reforçando imaginários associados à criminalidade. Nesse contexto, o único comentário que reconhece a perda de Thiago, critica a legitimação da vida pela religião:

> *“Milícia não é polícia bem vindo ao rj, não viram tropa de Elite. Minha senhora a igreja mata muito mais que a polícia não adianta fala ele ia pra igreja, sentimento de revolta,só quem gosta de política de extermínio é a direita facista do bolsonaro e*

> *seus capitães □□□ @esquerdapensante"* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

Na análise realizada, é possível perceber que a referência à religiosidade aparece nos comentários como um campo discursivo marcado pela deslegitimação da vida de Thiago enquanto sujeito digno de luto. Os termos categorizados, como *santo, anjo* e *evangélico*, oscilam entre a ironia, a crítica e o humor, contribuindo para a construção de narrativas que negam a humanidade de Thiago e reforçam sua associação com a criminalidade. Vale ressaltar que ser *santo* ou ser um *anjo* aparece tanto com sentido de ser inocente como em relação a viver uma vida cristã.

Quando o termo *santo* ou *santinho* relacionados diretamente[31] a Thiago 92% criminalizam a criança e 8% naturalizam a morte. Nesses casos, a ironia é a ferramenta principal para negar sua religiosidade e associá-lo à criminalidade A frase *"Pronto, ele era um santo esse moleque, me poupe, um a menos"*(Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023) exemplifica como o sarcasmo atua para desumanizar Thiago, celebrando sua morte e normalizando a violência contra corpos negros. Além disso, comentários como *"Todo vagabundo depois que morre vira santo, trabalhador, estudante, etc…"* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023) demonstram a banalização do luto e o reforço da criminalização de Thiago. O termo *evangélico* é citado uma vez, também no contexto de negação da religiosidade e criminalização de Thiago: *"Igual aquela mulher que chorava a morte do filho, dizia que era até evangélico. Depois apareceu o vídeo do filho com colete e atirando com AK-47."* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023).

O mesmo padrão discursivo se repete no uso das expressões *anjinho* e *anjo*. Em 79% dos comentários, há a criminalização de Thiago Menezes; em 7%, a naturalização de seu assassinato; e apenas 14% expressam comoção. Nos comentários em que *anjo* é empregado com sensibilidade, a palavra é utilizada para descrever e lembrar Thiago como uma criança que faleceu *"Senhor amado! Quando vão acabar com isso? O Rio já é um faroeste! Uma terra tão linda! E com tanta corrupção e milícias □ quanta tristeza! Deus acalente o coração dessa família!! E cuide do espírito deste anjo!"* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023). Já entre os 86% que se concentram na criminalização ou naturalização, *anjo* aparece de forma irônica, reforçando suspeitas e estigmatizações, como em frases do tipo: *"Puxa a ficha do anjinho"* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023) e *"Já já*

[31] A análise considera os termos "anjo" ou "santo" apenas quando aplicados diretamente a Thiago - seja para descrevê-lo explicitamente (como em "Thiago é um santo") ou para se referir a ele (como em "esse santo", "anjinho"). Essa distinção é fundamental para separar os usos que o tomam como sujeito daqueles que empregam as mesmas expressões em outros contextos, como críticas à polícia ou à sociedade.

aparece foto do anjinho de fuzil na mão" (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023).

Esses discursos não se limitam à Thiago, comentários como *"Agora é santo, se tivesse em casa com um livro a mãe não precisaria estar mentindo"* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023) deslocam a responsabilidade do assassinato e negam a narrativa da família. Da mesma forma, alguns discursos atacam o enquadramento narrativo que afirma a integridade de Thiago: *"Inversão de valores. Então mídia hipócrita, se entendi, a polícia que é o criminoso, o adolescente criminoso um santo, né?"* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

Muitos desses comentários utilizam o humor como estratégia discursiva, como se observa em *"Anjinho? Tá bom, kkkkk" e "Sei, a culpa é sempre da polícia e no morro só tem adolescente que vai pra igreja e é tudo santo* □□□" (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023). O riso, nesse contexto, substitui a comoção e funciona como um mecanismo que inverte a empatia diante da morte, reforçando o apagamento da humanidade de Thiago.

Ao desconsiderar a possibilidade de Thiago ser um jovem religioso ou dedicado à escola, os usuários comentadores utilizam o humor como ferramenta para desconstruir os valores que poderiam humanizá-lo. Essa ironia, que ridiculariza sua religiosidade ao vinculá-lo à criminalidade, insere-se no aparato necropolítico ao deslegitimar os marcos de dignidade que a família busca estabelecer.

A religiosidade de Thiago é deslegitimada de maneira sistemática, refletindo não apenas a negação de sua humanidade, mas também a perpetuação de imagens que sustentam a lógica de desumanização. No contexto da religião, essa dinâmica dá continuidade operação outrora estabelecida pela bula papal, que inaugurou a distinção entre ser e não-ser (Carneiro, 2023).

6. ENTRE FIOS E FRAGMENTOS: UMA COSTURA ANALÍTICA DA REPERCUSSÃO ONLINE

6.1 Marcadores discursivos do racismo online: disputas em torno do caso Thiago

Neste estudo, buscamos refletir sobre como os discursos públicos constroem as noções de ser e não-ser a partir de quatro significações sobre a vida de Thiago: **a infância**, **a coletividade**, **a formação** e **a religião**. O objetivo foi identificar quais imagens são

mobilizados e como são ressignificados na disputa narrativa em torno do caso. Na análise, os discursos que trataram sobre a *formação integral* de Thiago, 67% o criminalizam, 27% naturalizam sua morte, e 6% expressou comoção. Sobre sua *religiosidade*, 83,7% dos comentários criminalizam Thiago, 8,1% naturalizam sua morte, e 8,1% demonstram comoção. Ao abordarem sua *infância*, 30% dos comentários criminalizam Thiago, 25% negam o racismo, e 45% foram em comoção e reivindicação contra a morte da criança. Na análise da coletividade, 75% dos comentários foram em comoção, 15% naturalizam a violência e 10% criminalizam Thiago.[32]

Nota-se que, enquanto a *infância* surge como um campo de disputa nos comentários - com reivindicação por alguns usuários-comentadores, inclusive em reconhecimento da necroinfância - e a coletividade aparece enquanto mobilização da comoção, pela noção de responsabilidade compartilhada, e de luto, pelo pertencimento enquanto luta pela juventude e contra o racismo, os aspectos relacionados à educação e à religião operam de maneira distinta. Em vez de legitimar a vida de Thiago, esses elementos são usados para desqualificá-lo, frequentemente, contradizendo Nathaly Flausino e reforçando um epistemicídio. A partir dessas percepções, traçamos agora um panorama das pistas encontradas na análise das materialidades sobre a manifestação do racismo online:

Na análise percebe-se que o humor se torna uma ferramenta de violência simbólica que inverte o momento de luto, colocando a perda de Thiago como objeto de escárnio. Essas agressões disfarçadas como piadas nos comentários analisados constituem práticas discriminatórias no ambiente digital (Tynes et al, 2019). Tais práticas são mais que uma negação individual; elas reforçam um sistema de exclusão coletiva, que posiciona pessoas negras como indignas de reconhecimento. No caso analisado, essa exclusão sempre termina na criminalização de Thiago.

Na negação da inocência de Thiago e, mais do que isso, da sua existência narrada por sua família, o racismo digital aparece em suas especificidades enquanto discurso necropolítico. A partir das categorias propostas por Tynes (2019), identificamos quatro formas de racismo online nos comentários analisados:

- **Invalidação:** naturalização da morte de Thiago; deslegitimação sistemática dos depoimentos familiares;

[32] Os comentários analisados podem apresentar a sobreposição de materialidades dentro de um mesmo enunciado. Por exemplo, um comentário que menciona “nossas crianças” articula simultaneamente as categorias de infância e coletividade. Da mesma forma, quando Thiago é descrito como “menino, estudioso e jogador de futebol”, há uma sobreposição entre infância, formação e religiosidade. O que significa que os percentuais apresentados não se restringem a conjuntos exclusivos de enunciados, podendo haver interseções entre eles.

- **Insulto**: uso recorrente de imagens de controle que associam negritude à criminalidade;
- **Deseducação**: reprodução de conhecimentos infundados que justificam a violência policial. Por exemplo: *"A família não pode falar a verdade, pois se acusarem o tráfico, sofrerão represálias"* (argumento que pressupõe uma falsa dicotomia);
- **Desinformação**: proliferação de comentários que alegavam existir *"fotos e provas"* incriminando Thiago, sem qualquer fundamento factual.

Essas categorias não são excludentes: um mesmo comentário pode combinar invalidação e desinformação, revelando como o racismo digital opera em múltiplos níveis discursivos simultaneamente.

No que se refere à propagação de desinformações e deseducação no ambiente digital, é possível perceber operações estratégicas da necropolítica, que atua tanto ao difundir acusações de criminalidade quanto ao promover discursos que enquadram Thiago como uma ameaça. As desinformações difundidas nos comentários ainda validam comentários que indicam Thiago como inimigo e inclusive acompanham esses comentários.

Quando olhamos para pesquisa de Silva (2022) sobre as especificidades das microagressões racistas, é visível sua reprodução online frente ao assassinato de uma criança negra. Nos comentários analisados, a suposição de criminalidade, o mito da democracia racial, a exclusão e o epistemicídio cercaram a disputa de narrativa.

Nessas operações necropolíticas vemos o que Mills (2023) chama de ignorância branca. Para o autor, todo argumento de inferiorização racial, assim como a negação da opressão, são fundadas em uma epistemologia que, a todo momento, não reconhece os negros como pessoas iguais. Assim, “há um acordo para interpretar erroneamente o mundo. É preciso aprender a ver o mundo de maneira errada, mas com a segurança de que esse conjunto de percepções equivocadas será validado pela autoridade epistêmica branca” (Mills, 2023, p.46). Além da criação da diferença, essa epistemologia da ignorância produz “o resultado irônico de que os brancos, em geral, não serão capazes de compreender o mundo que eles próprios criaram.”. Assim, na criação da humanidade como diferenciação entre brancos e não brancos e na constante negação das realidades raciais, o racismo ganha novas formulações e continua a moldar as relações, como afirma Mills, é essa ignorância que mantém o contrato-racial até hoje.

> A luta para fechar a lacuna entre o ideal do contrato social e a realidade do contrato racial tem sido a história política não reconhecida das últimas centenas de anos, a "batalha da linha da cor", nas palavras de W. E. B. Du Bois, e é provável que continue assim no futuro próximo, à medida que: a divisão racial continua a apodrecer; os Estados Unidos se movem demograficamente de uma sociedade de maioria branca para uma sociedade de maioria não branca; o abismo entre um Primeiro Mundo em grande parte branco e um Terceiro Mundo amplamente não branco continua a se aprofundar; a imigração ilegal desesperada do último para o primeiro aumenta; e as demandas por justiça global em uma nova ordem mundial de "apartheid global" se intensificam. Nomear essa realidade é colocá-la no foco teórico necessário para que essas questões sejam abordadas de forma honesta. Aqueles que fingem não as ver, que armam não reconhecer a imagem que esbocei, estão apenas dando seguimento à epistemologia da ignorância exigida pelo contrato racial original. Enquanto essa ignorância premeditada persistir, o contrato racial apenas será reescrito, em vez de totalmente rasgado, e a justiça continuará restrita a "apenas nós"(Mills, 2023,p.172)

Lélia Gonzalez (2020) desvela essa contradição ao analisar o abismo entre o discurso público da democracia racial e o racismo velado praticado no espaço privado – onde se perpetuam, cotidianamente, os imaginários racistas sobre a população negra:

> Enquanto o mito da democracia racial funciona nos níveis público e oficial, o branqueamento define os afro-brasileiros no nível privado e em duas outras esferas. Numa dimensão consciente, ele reproduz aquilo que os brancos dizem entre si a respeito dos negros e constitui um amplo repertório de expressões populares pontuadas por imagens negativas dos negros: "Branco correndo é atleta, negro correndo é ladrão"; "O preto, quando não suja na entrada, suja na saída"; "Branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar" etc. Essa última expressão aponta para o segundo nível em que atuam os mecanismos do branqueamento: um nível mais inconsciente que corresponde aos papéis e lugares estereotipados atribuídos a um homem ou mulher negros. (Gonzalez, 2020, p.61)

Todas as estratégias anteriormente analisadas emergiram nos comentários como dispositivos de naturalização da violência, operando por meio de enquadramentos desumanizantes que convertem Thiago em "não-vítima" e justificam simbolicamente sua morte. Nos termos já analisados pelas materialidades da **infância**, **coletividade**, **religião** e **formação**, ao olharmos a nuvem de palavras extraídas dos comentários de **criminalização**, e **naturalização**, alguns padrões discursivos significativos emergem:

Figura 13 - Criminalização nos comentários das materialidades

Fonte: Elaboração da autora. Mineração de dados e planilha de comentários

Figura 14 - Naturalização nos comentários das materialidades

Fonte: Elaboração da autora. Mineração de dados e planilha de comentários

Vale, ainda, olhar para as evidências semânticas do racismo online nos 1.463 comentários. Dentre as palavras mais recorrentes dos comentários estão:

Figura 15 - Nuvem de palavras mais frequentes nos comentários

Fonte: Voyant Tools

Nas nuvens, o destaque dado à palavra *polícia* é notável, especialmente nos comentários de criminalização, ela aparece em discursos que buscam defender as ações policiais. Termos como *madrugada, rua* e *fazendo* destacam-se nesses cruzamentos, revelando uma tentativa de criminalizar Thiago a partir de sua presença em espaços públicos durante horários considerados "inadequados". Essa abordagem ecoa a lógica exposta por Sueli Carneiro (2023) e que trouxemos anteriormente, em que "negro parado é suspeito, correndo é ladrão". Nesse sentido, as palavras *moto* e *hora* também se sobressaem, principalmente na naturalização atuando como justificativa para o assassinato.

Além disso, nos comentários de *naturalização*, assim como na nuvem geral, o termo *traficante* ganha evidência, sustentando narrativas que atribuem às comunidades o peso do crime organizado e eximem a polícia de responsabilidade. Nesse contexto, a morte de Thiago é enquadrada como consequência inevitável de um ambiente dominado pela violência e pelo tráfico, reafirmando imaginários de exclusão.

Palavras aparentemente aleatórias também revelam camadas mais profundas de significado. A presença do termo *foto* na nuvem de criminalização exemplifica isso, remetendo às fake news que circularam sobre Thiago, como alegações infundadas de que existiriam imagens dele portando armas ou fuzis - termos que também aparecem com destaque na nuvem.

Outra palavra relevante é *sempre*, e *nunca* que se destaca tanto nos comentários de criminalização quanto nos de naturalização. Ela é utilizada para criar um senso comum de que o discurso midiático estaria invariavelmente vilanizando a polícia, reforçando uma retórica que busca desviar a atenção das práticas policiais violentas e responsabilizar o contexto em que Thiago vivia. A aparição de *por que (?)* (*pq*) em todas as nuvens, de *criminalização*, *naturalização* e na nuvem geral também é significativa, pois o advérbio interrogativo aparece no questionamento sobre Thiago estar na rua de madrugada e na suposição de uma vilanização da polícia pela rede Globo.

Ao examinar o conjunto dos comentários, é possível identificar a centralidade do tema segurança pública, com destaque para a hipervisibilidade do termo "polícia". Há ainda o uso estratégico dos termos tráfico, traficante e bandido. Tais termos operam como imagens de controle que naturalizam a violência de Estado, criminalizam de antemão a vítima e convertem o racismo em "questão de ordem pública".

6.2 A construção discursiva da segurança pública

No cruzamento da palavra *polícia* com a palavra *traficant*e nos 1.463 comentários, 10% dos comentários criminalizam Thiago, 10% demonstram *comoção* com o assassinato e 80% *naturalizam* o caso. Seguindo os mesmos padrões discursivos, na palavra *bandido*, 10% *criminalizam* Thiago, 27% são em *comoção* e 63% *naturalizam* o assassinato.

Nesse contexto, da mesma forma que a criminalização de Thiago e a naturalização do seu assassinato indicaram um epistemicídio, quando olhamos para as materialidades da **formação** e **religião**, ao olharmos para os discursos sobre segurança pública, que aparecem majoritariamente nos comentários, eles indicam, além da criminalização e naturalização, uma exclusão e negação de cidadania, enquanto operação do racismo online (Silva, 2022).

Como exemplos de comentários temos: *"Estarei sempre do lado do certo e bandido pra mim que troca tiro com policial tem q morrer mesmo. E quem defende bandido que leve pro seu AP e cuide dele la"*, ou *"Parabéns aos policiais, entraram e fizeram o que tinha que fazer. Quem fez a merd4 foi os bandidos, calem a boca e parem de chorar!"*(Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023) evidenciam essa retórica. A desumanização também se manifesta em falas como *"Isso que dá passar mão na cabeça de bandidos!! Crianças exibindo armas de guerra a mando de traficantes tá de monte.....□ "* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

A naturalização do assassinato prevalece como a principal tendência entre os comentários. Nessa naturalização, vale destacar que, ainda que não criminalizem diretamente Thiago, existe uma criminalização da comunidade de forma geral. Um exemplo marcante é: *"A comunidade apoia traficante, esconde traficante, bandidos e vivem debaixo da lei deles. Infelizmente □."* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023). Além de colocar moradores como cúmplices, essa visão enquadra a violência como uma consequência inevitável, justificando-a como parte do ambiente social:

> *"Infelizmente no Brasil, quem sempre são os bandidos são os policiais, queria que essas pessoas que descriminam essas fatalidades passasse só um dia como policial do Rio, para que eles pudessem entender o que os caras passam para ganhar um pouco mais de 5 mil reais de salario, para lhe dar com traficantes aramados até o dente, a pressão que é entrar numa comunidade dessa onde são recebidos a bala, meu amigo, fácil acusar, agora quando um traficante mata, a comunidade fica todos calados sabe porque? Porque é a lei deles, como a lei do estado não vale nada cai para quem? Para quem tenta livrar essas pessoas das mãos desses mal elementos. Existem policiais ruins? Existem mas a ruindade começa do lado dos bandidos, mas a comunidade não pode atacar os traficantes, atacam quem pode ser punido. País de família que sai de casa sem saber se volta, e ainda tem a comunidade para sempre acusar quem tentar colocar ordem. Brasil."* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

Tais discursos eximem a polícia de qualquer responsabilidade, como ilustrado no comentário:

> *"O RJ está dominado pelo tráfico de drogas, mas não existe um lugar melhor para um traficante do que a cidade maravilhosa onde ele é acolhido, defendido pelos próprios moradores e o policial que arriscar sua vida para tentar acabar ou reduzir seu negócio ilícito e mortal que funciona em meio a pessoas inocentes, se houver vítimas, toda a culpa cairá sobre ele. Sinceramente, no RJ é muito mais lucrativo e seguro ser um traficante do que um policial. Uma coisa eu tenho certeza, quem defende os direitos humanos nas câmeras da Globo, não mora aí."* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

A exclusão da cidadania dos moradores é reiterada pela negação do direito à vida e pela caracterização das favelas como espaços de exceção. Comentários como: *"Acho que os policiais deveriam entregar suas armas e deixar os traficantes dominar tudo, daí eu queria ver essa v@g@bundagem ir pra redes sociais , acusar a polícia, o cachê deve ser alto*" (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023) reforçam a visão. Até mesmo manifestações de comoção com o assassinato perpetuam imaginários de criminalidade e reforçam exclusão como em uma suposta proteção de pessoas inocentes *"Essas favelas tem que acabar □□□Tem que colocar o povo em local seguro, com moradias dignas □□□Deixem as favelas para os traficantes; será mais fácil eliminar todos depois □□□□□□"* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023). Um segundo exemplo é o comentário:

> *"Pessoal defendendo tanto a polícia, mas dificilmente a gente ver um traficante de favela matar criança, se tem uma coisas que eles prezam são as crianças que são inocentes, isso aí é pq eles estão com sede de vingança, e por um todos pagam! Lamentável a morte desse menino .."* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

Essa narrativa é perigosa, pois coloca a favela como território a parte da cidade, e exime a responsabilidade estatal, tirando os moradores da condição de cidadãos. Essa mesma comoção que impõe à favela uma governança excludente, também é a narrativa que coloca o espaço como lugar de guerra e, em alguns comentários, inclusive defende uma visão bélica:

> *"Única rede de TV que não entende que estamos em guerra, guerra é isso ai, não é outra nação, é guerra de narcoterroristas, governo e o povo no meio. Mas estão mais preocupados com bandidos e legalizar entorpecentes. Calma que tem como piorar mais."* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

Nesse contexto, vale destacar também o contexto e influência política demarcada nos comentários. A política brasileira contemporânea é marcada por uma polarização crescente, que ganhou força a partir das eleições de 2014 com o embate entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e "anti-petismo" e da ascensão da extrema-direita, em um movimento alinhado a contextos globais. Esse processo reflete uma reorganização das comunidades políticas no Brasil que, a partir de 2013, convergiram para dois blocos polarizados: progressistas e conservadores (Ortellado; Ribeiro, 2018).

Esse cenário sistematizado no Brasil pelo bolsonarismo intensificou o projeto político alinhado a discursos bélicos e autoritários, carregados de violência contra supostos inimigos da nação, que demoniza os movimentos sociais e os direitos humanos, e legitima práticas que reforçam um estado autoritário-conservador e protofascista. Tal perspectiva se consolida em frases conhecidas proferidas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro como "fuzilar a petralhada", "bandido bom é bandido morto" e "cpf cancelado".

O termo "CPF cancelado", por exemplo aparece nos comentários analisados: *"Mimi, mais um CPF, parabéns a polícia!"*(Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023). Conforme abordado por Marcelo Roubicek no Nexo Jornal (2021), essa expressão ganhou popularidade em círculos de extrema-direita no final da década de 2010, sendo frequentemente utilizada em redes sociais e programas policialescos para celebrar mortes de suspeitos em ações policiais, com mensagens que desrespeitam os direitos humanos para exaltar a ação policial. O termo "CPF cancelado" foi amplamente utilizado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em diversos contextos. Em 2021, Bolsonaro posou para uma foto, publicada nos canais oficiais do Palácio do Planalto, segurando o cartaz icônico do programa policial apresentado por Sikêra Júnior. A imagem foi divulgada em um momento crítico da pandemia

de covid-19, quando o Brasil se aproximava das 400 mil mortes. Ao ser questionado sobre o uso do cartaz em meio a esse cenário, Bolsonaro não apenas evitou a pergunta, como também atacou a jornalista, que destacou a gravidade do contexto em que a foto foi tirada.

Figura 16 - Fotografia Jair Bolsonaro abril 2021- CPF Cancelado

Fonte: Jornal Nexo, foto Alan Santos

Assim como a celebração do assassinato, nos mesmos espaços discursivos, acusações de parcialidade da mídia servem para sustentar narrativas político-conservadoras. Comentários como: *"Quando que morador do morro vai acusar traficante tá louco… trabalho da globo e esquerdista e demonizar a polícia."*, ou: *"A bala do traficante acerta um adolescente, mas os esquerdopatas fazem questão de tentar incriminar o policial. Bandido virou lei na desgraça desse país."*(Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023) reiteram a visão de que há uma manipulação ideológica por parte da imprensa. Assim, em defesa da ideologia de direita e contra os chamados "inimigos da nação", a matéria veiculada é contestada. Esse cenário evidencia como a polarização não apenas estrutura os debates públicos, mas também condiciona a produção e a recepção dos discursos. Nesse contexto, o racismo é veementemente negado como fator estrutural e passa a ser tratado como uma suposta ideologia da esquerda:

> *"O mesmo discurso ideológico de sempre "favelado e preto a polícia mata sem piedade". Geralmente quem fala isso é quem não tem noção de como o tráfico*

> *funciona e também não tem noção do que é ter um parente que se perdeu pras drogas por conta do tráfico ou foi morto por bandidos. Geralmente um esquerdista alienado a querer mudar o mundo com florzinha e paz no coraçãozinho!"* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

Ademais, no combate a pautas progressistas, a própria noção de direitos humanos aparece como prova de criminalidade:

> *"Criança de 13 anos??? Fala isso pra um monte de gente que ja foi morta.. assaltada por "essas crianças de 11,12,13 anos vítimas da sociedade. Direitos humanos só defendem bandidos! Todo mundo reclama da Polícia, mas nao hora que o bicho pega é para o 190 que todo mundo liga, não é pra Globo lixo, nem para o Direitos Humanos. A Polícia é a ÚNICA LINHA FRENTE contra o crime! Tira a Polícia de circulação pra vc ver o que acontece."* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

Em contraposição ao bolsonarismo, alguns comentários revelam um tom de comoção e luto que também dialoga com o contexto político polarizado. Esses discursos criticam a retórica da extrema-direita *"A horda Bolsonarista já veio chamar ele de bandido?"* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023) ou:

> *"É o que o governo de DIREITA QUER, crime atrás de crime pra desestabilizar a sociedade. Eles sabem que sempre vai haver defensor de bandidos com gravata e farda. AOS QUE ESTÃO DEFENDENDO POLICIAL, LEMBRE SE QUE FORAM OS DE FARDA QUE CRUCIFICARAM JESUS. Ahh é esqueci que pessoal DIREITA E MILITAR NUNCA LERAM A BIBLIA. BIBLIA É COISA DE COMUNISTA NAO TEM DESENHO □"* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

E questionam a legitimidade das ações de autoridades vinculadas a esse espectro ideológico, como Cláudio Castro, governador como Rio de Janeiro:

> *"Contaminação do Estado...Ninguém está seguro nessa cidade, não com a atual administração @claudiocastrorj ...No Rio de Janeiro, a maior organização criminosa é mais perigosa do Estado, é o próprio Estado. E qualquer investimento feito no estado por empresas privadas ou de iniciativa pública, será revertido para financiar o crime no Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ e @policiafederal precisam ater-se as violações de direitos e crimes de terrorismo praticado por PM's do Governo do Estado do Rio de Janeiro financiados com recursos públicos e por parlamentares como Flavio Bolsonaro o Proxeneta do governador Cláudio Castro, agregado ao @senadofederal e traficante de cocaina, crack e maconha - atacado, varejo e domicílio - responsável pela exploração da máquina pública, depredação de patrimônios públicos, desvios de recursos de hospitais federais, exploração de espaços públicos por criminosos: Hospital Maternidade Maria Amélia Buarque de Hollanda, Souza Aguiar, Escolas públicas, áreas de lazer, por milicianos, prostitutas e viciados ligados aos crimes do Estado - inclusive adolescentes e crianças - subestimando a inteligência e depreciando os esforços das Polícias, Judiciário Brasileiro e do Estado do RJ, ameaçando a vida do Cidadão Carioca, Famílias, a sociedade, ameaçando ordem pública, traficando drogas, financiando prostituição infantil, aliciamento de menores, lavagem de dinheiro, roubos,...parlamentares como Carlos Bolsonaro diretor do funcionálismo fantasma na @camararario , Eduardo Bolsonaro responsável por recrutamento de milicianos, viciados, abrigado a*

> *@camaradeputados , Jair Bolsonaro, principal financiador...disseminando a violência, violação de direitos, usurpação da dignidade do cidadão, invasão de privacidade, exposição de intimidade e o sucateamento do patrimônio público em favor do crime organizado ligados ao Poder Público. É preciso conter essa organização criminosa. @unitednations @europeanparliament □"* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

Diante dos discursos sobre segurança pública, é possível concluir que os comentários analisados - que majoritariamente naturalizam o assassinato de Thiago Menezes - revelam uma articulação que combina a negação político-partidária da legitimidade jornalística da Globo com a negação da inocência de Thiago, sustentada por imaginários racistas associados à favela. Essa dupla negação reforça narrativas que naturalizam o assassinato como uma resposta legítima dentro de um contexto de criminalização estrutural dos territórios periféricos e de seus moradores. Assim, os discursos evidenciam como as representações da favela se tornam espaços de disputa simbólica, legitimando práticas de violência estatal enquanto negam a humanidade dos sujeitos afetados.

Para além dos debates político-partidários, os comentários de comoção compartilham narrativas e argumentos apresentados por Priscila Menezes e Nathaly Flausino, reforçando a dignidade de Thiago e questionando a violência policial. Nesse cenário, surgem mensagens que destacam a infância e os sonhos de Thiago, como no relato a seguir:

> *"Covardia covardia é isso que eu falo foi uma covardia pois se foi de verdade da maneira que o tio contou uma tremenda covardia ,os policiais deviam se envergonhar porque existem traficantes e gente do bem sei que eles não podem adivinhar mas dá para identificar um traficante e uma criança de bem com sonhos ,que corre atrás do que quer! □□."* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

Na mesma toada, assim como Priscila Menezes, outros comentários denunciam a desigualdade no tratamento dado às favelas em comparação aos espaços elitizados, evidenciando a seletividade da violência: *"Engraçado que nas boates da elite tá cheio de traficante bonzinho filhinho de papai, mas a polícia nunca vão lá, nem chegam atirando!"* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023). Essas narrativas questionam imagens de controle que associam criminalidade à população negra e pobre, além de denunciar o genocídio que atinge esses grupos, como destacado em: *"Pior é ver os brasileiros aplaudindo essa polícia genocida, achando que pobre é igual a bandido."*(Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023). Nos comentários em luto essa reivindicação também perpassa o espaço: *"Só porque mora em favela não quer dizer que todo mundo é bandido, é polícia despreparado."*(Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023).

6.3 Marcadores discursivos da alteridade: disputas em torno do caso Thiago

Para discutir essas reivindicações nos comentários vale, ainda, observar os padrões discursivos que emergem da **comoção** nos termos já analisados pelas materialidades da **infância**, **coletividade**, **religião** e **formação**:

Figura 17 - Comoção nos comentários das materialidades

Fonte: Elaboração da autora. Mineração de dados e planilha de comentários

Como dito anteriormente, a *infância* surge nos comentários como um campo de disputa e a coletividade aparece enquanto mobilização majoritária da comoção. Ao olharmos para nuvem de palavras sobre a comoção, isso fica claro dado o destaque de *família* e *criança* em sobreposição substancial, pela primeira vez, da palavra *polícia*. Esse dado é relevante porque sugere uma mudança no foco discursivo: enquanto a criminalização coloca frequentemente a figura policial no centro das discussões, a comoção desloca esse protagonismo para a infância e para o luto da família.

Olhando especificamente para família, esse destaque é dado também pela quantidade de vezes que a palavra aparece na nuvem, assim como as palavras: familiares, amigos, filho e mãe. Isso indica que a comoção nos comentários está ancorada na relação de Thiago com aqueles que o cercavam, ou seja, sua humanidade é reconhecida a partir do pertencimento a um grupo socialmente validado. Esse aspecto reforça a ideia de que a coletividade, quando associada a laços afetivos reconhecidos, favorece o reconhecimento do luto.

Em comparação a nuvem de criminalização e naturalização, outras pistas também aparecem: entre elas vemos o destaque da palavra *vida*, os pêsames como nas palavras *sentimentos* e *conforte*, e ainda expressões de luto com as palavras *dor* e *tristeza*. Se, na nuvem de criminalização e naturalização, a centralidade da polícia, assim como os elementos que cercavam o caso, como a *rua*, a *noite*, *madrugada*, *casa*, *foto*, *fuzil* sugere uma tentativa de justificar ou relativizar a violência. Na nuvem de comoção, a ênfase na família e na infância, assim como em elementos do luto, ressignifica a morte a partir da perspectiva da vulnerabilidade e injustiça, essa mobilização discursiva se estrutura a partir do reconhecimento da perda como algo que demanda compaixão.

Outra evidência fundamental na análise da nuvem de palavras sobre comoção é a presença explícita das interseccionalidades que atravessam o assassinato de Thiago. Termos como *preto*, *negro* e *pobre* aparecem na nuvem e indicam um reconhecimento discursivo de que sua morte não é um evento isolado, mas sim parte de um sistema de violência racializada e classista. Se na nuvem de criminalização há um esforço para individualizar a morte de Thiago, na nuvem de comoção, esses marcadores transformam essa dor em algo que transcende o caso específico.

Com essas evidências, é necessário, ainda, separar as imagens em reconhecimento do luto (Butler, 2015) e as aparições de resistência pelos escrileitores. A coletividade e infância se mostraram centrais nessa diferenciação. Enquanto alguns escrileitores demonstravam comoção pelo sofrimento da família, reconhecendo Thiago como vida enlutada, outros vivenciavam o luto de forma mais profunda.

Nos comentários, dois tipos de discursos ilustram essa diferença. Vale destacar que os dois exemplos apresentam marcadores encontrados na nuvem de palavras, sendo eles respectivamente *sentimento* e *tristeza*. No primeiro, um escrileitor expressa sua comoção ao se identificar com Priscila, mãe de Thiago, porque também tem um filho da mesma idade.

> *"Não moro na favela. Nunca estive perto de "ações" da polícia para saber como agem. Então não tenho perícia. Mas eu sou mãe de 1 menino de 13 anos e disso que entendo. Todo meu* ***sentimento*** *à esta mãe que hoje chora. À família. De qualquer forma o Estado falhou e falha: ontem, hoje e espero que não mais amanhã. □□"* (Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023)

No segundo, outro escrileitor vê na morte de Thiago a concretização de uma violência que recai sobre si: *Que* ***tristeza*** *meu Deus... Que sofrimento dessa familia... Cruel demais... **Pra eles somos só números**, mas cada pessoa é filho de alguem, pai de alguem, mae de alguem... Cruel demais…*"(Comentário extraído do Instagram G1, 07/08/2023).

O primeiro exemplo evidencia como o reconhecimento do luto nos comentários está condicionado à aparição de determinados enquadramentos de humanização. Thiago é reconhecido como vida quando se estabelece um vínculo de semelhança e familiaridade com relações consideradas válidas pelo escrileitor. A infância e a coletividade surgem como elementos-chave nesse processo. Nessa lógica, observamos ao analisar a infância que, quanto mais Thiago é descrito como criança nos discursos, maior tende a ser a alteridade mobilizada, isto é, quando ele é percebido dentro da socialização como alguém que necessita de proteção e apresenta determinado papel no corpo social. Da mesma forma, a menções à sua família reforçam essa condição de humanidade, pois sua existência passa a ser reconhecida por meio do pertencimento a um coletivo validado. Podemos fazer aí um paralelo com Simmel (1991, p.13) "toda sociabilidade não é senão um símbolo da vida".

Por outro lado, o segundo discurso aponta para uma experiência do luto que transcende a esfera da alteridade. Aqui, o escrileitor insere a morte de Thiago dentro de um sistema de violência, no qual a dor não é apenas empática, mas vivida. Neste momento também aparecem marcadores de raça e classe nos discursos. A coletividade nessa instância se torna lugar de compartilhamento de uma perda coletiva, em alguns desses comentários destacou-se uma prática discursiva do quilombismo, na qual existia a reorganização de códigos, o coletivo era levantado, além da denúncia contra a opressão. Assim como na resistência realizada por Priscila e Nathaly, a experiência move esses discursos, observamos isso na codificação da experiência de crianças negras periféricas, nas reinvidicações contra o racismo, nos gestos criativos que articulam a dor e o prazer da vida negra fora de representações hegemônicas (hooks, 2019) e nos relatos de vivências pessoais.

Essas diferentes formas de coletividade evidenciam como valores e experiências compartilhadas são fundamentais para a significação da vida, e da morte, de Thiago. A partir das reflexões de Collins (2022) sobre experiência e comunidade, é possível compreender a forma como a noção do coletivo opera nos discursos tanto como processo quanto como estrutura. Ao teorizar sobre o construto de comunidade, Collins (2022) afirma que ela é constituída pelas interações cotidianas entre sujeitos e, ao mesmo tempo, organiza as relações sociais a partir de decisões coletivas. Nesse contexto, as comunidades funcionam como espaços onde as hierarquias sociais são aprendidas, mas também onde práticas de resistência emergem. A autora ainda afirma que a comunidade não se restringe a uma construção racional, ela é também afetiva, carregada de significados e valores que impulsionam ações políticas e emocionais.

Nos valemos aqui sobre a forma como os sentidos são construídos e reorganizados coletivamente. Como estrutura social, Collins (2022) argumenta que, quando analisadas sob a ótica da desigualdade social, as comunidades se revelam como mediadoras entre os indivíduos e as instituições que reproduzem essas desigualdades.

> [...] as comunidades são os principais veículos que ligam os indivíduos às instituições sociais que estabelecem desigualdades sociais complexas. Desigualdades sociais de raça, classe, gênero, idade, etnia, religião, sexualidade e capacidade tomam forma por meio de estruturas sociais como bairros, escolas, empregos, instituições religiosas, espaços recreativos e mercados físicos e digitais. Tipicamente hierárquicas, essas estruturas oferecem oportunidades e recompensas desiguais. Seja de forma intencional ou não, as pessoas usam o construto de comunidade para dar sentido e organizar todos os aspectos da estrutura social, inclusive respostas políticas a situações pessoais. Da mesma forma, as instituições sociais utilizam os símbolos e os princípios organizacionais da comunidade para estabelecer as desigualdades sociais. (Collins, 2022, p.295)

Enquanto ação coletiva, esse construto teórico também demonstra que:

> [...] desigualdade social significa não apenas que indivíduos de grupos oprimidos não podem exercer esses direitos como que é improvável que ganhem esses direitos sem uma ação coletiva constante. Os grupos oprimidos precisam de unidades coletivas duráveis que correspondam a instituições sociais duráveis. Essencialmente, a comunidade como modelo de relações de poder enfatiza a política coletiva em detrimento da valorização do indivíduo como principal destinatário da cidadania.(Collins, 2022, p.297)

É nesse entrelaçamento de estrutura, produção e afeto que a coletividade se mostra capaz de produzir sentidos potentes, como o de valorizar a vida a partir dos códigos de normalização social, e vínculos sociais valorizados, dado que “as pessoas usam o construto de comunidade para dar sentido e organizar todos os aspectos da estrutura social” (Collins, 2022, p.295). E também, a partir de coletividades mobilizadas, reivindicar a vida em luta contra as estruturas de poder. Tudo isso pois “Os significados sociais são negociados no espaço da transação.” (Collins, 2022, p.280)

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fui movida, neste trabalho, por ver, na desumanização constante de corpos negros, menções à dignidade esconderem o racismo como sistema de poder. Fragmentos de discursos me pareciam pistas de que o trabalho, que se dizia dignificante, não estava distante da desumanização completa, marcada pela morte tratada como algo ordinário. Não existia carteira de trabalho, boletim, chuteira, ultrassom, filho, mãe, pai ou esposa que legitimassem a vida como plena, pois tudo isso se organizava junto à negação da racialidade, marcada por implicações de um equívoco singular.

Quis, então, entender esses elementos, entender os sentidos presentes no espetáculo da morte negra (Whindersson, 2021). O que eles constroem, reforçam ou contestam sobre a constituição da humanidade? Mais que isso, eles dizem sobre o direito à vida de crianças negras?

Para responder a essas questões, o primeiro passo e descoberta estavam na fundamentação teórica. Como processo de pesquisa construído a partir do olhar inicial para o corpus, das discussões em disciplinas e com colegas, e da qualificação do trabalho, compreendi, ao longo da dissertação, que toda conclusão retornava à fala de Sueli Carneiro (2005, p.99): "O não-ser construído afirma o ser.". Digo isso porque, ao analisarmos a constituição da humanidade, a primeira distinção fundamental que esta dissertação compreendeu foi: De que humanidade estamos falando? No sistema racista, os códigos que definem essa humanidade já se estruturam sobre uma ruptura, assim, o fio que sustenta a humanidade baseia-se no rompimento da vida de Thiago.

Na noção dessa humanidade como o ser-pleno do dispositivo de racialidade, isso também muda nossa percepção sobre o quê e quais são as imagens presentes nesses contextos. Não dizemos de imaginários sociais e nem de imagens raciais, pois as imagens geradas e os sentidos produzidos, e que foram encontrados ao longo da pesquisa, dizem da dominação e manutenção do dispositivo de racialidade. São, portanto, imagens intrinsecamente racistas, por isso, a filiação ao conceito de imagens de controle de Collins (2019), pela intencionalidade e urgência dessas imagens no dispositivo de racialidade.

Esta pesquisa tomou como corpus duas veiculações midiáticas sobre o assassinato de Thiago Menezes: um vídeo publicado no Instagram do portal G1, que noticiava o crime, e a entrevista concedida por Priscila Menezes, mãe de Thiago, ao programa *Encontro*, exibida oito dias após o ocorrido. A escolha desse corpus se justificou pela possibilidade de analisar diferentes falantes e contextos discursivos: os depoimentos das familiares Nathaly Flausino e Priscila Menezes, presentes nas veiculações, e a expansão enunciativa e discursiva desses testemunhos por meio dos comentários publicados na plataforma do Instagram.

A definição da análise das interações nos comentários da publicação do Instagram do G1 foi estabelecida pelo alcance do conteúdo nas redes sociais e pela dinamicidade presente em sua postagem. A ferramenta do *reels* possibilitou a visualização por usuários que não eram seguidores do perfil do G1, o que, em nossa percepção, influenciou inclusive um número de ataques à Globo nos comentários.

Na dissertação, os discursos de Priscila Menezes e Nathaly Flausino salientaram descobertas investigativas na consolidação do percurso metodológico adotado e na busca pela

resposta ao nosso problema de pesquisa. Como ferramenta analítica, a fala dessas mulheres possibilitou capturar traços da vida de Thiago em si, e, a partir desses vestígios, investigar a produção (e disputa) de sentidos sobre essa vida - tanto no próprio discurso das familiares quanto nos comentários analisados.

Nesse sentido, as materialidades evocadas nos discursos de Priscila Menezes e Nathaly Flausino - como o corpo de uma criança, o caderno, o boletim, a camisa de futebol, a Bíblia e, posteriormente, o troféu -, ao se desdobrarem em significações sobre *infância*, *formação integral*, *religiosidade* e *coletividade*, possibilitaram a identificação de especificidades nos discursos sobre a vida de Thiago Menezes. A partir disso, destacam-se alguns achados fundamentais:

- **O epistemicídio na negação da formação integral e da religiosidade:** a religiosidade e formação integral, enquanto partes essenciais da construção de racionalidade, de subjetividade e de comunidade, são apagadas nos discursos online, reforçando um processo de desumanização que retira de Thiago qualquer possibilidade de pertencimento a um campo de existência plena. Essa foi a maior dimensão de negação total da humanidade de Thiago encontrada nos discursos.
- **A infância como lugar de disputa narrativa:** os comentários analisados revelam que a infância se apresenta como um espaço de disputa profundamente delimitado. Esse é o único lugar onde, de fato, ocorre uma tensão narrativa significativa, resultado do embate entre duas formas de olhar para a infância: uma que a reconhece como um direito, associada à cidadania e à proteção, e outra que a reduz à tutela, restringindo seu pertencimento pleno à humanidade. Nesses espaços, enquanto a necroinfância apareceu pela adultificação de Thiago, pela imagem do menor/moleque e pela visão da infância relativizada entre inocência e marginalidade. O direito a vida apareceu pela compreensão da responsabilidade coletiva e pela visualização da vulnerabilidade da criança.
- **A coletividade como resistência:** a coletividade desempenha um papel fundamental na construção das narrativas sobre a vida de Thiago. Sempre que a infância e raça apareceram vinculadas à coletividade nos discursos, houve uma comoção com sua morte, 100% dos casos. Além da associação com raça e infância/juventude, ela foi vista nos discursos ligada à tentativa de atribuir responsabilidade difusa. Seja à humanidade, ao povo brasileiro ou ao próprio Estado e a instituições. Nesse sentido,

> quando a coletividade aparece de forma interdependente, ela se torna um espaço de reconhecimento do luto e resistência– no reconhecimento do sofrimento da família e da comunidade, e também um ponto de questionamento da opressão. Já nas vezes que a coletividade apareceu na criminalização e naturalização do assassinato, ela indicou uma separação concreta entre "nós" e "eles" na qual a proteção de supostos cidadãos implica na exclusão de Thiago e sua família.

Voltando às materialidades presentes nos discursos de Priscila e Nathaly: as blusas de onde ele treinava, o troféu que fizeram em homenagem à Thiago, as medalhas, o caderno, a bíblia e o boletim, respondem sobre como se busca construir a produção de sentido nas narrativas que reivindicam a constituição da humanidade. Primeiramente, se a noção de humanidade opera como uma forma de poder, só é possível refletir sobre a complexidade do discurso dos familiares quando esse próprio poder é colocado em questão. Voltamos, portanto, à fala de bell hooks (2019) sobre a dificuldade de se articular a dor e o prazer da vida negra fora de representações hegemônicas. Na dissertação, vemos que ir contra essas representações não depende de reduzi-las à negação da criminalização, pela tentativa de normalização do corpo. Trata-se, antes, de produzir novas imagens como formas de reivindicação subjetiva. Pensamos essa dinâmica a partir da resistência entendida como autodefinição e autoconstrução, marcada por características como *organização coletiva*, *preservação da memória* e *resposta contra opressão*.

Assim, a resistência que emerge da narrativa da família não se dá apenas na reivindicação da inocência de Thiago diante das acusações racistas, mas na formulação de uma luta ampla e subjetiva contra o sistema que produz e legitima a violência. É nessa chave que podemos compreender o quilombismo como prática discursiva: a reorganização de códigos, a construção de uma coletividade insurgente e a luta contínua contra a opressão.

Nessas imagens, destacamos aqui o lugar da experiência e da experimentação. Experiência, pois o direito à vida é reivindicado pela vivência enquanto experienciar em comum, nisso a imagem produzida em resistência é, acima de tudo, sobre a existência testemunhada. Já a experimentação se dá por conta das estratégias de resistência utilizadas. Priscila Menezes, no caso, traz os objetos de Thiago para o debate público, suas medalhas, camisas de futebol, boletim, bíblia e caderno. Eles são, portanto, a constituição da humanidade retratada em notas de uma existência. Contra um epistemicídio que tenta apagar a vida de Thiago, o exercício de constituição de humanidade se dá na luta pela memória. As

materialidades, como evidências da vida de Thiago, atestam o direito à vida, rompido por uma significação de humanidade que não reconhece o corpo negro.

Nesse sentido, as imagens que sustentam a humanidade, no que "O não-ser construído afirma o ser." (Carneiro, 2005, p.99) são fundamentadas na deslegitimação da vida, operando por meio de discursos ancorados na ignorância branca (Mills, 2023). Essa ignorância viabiliza a necropolítica tanto no deixar morrer: ao interpretar a morte como uma consequência do espaço, ao questionar e culpabilizar a família de Thiago, ao destacar elementos como a rua, a idade ou o horário como enquadramento suspeito; quanto no fazer morrer: por meio da exaltação da ação policial, do escárnio, da propagação de informações falsas e/ou ideias racistas que implicam na criminalização da criança.

As operações da necropolítica, identificadas nesta análise, abrem caminho para refletir sobre como raça, gênero, classe, geolocalização e outras interseccionalidades se entrelaçam na construção de imagens nos diálogos midiatizados sobre o assassinato de Thiago. Essas interseccionalidades não operam isoladamente; ao contrário, elas se sobrepõem, produzindo sentidos específicos sobre os sujeitos envolvidos, de modo a reforçar estruturas de dominação e determinar a quem se concede o direito à inocência, ao luto e à própria humanidade.

Nesse sentido, Thiago é colocado no lugar da criminalidade por meio da articulação entre localização, idade, raça, classe e gênero. Sua imagem é construída a partir da criminalização de seu corpo como homem negro, na medida em que a racialidade se torna matéria punível; da exclusão e negação de sua cidadania como morador da favela; e da tutela e institucionalização enquanto "menor", por ser uma criança negra.

No mesmo escopo, as imagens construídas sobre Priscila e Nathaly, mãe e tia de Thiago, se sustentam em outro conjunto de imagens. O discurso que as responsabiliza pelo assassinato de Thiago - seja por suposto descuido, seja por interesse financeiro ao prestarem depoimento - resgata imagens de controle historicamente projetadas sobre mulheres negras, baseadas na ideia de uma maternidade negra desvinculada do cuidado e da legitimidade, em oposição ao ideal branco de maternidade sacralizada. São imagens como a que se faz presente na propaganda "defeito de fabricação", do Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana, que visam o controle do corpo da mulher negra e de sua sexualidade. Ao serem lidas dentro desse enquadramento, Nathaly e Priscila não são reconhecidas como familiares enlutadas, mas também como suspeitas.

Essas constatações, no entanto, não esgotam a complexidade da questão, e alguns desafios ainda precisam ser evidenciados. As categorizações utilizadas para compreender essas imagens e discursos são complexas, pois uma categoria sempre atravessa a outra, e

ganham sentidos específicos em cada comentário, dificultando separá-las de maneira rígida. A criminalização e a naturalização do racismo, por exemplo, frequentemente se entrelaçam, reforçando a suspeita sobre Thiago e, ao mesmo tempo, associando a periferia, como um todo, à criminalidade.

Já a comoção pode abranger mobilizações específicas nos comentários. Como mencionado anteriormente, uma delas diz respeito à diferença entre os comentários que reconhecem o luto da família de Thiago e aqueles que, de fato, compartilham desse luto. Outra complexidade presente, ao olhar para a comoção, foi separá-la da naturalização da violência em alguns comentários. No início da análise, houve uma dificuldade em categorizar comentários que, ao mesmo tempo em que expressavam pesar pela morte e prestavam condolências à família, também normalizavam a violência pelo contexto ou afirmavam que os policiais não haviam cometido o crime. Esses comentários foram marcantes, pois me permitiram experienciar, na prática, a periculosidade e a sutileza da ignorância branca e do racismo online. Assim, é preciso reconhecer que as categorias não são absolutas, pois os limites entre elas são fluidos e interdependentes.

Para além das limitações das categorias, a escrita própria da rede e o grande volume de comentários também dificultam a compreensão dos sentidos produzidos. Em primeiro lugar, a interpretação dos comentários pode ser movediça, já que alguns escapavam às categorias de comoção, criminalização e naturalização - seja por não apresentarem frases completas, seja pelo duplo sentido que certos emojis e expressões podiam assumir. Esses comentários foram desconsiderados do escopo com o intuito de preservar a integridade das mobilizações categorizadas. É importante destacar que, ainda que a coleta se dê por ferramentas quantitativas, trata-se de uma análise qualitativa e, como toda abordagem desse tipo, há limites em termos de abrangência e classificação. No entanto, longe de invalidar a pesquisa, evidencia as complexidades do método científico ao lidar com linguagem, afetos e disputas de sentido em ambientes digitais. Além disso, a quantidade de comentários indica que o material recolhido ainda possui potencial para outros recortes e descobertas. Nesta dissertação, a escolha de interpretação e categorização desses discursos priorizou a compreensão sobre e através dos sentidos produzidos em torno da vida de Thiago Menezes.

Encerro esta dissertação sabendo que a experiência de escrevê-la e as mobilizações que ela gerou em mim escapam dessas páginas. Há algo que insiste em não se deixar capturar pelas análises e argumentos expostos aqui: o luto latente que testemunhei em vários momentos da pesquisa. Como expressar a dor da família, da comunidade, a luta que se

prolonga para além dos discursos? A ausência de Thiago não é apenas um dado, mas uma presença marcada no cotidiano dos seus.

Peço licença para contar encontros que transcendem estas páginas. Em um dos dias da pesquisa, me deparei com o Instagram do projeto Canelinhas, escolinha de futebol onde Thiago jogava. As postagens sobre campeonatos carregam, ao mesmo tempo, a ausência e a memória da criança. No vídeo oficial da escola, a música entoada em seu velório ecoa enquanto as crianças caminham pela Cidade de Deus até o gramado. Entre elas, vi relances da camisa que Priscila levou ao Encontro - a mesma camisa, no vídeo, aparece correndo pelo campo. Em outras imagens, bandeiras com o rosto de Thiago estampam as laterais do gramado, convertendo o espaço em um memorial vivo. E, se nos comentários do G1 encontrei discursos que tentam justificar sua morte, no perfil do projeto vi outra narrativa: a falta de Thiago nos jogos, as vitórias dedicadas a ele, a dor compartilhada entre aqueles que seguem jogando sem sua presença.

Escrever sobre a violência também foi, em muitos momentos, me sentir violentada. Ver que estão nos matando, ver como se naturaliza a nossa morte, é uma ferida que atravessa esta escrita. Na articulação dessa dor, entrego o exercício de *ubuntwana:* estamos vivos, continuamos vivos, e nossa vivência é a marca da nossa existência. Que nossa constituição de humanidade siga se realizando "através de vivenciar relações com outros seres humanos" (Noguera, 2018, p. 631). Se a infância nos é rompida pelo necro, que nossas crianças se ressignifiquem na possibilidade de experimentação da vida.

Nesse movimento de afirmação da vida, abre-se também um campo de investigações futuras. Uma potência encontrada na dissertação, que vale ser analisada mais profundamente em outras pesquisas, é o papel de objetos pessoais e símbolos subjetivos na autoconstrução das mães vítimas de violência de estado, como mediadores de memória, subjetivação e resistência. Nessa toada, um olhar profundo sobre a maternidade negra e as interseccionalidades que a atravessam também é imprescindível.

A urgência de se compreender como a infância negra é atravessada pela violência também exige novos olhares sobre a necroinfância. Mais do que registrar as ausências, é preciso deslocar o olhar para as presenças, reconhecer e afirmar a vida dessas crianças. Estudos futuros podem contribuir para esse movimento ao investigar imagens da infância negra considerando produções que emergem do quilombismo, na recodificação da vivência, da coletividade e da luta contra a opressão. Esses caminhos investigativos podem ampliar os horizontes da pesquisa em comunicação, deslocando o foco da perda para a presença.

8. REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, K. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, J. A. Topografias da violência: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia** – USP, Volume 22, 2011.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco**: O Negro no Imaginário das Elites - Seculo XIX. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

ARAÚJO, V. T. Imprensa e cidadania negra no Brasil. In: SILVA, D. T.; Bastos, P. N.; MIANI, R. A.; SILVA, S. A. **Comunicação para a cidadania: 30 anos em luta e construção social**. São Paulo: Intercom e Gênio Editorial, p.339-382. Disponível em: http://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/comunicacao-para-a-cidadania_051021.pdf. Acesso em: 11 abril 2024.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

BRAGA, José Luiz. Dispositivos interacionais: lugar para dialogar e tensionar conhecimentos **Dispositiva**, v. 1, n. 1, p. 30-38, maio/out. 2012.

BRAGA, José Luiz. **Uma conversa sobre dispositivos**. Belo Horizonte, MG: PPGCOM/UFMG, 2020. Disponível em: https://seloppgcomufmg.com.br/wp-content/uploads/2023/06/Uma-conversa-sobre-dispositivos-Selo-PPGCOM-UFMG.pdf.

BRAGA, José Luiz. Interagindo com Foucault. Os arranjos disposicionais e a Comunicação. In: XXVII **Encontro Anual da Compós**, 2018, Belo Horizonte (MG). Anais. Belo Horizonte (MG): Compós, 2018.

BRANDÃO, Talita. **Repercussão Virtual Da Morte De Edson Ribeiro Em Divinópolis-Mg**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade do Estado de Minas Gerais. Divinópolis, 2023.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html.

BUENO, Winnie de Campos. **Processos de resistência e construção de subjetividades no pensamento feminista negro:** uma possibilidade de leitura da obra Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment (2009) a partir do conceito de imagens de controle. 2019. 167 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do sexo. São Paulo: n-1 edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto?. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de

Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, 2011, n. 1, p. 13-33.

CALIXTO, C. C. Racismo, silenciamento e estigmatização nas narrativas jornalísticas sobre o sistema prisional. **Revista Direito GV,** v. 18, n. 3, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2317-6172202235. Acesso em: set. 28 2024.

CARMO, Aline Cristina Oliveira do. Quilombo como um conceito em movimento ou quilombismo e Ubuntu: práticas ancestrais africanas para repensar práticas pedagógicas e de justiça. **Problemata**: Revista Internacional de Filosofia, v. 11, n. 2, p. 41-56, 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v11i2.53629.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005.Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade:** a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

COIMBRA, C. . **Operação Rio**: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro, RJ: Oficina do Autor; Niterói, RJ: Intertexto. 2001

COLLINS, Patricia Hill. **Black sexual politics**: African Americans, gender, and the new racism. New York: Routledge, 2004

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022

DA SILVA, Pâmela Guimarães. **De Lélia Gonzalez a Marielle Franco**: mulheres negras e seus processos comunicacionais interseccionais de resistência. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

DORNELLES, Leni Vieira. Sobre o devir-criança ou discursos sobre as infâncias. In**: V Colóquio Internacional de Filosofia da Educação**, UERJ, 9., 2010, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

DUARTE, André. **Biopolítica e resistência**: o legado de Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). Figuras de Foucault . Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 45 – 55.

EMICIDA, L. R. O. **Ismália.** São Paulo: Warner Chappell Music, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4pBp8hRmynI. Acesso em: 7 dez. 2022.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **O corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro. 2006. 146f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais:** curso no Collège de France (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. 4. ed. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREYRE, Gilberto. Prefácio à 1ª edição. In: FILHO, Mario. **O negro no futebol brasileiro.** Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 24.

GEMMA. Raça, Gênero e Imprensa: **Quem Escreve nos Principais Jornais do Brasil?** Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2023. 38 p. Texto para Discussão, 311. Disponível em: https://gemaa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2023/05/TD-Raca-e-Midia.pdf. Acesso em: 13 de maio 2024.

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social.** Petrópolis: Vozes, 2012.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo Afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Flávia Rios, Márcia Lima (orgs). 1° ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020

GUIMARÃES-SILVA, Pâmela. **Da marginalização à proteção**: 34 Anos do ECA e a (contínua) luta pela infância negra. Portal SER-DH, 2024. Disponível em: https://serdh.mg.gov.br/repositorios/artigos/da-marginalizacao-a-protecao-34-anos-do-eca-e-a-continua-luta-pela-infancia-negra. Acesso em: 07 nov. 2024.

GUIMARÃES-SILVA, Pâmela; PILAR, Olívia. **A potencialidade do conceito de interseccionalidade.** In: MESQUITA, Carolina Pereira Lins; ESTEVES, Juliana Teixeira; LIPOVETSKY, Nathalia (Org.). Feminismo & Dívida. Napoli/Potenza: LA CITTÀ DEL SOLE, 2020.

GUIMARÃES, N. A. Entrevista com Patricia Hill Collins. **Tempo Social**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 287–322, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.174340.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HAMMES SCHÜTZ, Monique Cristina Francener; CERVI, Gicele Maria; CORRÊA, Mirele. **Biopolítica**: um diálogo com a(s) infância(s). Revista Teias, [S. l.], v. 17, n. 46, p. 225–239, 2016. DOI: 10.12957/teias.2016.25073. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/25073. Acesso em: 3 jul. 2024.

HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representaçã**o. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

HUGHEY, M. W.; DANIELS, J. Racist comments at online news sites: a methodological dilemma for discourse analysis. **Media, Culture & Society**, v. 35, n. 3, p. 332-347, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Atlas da Violência 2024. Disponível em:https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf. Acesso em: 15 maio 2024

INSTITUTO SOU DA PAZ. **Violência armada e racismo: o papel da arma de fogo na desigualdade racial**. Relatório. Edição 2024. Disponível em:https://lp.soudapaz.org/violencia-armada-e-racismo . Acesso em: 15 maio 2024.

INSTITUTO FOGO CRUZADO. **Futuro exterminado**. Disponível em: https://futuroexterminado.com.br/. Acesso em: 15 maio 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. 1. ed. São Paulo: Editora Cobogó, 2019.

LEMOS, F. C. S. A apropriação do brincar como instrumento de disciplina e controle das crianças. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 78-88, 2007.

LEVI-STRAUSS, C. **Pensamento Selvagem**. (Tradução Tânia Pellegrini). Campinas: Papirus Editora, 1989.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 70, n. spe, p. 20-33, 2018 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180952672018000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 abril 2024.

LIMA, Rafaela Pereira. **Quando o luto é luta, mobilização é ato criativo**: experiências coletivas de jovens e mães em luta contra o genocídio da juventude negra. 2024. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

MARTINO, L. M. S., MARQUES, A. C. S. A afetividade do conhecimento na epistemologia: a subjetividade das escolhas na pesquisa em Comunicação. **Revista Matrizes**, v.12, no 2, maio/ago. 2018, p. 217-234.

MARQUES JUNIOR, J. S. O “equívoco” como morte negra, ou como “naturalizar” balas racializadas. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 2, p. 366-374, maio 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p366. Acesso em: set. 23

MBEMBE, Achile. **Necropolítica**. Revista Arte & Ensaios, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez., 2016.

MBEMBE, Achile **Poder brutal, resistência visceral** n-1. 2020. Disponível em: https://issuu.com/n-1publications/docs/cordel_mbembe

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 Edições, 2020

MENEZES, Priscila. **Entrevista concedida a Patricia Poeta**. Mãe de menino morto em ação policial chora ao falar do filho: "Atiraram pra matar". *Gshow*, 2023. Disponível em:

https://gshow.globo.com/tudo-mais/tv-e-famosos/noticia/mae-de-menino-morto-em-acao-policial-chora-ao-falar-do-filho-atiraram-pra-matar.ghtml. Acesso em: 13 maio 2024.

MILLS, Wade Charles, O Contrato Racial. Zahar, 2023

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MORAES, F. VEIGA, M. A objetividade jornalística tem Raça e tem Gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 11 a 14 de junho de 2019.

MORAES, F. **A Pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. 1° ed. Porto Alegre (RS): Arquipélago, 2022.

MORICEAU, Jean-Luc. **Longe da distância representativa**: uma pesquisa que comunica e organiza. In: MARQUES, Ângela et al (Org.). Comunicação organizacional: Vertentes conceituais e metodológicas. 1ª edição. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2017.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas. Mercado Aberto, Porto Alegre, 1988.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

NOGUERA, Renato. Necroinfância: por que as crianças negras são assassinadas? **Portal Lunetas**. Disponível em: https://lunetas.com.br/necroinfancia-criancas-negras-assassinadas/. Acesso em: 24 out. 2024.

NOGUERA, Renato, BARRETO, Marcos. Infancialização, ubuntu e teko porã: elementos gerais para educação e ética afroperspectivistas. **Rev childhood & philosophy**, Rio de janeiro, v. 14, n. 31, set.-dez., pp. 625-644, 2018

NOGUERA, R. Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma ética afroperspectiva. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as** (ABPN), [S. l.], v. 3, n. 6, p. 147–150, 2012. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/358. Acesso em: 26 fev. 2025.

ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Márcio Moretto. Gráficos mostram a polarização política nas redes sociais no Brasil. **Revista Galileu**, Rio de Janeiro, 22 ago. 2018. Disponível em: https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2018/08/graficos-mostram-polarizacao-politica-nas-redes-sociais-no-brasil.html. Acesso em: 9 dez. 2024.

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas**. Tradução de Julia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021

PESSOA, Sônia Caldas. Afetos, discursos e experiências: desafios epistêmicos. In: LIMA, Bárbara; et. al. (orgs.). **Comunicação, jornalismo e colonialidades do ser, do saber e do poder** [recurso eletrônico]. Cachoeirinha: Fi, 2024.

PESSOA, Sônia Caldas. **Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência**: experiências e partilhas. Belo Horizonte: PPGCOM, 2018.

PESSOA, Sônia Caldas; MANTOVANI, Camila. A.; SOUSA, Stephanie. B. B. F. **A dimensão dos afetos: movimentos entre corpus sensível e gestos de pesquisa** In: Experiências metodológicas em textualidades midiáticas. 1 ed. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2019, v.1, p. 51-65

PEREIRA, Elga; et. al. . Aquilombamento: conexões de afeto e ancestralidade. **Geledés.** Disponível em: https://www.geledes.org.br/aquilombamento-conexoes-de-afeto-e-ancestralidade/. Acesso em: 3 dez. 2024.

PROUT, Alan. Participação, política e as condições da infância em mudança. In: MÜLLER, Fernanda (org.). **Infância em perspectiva**: políticas, pesquisas e instituições. São Paulo: Cortez, 2010. p. 21-41.

RAMÍREZ HERNÁNDEZ, E. B.; (et.al). Autonomia política como experiência comunicativa de bricolagem e práticas de resistência na gambiarra. **Comunicação Mídia e Consumo**, *[S. l.]*, v. 15, n. 43, p. 249–275, 2018. DOI: 10.18568/cmc.v15i43.1638. Disponível em: https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/1638. Acesso em: 30 mar. 2025.

RAMOS, Silvia; et. al. **Pele alvo**: a bala não erra o negro. Rio de Janeiro : CESeC, 2023.

RAMOS, Silvia.; et. al. **Pele alvo**: mortes que revelam um padrão. Rio de Janeiro : CESeC, 2024. Disponível em: https://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2024/11/RELATORIO_REDE-DE-OBS_PELE-ALVO-4_web-2.pdf

RAMOSE, Mogobe. "A importância vital do 'Nós'" In: **Revista Instituto Humanitas Unisinos**, Entrevista de Moisés Sbardelotto/Tradução Luís Marcos Sander. Edição 353, 06 de dezembro de 2010

RODRIGUES, Carla; GRUMAN, Paula. Do abjeto ao não-enlutável: o problema da inteligibilidade na filosofia de Butler. **Anuário Antropológico**, *[S. l.]*, v. 46, n. 3, p. 67–84, 2023. DOI: 10.4000/aa.8933. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/47807. Acesso em: 17 maio 2024.

ROUBICEK, Marcelo. Como 'CPF cancelado' virou o novo 'bandido bom é bandido morto'. **Nexo Jornal**, 26 abr. 2021. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/26/como-cpf-cancelado-virou-o-novo-bandido-bom-e-bandido-morto. Acesso em: 8 dez. 2024.

SANTOS, Rogério Luid Modesto. **Você matou meu filho e outros gritos**: um estudo das formas de denúncia. Tese (Doutorado em Linguística) Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2018.

SHARPE, Christina. **No vestígio**: negridade e existência. Tradução de Jess Oliveira. 1. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2023a.

SHARPE, Christina. **Algumas notas do dia a dia**. Tradução de Jess Oliveira. 1. ed. São Paulo: Editora Fósforo, 2023b.

SILVA, M. DA C.; et. al. Necropolítica e vidas não passíveis de luto: a (re)produção midiática do inimigo. **Psicologia em Estudo**, v. 27, 6 maio 2022.

SILVA, T. R. Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código. **Anais do VI Seminário Internacional** LAVITS. 2019. Disponível em:

https://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/Silva-2019-LAVITSS.pdf. Acesso em: 15 maio 2024.

SILVA, Tarcízio. **Racismo Algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições Sesc, 2022

SIMMEL, G. La sociabilité: éxemple de sociologie pure ou formale. In: SIMMEL, G. **Sociologie e épistémologie**. 2. ed. Paris: PUF, 1991.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SODRÉ, Muniz. **O facismo da cor**: Uma radiografia do Racismo Nacional. Petrópolis: Vozes, 2023

STUHR, John J. Introduction: Classical American Philosophy. In: STUHR, John J. (org.). **Pragmatism and classical American philosophy:** essential readings and interpretive essays. Nova York: Oxford University Press, 2000

TRINDADE, Luiz Valério de Paula. **It is not that funny:** critical analysis of racial ideologies embedded in racialized humour discourses on social media in Brazil. 2018. Tese (Doutorado) – Faculty of Human and Social Sciences, Department of Sociology, Social Policy and Criminology, agosto de 2018.

TYNES, Brendesha M. et al "From Racial Microagressions to Hate Crimes: A model of Online Racism Based on the Lived Experiences of Adolescents of Color. In: TORINO, Gina; et al: **Microagression Teory Influence and Implications**. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2019

VAZ, Paulo; CARDOSO, Janine; FELIX, Carla Baiense. Risco, sofrimento e vítima virtual: a política do medo nas narrativas jornalísticas contemporâneas. **Revista Contracampo**, Niterói, n. 25, dez. 2012.

WILDERSON III, Frank. **Afropessimismo**. São Paulo, Editora Todavia, 2021.

APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA PRISCILA MENEZES AO ENCONTRO

Patricia: Eu vou conversar agora com a Priscila, estou recebendo ela aqui hoje, mãe do Thiago. Priscila, em primeiro lugar, queria te dar um abraço, muito bom dia para você. Obrigada por ter aceitado, viu, o nosso convite. Um momento que a gente imagina que seja muito difícil. Em primeiro lugar, quero saber como é que você está depois de tudo que aconteceu. Qual o seu sentimento nesse momento?
Priscila: Bom dia. Eu estou tentando ficar bem, né, porque eu tenho que lutar por justiça, pelo meu filho. É difícil, né, como a gente nunca imagina que vai acontecer com a gente. E como não teve operação, né, eu afirmo, foi uma execução. Não abordaram o meu filho. Eles não pararam para perguntar quem era, para saber quem era. Eles simplesmente atiraram no meu filho, covardemente. E foi isso que aconteceu. Quando eu cheguei lá, meu filho já estava lá no chão, já. Então, foi isso que a gente viu muitos moradores ali, testemunharam isso.
Patricia: Foi isso que eles contaram?
Priscila: Claro, foi essas informações. Isso. Eles atiraram. Eles não abordaram. Eles atiraram nele, entendeu?
Patricia: Onde você estava quando recebeu a notícia?
Priscila: Eu estava na casa da minha mãe. Era domingo, né? Eu estava na casa da minha mãe. Minha irmã que me mostrou o telefone com a foto dele. Na hora eu vi que era ele. Saí desesperada, gritando pela rua. Eu queria ver meu filho, as pessoas me segurando. Não deixando eu ir, né? Mas eu consegui chegar lá. Só que quando eu cheguei lá já era tarde, porque ele já estava lá, coberto com uma manta. Não tem grupo de caráteres policiais em volta.
Patricia: Quais eram, Priscila, os planos do seu filho? O que vocês falaram nesse dia?
Priscila: Ele era uma criança muito carinhosa e educada. Ele era a alegria da minha casa, das minhas filhas, porque eu tenho mais de três filhas. Então, ele era vaidoso, estudante, frequentava todos os dias a escola e não faltava. O sonho dele era ser jogador de futebol. Ele treinava. Ele já estava entendendo que o futebol ia trazer coisas boas pra ele. Ele falava que ia me dar uma casa. Uma vez eu estava na cozinha e ele chegou. Ele falou pra mim, Mãe, você gosta de trabalhar? Ah, eu gosto, né, Thiago? Então, mãe, eu vou te dar uma empresa. Ele já tinha esse sonho de me dar uma vida melhor pra mim e pras minhas filhas. Ele passava em todas as peneiras. O pai acompanhava o tio, sempre acompanhou ele no futebol, no estreio. E era o que ele gostava. O que ele mais amava de fazer era jogar. Ele era muito responsável.
Patricia: Porque essas imagens que a gente mostrou aqui no início do programa, de várias crianças sendo mortas em ações da polícia, elas não podem ficar na estatística. Cada criança tinha uma família, como eu falei, que está despedaçada, e tinha ações. E eu estava olhando as versões da polícia, você deve ter acompanhado também, tem versões diferentes, né? Primeiro chamam de criminoso, que depois essa postagem teve que ser retirada, inclusive. Dependendo do lugar onde foi prestado depoimento, mas enfim. Teve uma outra versão da polícia que dizia que ele e o companheiro na moto estavam em alta velocidade, sem capacete, foi exigido que parassem, não teriam obedecido, aí houve uma perseguição, eles caíram, e aí houve troca

de tiros. Numa outra, um dos ocupantes teria atirado, aí caíram. São tantas versões e tantas histórias diferentes. Mas o fato é que, nessas três histórias que eu vi, o seu filho é tido como uma pessoa que cometeu um crime, como se fosse um criminoso. Isso deve bater muito forte em você. Além de ter perdido o seu filho, quer dizer, a gente tinha um garoto, pelo que você está contando, que ia à igreja, que não perdia aula, que tinha sonhos, que queria ser um jogador, que queria ajudar a sustentar a família, enfim, que tinha um sonho de garoto cheio de sonhos. Como é que isso tem batido em você?

Priscila: Mas essa é a versão da defesa deles, para entrar nas favelas matando. É assim que eles se defendem, dizendo que os favelados é criminoso, quem mora na favela é criminoso, quem está andando de moto sem capacete é criminoso. Por que eles não pararam para perguntar quem era? Para ver que era uma criança na garupa. Me chamava, chamava o pai, chamava a nossa atenção, mas não fizeram nada disso. Eles simplesmente executaram o meu filho. E eles tinham saído para dar uma volta de moto. Nas comunidades, assim, jovens andando de moto. É uma coisa normal. Não é normal o policial chegar na favela atirando, executando crianças. Até quando isso vai continuar? Porque o Thiago não foi o primeiro. Nenhum último teve outros depois, porque eles só querem atirar para matar.

Patricia: Eu vi que vocês fizeram manifestações, protestos, pedindo o fim disso, né? De que crianças e adolescentes sejam mortos nessas operações. O que você espera daqui pra frente?

Priscila: Eu espero que o governador, o prefeito, reavalie o jeito que eles estão treinando esses policiais. Para eles pararem de achar que todo morador de comunidade de favela é bandido. Chegar atirando nas pessoas, achando que as pessoas são bandidos. Porque lá tinha meu filho, acabou com o sonho do meu filho. Meu filho era uma criança querida por todos, da comunidade. Todo mundo está se sensibilizando. Quem conhece eu, a família, sabe que ele era um garoto de bem, que ele estudava. Ele não era nada disso que estão tentando inventar sobre ele. O que me deixa mais tranquila é saber que eu, a minha família, quem conhece ele, sabe como é que ele era. É só elogios do Thiago, só elogios. As pessoas na rua, lá na comunidade, só me foram dizendo que ele era um menino bom, educado, carinhoso com todo mundo. Onde ele chegava, ele abraçava, ele beijava, cumprimentando, entendeu? Porque ele sempre foi educado. Quando chegava na minha mãe, estava as tias, todo mundo, ele fazia questão de falar com todo mundo, dar beijo no rosto, dar abraço.

Patricia: Sabe o que eu não entendi? Porque tem um decreto que passou a valer desde julho, que os policiais tinham que usar câmeras nas fardas. Cadê essas imagens? E se não estavam usando essas fardas com câmeras, por que não estavam? Porque a gente tem a teoria e a realidade, a teoria e a prática. Você chegou a fazer esse tipo de pergunta?

Priscila: Não, não perguntei nada disso. Porque essas imagens dariam a verdade. Eu nem observei isso, mas eles estavam sem câmeras, sim. Esse governador que tem que falar, o Cláudio Castro, que tem que falar sobre isso. Por que eles estavam sem câmeras, atuando sem câmeras?

Patricia: Olha, a gente conversou com a Secretaria de Estado da Polícia Militar e ela disse o seguinte, que além do afastamento desses quatro agentes que eu comentei, das ruas, até o fim da investigação, a Corregedoria instaurou procedimento para apurar as circunstâncias do caso. A Polícia Civil disse que a investigação está em andamento, explicou que a perícia foi feita no local e que as armas desses policiais militares envolvidos foram apreendidas para fazer a perícia. E diz também que ainda estão analisando as imagens e também ouvindo testemunhas.

Priscila, eu queria muito agradecer você por ter vindo aqui. A gente imagina a dor. Você sabe que eu nunca esqueci quando eu entrevistei uma mãe, muitos anos atrás, que perdeu um filho. E, Patrícia, por mais empática que você seja, você nunca vai sentir a dor que eu estou sentindo, e eu acredito muito nisso. Mas eu quero dizer para você que a gente vai continuar acompanhando esse caso. Eu prometo para você. Desejo muita força para você seguir em frente e força também para cobrar justiça, porque a gente daqui vai fazer a mesma coisa.

Priscila: Eu vou cobrar justiça por ele e por outras crianças. Isso tem que acabar. Eu quero agradecer as lideranças da favela que estão se reunindo, fazendo manifestação. A gente vai continuar, a gente não vai parar, porque a justiça tem que ser feita. Quem fez isso com meu filho tem que pagar. E isso tem que acabar.

Patricia: O que você está carregando aí?

Priscila: É uma das blusas de onde ele treinava, porque ele treinava em várias escolinhas. É uma das blusas, medalha, tudo isso. Isso aqui foi troféu que fizeram homenagem para ele. Ele tinha muita medalha também. O caderno de escola dele está aqui. A bíblia dele. Os trabalhos dele, o que ele fazia na escola. O boletim dele, boa frequência. Pegava sete e meia da manhã na escola. A bíblia dele, que fez três meses no dia da morte dele, que ele tinha aceitado Jesus.

Patricia: Nossa, é muito triste. Muito obrigada, viu, Priscila. Conta com a gente, a gente daqui desse lado vai seguir acompanhando.

Priscila: A gente vai continuar usando para que isso acabe. Para que esses policiais entendam que na favela tem crianças que têm sonho, não é só bandido que mora na favela.

Patricia: Famílias batalhadoras, né?

Priscila: Famílias batalhadoras. Obrigada também pela presença, por poder falar um pouco. Obrigada.

APÊNDICE B - PLANILHA MOBILIZAÇÕES DAS MATERIALIDADES

Texto Comentário	Termo-Chave	Categoria Inicial	Mobilização
Porque esse menino estava na rua essa hora. Cadê o pai e essa mãe.	Menino	Infância	NATURALIZA
Respeito a dor da família mas vamos compartilhar pai e mãe de famílias que sabem dar uma boa criação prós seus filhos jamais permitiria que o filho de menor sendo uma criança ficasse na rua até esse horário ,muitas das vezes os próprios pais são culpados pelo o que acontece com os seus filhos ,porque 3 horas da madrugada é pra criança tá em casa e não na rua	Criança, família	Infância, coletividade	NATURALIZA
Vão fazer entrevista com à família do soldado morto?	Família	Coletividade	NATURALIZA
Recentemente aconteceu aqui onde moro, balearam um adolescente que se abaixou para tentar proteger as crianças menores, ele veio a óbito! Detalhe isso não foi subida da favela!!! Os meninos estavam jogando bola.	Criança, adolescente	Infância	COMOÇÃO
Uma "Criança " de 13 anos na rua de madrugada ....depois que morre que os pais aparecem	Criança	Infância	CRIMINALIZA
Quanta repercussão né? Ninguém sabe oq esse menino era? Um policial foi morto por traficantes e não teve essa repercussão toda? Lkkkk então se um policia q trabalha dia e noite, deixa a sua família em casa, pra correr o risco de perde a vida! Mais a vida dele não importa né?	Menino, família	Infância, coletividade	NATURALIZA
Despreparo é aterrorizante.. a criança não tem perfil nenhum para ter levado tantos tiros como se uma ameaça fosse. Meus sentimentos a família.. que tristeza.	Criança, família	Infância, coletividade	COMOÇÃO
Pq não foi o tráfico que matou o menino? Pq sempre é a polícia? Fato muito triste mas preguiça desse tipo de acusação!	Menino	Infância	NATURALIZA
Infelizmente as comunidades estão cheias dessas crianças envolvidas no tráfico. Tô falando com propriedade, pq fiquei com arma na cabeça nesse mesmo biótipo descrito, se o mlq tinha 13 anos era muito. E ele só queria saber o que eu estava fazendo na comunidade, quando entrei com meu taxi às 14 hrs. O Rj está dessa forma há anos, largado pelo poder público e nessa guerra diária na cidade, onde morrem bandidos e morrem inocentes. Na hora da adrenalina do confronto, é difícil separar quem é quem. Enquanto não houver investimento de vdd em educação, cada vez mais teremos confrontos e mortes. Os políticos não querem melhorar a cidade, não estão interessados em educação, saúde e segurança para o povo. Entrar na comunidade pra matar bandido, dá menos trabalho que reverter a situação da cidade. Eles não se interessam em nada para o povo, somente nos seus ganhos e	Criança	Infância	CRIMINALIZA

regalias.			
Igual aquela mulher que chorava a morte do filho, dúzia que era até evangélico, teve até um especial no fantástico. Depois apareceu o vídeo da mãe, e o filho evangélico com coletes e atirando pro alto com AK-47. Daí sumiu a cobertura	Evangélico	Religião	CRIMINALIZA
Tráfico mata, polícia mata, SER NEGRO MATA... o que mais vemos é polícia matando pessoas negras, crianças negras, mas vão passar pano, vão afastar e dizer q não tá mais nas funções mas é claro vão colocar ele em outro emprego ou vai ficar em casa revebendo	Criança	Infância	COMOÇÃO
Eu qnd morava na favela, me vestia como de praxe, igual um malandro e nunca me ocorreu de ser maltratado pela polícia. Então, se não pode julgar o menino pq se pode julgar a PM ?	Menino	Infância	NATURALIZA
Talvez esse menino não seja o caso, mas há muitas crianças até mais novas que estão a serviço do tráfico de drogas.	Criança, menino	Infância	NATURALIZA
13 anos, mais um criança morta na "normalidade" do rio de janeiro	Criança	Infância	COMOÇÃO
So digo uma coisa...vcs q estão achando isso bom . Achando q morreu porq merecia....a vida vai cobrar...uma hora a desgraça vai bater na sua família também	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Tbm acho que a polícia é "errada" fica entrando em comunidade atrás de bandid0, policiais que vão enxugar gelo, arriscar a vida, na verdade o que querem é justamente que a polícia não vá mais para aumentar ainda mais o poder paralelo, essa repercussão que dá toda vez que a polícia vai em uma comunidade é justamente pra enfraquecer o policial, existe sim péssimos políciais, mas não existem bons bandid0s. É errado chegar atirando, mas tbm não é certo a mídia negativa de sempre colocar a população contra a polícia, não é certo defender o crim3 e atacar a polícia. Mas disso tudo o que de fato precisa mudar é nossas leis.	Nossa	Coletividade	NATURALIZA
advogado aqui a disposição da familia, para que a justiça seja feita, e inacreditavél como a policia brasileira mata pessoas e alegam troca de tiros ou que foi acidental, logo após os envolvidos apresentam laudo psiquiatrico para dizer que estavam doentes para se eximir das responsabilidades.	Família	Coletividade	COMOÇÃO

Mano e revoltante ver certos tipos de comentários cr , pessoal q não tem vivência de favela nenhuma cagando pela boca , por ak e normal ver os mnr andando de moto seja lá qual for por mais q não seja certo, mais quando boy atropela e mata uma criança de moto pra ele não dá nada , a diferença e q todo cana já chega na fav com intenção de matar de fazer o mal quem sabe sabe .	Criança, menor	Infância	COMOÇÃO
Não consigo imaginar a tristeza que essa família deve estar sentindo nesse momento	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Minha gente! Um país que quer exterminar a infância e juventude periférica! Que tristeza!	Infância	Infância	COMOÇÃO
O engraçado que o tráfico nunca é responsabilizado. Esse é o nosso Brasil. Quanta inversão de valores. Faz o L	Nosso	Coletividade	NATURALIZA
Mais o que uma criança de 13 anos estava fazendo na rua de madrugada pilotando uma moto? Estranho	Criança	Infância	CRIMINALIZA
Depois que morre todos são bons, é preciso apurar antes de julgar porque é cada "tipo" de adolescente que vemos por aí, muito difícil pra família que sofre.	Adolescente, família	Infância, coletividade	CRIMINALIZA
A tá a polícia ia atirar nele atoa aaaa ia. Engraçado que agora todos ali são Santo estudioso.	Estudioso, santo	Formação	CRIMINALIZA
Sinto muito pelos familiares enlutados!	Família	Coletividade	COMOÇÃO
UMA CRIANÇA!!!!!!! CRIANÇA DE 13 ANOSSSSSS!!!!!!!	Criança	Infância	COMOÇÃO
Um tiro feito por uma criança de 13 anos mata do do mesmo jeito de um adulto, se estava no crime que Deus o receba.	Criança	Infância	CRIMINALIZA
Minha gente , isso porq é um filho d um pobre favelado? Quando se trata de uma Meire de um policial se move mundo e fundos né? E agora oq se faz com a família desse menino ?	Menino, família	Infância, coletividade	COMOÇÃO
Gente o tráfico ou polícia ,alguém matou, ele era só um menino meus sentimentos a família dlee	Menino, família	Infância, coletividade	COMOÇÃO
Imagino como esta a familia. O menino não tem jeito de bandido não.	Menino, família	Infância, coletividade	COMOÇÃO
É sempre a mesma ladainha, a polícia sempre está errada e os bandidos que coitadinhos !!! Infelizmente essa criança que não tinha nada a ver perdeu sua vida	Criança	Infância	NATURALIZA
Anjinho,Tabom kkkkkk	Anjinho	Religião	CRIMINALIZA
“Rapaz”? Trata-se de uma criança de 13 anos.	Criança	Infância	COMOÇÃO

Mais um "estudante" morto.	Estudante	Formação	CRIMINALIZA
□ O gente pelo amor de Deus e uma criança que perdeu a vida. À justiça tem que procurar os responsáveis se for políciais ou traficante	Criança	Infância	COMOÇÃO
Meus sinceros sentimentos aos familiares e amigos do Thiago.□ mt triste tudo isso, Deus abençoe todos os familiares!□□□□	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Misericórdia, que triste, Deus conforte a família.	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Muito triste uma criança ser morta com mais de 5 tiros um Absurdo □	Criança	Infância	COMOÇÃO
Gente... era uma criança. Uma criança fuzilada covardemente. Mds! □□□□	Criança	Infância	COMOÇÃO
Que tristeza, força para a família nesse momento tão triste.	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Esse adolescente tem passagem?	Adolescente	Infância	NATURALIZA
A polícia só mata santo.	Santo	Religião	CRIMINALIZA
Nessas horas Niguem é bandido todo mundo é pai de família ou inocente.. O tráfico não quer saber de idade não.. Quem mora nas favela sabe que tem criança até de 12,11 que são recrutados pro mundo do crime....	Criança, família	Infância, coletividade	CRIMINALIZA
Parabéns pra polícia , o que um menino de 13 anos fazia na madrugada? Quem pilotava a moto ?	Menino	Infância	CRIMINALIZA
Tão inocente !! Morreu virou anjinho , qndo tá chegando em casa com roupa nova tênis novo nunca perguntam qual a procedência e agora vem pousar de boa gente !!	Anjinho	Religião	CRIMINALIZA
Mais uma criança	Criança	Infância	COMOÇÃO
Muito triste □ Deus conforte toda família □□	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Que Deus possa consolar a família □□□	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Meus sentimentos para a família □ Deus conforte o coração de todos!	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Lamentável que o governador Cláudio Castro considere que essas famílias não mereçam viver nas comunidades cariocas. Essa política de extermínio de crianças e adolescentes é a prática da extrema direita brasileira.	Criança, família	Infância, coletividade	COMOÇÃO
□□□□□ aham. Era um □	Anjo	Religião	CRIMINALIZA

QUE DEUS CONFORTE A FAMÍLIA!	Família	Coletividade	COMOÇÃO
É normal uma criança de 13 anos ser assassinada??? Que país é esse??? Uma sociedade conivente que não se importa com educação, saúde, cultura e lazer . Não vimos nenhum "cidadão de bem" querer a reação da polícia na casa do Roberto Jefferson.	Criança	Infância	COMOÇÃO
Covardia mata uma criança □	Criança	Infância	COMOÇÃO
Traficante não mata morador inocente, é contra a lei da favela, quem dirá uma criança. A PM tá errada e ponto	Criança	Infância	COMOÇÃO
Será que este menino estava brincando com um fuzil na mão ?!	Menino	Infância	CRIMINALIZA
Agora é estudioso,ia p igreja,era bom aluno e blá blá blá...mas estava saindo de um baile funk na madrugada,com moto pinada e dando pinote na polícia...santo "menino"	Menino, igreja, santo, estudioso	Religião, formação, infância	NATURALIZA
Era só um menino preto e pobre como tantos outros infelizmente só a família vai ficar destroçada os policiais nesse momento estão protegidos.	Menino, família	Infância, coletividade	COMOÇÃO
O tráfico usa crianças mesmo .	Criança	Infância	CRIMINALIZA
Mais uma coisa ninguém avalia uma criança de 13 anos na madrugada pilotando uma moto não justifica tirar a vida de ninguém mais cadê os pais dessa criança de madrugada em cima de moto na qual nem tem idade para ter infelizmente erro em cima de erro !	Criança	Infância	NATURALIZA
Muito triste meu Deus uma criança com tudo pela frente termina asim	Criança	Infância	COMOÇÃO
Eles estão habituados e instruídos para chamar a isso de "danos colaterais". Para esse tipo de comportamento eles foram treinados, foram desumanizados. O estado deveria indemnizar as famílias por conduta policial assassina! Há um exagero absurdo nessas incursões da polícia no Brasil. Parece ser apenas demonstração de força, nada mais! Porque essas ações, decididamente, não vai diminuir o crime. Muitas vezes as populações são OBRIGADAS a colaborar sem querer sob coação ou chantagem, pelos criminosos. Sugestão: Criminalizem com pena de morte o tráfico, a violação provada reincidente, a piromania provada reincidente, a corrupção de "colarinho branco" reincidente e mais de metade dos vossos problemas desaparecem	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Inversão de valores. Então mídia hipócrita, se entendi, a polícia que é o criminoso, o adolescente criminoso um santo, né? □□□□□□	Adolescente, santo	Religião, infância	CRIMINALIZA
Pronto ele era um santo esse moleque mo poupe um a menos	Santo, moleque	Religião,	CRIMINALIZA

		infância	
Efeitos do socialismo,a polícia sendo marginalizada e o criminoso heroificado,eles pegam a exceção para generalizar a ação policial,resultado,a sociedade se vira contra a força policial,os jovens se inspiram em grandes chefes do crime,o estado se fortalece cada vez mais,o marxismo cultural domina as escolas,faculdades ,a arte,o cinema a mídia,a família é destruída por novos valores,a religião se corrompe e a crença em Deus vai se tornando relativa xbobsoleta,a ciência se torna subjetiva,os fatos irrelevantes pois as narrativas se tornam a verdade,controlam seus passos,escolhas,pensamentos, você perde a capacidade de questionar pois primeiro te rotulam com algum título negativo,tipo,fascista,nrgacionista etc...enfim o socialismo vence f nunca mais,nunca mais sai...é só estudar por onde ele passou e se instalou...O foro de São Paulo é uma assembleia de comunistas que pensam somente em revolução e nada mais,minha tristeza é que o povo é ignorante porisso prece,brasileiro grande maioria não ler,só assiste BBB,novelas,séries tudo produção do marxismo cultural, e digo mais,é impossível vencer esse sistema,sabe porque? É necessário se tornar como eles,revolucionaris,corruptos,mentirosos e criminosos...	Escola, família	Formação, coletividade	CRIMINALIZA
Todo vagabundo depois que morre vira santo, trabalhador, estudsnte, etc...	Santo	Religião	CRIMINALIZA
Sempre sobra para a PM , nunca vão falar que foi traficante e muito menos fazer o L infelizmente uma criança pagou pelo erro..	Criança	Infância	NATURALIZA
E mais fácil botar na conta da polícia do na conta dos vagabundos, era pra esse jovem está em casa e não no meio de vagabundo principalmente quando a polícia está combatendo o mundo do crime	Jovem	Infância	CRIMINALIZA
Criança que atira contra pms com fuzil na mão	Criança	Infância	CRIMINALIZA
Só quem andan por comunidades sabe o quanto esses anjos são inocentes	Anjo	Religião	CRIMINALIZA
Não sei o que é mais triste, a notícia ou os comentários. Triste ver como o ser humano pode ser. Sem comentários para os comentários. Deus conforte essa família e receba no Céu essa criança	Criança, família	Infância, coletividade	COMOÇÃO
“De fato o garoto não tem perfil”. Oi? É sério isso? Como assim perfil? Tão triste quanto ver crianças e adolescentes perder a vida, é ler comentários desnecessários pautados em preconceito. Esse é o retrato de uma boa parte da sociedade.	Criança	Infância	COMOÇÃO

Como não conseguem pegar os cabeças do tráfic0 eles saem dando tiro em qualquer pessoa q achem suspeito. O problema é q já sobem o morro achando q todo mundo q mora lá é bandido, principalmente se tiver a pele escura. É lamentável isso... Nossa polícia é totalmente despreparada. Defasada, despreparada e preconceituosa. É preciso investir mais na segurança, abrir mais vagas, melhores armamentos e equip. de segurança, fazer teste psicológico e reciclagem e testagem psicológica constante na polícia.	Nossa	Coletividade	COMOÇÃO
Uma família passando por isso e ouvir o que aquele deputadinho de meia pataca falou	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Engraçado que a gente nunca vê essas famílias e principalmente vcs da GLOBOLIXO acusarem os traficantes por assassinatos... pq é tão gratificante pra vcs GLOBOLIXO acusarem os policiais que estão colocando suas vidas em risco e nunca os defendem????	Família	Coletividade	NATURALIZA
Eu me revolto com esse tipo de reportagem pois também perdi im sobrinho trabalhador na mão de polícias □□□□que Deus conforte os familiares .Deveriam mat2r esses bandidos .	Família	Coletividade	COMOÇÃO
O G1 já realizou a perícia e as investigações, e afirmou na chamada que a PM “ex3cutou” o menino …. Jornaleco tendencioso Heim … □□♂□□□♂□	Menino	Infância	NATURALIZA
Querendo desmoralizar a polícia de qualquer jeito. Estamos de olho, não somos idiotas! A nossa fonte de informação é outra!	Nossa	Coletividade	NATURALIZA
Agora é menino era gente boa porque era uma criança não estava com a mãe na igreja ou em casa estava fazendo o gue na rua a noite	Criança, menino, igreja	Religião, infância	CRIMINALIZA
Ainda que o garoto tivesse envolvimento com o crime, É uma criança. Ele seria apenas uma vítima do sistema e meio onde vive.	Criança	Infância	COMOÇÃO
Foi cruelmente assasinado. Um garoto jovem. Menor de idade.	Jovem	Infância	COMOÇÃO
Não entra na minha cabeça o que esse menino estava fazendo na garupa de uma moto em plena madrugada de uma segunda feira .. pior ainda no meio de uma operação.. cadê os pais dessa criança??	Criança, menino	Infância	CRIMINALIZA
Tô vendo um monte de gente comentando “ a culpa é sempre da polícia “ , Mano uma criança foi morta , uma CRIANÇA!!! Onde está a empatia de vocês ???	Criança	Infância	COMOÇÃO
Pessoal defendendo tanto a polícia, mas dificilmente a gente ver um traficante de favela matar criança, se tem uma coisas que eles prezam são as crianças que são inocentes, isso aí é pq eles estão com sede de vingança, e por um todos pagam! Lamentável a morte desse menino □	Criança, menino	Infância	COMOÇÃO

Direitos humanos nunca defende os policiais.pra eles os bandidos são sempre santinhos,afffff	Santinho	Religião	CRIMINALIZA
A família do *adolescente* não do rapaz! Vamos parar de fazer nossa juventude preta virar adulto aos 13 anos.	Adolescente, nossa	Infância, coletividade	COMOÇÃO
Muito triste a situação das crianças a onde as 03: hs.da madrugada estava na agrupa de moto aí como podem culpa a Polícia se os próprios responsáveis não se responsabiliza pelo menino façam a justiça de ambos os lados (pois que é responsável do menor e pai e mãe)□	Criança; menino; menor	Infância	NATURALIZA
A política de segunça no Brasil agora é essa....Matar!N interessa hr nem lugar! Se for negro então...misericórdia.E clamar por justiça,é a única coisa q temos...mesmo sabendo q n teremos!Virou constância,rotina matar!E cada dia vemos mais uma família chorar e,mesmo c suas perdas,os policiais são sempre as vítimas..O roteiro,o discurso n MUDA!Até qd?Meus sentimentos aos familiares.	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Depois que morre vira até jogador do framengo kkkkk	Jogador	Formação	NATURALIZA
Esse é o menor de 13 anos que estava de role de moto pela comunidade na madrugada?	Menor	Infância	CRIMINALIZA
Agora todo mundo é santo. Só morre os santos ????	Santo	Religião	CRIMINALIZA
Criança de 13 anos na rua de madrugada??	Criança	Infância	CRIMINALIZA
Ser policial no Brasil é muito difícil mais isso não dá o direito de matar uma criança alterar a cena para que o inocente seja visto por todos como vilão não sei como um homem de bem consegue dormir sabendo que matou uma criança e a inda violou o caráter dessa criança que nem aqui mais tá para se defender. O TRABALHO DA POLÍCIA É PRENDER E NÃO MATAR. Triste que Deus conforte o coração dessa família,e também o coração da pessoa que cometeu esse crime	Criança, família	Infância, coletividade	COMOÇÃO
O engraçado é que tem e policial morrendo aí, devendendo a população, deixando filhos e esposas para traz e a mídia só foca quando é assim, colocando as pessoas para da ênfase. Agora me diz uma coisa, pq essa tia do menina não tirou ele de lá, pq, ele tava na rua na hora do tiroteio, como a tia dele sabe que a bala foi da polícia? Se ela tava com o menino pq não carregou ele pra casa antes dos tiros. Nossa é muita coisa fora do lugar... antes de sair falando tem que saber tudo isso, joga na net a informação e diz que foi a polícia que atirou. Bandido é tudo santo. Não atira, não trafica, não mata, não rouba, não alicia menores para o tráfico. Enfim o povo sem noção.	Menino, santo, menor	Religião, infância	CRIMINALIZA
Corpo de criança também dão tiro em polícia. É o que mais tem. E outra, em troca de tiro sempre parte da PM impressionante. O mais seguro é ficar DENTRO de casa, não na rua. Ainda mais crianças.	Criança	Infância	CRIMINALIZA

Minha nossa senhora o que que vai acontecer com nosso mundo Jesus isso é uma crueldade esses homens não estão preparado pra defender ninguém A polícia do Brasil não tem preparação nenhuma □□□□	Nosso	Coletividade	COMOÇÃO
Meus sentimentos à família	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Estado do RJ e SP tem que exonerar esses assassinos (e tem que responder na justiça). E indenizar as famílias.	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Rapaz isso é uma criança....	Criança	Infância	COMOÇÃO
Mas qual o risco de vida que esse garoto passou pro policial abrir fogo contra ele ??? Uma criançaaaaaah mds □ meus sentimentos a família	Criança, família	Infância, coletividade	COMOÇÃO
Informações vindo dessa mídia militante não dá para acreditar ,tomara que o menino seja o que o familiar disse .nessa mídia não dá para acreditar de primeira	Menino, família	Infância, coletividade	NATURALIZA
Traficantes colocam esses moleques na linha de frente. Se estivesse na escola não teria morrido	Moleque; escola	Formação, infância	CRIMINALIZA
O esse menino de 13 anos estava fazendo pra levar tantos tiros ? Isso ela não fala não ? Queria saber	Menino	Infância	NATURALIZA
Não moro na favela. Nunca estive perto de "ações" da polícia para saber como agem. Então não tenho perícia. Mas eu sou mãe de 1 menino de 13 anos e disso que entendo. Todo meu sentimento à esta mãe que hoje chora. À família. De qualquer forma o Estado falhou e falha: ontem, hoje e espero que não mais amanhã. □□	Menino, família	Infância, coletividade	COMOÇÃO
Em uma sociedade de merda dessas, onde elegem um ex presidiário, não me surpreende nada sempre colocarem a culpa na polícia. Claro os traficantes são sempre uns santos, pobrezinhos. Bando de lixo que vocês são!	Santo	Religião	CRIMINALIZA
Que tristeza ,nessas horas penso nos meus filhos ,imagino a dor dessa mãe e desse pai e de toda família. Que Deus possa consolar . Muito triste msm □□	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Uma criança morreu baleada e aí?? Vai ficar uma discussão que não leva a nada, assim como outras tantas,mais uma Criança inocente morreu e de quem é a culpa?? Nossa, porque votamos errados a vida inteira sendo enganados infelizmente,meus sentimentos a família □□□ revoltante ver crianças morte dessa maneira	Criança, nossa	Infância, coletividade	COMOÇÃO
Na minha cidade uma criança de 13 anos matou um homem pra roubar a moto dele, não vi a globo mostrando nada, não estou defendendo lado nenhum ,que seja feita justiça de todos os lados	Criança	Infância	CRIMINALIZA

Deus conforte sua família neste momento não conheço vocês mais estou aqui sentindo sua dor □	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Não vivo em áreas com esse problema de violência, mas pq os moradores nunca acusam os traficantes de alguma violência? Será que são tão bonzinhos assim, e tbm interessante que sempre os que morrem eram meninos do bem, jogavam bola e gostavam de estudar, nunca entendi bem isso.... triste □	Menino	Infância	NATURALIZA
Madrugada um jovem na rua de moto ,pede pra parar e não para rapaz e muita coisa que não está certa aí , primeiro cadê a família desse jovem ,agora que morreu querem achar culpados , primeiro isso não e hora pra está na rua ,se realmente amassem ele estava em casa e não na rua ,agora querem normalizar essas coisas	Jovem, família	Infância, coletividade	CRIMINALIZA
Faz L que triste notícia uma criança 13 anos	Criança	Infância	COMOÇÃO
Nesse momento é uma criança que se foi difícil para a família mais eu acho engraçado que os polícias sempre tem culpa de tudo que se acontece o tráfico fica escondido quando a polícia entre eles mete bala dando tiro pra todo lado e sempre quem sofre é o pobre morador	Criança, família	Infância, coletividade	NATURALIZA
Lamentável pela idade! Talvez não seja o caso, não podemos generalizar mas, conheço algumas crianças de 13 anos que até o capiroto paga pau!□♂□	Criança	Infância	CRIMINALIZA
Pessoal o local q eles moram é guerra direto ou seja numa guerra infelizmente acontece isso os bandidos matam muito mais mais infelizmente aconteceu e q Deus console essa família	Família	Coletividade	NATURALIZA
Absurdo este nosso Brasil, o congresso é omisso em reformas, devíamos rever os códigos penais e acabar de vez com "justiças diferentes"	Nosso	Coletividade	COMOÇÃO
Rapaz não, ele só tinha 13 anos, é uma criança ainda.□	Criança	Infância	CRIMINALIZA
Que tristeza meu Deus... Que sofrimento dessa familia... Cruel demais... Pra eles somos só numeros, mas cada pessoa é filho de alguem, pai de alguem, mae de alguem... Cruel demais...	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Que triste tanto bandido fazendo muitas coisas ..ai vão e matam uma criança que as vezes passa por uma vida de risco numa favela ..ai num erro de uma sociedade hipocrita morre o mais fraco digo em sentido de corruptos...	Criança	Infância	COMOÇÃO
Olha o sinal sinalzinho que fez na foto! Porq tava na rua eem meio a tiroteio? Polícia não mata criança indo pra escola! Os próprios bandidos usam as crianças, ensinam usar armas pra gera esse desacerto quando não para escudo! Acorda gente! Meus pêsames aos familiares de ambas as partes mais o crime só leva a dois lugar. Cadeia ou caixão!	Criança; escola, família	Formação, coletividade, infância	CRIMINALIZA

Duvido morador de favela apontar traficante. Até parece que a policia adentra atirando em crianças e adolescentes. Aff..	Criança	Infância	NATURALIZA
Muito triste! Despreparo total faz vítima inocente com uma vida pela frente. Agora vai brilhar no céu com nosso Pai, Deus abençoe e console a família …	Família	Coletividade	COMOÇÃO
O menino realmente nao tem jeito de ter culpa.... mas se tivesse saido da arma de traficante , as mães nem estariam reclamando por causa do medo... (ja vou avisando que nao tenho partido político ta?)	Menino	Infância	NATURALIZA
Se tivesse em casa nada teria acontecido, o menor se ilude com o crime e quer ser bandido, como diz o mano Hari “ o fim é triste “	Menor	Infância	CRIMINALIZA
Meus sentimentos aos familiares também vale lembrar, que temos muitos adolescentes na idade do Tiago, que porta FUZIL, pistola, tem envolvimento no tráfico de DROGAS, matam, estupram sem pena e sem dó. Dias atrás foi encontrada uma repórter da Rede Globo acampada numa favela sem nenhuma justificativa pra estar lá a não ser arrumar meios de incriminar as polícias nas suas ações.	Adolescente, família	Infância, coletividade	CRIMINALIZA
Que Deus conforte essa família, muito triste isso que acontece com pessoas inocentes.	Família	Coletividade	COMOÇÃO
O filho do policial ficou sem pai. Faz uma reportagem com a família do policial também”	Família	Coletividade	CRIMINALIZA
Sempre foi a polícia, aqui esses dias morreu um menino tbm, fizeram protesto e tudo mais acusando a PM, o laudo apontou tiro de uma arma que nem a polícia civil tem e adivinha ? Ninguém falou mais nada e morreu o assunto ...	Menino	Infância	NATURALIZA
Não dá, gente. A gente tem que parar esse país para botar um ponto final no massacre dos jovens negros periféricos. Imagina a dor e revolta dessa família e dos amigos	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Rapaz ? 13 anos é criança	Criança	Infância	COMOÇÃO
… ainda que esta criança tivesse algum envolvimento com o crime… não é este o desfecho que queremos para as investidas policiais…	Criança	Infância	COMOÇÃO
Somente depois da investigação darei minha opinião, mais lamentável toda a força para os familiares e que venha as informações o quanto antes.	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Meus Deus! Que Jesus possa confortar oa familiares e Amigos. Descanse em paz Thiago	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Era só uma criança...	Criança	Infância	COMOÇÃO

E oque Thiago fez ? □ ou do nada a polícia viu um menino na rua e atirou ?	Menino	Infância	NATURALIZA
Policiais conseguem matar crianças mas não conseguem matar os verdadeiros marginais e criminosos! Que absurdo! Que tristeza!!!!!!	Criança	Infância	COMOÇÃO
Um anjinho né, aí vai ver que estava trocando tiro com a polícia	Anjinho	Religião	CRIMINALIZA
Eu sei que doe porém eu nunca vi nenhuma mãe ou familiar acusar os traficantes. Pq será hein??	Família	Coletividade	NATURALIZA
Mais uma criança com a vida ceifada,tinha uma vida inteira pela frente □□□	Criança	Infância	COMOÇÃO
Não era um rapaz g1 era só uma criança meu Deus □	Criança	Infância	COMOÇÃO
Nojo de certos comentários. Porque será que nunca prendem o traficante? Porque nunca acaba o tráfico. Claro né, como se fosse um meninos de 13 anos que comandasse o tráfico. Como se o traficante morasse numa casa dentro da favela. Eu tô falando do traficante mesmo, o cara, o cabeça,aquele que mora numa mansão de colarinho, que tem suas mansões em vários lugares. Esse da favela são apenas terceirizados. E porque será que quando prendem, não chega ao grandão? Porque né?	Menino	Infância	COMOÇÃO
Será mesmo que esse garoto de 13 anos era tão bonzinho assim e injustamente tomou 5 tiros de políciais, será mesmo que ele estava no lugar errado e na hora errada, eu só acredito se puxar o histórico de convivência social deste menino será mesmo que ele não andava inclusive já armado com malandros sem vergonhas,noias vagabundos e traficantes pela quebrada em,traficando e caguentando a hora que os políciais chegam fazendo patrulhamento e saem em, sinceramente duvido muito dá inocência desse garoto aí a ponto de tomar 5 tiros do nada assim □□□□	Menino	Infância	CRIMINALIZA
Conheço criança de 11 que matava com ordem do PCC, amiga vagabundo não tem idade nem corpinho de bebê	Criança	Infância	CRIMINALIZA
E me pergunto! O que faz um adolescente de 13 anos ficar na rua até tarde	Adolescente	Infância	NATURALIZA
Infelizmente não vai dar em nada ,a policia pode matar crianças adolescentes que seja um filho de um trabalhador ou de mãe desfavorecidos de dinheiro não tem problema a polícia está fazendo o trabalho deles	Criança	Infância	COMOÇÃO

Ler os comentários daqui me faz acreditar menos na humanidade. Pessoas ao invés de se sensibilizarem com a morte do adolescente ficam levantando suposições de que poderia ter sido o tráfico. É desgastante as pessoas no Brasil. A maioria é fria, preconceituosa, eletista e negacionista. Representam o pior do Brasil e ainda falam quem liberdade, valores... Vão tudo à merda. Vocês se divertem com a morte de pretos favelados, assim como se divertiram com as mortes pela COVID, assim como o presidente de vocês o fez. Mas olha, a justiça divina não tarda.	Adolescente	Infância	COMOÇÃO
Contaminação do Estado...Ninguém está seguro nessa cidade, não com a atual administração @claudiocastrorj ...No Rio de Janeiro, a maior organização criminosa é mais perigosa do Estado, é o próprio Estado. E qualquer investimento feito no estado por empresas privadas ou de iniciativa pública, será revertido para financiar o crime no Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ e @policiafederal precisam ater-se as violações de direitos e crimes de terrorismo praticado por PM's do Governo do Estado do Rio de Janeiro financiados com recursos públicos e por parlamentares como Flavio Bolsonaro o Proxeneta do governador Cláudio Castro, agregado ao @senadofederal e traficante de cocaina, crack e maconha - atacado, varejo e domicílio - responsável pela exploração da máquina pública, depredação de patrimônios públicos, desvios de recursos de hospitais federais, exploração de espaços públicos por criminosos: Hospital Maternidade Maria Amélia Buarque de Hollanda, Souza Aguiar, Escolas públicas, áreas de lazer, por milicianos, prostitutas e viciados ligados aos crimes do Estado - inclusive adolescentes e crianças - subestimando a inteligência e depreciando os esforços das Polícias, Judiciário Brasileiro e do Estado do RJ, ameaçando a vida do Cidadão Carioca, Famílias, a sociedade, ameaçando ordem pública, traficando drogas, financiando prostituição infantil, aliciamento de menores, lavagem de dinheiro, roubos,...parlamentares como Carlos Bolsonaro diretor do funcionálismo fantasma na @camararario , Eduardo Bolsonaro responsável por recrutamento de milicianos, viciados, abrigado a @camaradeputados , Jair Bolsonaro, principal financiador...disseminando a violência, violação de direitos, usurpação da dignidade do cidadão, invasão de privacidade, exposição de intimidade e o sucateamento do patrimônio público em favor do crime organizado ligados ao Poder Público. É preciso conter essa organização criminosa. @unitednations @europeanparliament	Criança; escola, família	Coletividade, formação, infância	COMOÇÃO
5 tiros...estranho. As vezes a família não conhece verdadeiramente seus entes. Lamento pelo menor e me solidariza com a família. Agora...uma execução assim...	Menor, família	Infância, coletividade	NATURALIZA
Foram os traficantes que atiraram no menino e jogaram a culpa na polícia…	Menino	Infância	NATURALIZA
Concerteza a investigação vai dizer que o menino era de alta periculosidade e estava @rmad0	Menino	Infância	CRIMINALIZA

Que tristeza! Que ele encontre a luz e a paz, e que o Universo console o coração da familia e dos amigos. Sinto muito por essa trajedl@	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Até quando esse estado truculento e essa polícia de maioria psicopata vai nos obrigar a conviver com a barbárie? Chega ser desesperador!	Nos	Coletividade	COMOÇÃO
Deu até uma engasgada quando disse “ é um menino família “ … já tem fotos dele circulando na rede , segurando fuzil , fazendo símbolo de faccao , cheio de ouro etc etc	Menino, família	Infância, coletividade	CRIMINALIZA
Gente esse pessoal é todo de Cristo é? Pra ser perdoado só virando pastor? Condenar mesmo sem passagem pela polícia é pq é do morro? Olha chocada com esse pessoal q vai pro Céu encontrar o D'pádua por exemplo. Garçom com passagem pode morrer, criança sem passagem merece morrer... ta tudo tão confuso e muito seletivo	Criança	Infância	COMOÇÃO
E o que um menino de 13 anos faz fora de casa de noite	Menino	Infância	CRIMINALIZA
Ele parece ser um menino família, mas tem q investigar porque aqui perto de onde moro uns moleques de 10 a 11 anos roubaram o celular do moço e saiu correndo, mas o cara conseguiu pegar um dele e recuperar o celular e o moleque ainda levou uns petelecos.	Moleque, família	Infância, coletividade	CRIMINALIZA
Essa é a política de segurança pública bolsonarista truculenta GENOCÍDA uma versão moderna de capitães do mato caçado jovens negros e POBREs nas comunidades brasileira... Policiais Negros subjugado torturando matando pobres Negros e crianças nas comunidades...entendeu como funciona o sistema...□□□□□□□□□□□□□□□□□□□□□□□□□□	Criança	Infância	COMOÇÃO
Já que era uma criança de 13 anos. Fim de noite, teria que está em casa e não na rua.	Criança	Infância	NATURALIZA
Infelizmente por quanto tempo iremos nos deparar com notícias assim? Inocentes sendo assassinado por incompetentes que só enxergam bandidagem nas Periferias, mas esquecem que a maioria são famílias, pessoas de bem, triste demais notícias como essa.	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Que tristeza tudo isso, uma criança!!	Criança	Infância	COMOÇÃO
A polícia, infelizmente só foi pra ali pq tinha alguma coisa. Nessa guerra urbana inocentes morrem, mas a culpa disso são os que andam errados. Lamentável a morte do menino □□□	Menino	Infância	NATURALIZA
Bora fazer o L ,, pois vai piorar ,, sinto muito pela família e pelo garoto ,, mas a tendência vai ser piorar com este governo ..	Família	Coletividade	COMOÇÃO

Já viu uma matéria como está com outra legenda ? Tipo: os bandidos receberam os polícias a tiro, e um inocente foi alvejado.. a família pede justiça para acabar com a bandidagem. Já viu ? Nunca terá, o povo vive lá, aí deles de falar alguma coisa como está □□♂□	Família	Coletividade	NATURALIZA
Polícia faz perseguição por causa do policial morto, e em contraste executa crianças.	Criança	Infância	COMOÇÃO
Impressionante como morre inocente nas comunidades né .são todos trabalhadores e estudantes e é sempre a polícia que é a culpada os traficantes são os bons e os policias os maus .	Estudante	Formação	CRIMINALIZA
Jesus!!! Que Deus conforte a família! □	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Quantas crianças já morreram no Rio, meu Deus do céu...	Criança	Infância	COMOÇÃO
Agora nem as crianças são poupadas, quanta incompetência...	Criança	Infância	COMOÇÃO
23:59 de madrugada, perambulando pelas ruas em um local extremamente perigoso na garupa de um moto. O piloto fugiu e ninguém sabe onde está.0:00 Menino de 13 anos, atleta, frequentador de igreja e estudante!	Estudante, menino; igreja	Formação, religião, infância	CRIMINALIZA
Senhor amado! Quando vão acabar com isso? O Rio já é um faroeste! Uma terra tão linda! E com tanta corrupção e milícias □ quanta tristeza! Deus acalente o coração dessa família!! E cuide do espírito deste anjo!	Anjo, família	Religião, coletividade	COMOÇÃO
Thiago era um menino tão bom foi brutalmente assinado só pq disparou várias vezes um fuzil contra a PM que pena né	Menino	Infância	CRIMINALIZA
Fico me perguntando onde estão os pais de uma criança que fica na rua 1:30 da madrugada numa madrugada de operação policial	Criança	Infância	NATURALIZA
Tá virando moda matar criança agora , é ?? Affs !! □□□	Criança	Infância	COMOÇÃO
Infelizmente no Brasil, quem sempre são os bandidos são os policiais, queria que essas pessoas que descriminam essas fatalidades passasse só um dia como policial do Rio, para que eles pudessem entender o que os caras passam para ganhar um pouco mais de 5 mil reais de salario, para lhe dar com traficantes aramados até o dente, a pressão que é entrar numa comunidade dessa onde são recebidos a bala, meu amigo, fácil acusar, agora quando um traficante mata, a comunidade fica todos calados sabe porque? Porque é a lei deles, como a lei do estado não vale nada cai para quem? Para quem tenta livrar essas pessoas das mãos desses mal elementos. Existem policiais ruins? Existem mas a ruindade começa do lado dos bandidos, mas a comunidade não pode atacar os traficantes, atacam quem pode ser punido. País de família que sai de casa sem saber se volta, e ainda tem a comunidade para sempre acusar quem tentar colocar ordem. Brasil	Família	Coletividade	NATURALIZA

Meu Deus que tristeza Que dor pros familiares e amigos Que Deus conforte o coração de todos os amigos e familiares	Família	Coletividade	COMOÇÃO
As fotos do "anjo" já estão circulando nos grupos...	Anjo	Religião	CRIMINALIZA
Senhor que a sua misericórdia seja infinita na vida dessa família eu sinto muito	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Crueldade humana que envergonha nossa espécie	Nosso	Coletividade	COMOÇÃO
não importa de onde vieram os tiros a criança já está morta, e não vão voltar, não há palavras pra descrever o quanto isso é triste e brutal	Criança	Infância	COMOÇÃO
Só não consigo entender pq uma criança de 13 anos andando de moto	Criança	Infância	CRIMINALIZA
Esse sabe-se era bandido eles começam com essa idade e matam sem dó pai de família trabalhador policiais jovens não tem lei nesse Brasil	Família	Coletividade	CRIMINALIZA
Bando de incompetentes. Meus sentimentos a família	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Não estou dizendo que esse garoto fosse b@ndido. Mas pouca idade não quer dizer nada! Aqui na cidade onde moro, interior de SP, uma "criança de 13 e outra de 14" mat@ram um empresário de 23 para roub@r sua moto....	Criança	Infância	CRIMINALIZA
Meu Deus tenho um filho dessa idade não consigo imaginar a dor dessa mãe e família até quando isso quando vão mudar essas leis ?? Quando haverá punição para que isso pare de acontecer dessa forma ? ??	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Ia até na igreja olha, tava voltando da Virgilia as 3 da manhã ? Kkkkkkkkkkk ATAAA	Igreja	Religião	CRIMINALIZA
Ah meu Deus que tristeza. Senhor conforte a família	Família	Coletividade	LUTO
Só faltou falar que o menino era um santo,	Menino, santo	Religião, Infância	CRIMINALIZA
Deus pai tenha misericórdia dos nossos filhos	Nosso	Coletividade	COMOÇÃO
Enquanto a família sofre,a @tvglobo consegue a matéria que não conseguiu em São Paulo, hoje ela destaca uma ação da PM Carioca, que lado vcs estão @tvglobo ?	Família	coletividade	COMOÇÃO
Não entendo pq o ódio da globo pela polícia, família e bons costumes.	Família	coletividade	NATURALIZA

Não é família do rapaz é a família da criança□	Criança, família	Infância, coletividade	COMOÇÃO
Gente mas Kd essa mãe q deixa um adolescente de 13 pilotar uma moto de madrugada e quem emprestou essa moto pra essa criança? Tem mais culpados aí!	Criança	Infância	NATURALIZA
Os traficantes matam as crianças e a culpa fica com a PM!	Criança	Infância	NATURALIZA
Vai fazer perícia no local vai dar tudo certo não quero defender a polícia um menino 13 anos na rua está hora está estranho de mais vai ser apurado até o fim com certeza	Menino	Infância	CRIMINALIZA
Fake News, o “corpo de criança” já matou 16 pessoas, imagine 16 velórios, pães e mães e vários familiares chorando, imaginou? Pois é, o choro é livre mas custou caro	Criança, família	Infância, coletividade	CRIMINALIZA
Disso tudo eu só gostaria que me explicassem o que um menino, uma criança de 13 anos estava fazendo pilotando uma moto. Isso é realmente uma coisa que eu gostaria que explicassem.	Criança, menino	Infância	CRIMINALIZA
Pq as pessoas preferem culpar a polícia pelas fatalidades ao invés de culpar o tráfico ?! Já pararam para pensar que se o tráfico não existisse a polícia não precisava agir e não existiria erros ou excessos nas ações ?! Pq vcs não gritam pelo fim do tráfico, fim das drogas , fim da bandidagem mas sempre gritam pelo fim da polícia. Se essa criança morreu na ação policial que subiu para ir atrás de bandido, eu CULPO OS BANDIDOS DO TRÁFICO, que se eles não existissem não precisaria a ação policial. Pronto falei ! Foda-se !	Criança	Infância	NATURALIZA
A bala do traficante acerta um adolescente, mas os esquerdopatas fazem questão de tentar incriminar o policial. Bandido virou lei na desgraça desse país.	Adolescente	Infância	NATURALIZA
Que coisa triste meu deus só o consolo de Deus pra essa família	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Genteee corre la no insta dele , pra ver o adolescente pilotando uma moto gigantesca , empinando em uma velocidade bem considerável , o menino família , com várias foros dando dedo , e ainda todo cheio de ouros pelos dedos e pescoço □	Adolescente, família	Infância, coletividade	CRIMINALIZA
Família do "rapaz"? É uma criança!	Criança, família	Infância, coletividade	COMOÇÃO
Os BOZOLÓIDES comemoram até um homicídio de criança? Vcs são uns □ mesmo	Criança	Infância	COMOÇÃO
Já viram o nível das provas do concurso da PMERJ? Não tem como ter um resultado diferente disso. Triste demais! Meus pêsames a família e amigos□	Família	Coletividade	COMOÇÃO

Criança tem que tomar conta tempo integral, não dá para vacilar!	Criança	Infância	NATURALIZA
Puxa a ficha desse jovem, devia ser cidadão de bem sim, confia.	Jovem	Infância	CRIMINALIZA
Meus sentimentos a familia! Que.ele descanse na paz do Senhor	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Vi uma publicação no @banguaovivo sobre o caso as 04:20 da manhã digamos que o menor morreu essa mesma hora, mas oque será que as 04:20 um garoto de 13 anos pilotando uma moto tava fazendo no meio de uma operação policial ?	Menor	Infância	CRIMINALIZA
O pessoal aqui defendo a polícia. Te dizer. É crime tirar uma vida, e não existe pena de morte na nossa lei. Se ele era mesmo um criminoso deveria ser levado preso. E existem tiros de alerta e tiro para imobilizar, não havia necessidade de 5 tiros para matar. Logo isso é um crime cometido pela polícia e deve ser averiguado e levado a justiça.	Nossa	Coletividade	COMOÇÃO
Já virou moda acusar a polícia,pois o estado nesse caso tem que indenizar a família,sabemos que o tráfico manda fechar ruas,atear fogo,etc. o que um menor jogador,frequentador da igreja,franzino,está fazendo de madrugada na rua,onde estavam os pais e essa tia que não derem falta dele dentro de casa? Se mexeram no local do crime,onde está pelo menos uma filmagem desse momento,aja vista hj em dia todos filmarem qq coisa,ainda mais uma cena dessa. Já está muito cansativo ouvir sempre do pessoal que mora em comunidade,dizer que a polícia entrou atirando,e qdo o Uber entra sem querer na favela enganado ou qq outro motorista e tenta voltar e os meninos largam tiros em cima,aí não dá para dizer que foi a polícia,pois não havia operação naquele momento. Lugar de menor de bem ou não,qdo tiver operação,é dentro de casa,ainda mais de madrugada. OBS: não estou aqui dizendo que esse menino seja bandido,mas essa coisa de que a polícia entrou atirando já deu não é pessoal?	Menor; jogador; igreja, família	Formação, coletividade, infância, religião	CRIMINALIZA
Jaja aparece foto do anjinho de fuzil na mão	Anjinho	Religião	CRIMINALIZA
Todos sabemos q os adolescentes q vivem nos morros do Rio, são aviõezinhos do tráfico e sempre estão armados	Adolescente	Infância	CRIMINALIZA
Podia acabar com segurança pública,já que os bons são anjos do tráfico.... faça me o favor.	Anjo	Religião	CRIMINALIZA
Isso que dá passar mão na cabeça de bandidos!! Crianças nas exibindo armas de guerra a mando de traficantes tá de monte.....	Criança	Infância	CRIMINALIZA
É bonzinho é td mais mas encontraram uma 9 milímetros no local né, interessante.... Até parece q a glr n conhece o processo de aliciamento de crianças para o mundo do crime, usar criança de sentinela, usar criança pra transportar droga na	Criança	Infância	CRIMINALIZA

mochila, crianças ficam armadas !			
Criança de 13 anos??? Fala isso pra um monte de gente que ja foi morta.. assaltada por “essas crianças de 11,12,13 anos vítimas da sociedade. Direitos humanos só defendem bandidos! Todo mundo reclama da Polícia, mas nao hora que o bicho pega é para o 190 que todo mundo liga, não é pra Globo lixo, nem para o Direitos Humanos. A Polícia é a ÚNICA LINHA FRENTE contra o crime! Tira a Polícia de circulação pra vc ver o que acontece.	Criança	Infância	CRIMINALIZA
Chefe do tráfico em prédio ninguém mata,mas na favela executam nossos filhos.	Nosso	Coletividade	COMOÇÃO
Só tem santo	Santo	Religião	CRIMINALIZA
Alguém em sã consciência acha que os PMs atiraram para matar um anjo desses , jamais. Infelizmente serão apurados pelo caso . Mas a culpa é dos traficantes que recebem a PM com tiro de fuzil. Deus conforte o coração dos pais □	Anjo	Religião	NATURALIZA
É muita crueldade, infelizmente toda vez que tem operação desse tipo sempre tem que ter um inocente morto ou ferido, que Deus dê força para essa família □□	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Que tristeza para essa família dói em nós que somos mães	Família	Coletividade	COMOÇÃO
O bolsonarismo tomou conta da mrntaoide policial. Enquanto não houver punição seria pra assassino de farda, as famílias periféricas estarão sob constante risco de morrer pelas mãos daqueles que dizem "servir e proteger"..	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Misericórdia dessa família Senhor □	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Sabem por que o tiro “sempre é da policial”? Porque traficante não tem CNPJ, traficante não paga pensão nem indenização. Traficante, se for acusado pela comunidade de matar uma criança, mata à família toda!	Criança, família	Infância, coletividade	NATURALIZA
Acham mesmo que um policial vai dar 5 tiros em uma criança??? Os caras tem centenas de horas de treino e além disso, eles tem compromisso em não fazer vítimas inocentes.	Criança	Infância	NATURALIZA
ERA PERFEITO E INOCENTE, ERA SO UMA CRIANÇA MAS CM A FORÇA PRA CARREGAR UM FUZIL ... EM FIM AQUI E BRASIL .	Criança	Infância	CRIMINALIZA
Vão prender os traficantes que mataram a criança ou vão acusar a polícia?	Criança	Infância	NATURALIZA
Criança de 13 anos não é para estar “final de noite” no meio da	Criança	Infância	NATURALIZA

rua…			
Como era a cara do menino, alguém tem a foto dele atual? Não vale foto de qdo era criança □	Criança, menino	Infância	CRIMINALIZA
□meu Deus!!! Tem misericórdia dessa familia	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Oww que o Senhor conforte a toda família! □□□	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Meus sentimentos a esta família □	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Que horas que essa Criança estava na rua quando isso aconteceu??? Alguém sabe ?	Criança	Infância	NATURALIZA
Realmente uma fatalidade Deus conforte a família. Chegou a hora de uma maneira NÃO ACEITÁVEL mas Deus o recolheu.	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Meu Deus misericórdia que Jesus conforte toda família. □□□□□□□□	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Parece que o menor estava numa moto. 13 anos numa moto? □	Menor	Infância	CRIMINALIZA
De acordo com os comentários, tem gente estúpida, inocente só o menino mesmo.	Menino	Infância	COMOÇÃO
Já passou das horas deles reverem essas ações dentro das favelas, morrem crianças e a "guerra" contra o tráfico continua fica mais que evidente que o que tá sendo feito não é a solução, tem que mudar a estratégia para obter resultados diferentes e preservar as vidas inocentes, tanto de moradores dessas áreas quanto de policiais cumprindo serviço.	Criança	Infância	COMOÇÃO
Que triste realidade! Muita crueldade. Engraçado que um PM morre,a investigação começa no outro dia 2 dias depois acham culpados e todas as providências são tomada,agora quando e ao contrário e com crianças dentro da favela,e só mais um caso □	Criança	Infância	COMOÇÃO
Que dó □ Deus abençoe grandemente sua vida e sua família	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Jesus que mundo é esse polícia matando crianças	Criança	Infância	COMOÇÃO
Agora e santo, se tivesse em casa com um livro a mãe não precisaria estar mentindo.	Santo	Religião	CRIMINALIZA
Claro muitooo mais fácil dizer que foi a polícia, agora como foi que ela viu o exato momento que a bala saiu da arma da polícia e atingiu o menino ahh????	Menino	Infância	NATURALIZA
Meus sentimentos a esse família,eu nem tenho palavras □	Família	Coletividade	COMOÇÃO

Meu Deus!!!! Até quando vamos continuar vendo essas cenas?? Sentindo essa dor que dilacera qq mãe,qq família. □□	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Uma criança ainda□	Criança	Infância	COMOÇÃO
Matar pobre e preto Vale o mercado da carne A cor da pele do gueto Esfolada pelo Estado covarde Pagamos pelo mal deste tempo O preço é o sangue nosso pelo chão Sonhos roubados nos causam sofrimento Para os opressores é motivo de celebração Até quando vamos ter que morrer? Desde a infância à tenra idade? Quando não nos atiram dão porrada a valer E assim não nos matando à vontade Cada caminho não sabe se é uma despedida A saída de casa tornou-se preocupação Ou seremos encontrados por uma bala perdida Ou fuzilados deliberadamente por um pelotão E não se tem notícias de mudança Nesse país que tanto nos consomem diariamente E vemos em cada noticiário a matança Assistida com louvor pela "boa" gente	Infância, nossa	Infância, Coletividade	COMOÇÃO
Como diz MC Cesar na música canção infantil, como explicar que cincos tiros em uma criança foi por engano ? □□□	Criança	Infância	COMOÇÃO
Que Deus conforte essa família □□.	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Meu Deus onde vamos parar primeiro atira depois pergunta Jesus sara nossa terra □□□	Nossa	Coletividade	COMOÇÃO
Meus sentimentos a todos familiares.	Família	Coletividade	COMOÇÃO
os policiais podem ter errado, agora o que uma criança estava fazendo na rua de madrugada?	Criança	Infância	NATURALIZA
Pronto…depois da repórter aliada dentro da favela protegida por bandido pra incriminar polícia, agora vão sacrificar inocentes no intuito de gerar atrito da comunidade com polícia. Só idiota pra não perceber…polícia não sai atirando em inocente a vontade..muito menos criança.	Criança	Infância	NATURALIZA

Que tristeza minhas condolências a família e que Deus esteja com ele e com vcs na família neste momento	Família	Coletividade	COMOÇÃO
O G1 afirma que PM executou criança. Já foi provado ou o jornalista já está julgando?	Criança	Infância	NATURALIZA
Coitada da criança	Criança	Infância	COMOÇÃO
Mas uma criança , sendo morto pela ingnoraca	Criança	Infância	COMOÇÃO
Quanta violência meu Deus uma criança de 13 anos ganhar tantos tiros e os traficantes estão aí solto vivendo a vida muito triste e revoltante viu	Criança	Infância	COMOÇÃO
Outro anjinho, coitado □□	Anjinho	Religião	CRIMINALIZA
Meus sentimentos à família □	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Será que vai ter mega operação da polícia pra punir o e ou OS responsáveis pela morte da criança?	Criança	Infância	COMOÇÃO
Menino de 13 anos a noite no meio da OPERAÇÃO POLICIAL ?! Que fatalidade □	Menino	Infância	NATURALIZA
Até quando vão continuar matando nossos meninos□□□□□□□	Menino, nosso	Infância, coletividade	COMOÇÃO
Infelizmente não podemos mais deixar nossos filhos na rua,todo cuidado é pouco, porque sempre tem uns covardes que atira primeiro e pergunta depois,que Deus conforte essa família.	Nosso, família	Coletividade	COMOÇÃO
A pergunta que não quer calar o um menino de 13 anos está de motor as 3 da manhã	Menino	Infância	CRIMINALIZA
Vcs aí que estam questionando ,e nunca viveram em uma comunidade ,faz o seguinte ,aluga uma casa em qualquer comunidade more lá por 1 ano ,depois conversamos ,uma criança morreu ,foi assassinada e a população está preocupada em julgar , Meu Deus ! ,A Polícia carioca mata criança ,grávida ,Bebês antes de nascer e fica por isso mesmo ,uma sociedade hipócrita que apoia o assassinato de crianças	Criança	Infância	COMOÇÃO
E tbm é a polícia que alicia os menores para o tráfico, tráfico nas comunidades nunca usaram crianças, somente nos filmes.	Criança	Infância	CRIMINALIZA
O Estado genocida brasileiro é racista. Vejam só! Quem vai reparar essa família?	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Absurdo isso, muito triste. Os inocentes sempre pagam. Que Deus de o conforto a essa família □	Família	Coletividade	COMOÇÃO

Mundo desgovernado, ninguém tem amor por nossas crianças, só acho que a polícia não atirou em uma criança, como imaginar que é uma criança pilotando uma moto na madrugada.	Criança, nosso	Infância, coletividade	NATURALIZA
Apagaram meu comentário. Respondendo o LUCAS EU VIVO A REALIDADE DA PERIFERIA. Infelizmente existe sim menor ideliquente sim existe policia que sai Atirando na comunidade. Não, não acredito na mídia, é não sou influenciável. Sou dos anos 80 . Mas bloquearam meus comentários para lhe responder. Meu voto é nulo não sou a favor de Bolsonaro e muito menos de Lula.	Menor	Infância	NATURALIZA
Cada história tem a sua verdade, mas ta difícil me convencer de que 5 tiros em uma criança que provavelmente estava no lugar errado na hora errada é no mínimo um despreparo da equipe policial que estava atuando.	Criança	Infância	COMOÇÃO
Acredito no poder da polícia para controlar a criminalidade, mas tem hora que parece que os policiais esquecem que quem julga a liberdade das pessoas é a justiça (Que falha muito no Brasil? Sim!) e que no nosso país não existe pena de morte.	Nosso	Coletividade	COMOÇÃO
Então poiliciais podem matar crianças na boa? Pelo amor né	Criança	Infância	COMOÇÃO
Família do "rapaz"? Rapaz? Isso é uma criança cara!	Criança, família	Infância, coletividade	COMOÇÃO
□□□□□□□ eu sou a favor de que se não dá jeito aqui, acionar ONU... Essa família precisa entender seus direitos mundialmente falando. Porque só assim as autoridades passa a ter mais responsabilidade com as vidas humanas desse país.	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Chegaram atirando porque meteram bala em cim deles, enfim sinto pela família.	Família	Coletividade	NATURALIZA
Uma criança	Criança	Infância	COMOÇÃO
Que tiraste! Que o senhor console o coração de toda a família! Muita força!	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Engraçado que não vejo matéria da polícia matando os chefes do tráfico, mas matando crianças, mulheres grávidas, nossa isso sim. Até quando?	Criança	Infância	COMOÇÃO

O momento agora é só de pedir a Deus para essa família quem fez ou não fez vai pagar se for policial ou foi os pessoal dos movimentos lá do trago uma hora vai pagar aí fica julgando condenando por nas mãos de Deus Porque infelizmente as pessoas que é humilde são rebaixado mesmo fala bobeira com a gente xinga a gente mesmo porque eu Já presenciei xingar a criança na rua Fazer ameaças Eu já morei no morro eu sei quando é certo é certo ou errado eu sei que eles não são Santo também é agora passar a mão na cabeça de um de outro não cada um tem a sua culpa igual esses negócio que aparece aí é prendendo coitado das pessoas dentro do bocado de polícia morrendo sufocados você entende sem defesa nenhuma aí vai falar que eles não tem culpa tem culpa também todos têm suas culpa tem nenhum inocente nesse nessa situação aí não tem um pouco de culpa sim coloca nas mãos de Deus por quê para nós é humilde infelizmente tem muita injustiça não fosse uma pessoa que tivesse condições teria né que Deus venha consolar o coração da sua família ele é essa dor para fazer justiça quem fez isso com essa criança□□□□□□	Criança, santo, família	Religião, coletividade, infância	NATURALIZA
Mais um jovem que se foi e como muitos sua morte vai ficar por isso mesmo	Jovem	Infância	COMOÇÃO
Uma guerra sem fim...meus pêsames a familia	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Meu deus que dozinho. □. Força pra família □	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Não er Rapaz er um pré adocelente quase criança polícia bandida	Criança	Infância	COMOÇÃO
Quero ver é acusar o tráfico de ter atirado no menor. □	Menor	Infância	NATURALIZA
Como q a polícia q tem q nos proteger sai matando desse jeito?	Nos	Coletividade	COMOÇÃO
Se já estivessem usando as câmeras, não se teria dúvida sobre o fato ocorrido. Não entendi pq relutam tanto sobre o uso. Infelizmente é mais uma criança morta de forma ignorante.	Criança	Infância	COMOÇÃO
Que tristeza, meu Deus! Não tem como não se comover, principalmente quem tem sobrinhos com esse perfil. Que Deus possa confortar a cada pessoa dessa família. □	Família	Coletividade	COMOÇÃO
□Meus sentimentos à toda família. Que horror!□	Família	Coletividade	COMOÇÃO
13 anos gente... 13 anos... uma criança □	Criança	Infância	COMOÇÃO
O povo não espera as investigações e ficam acusando esperem os exames de balística de onde veio o tiro. Meus sentimentos por este jovem uma pena um menino cheio de sonhos, □□□□□□□	Jovem, menino	Infância	COMOÇÃO
Acho engraçado que esses que ficam defendendo a policia, me pergunto se fosse um familiar de voces de 13 anos como vocês iriam reagir. Vão procurar os corações de vocês bando de	Família	Coletividade	COMOÇÃO

doente, atenta pra dor do outro e para de manifestar a psicopatia de vocês aqui. Monstros.			
Que tristeza isso tão jovem , não consigo imaginar a dor dessa mãe	Jovem	Infância	COMOÇÃO
Triste realidade do nosso país □□□□	Nosso	Coletividade	COMOÇÃO
Pegar marginal grande não são capazes. Mas matar criança pode	Criança	Infância	COMOÇÃO
□ jesus de misericórdia □quanta maldade deus conforte toda família sem palavras	Família	Coletividade	COMOÇÃO
O tráfico e a violência acabando com famílias, mas a culpa é da polícia	Família	Coletividade	NATURALIZA
Muito triste, mais pq a culpa sempre recai na polícia, até hj não se teve uma notícia q a bala partiu da arma do traficante, nem msm no caso de outra criança q brincava na laje de sua casa e foi baleada e morreu, nesse dia não tinha polícia algum na área e nem próximo, a bala veio de onde então, ninguém nunca mais comentou esse caso, pq será	Criança	Infância	NATURALIZA
Vi alguns comentários com sentimentos contra e a favor dos policiais. Há de se verificar com rigor da investigação de onde partiram os tiros . O ambiente dentro das comunidades é tenso. Os policiais entram super estressados. O que uma criança fazia na rua no.fim da noite, dentro de uma comunidade. No mínimo os pais e parentes deveria sabendo como funciona o tiroteio determinar que essa criança estivesse dentro de casa com segurança. Não estamos falando de bairros onde não tem violência. É um ambiente hostil que a QQ tempo pode começar um tiroteio	Criança	Infância	NATURALIZA
Quando morre era sempre estudante trabalhador	Estudante	Formação	CRIMINALIZA
Que Deus traga todo conforto necessário pra mãe é pra toda família. □	Família	Coletividade	COMOÇÃO
OS TRAFICANT3S SAO TAO BONZINHOS NÉ ELES USAM AS CRIANCAS DE ESCUDO OU MATAM E ESTRUPAM E A GLOBO DIZ QUE FOI A POLICIA	Criança	Infância	CRIMINALIZA
Meus sentimentos a família □	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Aí Deus , q dor deve estar sentindo essa família . Vida q nunca mais voltará . Sonhos interrompidos . Dói na gente . Pobre criança □□□	Criança, família	Infância, coletividade	COMOÇÃO
Uma criança gente □ misericórdia ah não, pelo amor de Deus	Criança	Infância	COMOÇÃO

É sempre a msma história!! Estudioso e sonhava em ser jogador de futebol!!!	Estudioso; jogador	Formação	NATURALIZA
Mais o que um bom menino tava fazendo de madrugada na rua porque não estava em casa dormindo	Menino	Infância	CRIMINALIZA
Tem que ser investigado se ele era mesmo um Bom menino, por que sempre a Polícia é que está errada, toda vez que a polícia mata na favela é sempre uma boa pessoa, será??	Menino	Infância	CRIMINALIZA
Opa aí não dá neh pra defender a polícia assim ... O poder público secretário de segurança tem q rever o plano de operação a polícia não pode sair matando e atirando desse jeito não eh já eh abuso. Defendo as operações contra o crime organizado mais não dessa forma nas favelas existem crianças trabalhadores têm têm saber a diferença.	Criança	Infância	COMOÇÃO
13 anos? Morto no final da noite ? Tipo na madrugada ? O que uma criança fazia essa hora na rua e com operação na favela ? Muitas perguntas a ser respondidas . Triste mas a munição dos bandidos só acerta policiais. ? A munição da PM é a única que mata crianças e jovens trabalhadores .	Criança	Infância	NATURALIZA
É isso não tem fim e ninguém da uma solução . Se coloquem na situação que essa família está e façam um ato de amor ajudem a terminar c tantas mortes desnecessaris	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Esse menino deu azar de ser pobre, então a culpa não é da polícia, palavras de bolsominio □	Menino	Infância	COMOÇÃO
Foi assassinada uma criança. E a policia queria jogar a culpa nela. Tenha empatia. A forma que a policia agiu foi totalmente errada.	Criança	Infância	COMOÇÃO
No fim da noite!!!! Onde esse menino deveria estar? Como saber se foi mesmo a polícia que matou? Passou no jornal nacional?	Menino	Infância	NATURALIZA
Sei, a culpa é sempre da polícia e no morro só tem adolescente que vai pra igreja e é tudo santo □□□	Adolescente, igreja, santo	Religião, Infância	CRIMINALIZA
Meu Deus que tristeza! Um menino tão novo perder a vida assim desse jeito!	Menino	Infância	COMOÇÃO
Somente a perícia técnica vai dizer quem causou a morte do menor. A opinião da população que tem medo dos traficantes não vale.	Menor	Infância	NATURALIZA
Pobre anjo! Que Deus possa confortar essa família e amigos nesse momento de dor. □□	Anjo, família	Religião, coletividade	COMOÇÃO
Infelizmente é só mais um um menino cheio de sonhos meus sentimentos aos familiares e amigos	Menino, família	Infância, coletividade	COMOÇÃO

Os policiais estão perdidos...Que triste, acho que não são bem treinados e ganham mixaria. Aí acabam trabalhando sem estímulo! Meus sentimentos aos familiares e amigos dessa criança □	Criança, família	Infância, coletividade	COMOÇÃO
O esse menino de apenas treze anos fazia pilotando uma moto na madrugada dentro da comunidade? Cadê o conselho tutelar para antes de culpar a polícia, questionar essa família?	Menino, família	Infância, coletividade	NATURALIZA
13 anos, se é pobre é adolescente/rapaz, se é rico é criança/estudante.	Criança	Infância	COMOÇÃO
Conforto a família □	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Brasil onde policiais matam crianças	Criança	Infância	COMOÇÃO
13 pré adolescente	Pre adolescente	Infância	COMOÇÃO
13 anos é criança	Criança	Infância	COMOÇÃO
Que Deus dê força aos familiares, e q justiça seja feita.	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Uma criança □	Criança	Infância	COMOÇÃO
Nada justifica a morte de um inocente, seja lá quem tenha cometido o crime. Espero que a família encontre conforto e justiça	Família	Coletividade	COMOÇÃO
□□□□□□□□□□□□□□□... Meus sentimentos e solidariedade aos familiares e aos moradores da Comunidade Cidade de Deus...	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Treza anos é uma criança	Criança	Infância	COMOÇÃO
Como assim ? Pessoas discutindo sobre certo e errado sendo que se trata de uma vida de uma criança de 13 anos pô que nem escolha teve ! Estamos completamente perdidos	Criança	Infância	COMOÇÃO
Meu Deus que triste notícia é lamentável que todos os dias continue morrendo pessoas inocentes, que Jeová Deus conforte a família	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Tem que investigar primeiro, antes de criticar, ou elogiar. Todos sabem que existem muitos adolescentes aliciados por traficante e fazem parte do crime, mesmo com pouca idade. Mas também pode ser um inocente assassinado.	Adolescente	Infância	CRIMINALIZA
Mais um menino preto, pobre e periférico morto por uma polícia, mal preparada, mal intencionada e mal paga. É triste demais.	Menino	Infância	COMOÇÃO

Força a esta família e muita luz para este menino q tão cedo retorna a pátria Espiritual de uma maneira absurda e brutal. Até quando??	Menino, família	Infância, coletividade	COMOÇÃO
G1 estou deixando de seguir que reportagem mais contraditório aos nossos heróis a quem arrisca a vida por nós com um salário irrisório, chama o crime pra proteger a população, jornalismo mais sujo □	Nosso	Coletividade	NATURALIZA
Duvido o G1 mostrar quando o vídeo uma "criança" de 12,13,14 anos com pistola e fuzil na mão aparecer é o que mais tem no Rio de Janeiro...	Criança	Infância	CRIMINALIZA
Covardia covardia é isso que eu falo foi uma covardia pois se foi de verdade da maneira que o tio contou uma tremenda covardia ,os policiais deviam se envergonhar porque existem traficantes e gente do bem sei que eles não podem adivinhar mas dá para identificar um traficante e uma criança de bem com sonhos ,que corre atrás do que quer! □□	Criança	Infância	COMOÇÃO
Poxa! Uma criança, que absurdo, que triste …□□□□	Criança	Infância	COMOÇÃO
UMA CRIANÇA!!!!!! NÃO UM ADOLESCENTE, UM PRE ADOLESCENTE!! ESSE POLICIAIS, TEM O Q NO LUGAR DE CORAÇÃO? TEM O Q NO LUGAR DE CÉREBRO? APRENDERAM O Q NA ACADEMIA, SÓ MATAR? SERÁ Q UM BANDO DE HOMENS NÃO CONSEGUIRIAM PEGAR O GAROTO, PARA AVERIGUAR ANTES DE MATAR,?	Criança	Infância	COMOÇÃO
Justiça seja feita, tantos adolescentes perdendo a vida, sem ter nada haver com atos inesperados... Somos pessoas que queremos ver o bem de todos, independente de cor ou religiões , saibamos respeitar a cor negra, a cor branca, ruivo e outros...o nosso Deus é um só, é muita falta de respeito com o próximo.	Adolescente, nosso	Infância, coletividade	COMOÇÃO
Que país é esse...até quando vamos ver isso acontecer? Uma política despreparada, que não tem qualificação nem para portar uma arma de água...triste e infelizmente a morte dessa criança será mais um número para a estatística...	Criança	Infância	COMOÇÃO
Vale quem gera dinheiro o Narcotráfico está vencendo era isso □□meus sentimentos a família enlutada.	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Meu advogado está de recesso, e sobre a notícia quem não lhe conhece não lhe compre! Hoje em dias há sim crianças, mas muitas estão perdendo sua inocência e sua infância, "crianças de 11, 12, *13*, anos de idade usando drogas, se prostituindo, engravidando. É triste mas é a realidade, não são todas, mas existe muitas, quem tem maturidade e sabedoria que saibam educar e limitar seus filhos.	Criança, infância	Infância	CRIMINALIZA
BOLSONARISTA QUERENDO DIZER QUE O MENINO ERA B4NDID0. ALIÁS, PARA ESSA C0RJA TODO	Menino	Infância	COMOÇÃO

MUNDO QUE MORA NA F4VELA É B4NDID0.			
Tem que fazer a perícia e deixar a corregedoria apurar. Ja vi muitas “crianças” de 13 anos, portando armas de “adultos”. Se for comprovado que houve excessos, tem que punir os envolvidos, simples assim.	Criança	Infância	CRIMINALIZA
Bandidos com armas mais perigosas que as da polícia prontos para atirar mos policiais e os policiais devem se acovardar ele entregarem aos bandidos. Pelo que mostra os mandados atiram mas ele podem , eles matam crianças e põe a culpa na polícia. Aí tá difícil.	Criança	Infância	NATURALIZA
Menino??? Posta as fotos dele. Que vcs vão ver o menino.	Menino	Infância	CRIMINALIZA
Infelizmente,A criança não tem culpa,porém vocês tem que brigar com os bandidos e por causa deles e do apoio político que o crime recebe que seu filho foi morto	Criança	Infância	NATURALIZA
Que tristeza meu Deus. Tem q ser revisto as operações militares e pararem de matarem inocentes e destruir famílias.	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Morei no Rio e posso afirmar que tem vários meninos igual ao descrito por essa mulher. Eu via diariamente esses "meninos com armas".	Menino	Infância	CRIMINALIZA
Eu já fui em morro do Rio de Janeiro, que tinha moleque de fuzil na mão, que a arma era maior que ele!!!!	Moleque	Infância	CRIMINALIZA
Deus conforte a dor desta família	Família	Coletividade	COMOÇÃO
Não importa quem matou, a real preocupação é que mais uma criança morreu devido a incompetência humana.	Criança	Infância	COMOÇÃO
Infelizmente só um desabafo mesmo. Pq mais uma vez n vai dá enda! Como sempre ! Aí oq fazer? Vai lá e afastam o PM q fez isso e se fosse ao contrário. Eles até iram afastar mais iriam afastar colocando atrás das grades né?! E n afastar como fazerem cm esse bando de monstros despreparo q andam pelas ruas q ao invés de nós trazer segurança n eles tiram nossa paz.□□♀□□	Nos	Coletividade	COMOÇÃO
Os defensores da família tradicional brasileira não está nem aí pra isso , o negócio deles é defender os 39kg de maconha que foi encontrados no avião da FAB no governo do INELEGÍVELLLLLLLLLLLL, e a corrupção do santinho do pau oco.	Família	Coletividade	COMOÇÃO
REVOLTANTE!!! O QUE A CRIANÇA TEM A VER COM TRÁFICO??? A POLICIA MILITAR DEVERIA ERA SER EXTINTA QUE SO PRESTA AGORA PRA ENVERGONHAR E POR MEDO NA SOCIEDADE!!!	Criança	Infância	COMOÇÃO

Todos que morrem são santos ne, inacreditável como a polícia só mata santo,,, ACREDITA QUEM QUER NE ,GLOBO LIXO	Santo	Religião	CRIMINALIZA
Quando for atras do passado do "jovem inocente " tá ele portando ak e pistola com radinho e a família "ain ele não fazia isso,ele não era disso "…. Essa globo tá jogando tanto a população contra a polícia de um jeito, isso ainda vai dar □, e os lunaticos do mundo petista são muito mulas mesmo,todos sabemos que vcs não gostam de polícia,pq adoram o beckzinho né,pra bolar o beck,é toda uma cadeia,do menorzinho(a) ao chefão,vcs quem financiam essa droga junto do governinho de vcs aí,que tá liberando tudo o que não presta,cadê a verba cortada da educação? Foi pra globo,?pros artistas?… e eu não tô aqui defendendo presidente algum,mais depois do atual ter assumido,meu amigo,tanta coisa de ruim vem acontecendo,e ele só disseminando falácias e não cumprindo nada !! Kkkkkk vamos estar bem ferrados até acabar esse governo !!	Menor; Jovem, família	Infância, coletividade	CRIMINALIZA
O foda que no Morro também tem uns moleques de 13 anos com fuzil, fazendo um trabalho pesadoo! Isso é complicado! E alguns além de carregar o Fuzil também jogam bola. Mas é lamentável a situação. Força para a família.	Moleque, família	Infância, coletividade	NATURALIZA
Meus sentimentos a familia e que a perícia posso comprovar de onde veio esse tiro para que os responsáveis peguem por esse crime.	Família	Coletividade	COMOÇÃO
#paremdenosmatar	Nos	Coletividade	COMOÇÃO
Que tristeza! Uma criança linda, com o futuro pela frente.	Criança	Infância	COMOÇÃO
Mais uma criança PRETA sendo assassinada por um policial PRETO. E o governador mega feliz na casa de luxo comendo salmão. Enquanto não entenderem isso e se unirem, iremos continuar nos matando.	Criança, nossa	Infância, coletividade	COMOÇÃO
Pois é minha filha fico muito triste por você mas veja só e o governo ainda quer liberar as drogas tudo isso faz parte das drogas e o governo federal quer liberar as drogas Isso é um absurdo Só a misericórdia de Deus em nossas vidas Deus lhe conforte a você e a toda família estamos à mercê dos bandidos Mas Deus está conosco	Nossa, família	Coletividade	NATURALIZA
Quantas crianças mortas nas mãos de policiais em todos esses anos? Pq o crime organizado nunca acaba? Pq quem deveria combater também lucra com o tráfico, e quem perde é sempre a população, que está no meio do fogo cruzado!	Criança	Infância	COMOÇÃO
Nem era rapaz, um menino de 13 anos com características infantis.	Menino	Infância	COMOÇÃO
O que uma criança estava fazendo dirigindo uma moto em	Criança	Infância	NATURALIZA

plena madrugada?			
Nunca vi a família culpar um traficante	Família	Coletividade	NATURALIZA
Esse menino é aquele que tava de moto , na rua , de madrugada???	Menino	Infância	NATURALIZA
Eu sinto muito pela família, enfim é uma criança, mas os moradores nunca acusam os verdadeiros culpados, sempre é a polícia. Por quê não acusam os verdadeiros bandidos, é mais fácil culpar a polícia, gravam a polícia em ação, mas nunca gravam os traficantes em ação.	Criança,	Infância, coletividade	NATURALIZA
Muitooooo triste, meus sentimentos a família	Família	Coletividade	COMOÇÃO